UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

HAMILTON HARLEY DE CARVALHO-SILVA

**A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo**

São Paulo
2018

HAMILTON HARLEY DE CARVALHO-SILVA

**A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo**

Tese apresentada à Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Educação

Área de concentração: Sociologia da
Educação

Orientadora: Profa. Dra. Kimi Aparecida
Tomizaki

São Paulo
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

301.412 Carvalho-Silva, Hamilton Harley de
C331d A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento
dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo / Hamilton Harley de Carvalho-
Silva; orientação Kimi Aparecida Tomizaki. São Paulo: s.n., 2018.
219 p. ils.; tabs.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de
Concentração: Sociologia da Educação) - - Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo.

1. Socialização 2. Política 3. Mulheres 4. Militância 5. MTST I.
Tomizaki, Kimi Aparecida, orient.

Elaborado por Nicolly Leite – CRB-8/8204

Nome: CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de

Título: A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo

Tese apresentada à Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Educação

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha mãe, que me ensinou a sobreviver na adversidade.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe por tudo que me ensinou, pelo apoio incondicional que me deu e pela compreensão de minhas ausências.

À Profa. Dra. Kimi Tomizaki, pela atenção e apoio durante todo o processo de orientação. Por tudo que me ensinou nesses anos de convivência, contribuindo para meu crescimento científico, intelectual e humano. Sem o seu brilhantismo e generosidade este trabalho jamais poderia ter sido concluído.

Ao meu companheiro, César Ramos, pelo apoio incondicional durante toda a jornada, me dando suporte emocional e financeiro para que este trabalho pudesse ser desenvolvido. O seu carinho, cuidado e paciência foram fundamentais para que eu pudesse concluir este trabalho.

Às minhas amigas e amigos que estiveram juntas e juntos comigo nessa caminhada me dando os mais diversos apoios necessários, me socorrendo nos momentos mais difíceis, atuando como suporte na superação dos obstáculos que a vida me impôs: Camila Oliveira; Carol Ferrarezi; Deise Rosálio; Fernanda Arantes; Maria Gilvania; Marla Santos; Nilson Souza; Raquel Melo; Raquel Souza; Renato Zacarias; Sylvie Klein; Tiago Gouvea.

À Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso de doutorado. Aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação sempre dispostos a ajudar no que fosse necessário.

RESUMO

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. A dimensão educativa da luta de mulheres no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo. 2018. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Essa pesquisa, de caráter eminentemente qualitativo, trata dos processos de socialização política de mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo e tem por objetivos: (i) apreender de que modo tais mulheres adquiriram, ao longo de suas trajetórias de vida, disposições para o engajamento político e, no mesmo sentido, (ii) compreender como são interiorizadas e transmitidas, na experiência do próprio movimento, novas disposições para a defesa e ação em causas coletivas; (iii) analisar as especificidades das práticas educativas propiciadas pela dinâmica e organização do MTST e, finalmente, (iv) investigar a posição das mulheres militantes na organização desse movimento. A pesquisa volta-se, portanto, para as (pré)disposições resultantes de processos de socialização anteriores à entrada no movimento e que contribuíram para tal engajamento (tais como família, escola, bairro, igreja) de um lado e, de outro, para as novas disposições que se desenvolvem por meio de diferentes processos formativos e de socialização política dessas mulheres no interior do próprio movimento. O MTST embora seja identificado como movimento de luta por moradia, é um movimento social que defende transformações sociais mais profundas, que vão além da reforma urbana e da luta contra a especulação imobiliária. Atualmente, o MTST é constituído por cerca de 40 mil famílias que vivem em algum tipo de ocupação, além das famílias que, mesmo não vivendo em terrenos ou imóveis ocupados, participam das atividades do movimento, tais como manifestações públicas, assembleias e curso de formação política, tendo em vista conquistar também sua casa própria. Praticamente a totalidade dessas famílias apresentam propriedades sociais que, num primeiro momento, poderiam ser consideradas desfavoráveis à participação e ação política dado as precárias condições de vida a que estão submetidas. Porém, tais características não parecem ser definidoras do engajamento haja visto que muitos dos movimentos sociais têm sua origem em parcelas empobrecidas da população. Os procedimentos metodológicos foram constituídos nas seguintes etapas: (i) observação das ocupações, das assembleias, cursos e reuniões, em especial, as atividades desenvolvidas no “Casarão” (sede do MTST em São Paulo); (ii) escolha dos depoentes para realização de entrevistas em profundidade e (iii) análise dos dados tendo em vista desvendar as especificidades das dimensões educativas envolvidas nos processos de socialização e engajamento político.

Palavras-chave: Socialização, Política, Mulheres, Militância, MTST.

ABSTRACT

This research, eminently qualitative, deals with political socialization processes Movement militants women of landless Workers (MTST) in São Paulo and aims to: (i) apprehending that such women so acquired, along its life trajectories, habitus for political engagement and, in the same direction, (ii) understand how they are internalized and passed on the experience of the movement itself, new habitus for the defence and action in collective causes; (iii) analysis the specifics of educational practices afforded by the dynamics and organization of MTST and finally (iv) to investigate the position of women activists in the organization of this movement. The research turns therefore to the (pre) habitus from previous socialization processes to entry and movement that contributed to such engagement (such as family, school, neighbourhood, church) on one side and on the other, to the new habitus that develop through different training processes and political socialization of these women within the movement itself. The MTST although it is identified as housing for fight of movement is a social movement that advocates deeper social transformations that go beyond urban reform and the fight against property speculation. Currently, the MTST consists of about 40 thousand families living in some kind of occupation, beyond the families that even not living in land or buildings occupied, participate in the activities of the movement, such as public manifestation, meetings and training course policy, with a view also to conquer your own home. Substantially all of these families have social properties that, at first, could be considered unfavourable to political participation and action given the precarious living conditions to which they are subjected. However, these characteristics do not seem to be defining engagement given the fact that many of the social movements have their origin in impoverished parts of the population. The methodological procedures will be made in the following steps: (i) observation of occupations, assemblies, courses and meetings, in particular the activities in the "Casarão" (MTST headquarters in São Paulo); (ii) selection of the deponents to conduct in-depth interviews and (iii) analysis the data in order to uncover the specifics of educational dimensions involved in the processes of socialization and political engagement.

Keywords: socialization; policy; women; militancy; MTST

LISTA DE SIGLAS

Apeoesp	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CDHU	Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Fipe/zap	Índice de Preços de Imóveis Anunciados
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
MCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PDE	Plano Diretor Estratégico
PM	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
TELESP	Telecomunicações de São Paulo
UneAfro	União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZL	Zona Leste
ZN	Zona Norte
ZO	Zona Oeste
ZS	Zona Sul

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1. Procedimentos metodológicos e campo da pesquisa.....	25
1.1.1. As entrevistas.....	30
1.1.2. O campo da pesquisa.....	34
1.1.3. O projeto de extensão da USP junto ao MTST	36
1.2. Mulheres e exposição aos riscos sociais	40
1.3. Processos de socialização e configurações do <i>habitus</i>: o engajamento como dimensão educativa	46
1.4. Uma introdução ao perfil do MTST e sua dimensão educativa	51
2. CAPÍTULO 1 – LUTA POR MORADIA COMO LÓGICA DE ATUAÇÃO SOCIAL: AS DESIGUALDADES DA QUESTÃO HABITACIONAL	63
2.1. Pobreza e desigualdade.....	63
2.2. Dos movimentos de luta por moradia ao MTST	73
2.3. Desigualdades na questão habitacional	82
2.4. Deslocamentos da luta pela terra	90
2.5. A organização do MTST: uma lógica de atuação social	95
3. CAPÍTULO 2 – EXISTIR É UM ATO POLÍTICO: A OCUPAÇÃO COMO RESISTÊNCIA E APRENDIZAGEM.....	115
3.1. O encontro com o MTST: a primeira etapa de uma trajetória militante.....	120
3.2. Hoje é dia de festa: o nascimento de uma ocupação	135
3.3. Lurdes: “minha família é o MTST e os barracos”	144
4. CAPÍTULO 3 – A PERMANÊNCIA NA LUTA, SUAS RETRIBUIÇÕES E A REESTRUTURAÇÃO DOS MODOS DE VIDA.....	151
3.1. Helen: “é agora! Agora eu entro mesmo”	154
3.2. Rita: “quando vi já tava um ano e meio morando na ocupação”	169
5. CAPÍTULO 4 – A CONTINUIDADE DO ENGAJAMENTO E A CONSERVAÇÃO DE PRÁTICAS MILITANTES	183
5.1. Carla: “Eles são minha família. Não acho justo virar as costas”	185
5.2. Rosa: “Eu vou continuar sempre no apoio. Até o fim da minha vida”	194
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
7. BIBLIOGRAFIA.....	209

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo central a compreensão e análise dos processos de socialização e ressocialização vivenciados por mulheres sem-teto no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na região metropolitana de São Paulo (RMSP). Trata-se de compreender os efeitos desses processos sobre percepções dessas mulheres a respeito a si mesmas, o mundo e o seu lugar nele, com ênfase sobre os modos como compreendem, questionam e lutam contra as gigantescas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira e que afetam de modo brutal os sujeitos dessa pesquisa, especialmente, em relação ao direito à moradia. Para tanto, essa pesquisa colocou em relevo os mecanismos de transmissão de valores e formação de determinadas condutas e comportamentos ocorridos no interior de um movimento social e político que propõe, via a luta pela moradia, uma profunda transformação social fundada em princípios anticapitalistas¹. Assim, partimos da hipótese que os processos de engajamento político possuem uma importante dimensão educativa, capaz de alterar o modo como os/as militantes percebem e avaliam o mundo social, as relações com outros grupos sociais e sua percepção dos direitos sociais, civis e políticos.

A premissa de que **o engajamento e a militância política são experiências capazes de alterar os modos de se conceber o mundo por meio da transmissão e assimilação de diferentes valores e comportamentos**, nos conduziu à interrogação sobre a dimensão educativa desse complexo fenômeno que é a

¹ Apesar do centro de ação voltar-se para a luta pelo direito à moradia nas periferias urbanas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) não se propõe a ser um movimento de moradia. Por meio de documentos oficiais, páginas na internet, publicações e declarações públicas de seus dirigentes, o MTST se identifica como um movimento anticapitalista de trabalhadores que vivem nas periferias urbanas, ou seja, que organiza os trabalhadores na “luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas”, sendo um de seus princípios a “disciplina militante e os valores socialistas” (BOULOS, 2014; MTST. Cartilha de princípios, p. 3). Vale dizer que o presente trabalho não pretende problematizar os possíveis sentidos atribuídos ao anticapitalismo do projeto político apresentado pelo MTST. Este assunto tem sido bastante discutido pelas pesquisas e trabalhos desenvolvidos, especialmente, pela Profa. Dra. Débora Cristina Goulart do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Para uma análise do anticapitalismo do MTST ver: GOULART, 2011.

militância política², bem como sobre a extensão e a profundidade dos seus efeitos sobre as trajetórias das pessoas que militam, uma vez que "quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse numa religião, deve operar uma transformação, uma conversão, mesmo que esta não lhe pareça como tal" (PUDAL, 2009, p.133). Acreditamos, pois, que o mesmo acontece em diferentes formas associativas, especialmente num movimento como o MTST, que utiliza as ocupações de terreno, entre outras coisas, como espaço de intensas interações coletivas e formação de militantes, como veremos ao longo deste trabalho.

Vale destacar que existem duas dimensões distintas, embora relacionadas, no debate em torno da relação entre os processos educativos (de diversas ordens) e a militância política, como sugere a literatura sobre o tema: (i) os processos de socialização anteriores à militância (o que resulta em determinadas disposições a agir, bem como uma série de capitais escolares, simbólicos e sociais, entre outros) e (ii) os processos de ressocialização vivenciados por meio das aprendizagens propiciadas pela própria prática militante.

Dito isso, é preciso destacar que, embora o material biográfico coletado para esta tese nos permita recuperar dados importantes sobre os processos educativos anteriores à militância, nossa contribuição se situa mais precisamente na análise da segunda dimensão educativa envolvida na militância, qual seja, das múltiplas aprendizagens vivenciadas no movimento de aproximação, engajamento e consolidação da militância das mulheres no MTST. A prática militante em si produz aprendizagens diversificadas na própria interação entre os indivíduos, nos contatos com militantes mais velhos ou experientes, no alongamento das redes de apoio mútuo e afetividade, contribuindo para aquisição de vocabulários específicos, comportamentos, modos de agir e pensar, táticas e estratégias de participação e atuação política, além da aquisição de categorias de percepção do mundo social no contexto da luta coletiva. Desse modo, as interações entre os indivíduos permitem a constituição de uma identidade coletiva, ou identidade militante, que se constitui pelo sentimento de pertença ao grupo, ou seja, de sentir-se parte e integrar um

² Os estudos sobre o engajamento militante constituem uma área de pesquisa associada à das mobilizações coletivas, sendo mais comuns nas Ciências Sociais, sobretudo, voltados para as formas associativas em movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos (SAWICKI; SIMÉANT, 2011).

determinado coletivo (MORENO; ALMEIDA, 2009; OLIVEIRA, 2008; CORADINI, s/d; GOHN, 2011; LEITE, DIMESTEIN, 2010; CALDART, 2000; NAUJORKS; SILVA, 2016).

Como dito anteriormente, nesta pesquisa, sem negligenciar a importância da formação das disposições nos processos de socialização anteriores à militância, daremos ênfase às **práticas educativas desenvolvidas no interior do MTST e como elas possibilitaram (ou não) aos indivíduos, especialmente às mulheres sem-teto, alterarem sua compreensão do mundo e do seu lugar nele**, uma vez que o movimento lança mão de repertórios de mobilização individuais e coletivos que se sustentam necessariamente em processos de formação informais e politização de trabalhadoras e trabalhadores das periferias urbanas.

Voltar à atenção para os modos como mulheres militantes das bases do MTST se socializam por meio do ativismo político, ou em outra perspectiva, observar as possibilidades e limites da dimensão educativa intrínseca ao engajamento dessas pessoas, que também se expressa na experiência da interação conflitiva com o Estado, nos aproximou de uma abordagem em consonância com os desafios da pesquisa em sociologia do engajamento. Estes foram descritos por Sawicki e Siméant (2011) como a articulação de diferentes níveis de observação dos processos de engajamento militante: “os indivíduos e suas interações”, “os grupos e as organizações” e “as transformações socioeconômicas, culturais e políticas” (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 221). No mesmo sentido, nos serviu de inspiração o trabalho de Bourdieu (2011), segundo o qual a pesquisa sociológica comporta três momentos necessários que mantêm entre si uma relação de ordem tão estrita quanto os três níveis da realidade social que apreendem: “uma análise da posição dos indivíduos na estrutura de classe”; “uma análise da estrutura das relações entre as posições que os grupos ocupam num dado momento do tempo” e “a construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente construídas” (BOURDIEU, 2011, p.191).

Nesse sentido, a análise das experiências educativas propiciadas pela militância política, bem como do processo de engajamento em si mesmo das mulheres do MTST foi concebida a partir da consideração de três dimensões que só podem ser separadas para efeitos de análise visto que são intrinsecamente ligadas:

- **As propriedades sociais e as disposições para a militância** de um dado grupo social, no caso, mulheres sem-teto das periferias de São Paulo, que poderiam ser consideradas privadas da posse de um conjunto de capitais (sociais, culturais e simbólicos) requeridos à competência política e à disposição para o engajamento, conforme indicam muitos estudos sobre militância (CANÊDO, 2002, 2013; OLIVEIRA, 2010; PERCHERON, 1994; SEIDL, 2009; TOMIZAKI, 2007). Nessa circunstância, vale dizer que o interesse da pesquisa voltava-se, justamente, para as mulheres que constituem as bases do MTST, ou seja, para aquelas que participavam mais ativamente dos coletivos setoriais e territoriais³, responsáveis, sobretudo, pelas atividades cotidianas nos acampamentos de sem-teto;
- **As formas de organização e o repertório de atuação de um movimento** que luta pelo direito à moradia, mas que não se propõe a ser identificado exclusivamente como um movimento de moradia, se reivindicando publicamente como um “movimento anticapitalista”, que busca enfrentar o Estado por meio da organização de trabalhadores e trabalhadoras nos bairros periféricos onde vivem, para lutarem contra as desigualdades sociais, tendo por centro de sua ação o direito à moradia e a formação de militantes nas periferias;
- **As conjunturas política, econômica e sociocultural** que caracterizam o país no contexto do direito à moradia, que para além dos efeitos do déficit habitacional nos centros urbanos, afetam o direito à cidadania da população mais pobre nas periferias por meio da escassez de equipamentos públicos de saúde, educação e lazer, da precarização e pauperização da classe trabalhadora, pelas dificuldades de acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos.

³ Como será possível ver de forma mais detalhada no próximo capítulo deste trabalho, basicamente, existem três categorias de coletivos nos quais se sustentam a estrutura organizacional do MTST, sejam eles: (i) os coletivos políticos – instâncias deliberativas de decisão representadas pelas lideranças políticas do movimento nos quais estão alocadas a coordenação nacional e as coordenações estaduais; (ii) os coletivos organizativos/ setoriais – que têm a função de tomar decisões e executar tarefas em relação às diversas demandas dos coletivos políticos na direção da construção do movimento e (iii) os coletivos territoriais – nos quais estão alocadas as coordenações regionais e a coordenação de acampamento, sendo responsáveis pelas bases do movimento, formação de militantes e funcionamento dos acampamentos de sem-teto.

A intersecção dessas três dimensões nos parece útil para a compreensão da dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no MTST na medida em que estamos tratando de um grupo social cujas **propriedades sociais** são resultantes das **conjunturas política e econômica que reproduzem** enormes desigualdades sociais e que, apesar da ausência de escolaridade, experiência de participação política ou associativa, se encontra engajado numa causa coletiva por meio da participação num movimento cuja principal **forma de ação** consiste num repertório relativamente “radicalizado⁴”, que se materializa em ocupações de terrenos, grandes marchas e atos públicos que, ao mesmo tempo em que garante o avanço da luta por moradia, também cria condições para a formação política de seus membros.

Os dados da pesquisa indicam que o engajamento nesse movimento, num primeiro momento e na maior parte dos casos, é motivado por questões absolutamente objetivas, ou seja, pelas condições precárias de vida e de moradia, pelas dificuldades de acesso às políticas sociais, em especial, às de habitação (que embora tenham avançado, continuam se guiando pela lógica econômica do mercado) e pelo avanço das políticas neoliberais que têm fortalecido a especulação imobiliária⁵, tornando os movimentos de luta por moradia quase que a única alternativa dessa população em se tornar um agente capaz de acessar uma linha de crédito imobiliário (BOULOS, 2014; MIAGUSKO, 2012). Em outras palavras, o engajamento não se dá por uma escolha político-ideológica *a priori* ou por um sentimento de solidariedade coletiva no enfrentamento do problema da moradia como problema social mais amplo.

Em nosso país, como também veremos ao longo deste trabalho, os movimentos que lutam pelo direito à moradia se transformaram na principal porta de

⁴ A “radicalidade” do MTST, entre outras coisas, se deve ao fato de que o movimento exige a participação diária nas atividades organizadas nas ocupações de terreno, as assembleias, bem como a participação em outras atividades como marchas e passeatas pela cidade. Essa participação é realizada pela própria pessoa militante ou por representação de familiares caso exista algum impedimento para se estar presente nessas ações. Toda pessoa que participa das atividades promovidas pelo MTST deve assinar uma lista de frequência, que acaba determinando o nível de engajamento das pessoas que militam, bem como organizar a “fila de espera” pela casa. Trataremos melhor desse assunto no capítulo 3.

⁵ O valor do aluguel aumentou brutalmente. Desde 2008, o aumento médio em São Paulo foi de 97% e no Rio de 144%, segundo o índice Fipe/Zap. No mesmo período, a inflação medida pelo IPCA ficou em 40%. O resultado foi um aprofundamento da lógica de expulsão dos mais pobres para mais longe. A intensificação das ocupações de terrenos e prédios ociosos foi a forma de resistência popular a esse processo.

entrada para o financiamento imobiliário destinado à população de baixa renda, tornando-se atores coletivos com grande capacidade de mobilização, muitas vezes, denunciando um campo de conflitos que envolve, para além da questão da moradia digna, o acesso da população mais pobre e periférica ao direito à cidade, incorporando temas transversais como trabalho, juventude, lazer, mobilidade urbana, educação, saúde, saneamento (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012). Esses fatos exercem uma sensível contribuição para os processos de adensamento do número de movimentos sob a bandeira da luta por moradia e de pessoas que participam deles. Até 2018, somente na cidade de São Paulo, existiam 149 entidades cadastradas no sistema do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. Soma-se a isso o fato de que, segundo dados do IBGE de 2012, estima-se que só na cidade de São Paulo existam mais de 700 mil famílias vivendo em condições inadequadas de moradia.

Apesar do crescente número de entidades de reivindicação habitacional e do surgimento de iniciativas públicas voltadas para a redução do déficit habitacional no país (estimado em pouco mais de 6 milhões, segundo dados do IBGE de 2014), o histórico dos movimentos de moradia tem revelado a necessidade de se empreender um longo período de luta (ou espera) dos indivíduos neles engajados para se conquistar um financiamento, que controversamente, busca sua efetiva participação na política econômica que os exclui. Contudo, ao ingressar num dado movimento que luta por moradia, como no caso do MTST, pelos condicionamentos impostos por esse tipo de movimento, os indivíduos passam a tomar parte de diferentes espaços formativos (formais e informais) propiciados pelo próprio engajamento: desde manifestações públicas até cursos de formação de militantes o que poderá, gradativamente, resultar na interiorização de uma identidade militante capaz de promover, em maior ou menor grau, alterações nos modos de vida desses indivíduos, inclusive, para que permaneçam junto ao movimento. Dito de outro modo, **essa vivência da luta por moradia poderá ser responsável pela aquisição, interiorização e reconfiguração das disposições para o engajamento e prática militante, pois ela possui o potencial de ampliar as oportunidades educativas informais dos indivíduos, inserindo-os em processos específicos de socialização no interior dos movimentos, podendo produzir efeitos sobre as categorias de percepção do mundo social dos indivíduos, também, contribuindo**

para tomada de consciência das profundas desigualdades que marcam nossa sociedade, bem como das formas como tais desigualdades podem ser combatidas, o que envolve a aprendizagem de dadas formas de luta (como a ocupação), a consolidação de novas redes de solidariedade e princípios de vida comunitária.

1.1. Procedimentos metodológicos e campo da pesquisa

Tendo em vista o conjunto de objetivos e de perguntas da pesquisa que conduzem à análise da dimensão educativa dos processos de socialização de mulheres no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo (MTST), optamos por uma investigação qualitativa com foco em observações, conversas informais e entrevistas semiestruturadas. O trabalho de campo foi desenvolvido no período de junho de 2015 a novembro de 2016.

A realização das observações e das conversas informais com participantes do movimento deu-se em diferentes espaços de interações educativas promovidas pelo MTST, formais ou informais, tais como: manifestações públicas, assembleias, reuniões de coordenação e de lideranças, cursos de formação política e nos acampamentos de sem-teto ao longo de dezessete meses, especialmente, aos finais de semana. As observações foram guiadas por roteiros que visavam orientar a apreensão das:

- a) *Formas de organização dos processos formativos*, expressos nos modos de preparo das atividades coletivas do movimento, das grandes manifestações públicas até os cursos de formação. Nesse aspecto, interessavam as formas de convocação, horários, locais, temas abordados, perfil e número de participantes e modos de participação dos indivíduos (somente estando presente, tomando a palavra, fazendo perguntas, etc.);

- b) *Pautas e objetivos dos processos de formação*, mais especificamente no que tange aos espaços de formação política, interessavam os objetivos e procedimentos das reuniões, tipos de atividades planejadas e realizadas, temáticas abordadas (previamente e que surgem durante os momentos formativos);
- c) *Formas de participação dos engajados*, como divisão das tarefas, envolvimento em momentos de formação, organização e posição nas manifestações, formas de interação com o poder público e com a mídia.

O trabalho de observação contemplou múltiplas assembleias conduzidas por lideranças do movimento, reuniões de coordenação regional, marchas pela cidade de São Paulo, cursos de formação, eventos festivos para crianças acampadas⁶, visitas/ vivências em acampamentos em território (especificamente na ocupação Paulo Freire no município de Embu das Artes, na ocupação Povo sem Medo no bairro do Capão Redondo, zona sul de São Paulo e na ocupação no bairro de São Mateus, zona leste de São Paulo), reunião de coordenação com foco nas ocupações de escolas públicas estaduais de São Paulo, visita/ vivência em uma das escolas ocupadas na ocasião das manifestações dos estudantes contra a política de reorganização escolar da rede estadual de ensino⁷ e, finalmente, a participação/vivência na construção de uma nova

⁶ Acampadas e acampados, no interior do MTST, referem-se aos indivíduos que estão vinculados a um dos acampamentos do movimento, ou seja, aqueles que possuem um barraco em uma das ocupações em andamento em algum território.

⁷ Em 2015 o governo do estado de São Paulo impôs um processo de reorganização escolar com a divisão das escolas por ciclos. Algumas unidades teriam apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental (alunos de 6 a 10 anos); outras seriam destinadas ao segundo ciclo do ensino fundamental (receberiam os adolescentes de 11 a 14 anos) e outras seriam exclusivas para o ensino médio (jovens entre 15 e 17 anos). Além da divisão das unidades escolares por ciclos, o projeto previa o fechamento de 94 escolas em todo estado de São Paulo. O projeto não foi debatido com professores, pais, alunos e funcionários das escolas, que o consideraram, por essa razão, autoritário. A reorganização escolar afetaria negativamente o cotidiano de pais, alunos e professores, que se mobilizaram na construção de um processo de ocupação das escolas estaduais com o objetivo de impedir a implementação do projeto. No segundo semestre de 2015, foram ocupadas mais de 180 escolas no estado e a Justiça de São Paulo suspendeu o projeto de reorganização. Após semanas de ocupações de escolas e protestos, com grande destaque na mídia, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou suspender a reorganização temporariamente e sinalizou o ano de 2016 como o ano de implementação do projeto e de aprofundamento do debate sobre as medidas de reorganização. Os protestos foram considerados uma vitória dos estudantes, que os protagonizaram. Vale dizer que as manifestações não ocorreram sem a presença do efetivo da polícia militar, que reprimiram com violência professores, estudante e seus familiares.

ocupação de terreno, denominada Povo sem Medo, no município de Itapecerica da Serra. Além disso, foram realizadas, durante um ano, observações semanais em um projeto de extensão da FEUSP junto ao MTST, intitulado “A dimensão educativa da luta pela moradia: desigualdade e direitos sociais em questão”, coordenado pela Profa. Dra. Kimi Tomizaki, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade de São Paulo (USP), acolhido na sede do MTST e no condomínio João Cândido ambos no município de Taboão da Serra, região Metropolitana de São Paulo.

Evidentemente que o tratamento dado a esses eixos temáticos na condução dos roteiros de entrevista estiveram relacionado aos níveis e ao tempo de engajamento dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, foi construída uma matriz de perguntas de tipo “básica”, “consequenciais”, “avaliativas”, “hipotéticas”, “categoriais” e “descritivas” (TRIVIÑOS, 1987, p. 150-152), que visava contemplar os objetivos da pesquisa a partir de roteiros de entrevistas semiestruturadas para diferentes perfis de participantes. Foram realizadas 15 entrevistas em profundidade que aconteceram entre junho de 2015 e novembro de 2016 (dez delas na residência das entrevistadas, três em acampamentos, uma na sede do MTST em Taboão da Serra e três no interior de uma das escolas ocupadas por estudantes e participantes do MTST no município de Embu das Artes). Todos os procedimentos metodológicos foram efetuados de acordo com as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de São Paulo, respeitando-se, inclusive, os princípios estabelecidos nas declarações e convenções sobre Direitos Humanos, na Constituição Federal e em legislação específica. As entrevistas foram realizadas apenas com os sujeitos que concordaram, sem qualquer constrangimento, em participar do projeto e que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. A identidade dos sujeitos da pesquisa (ou qualquer outra forma de identificação) está mantida em sigilo a partir do uso de nomes fictícios, exceto nos casos das figuras públicas do MTST, como seus dirigentes e representantes legais. **Buscou-se entrevistar mulheres de idades, cor/raça, escolaridades, ocupações e rendas diferentes (o que inclui nível de vulnerabilidade econômica), do mesmo modo, mulheres que possuam diferentes níveis de engajamento e de tempo de participação no movimento, ou seja, desde as com participação mais recente, cujo envolvimento ainda se concentra no empenho na conquista da casa própria, até as lideranças de acampamentos.**

Tabela 1.1.1 – Perfil das entrevistadas quanto ao ano de nascimento, UF de origem, ocupação no momento da entrevista e ano de ingresso no MTST

NOME FICTÍCIO	ANO DE NASC.	UF DE ORIGEM	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO ATUAL	ANO DE INGRESSO NO MTST
Adriana	1969	RJ	4a. Série (EF)	Dona de casa	2006
Ângela	1990	SP	Ensino Superior (cursando)	Educadora popular	2014
Antônia	1963	AL	1a. Série (EF)	Diarista	2006
Bete	1987	SP	Ensino Superior (cursando)	Diarista	2011
Camila	1988	SP	1a. Série (EF)	Desempregada	2011
Carla	1982	BA	3a. Série (EF)	Cozinheira de família	2005
Helen	1966	BA	Ensino Superior incompleto	Desempregada	2012
Inês	1965	PB	3a. Série (EF) - não lê	Dona de casa	2015
Irina	1959	PB	8a. Série (EF)	Desempregada	2002
Lurdes	1979	BA	1a. Série (EF) – EJA (cursando)	Desempregada	2009
Marilda	1965	MG	5a. Série (EF)	Cabeleireira/ Artesã	2016
Neiva	1955	ES	EM completo	Dona de casa	2007
Rita	1962	SP	8a. Série (EF)	Comerciante	2005
Rosa	1959	SP	2o. Ano (EM) – EJA (cursando)	Aposentada por invalidez	2005
Sandra	1979	SP	3a. Série (EF)	Faxineira	2006

EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; EJA = Educação de jovens e adultos

Demos preferência para que a maioria das entrevistas fossem realizadas nas casas das participantes, pois, a exemplo de experiência similar em pesquisa anterior⁸, essa estratégia metodológica permite conhecer melhor as condições de vida a que estão inseridas essas mulheres e suas famílias e obter informações que nem sempre são possíveis de serem recolhidas somente a partir das entrevistas. Além disso, essa estratégia pode ampliar e fortalecer os laços de confiança entre pesquisador e entrevistada, contribuindo para a confiabilidade das informações. As entrevistas, de modo geral, versam sobre os seguintes temas:

- Local de nascimento (cidade e estado);
- Profissão dos pais;
- Escolaridade dos pais;
- Identificação de redes sociais pelas quais a família circulava (família ampliada, igreja, vizinhança, associações, sindicatos, partidos);
- Número de irmãos/profissão e escolaridade dos irmãos;
- Condições e etapas do processo migratório (quando for o caso);
- Locais de residência, convivência no bairro, vizinhos, redes de relações entre moradores, ação de igrejas ou organização política nos bairros;
- Condições de moradia (habitabilidade, configuração da residência familiar, moradores, disponibilidade e uso de serviços – luz, água, esgoto, internet –, divisão do trabalho doméstico);
- Processos de escolarização (fases da escolarização, instituições, certificados adquiridos ao longo da vida);
- Processo de profissionalização (instituições ou aprendizagens no próprio trabalho, ingresso no mercado de trabalho, diferentes ocupações/funções, tipo de empresa);
- Percepção sobre alguns temas relacionados com a política no período anterior à militância (sindicato, partidos, movimento operário, greves, eleições);

⁸ Enquanto pesquisador, dispunha de experiência em realizar entrevistas nas casas das famílias, uma vez que em pesquisa anterior, durante o trabalho de campo com inspiração etnográfica, passei de um a três dias acompanhando as rotinas das famílias entrevistadas (Cf. BATISTA; CARVALHO-SILVA, 2013).

- Processo de engajamento político (instituições, entidades, pessoas que a “iniciaram”, partidos e identificação com grupos específicos ou correntes internas);
- Trajetória como militante “recente” (tipos de atividades que participa e/ou organiza; responsabilidades);
- Trajetória como militante/ liderança (mandatos eletivos, filiação partidária, corrente política);
- Práticas e formação política (manifestações; ocupações; grupos de trabalho e estudos, assembleias);
- Filhos (idades, escolaridade, profissão, possível militância).

1.1.1. As entrevistas

Realizamos entrevistas em profundidade, pois elas nos permitiram falar de um mundo concreto, colocando em relevo as representações que cada entrevistada faz de sua própria trajetória dentro de um contexto social particular, ou seja, marcado por um tipo de participação política muito específica, num movimento que exige uma série de atividades reguladas.

A partir de cada narrativa buscou-se, pelas singularidades das trajetórias, assim como encontrar regularidades que ajudassem compreender tendências comuns nos processos de socialização vividos por essas mulheres no contexto do MTST e as razões pelas quais permaneciam engajadas num movimento que requer um processo de participação bastante longo e, por vezes, “radical”.

A entrevista em profundidade (compreensiva) permite abordar de um modo privilegiado o universo subjetivo do ator, ou seja, as representações e os significados que atribui ao mundo que o rodeia e aos acontecimentos que relata como fazendo parte de sua história. Essa subjetividade é para o sociólogo, não um mero reflexo da individualidade desse ator, mas de um processo de socialização e de partilha de valores e práticas com outros (LALANDA, 1998, p. 875).

Nesse sentido, compartilhamos a hipótese de que as representações e os significados que essas mulheres atribuem ao mundo do qual fazem parte (e que orientam seus modos de ação) não são apenas imagens de sua individualidade, mas o resultado desses processos de socialização aos quais foram submetidas no curso de seu engajamento, uma vez que as lógicas que regem um dado mundo social tendem a ser similares às aquelas que regem o microcosmo, ou seja, a situação social da qual fazem parte origina as pressões e as lógicas de ação que se colocam em prática e que apresentam pontos em comum (BERTAUX, 2005). Evidentemente, ainda que estejam inseridos num mesmo contexto social, orientadas pelo *habitus*⁹ de cada indivíduo, as práticas individuais e coletivas poderão ser distintas, pois dependem, ainda, dos “esquemas de percepção, de pensamento e de ação” que foram engendrados nas experiências biográficas passadas de cada indivíduo (BOURDIEU, 2011, p. 90). Isso nos coloca continuamente diante dos desafios de se perceber os limites entre os esquemas orientados pelas predisposições dessas mulheres ao engajamento e as novas disposições engendradas pela própria experiência do engajamento. Diante de tal desafio, nos voltamos especialmente para a observação dos “ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas” dessas mulheres, pois eles “podem determinar as transformações duráveis do *habitus*” (BOURDIEU, 1983, p. 106). Assim, também, nos pareceu metodologicamente oportuno trabalhar as entrevistas em termos de relatos de vida, recorrendo a uma variedade de testemunhos e casos distintos, com o intuito de nos aproximarmos das hipóteses sobre o que levaram essas mulheres a se engajarem na luta por moradia e, sobretudo, as aprendizagens decorrentes desse engajamento no contexto dos processos de socialização vivenciados no interior do movimento. Contudo, é preciso levar em conta que tais narrativas são construídas em retrospecto e, possivelmente, são influenciadas pela experiência de ressocialização dessas mulheres. Nesse sentido,

É do maior interesse saber como cada um se esforça para contar a história de uma série de contingências como um desenvolvimento unitário; para descrever uma linha, quebrada por forças externas, tal

⁹ O *habitus* entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e possibilita o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas adquiridos de uma prática anterior (BOURDIEU, 2002, p.261).

como uma via desejada e escolhida a partir de dentro; para entender como os seres humanos fazem para construir uma unidade de sentido que a vida real é desprovida¹⁰ (BERTAUX, 1999, p.12, tradução nossa).

A seleção preliminar das entrevistadas se deu pela técnica da “bola de neve” (BIERNARCKI; WALDORF, 1981) na qual uma entrevistada indicava a próxima, mantendo-se e ampliando-se as relações de confiança com o pesquisador. Vale dizer que esse procedimento teve início com uma das militantes responsáveis pela parceria entre a USP e o MTST por meio de um projeto de extensão universitária. O processo de indicação das entrevistas, por si só, também se constitui em um importante dado de pesquisa na medida em que revelava certas avaliações e apreciações que estas mulheres possuíam de si mesmas e de suas companheiras de luta.

Apesar da elaboração dos roteiros, na maioria das entrevistas, não foi necessário fazer todas as perguntas selecionadas, pois as depoentes, espontaneamente, abordavam os temas pretendidos, sendo necessário, na maioria das vezes, apenas introduzir questões de esclarecimento. Essa característica, provavelmente, deveu-se ao fato de que na trajetória de participação das entrevistadas no movimento, além da existência de atividades voltadas para comunicação das pessoas sem-teto com a mídia, a presença de jornalistas nas marchas e ocupações é bastante constante, aproximando os militantes, ainda que só por observação, da experiência de coleta de depoimentos dos jornalistas.

A relação de troca entre entrevistado e pesquisador depende não só do grau de confiança que se pode estabelecer entre esses dois sujeitos, mas também da posição que cada um ocupa nessa relação. Desse modo, foi possível reconhecer que as lideranças das ocupações de terreno sentem-se mais encorajadas em conceder entrevistas, inclusive, calculando, ainda que intuitivamente, os ganhos dessa relação, uma vez que o movimento busca tornar cada vez mais pública suas ações. Esse fato, por um lado, se deve ao resultado dos investimentos que o movimento faz em grupos específicos de militantes no sentido de prepará-los para as interações com os veículos

¹⁰ Es del mayor interés saber cómo cada cual se esfuerza por narrar la historia de una serie de contingencias como un desarrollo unitario; por describir una línea, rota por fuerzas exteriores como un itinerario deseado y escogido desde el interior; por comprender cómo hacen los seres humanos para construir una unidad de significado de la cual su vida real está desprovista (BERTAUX, 1999, p. 12).

de mídia e, de outro porque essas mesmas pessoas sentem-se legitimadas em falar de sua luta.

As entrevistas tiveram em média 2h30 de duração cada e são caracterizadas por grande riqueza de informações e detalhes. Com isso, possibilitaram a constituição de análises sobre as trajetórias dessas mulheres no que tange a diferentes aspectos de suas vidas e de suas experiências de participação no MTST. Permitiram a coleta de um vasto conjunto de dados biográficos e sobre as condições (sociais, políticas e econômicas) nas quais essas mulheres transitaram, que foram organizadas em forma de relatos de vida, pois,

O relato de vida pode constituir-se num instrumento valioso de aquisição de conhecimentos práticos, com a condição de orientar desde a descrição de experiências vividas em primeira pessoa e dos contextos em que as experiências têm sido construídas (BERTAUX, 2005, p.21, tradução nossa) ¹¹

Nesse sentido, buscamos, em cada um dos relatos, dar destaque às experiências das depoentes de modo que pudéssemos demonstrar a heterogeneidade desse grupo de mulheres, que apesar de fazerem parte de um mesmo movimento e compartilharem o contexto de engajamento, correspondem, cada uma, nas formas de sua participação, um modo particular de agir e de pensar, resultado, evidentemente, de trajetórias singulares, que se constituem em contextos sociais bastante diversos. Essa heterogeneidade também é característica de suas trajetórias de vida pregressas a entrada no movimento, que também procuramos contemplar nesses relatos. Em outras palavras, buscamos apreender o modo como o mundo social, por meio dos processos de socialização vividos por essas mulheres, passou a interiorizar-se no mundo interior do indivíduo ao mesmo tempo em que esse aprende se tornar um membro da sociedade, orientando as mais variadas formas de agir e pensar (BERGER; BERGER, 1975).

¹¹ El relato de vida puede constituir un instrumento precioso de adquisición de conocimientos prácticos, con la condición de orientarlo hacia la descripción de experiencias vividas en primera persona y de contextos en los que esas experiencias se han desarrollado (BERTAUX, 2005, p.21).

Apesar da individualidade de cada relato é possível identificar, por meio da análise das diversas experiências educativas vivenciadas por essas mulheres no interior do movimento, elementos que nos ajudam compreender as possíveis pré-disposições dessas mulheres ao engajamento e os processos de socialização vividos por elas no interior do MTST, que redundaram em disposições ao engajamento, bem como na produção de efeitos sobre o modo como tais mulheres concebem a si, o mundo e seu lugar nele.

1.1.2. O campo da pesquisa

O campo da pesquisa teve como base a sede do MTST, conhecida como “Casarão”, localizada no bairro do Jardim Salete, à margem da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), no município de Taboão da Serra, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde se concentra grande parte das assembleias com as coordenações do movimento, reuniões e cursos de formação política, que envolvem diferentes núcleos de militantes e de dirigentes, sobretudo aos finais de semana. O “Casarão”, como o nome sugere, refere-se a uma enorme propriedade que pertenceu ao primeiro prefeito eleito do município, Nicola Vivilechio, que permaneceu no cargo entre 1959 (ano da emancipação do município) e 1963. Com a morte do antigo prefeito, sua filha, de nome Salete, loteou e vendeu uma parte das terras, dando no município origem ao bairro popular que leva seu nome (Jardim Salete). Outra parte da propriedade, um imenso terreno no entorno do antigo casarão da família, ficou ociosa e, por pressão do MTST, que ocupou a área em 2005, foi desapropriada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) em 2009 e destinada a construção de 1080 unidades de habitação popular¹². Em 2013, como parte das ações do programa Minha Casa Minha Vida Entidades

¹² Habitação popular refere-se à moradia destinada a população cuja renda familiar mensal bruta, em 2016, não ultrapasse a R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

(MCMV-E)¹³, do Governo Federal, em parceria com o MTST, teve início a primeira fase de construção de 172 unidades habitacionais que hoje constituem o Conjunto Habitacional João Cândido. O início da segunda fase do empreendimento, previsto para 2015, sofreu atrasos devido a suspensão temporária dos recursos da terceira fase do MCMV-E. Em 2016, as obras para a construção de novos blocos do condomínio foram iniciadas e até a conclusão desta pesquisa ainda não foram concluídas.

Mesmo com a previsão de construção dos demais blocos do conjunto habitacional no terreno, o antigo casarão foi mantido, recuperado e transformado na sede do MTST. Dispõe de uma cozinha, onde são preparadas as refeições para os dias de assembleia; uma ampla sala de reuniões; o escritório do movimento; uma biblioteca; quatro dormitórios com beliches; um depósito de materiais; um galpão, onde ocorrem as assembleias; uma capela transformada em um pequeno espaço de atividades; uma área recreativa para as crianças e uma casa anexa, onde são realizadas aulas de um cursinho pré-vestibular (fruto de uma parceria entre o MTST e a União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UneAfro) e a ciranda¹⁴ (espaço destinado às atividades recreativas e culturais para os filhos dos militantes).

Grande parte do trabalho de campo foi realizado no “Casarão” e no Conjunto Habitacional João Cândido, *lócus* do desenvolvimento de um projeto de extensão na área de educação intitulado “A dimensão educativa da luta pela moradia: desigualdade e direitos sociais em questão”, coordenado pela Profa. Dra. Kimi

¹³ O Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (MCMV-E), foi criado pelo Governo Federal, em 2009, com objetivo de atender as demandas habitacionais de famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades sem fins lucrativos. O programa, ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, é dirigido a famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00. Para participar do Programa, a entidade precisa estar previamente habilitada pelo Ministério das Cidades e a proposta deve ser selecionada, após a análise e aprovação dos projetos pela Caixa Econômica Federal. A entidade, ainda, deve se dispor a fazer a gestão (direta ou indireta) dos empreendimentos. Para melhor entender as origens, estrutura e avaliação do programa ver: (AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz, 2015)

¹⁴ A ciranda é um espaço da criança no qual ela brinca, se organiza, desenha, pinta, canta, dança. Um espaço lúdico que por meio da educação visa a participação das crianças como sujeitos na construção do próprio movimento. Surge da necessidade de cuidado das crianças enquanto seus pais estudam e militam no acampamento, buscando aproximar os debates e conteúdos que constituem o movimento para a linguagem infantil.

Tomizaki, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade de São Paulo (USP), que concedeu oito bolsas de estudos para alunos de graduação interessados no projeto. A participação no projeto se mostrou essencial no processo de aproximação com as famílias de “novos” e “antigos” militantes, uma vez que a entrada em acampamentos e a participação em reuniões dos grupos precisam ser previamente combinadas e dependem da acolhida dos coordenadores e militantes, que precisam aceitar a presença do pesquisador e identificá-lo como “um companheiro do movimento”. O trabalho desenvolvido juntamente às crianças e aos adolescentes, sobretudo moradoras do conjunto habitacional, ao longo do segundo semestre de 2015, favoreceu o reconhecimento da equipe de trabalho de extensão como uma parceira do movimento. Com isso, a equipe passou a ser convidada para participar de reuniões, assembleias e eventos, a conhecer e desenvolver atividades em acampamentos o que, sem dúvida, abriu um profícuo caminho de aproximação com as pessoas militantes, inclusive facilitando a realização de entrevistas nas casas das mulheres que estiveram dispostas a aceitar minha presença.

1.1.3. O projeto de extensão da USP junto ao MTST

O projeto de extensão consistia a um processo de intervenção junto às crianças e aos adolescentes de famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo. Teve por finalidade realizar uma ação de formação sobre direitos sociais, com ênfase sobre o direito à moradia. O objetivo central do projeto de extensão foi criar as condições para apresentar e colocar em debate: (i) o conhecimento produzido na universidade a respeito das desigualdades de oportunidade, acesso e resultados que perpassam a sociedade brasileira em diferentes dimensões (sistema escolar, mercado de trabalho, direito à moradia, à cultura e às manifestações artísticas, por exemplo), (ii) as reflexões sobre direitos sociais, com ênfase sobre o direito à moradia, bem como (iii) a história dos movimentos sociais da cidade de São Paulo, suas conquistas e desafios.

A implementação do projeto ocorreu com o apoio das lideranças do MTST, que inclusive, durante as reuniões de consolidação da parceria, apresentaram suas pautas e necessidades formativas direcionadas, especialmente, às crianças e aos adolescentes do movimento. Uma das principais demandas apontava para a urgência em fomentar os princípios do MTST, constantes na “Cartilha do Militante”, para o público mais jovem, ou seja, para os filhos das pessoas que militam no movimento, uma vez que são reconhecidas as dificuldades em se tratar de assuntos políticos com linguagem e procedimentos adequados aos mais jovens. Além disso, viu-se na implementação do projeto a oportunidade de formação de futuros indivíduos engajados no empreendimento de transformações sociais de base popular via a luta por moradia. Contudo, a principal demanda em relação ao projeto, provavelmente um de seus resultados indiretos, era de que a conscientização das crianças acerca do envolvimento de seus familiares na luta pela moradia pudesse contribuir com o fortalecimento individual da militância por meio do estabelecimento ou da ampliação de redes de apoio intrafamiliares. O movimento reconhece que no âmbito doméstico, muitas vezes, a luta acontece de modo solitário, pois as ações inerentes a militância dos indivíduos não recebe dentro do lar e da família ampliada o apoio esperado. Ao longo das entrevistas e das observações junto às reuniões e às assembleias, essa demanda pode ter suas razões confirmadas. É relativamente comum a queixa, sobretudo vinda das mulheres, de que não encontram em suas famílias o apoio necessário para o pleno desempenho de suas funções no movimento. É especialmente com as mulheres que as coordenadoras de acampamentos do MTST identificam a existência de maiores obstáculos para a militância, provocados pela falta de adesão e de solidariedade familiar, sobretudo em relação aos maridos que, não raras vezes, impedem a participação de suas esposas nas atividades e assembleias. Esse fato se torna mais dramático, tratando-se de um movimento constituído em sua maioria por mulheres, revelando indícios dos constrangimentos sofridos por elas em âmbito doméstico.

As demandas do movimento associadas aos objetivos do projeto de extensão constituíram-se num constante desafio ao longo do desenvolvimento do trabalho. Inicialmente, imaginava-se que as atividades destinadas às crianças, que aconteciam concomitantemente às assembleias aos finais de semana no Casarão, pudessem se configurar como um "incentivo", sobretudo entre as mulheres, à frequência e à

participação das crianças naquele espaço, pois muitas vezes elas não eram levadas às assembleias por falta de atividades que pudessem envolvê-las durante o dia. Contudo, essa expectativa não foi realizada. O número de crianças acompanhadas de seus familiares era bastante pequeno e não estava associado à existência do projeto. As dificuldades dos familiares em virem acompanhados dos filhos aos finais de semana estavam relacionadas também à ausência de alojamento uma vez que é comum militantes dormirem no Casarão. O grupo de crianças participantes do projeto, então, constituiu-se, basicamente, de moradoras do Conjunto Habitacional João Cândido, que já vivenciaram os momentos mais intensos de militância de seus pais, ou seja, a ampliação de redes de apoio intrafamiliar para a luta dos adultos passou a fazer menos sentido.

As ações do projeto ocorreram no período de setembro a dezembro de 2015, geralmente aos domingos, entre as 14h e 17h, especialmente na sede do MTST e no Conjunto Habitacional João Cândido. Porém, em atendimento às demandas do movimento, foram realizadas atividades em alguns sábados, feriados e dias da semana, inclusive contemplando atividades específicas, como contação de histórias, no acampamento Paulo Freire em Embu das Artes. Participavam do projeto, em média, 30 crianças por encontro entre três e 14 anos de idade, com maior concentração na faixa etária de oito a dez anos, incluindo duas crianças com deficiência. A participação das mesmas crianças nas atividades do projeto se demonstrou bastante inconstante, seja porque, muitas vezes, elas assumem responsabilidades domésticas, como limpar a casa ou cuidar dos irmãos, seja porque seus familiares nem sempre autorizam a saída das crianças de casa. Vale dizer que a existência do projeto aos finais de semana foi bem recebida pelas mães que reclamam a ausência de atividades recreativas e de lazer no condomínio. O contato com as crianças e com seus familiares, como dito anteriormente, foi fundamental para que a equipe do projeto fosse identificada como companheira do movimento, facilitando, sobremaneira, o desenvolvimento do trabalho de campo referente à pesquisa.

O trabalho de extensão passou a ser incorporado ao trabalho de campo, uma vez que, a partir dele, foi possível recolher informações preciosas para a pesquisa. Por meio das crianças, compreendemos melhor os sentimentos e significados de estar

engajado em uma causa coletiva, de viver a experiência de uma ocupação e de ter conquistado, mediante a luta cotidiana de seus familiares, a casa própria. Além disso, no diálogo com as crianças e com seus familiares foi possível recolher evidências sobre os processos de transmissão de valores políticos entre as diferentes gerações. É pressuposto da pesquisa que o processo de formação política experimentado por essas mulheres tenha contribuído para mudanças nas formas como elas concebem o mundo e seu lugar nele e de que essa mudança possa, inclusive, influir sobre a educação das novas gerações. Fato, que em partes, não se confirmou¹⁵. Por essas razões, apesar de não ter constituído o escopo inicial, o projeto de extensão passou a fazer parte do material empírico de pesquisa.

O trabalho empreendido no contexto do projeto de extensão visou o atendimento de crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias com propostas de atividades que pudessem envolvê-las em conjunto, evidentemente, sem negligenciar as especificidades e necessidades de cada um. Nesse sentido, foram elaboradas múltiplas atividades, que apresentavam eixos comuns entre si, para que cada participante pudesse escolher, entre elas, aquela que tivesse mais afinidade ou vontade de participar. Em cada encontro, realizamos, inicialmente, uma roda de conversa na qual apresentamos a proposta de trabalho para o dia e fazíamos os “combinados”. Os acordos iniciais foram muito importantes para se evitar conflitos anteriormente comuns entre as crianças e os adolescentes. Três tipos básicos de atividades foram planejadas: (i) um cantinho de leitura, no qual ocorriam oficinas de contação de histórias; (ii) jogos e brincadeiras cooperativas e (iii) oficinas de produção (desenhos, textos, música). Além disso, em cada encontro foi reservado um espaço para que as crianças fizessem também propostas de atividades. Vale dizer que, apesar do esforço fundamental e necessário que empreendemos no planejamento das atividades, a dinâmica do movimento, marcada por uma série de imprevistos e emergências, ditam os caminhos a serem seguidos. Essa característica exigiu bastante dinamismo e emprego de criatividade entre os membros da equipe do projeto, que sempre se demonstrou disposta a enfrentar os desafios, respeitando os limites e as demandas do movimento sem abandonar seus propósitos de pautar, em

¹⁵ Apesar do material empírico produzido no âmbito do projeto de extensão, nesta pesquisa não nos detivemos à sua análise o que poderá ser realizado em produções futuras.

cada oportunidade, os princípios do MTST e o alargamento da compreensão acerca dos direitos civis, sociais e políticos entre as crianças, sendo orientados pelos ideais de justiça e igualdade. Atentos às falas e aos gestos de crianças e adultos (que por vezes também participam das atividades), sempre encontramos um profícuo espaço de debate e discussão sobre os mais variados temas.

1.2. Mulheres e exposição aos riscos sociais

O destaque para as mulheres como sujeitos dessa pesquisa, em grande medida, foi amparado pelo fato de que são elas que se apresentam como maioria nos movimentos de moradia, fato que também pode ser verificado no MTST. Essas mulheres, muitas vezes, assumem papéis de liderança no interior desse tipo de movimento, caminhando na contramão de outras formas de organização, tais como partidos políticos ou outros movimentos sociais, em que a liderança de mulheres é menos frequente (GOHN, 2010; SOUZA, 2013). Ainda que falar da forte presença de delas nesses movimentos não seja novidade, **compreender as nuances e especificidades do engajamento de mulheres pobres desse grupo tem grande relevância por se tratar de um dos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira**. Acreditamos que dedicar-se à análise da dimensão educativa da luta por moradia, bem como dos sentimentos e dos sentidos atribuídos a essa militância essencialmente vivenciada por mulheres no MTST e à própria trajetória de engajamento dessas militantes, pode conduzir, entre outras coisas, **ao debate sobre os motivos que levam determinados indivíduos se envolverem coletivamente em uma causa, enquanto poderiam, como a maioria, buscar soluções individuais para seus problemas**.

Em pesquisa anterior¹⁶ envolvendo mulheres de uma ocupação irregular numa área de alta vulnerabilidade social foi possível identificar que, **apesar dos variados**

¹⁶ Estudo intitulado *Educação em territórios de alta vulnerabilidade social em grandes centros urbanos* realizado entre os anos de 2009 e 2013, no qual foi possível tomar contato com grupos de famílias,

esforços empreendidos por elas no sentido de promover, especialmente pela via do alongamento da escolarização de seus filhos, melhoria das condições de vida de suas famílias, seus empenhos eram caracterizados por esforços individuais e particulares, que apesar de serem em grande medida comuns entre elas, não resultavam em formas coletivas de enfrentamento das adversidades impostas pela situação de miséria na qual estavam inseridas, principalmente aquelas resultantes de suas precárias condições de moradia e trabalho (BATISTA; CARVALHO-SILVA, 2013; CARVALHO-SILVA; BATISTA; ALVES, 2014).

Por essas razões, a escolha por focalizar nessa pesquisa as mulheres militantes do MTST não foi aleatória. Soma-se a isso o interesse pessoal pelos processos de socialização, principalmente socialização política¹⁷, a que estão expostas as mulheres participantes dos movimentos de luta por moradia, por ser filho de uma mulher operária, que apesar de sua baixíssima escolaridade e das duras condições de vida, juntamente com outras mulheres, participou ativamente das lutas pelo direito à moradia nos anos de 1990, tornando-se, com o auxílio dos processos formativos empreendidos pelo movimento do qual fazia parte, uma liderança dos chamados “mutirões da casa própria” organizados, nesse caso, pelo extinto Movimento dos Sem Terra Urbanos da Região Metropolitana de São Paulo (MSTU), que atuava na região do Alto Tietê¹⁸. Além disso, minha própria trajetória é assinalada

sobretudo mulheres, que viviam em uma ocupação urbana irregular na periferia da zona leste de São Paulo. A investigação contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo no. 2010/20245-0. Seu principal objetivo foi estudar a qualidade da educação pública em áreas de alta vulnerabilidade social de grandes centros urbanos, inicialmente em áreas localizadas na subprefeitura de São Miguel Paulista (Município de São Paulo), e depois também em Teresina (Piauí). Parte da fundamentação teórica que orientou as análises dos resultados de tal pesquisa permitiu a aproximação com o debate acerca dos efeitos da segregação socioespacial sobre as condições de vida de famílias das camadas populares, especialmente, sobre as relações entre território, moradia e educação e, indiretamente, sobre o papel educativo do associativismo em torno da questão da moradia. A designação de camadas populares aqui é utilizada em referência a classificação social utilizada para caracterizar as famílias em situação de alta vulnerabilidade social que compunham o território analisado. Cf. BATISTA; CARVALHO-SILVA, 2013.

¹⁷ A socialização política, como uma das dimensões dos processos socializadores mais amplos, pode ser entendida como um processo de transmissão e aquisição de códigos simbólicos, informações, comportamentos, normas, sentimentos e preferências políticas, que incide nos modos como os indivíduos desenvolvem uma determinada representação do mundo, especialmente do mundo político (DUBAR, 2005).

¹⁸ No final dos anos de 1990 o Movimento dos Sem-Terra Urbanos (MSTU), após um longo processo de dissidência de seus líderes deixou de atuar sob essa sigla fundindo-se em diferentes movimentos de luta por moradia.

pelo testemunho dos sofrimentos íntimos vividos pelas mulheres, pois durante minha infância vivi num cortiço em que todas as famílias eram monoparentais femininas¹⁹ e na minha própria casa viviam minha avó, minha tia, minha mãe e minha irmã que juntas lutavam pela sobrevivência naquele núcleo familiar. Essa experiência, sem dúvida, foi responsável pela minha aquisição de uma percepção de mundo que coloca as mulheres na centralidade da vida familiar e social.

Outra razão que anima esta pesquisa diz respeito ao fato de que **as mulheres, embora tenham realizado grandes conquistas em termos de igualdade de gênero, ainda são socialmente identificadas como quase únicas responsáveis pelo trabalho doméstico, cuidado da casa e dos filhos, ainda que exerçam atividade remunerada fora do lar.** Essa característica, por si só, poderá implicar numa maior dificuldade das mulheres em participar dos movimentos de luta por moradia, uma vez que esses, na maioria dos casos, demandam grande esforço e a dedicação de longos períodos de tempo inerentes a esse tipo de militância. Além disso, tais movimentos têm se constituído majoritariamente pela participação de mulheres, que veem na moradia um bem de primeira necessidade (SARTI, 2011; SOUZA, 2013).

Apesar de as mulheres serem maioria da população (51,5%), os indicadores de trabalho, estudo e renda seguem revelando **grande desigualdade de gênero na organização da sociedade brasileira.** Embora possuam, em média, mais anos de estudos do que os homens (7,9 anos entre as mulheres e 7,4 anos entre os homens, em 2013), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 revelou que a renda das mulheres representa 73,7% da renda dos homens. Entre os desempregados os dados ainda revelam que 56,9% das pessoas sem trabalho eram mulheres. Se forem reunidos esses dados com o crescimento das famílias monoparentais femininas e das que são chefiadas por mulheres, **é possível inferir**

¹⁹ A monoparentalidade feminina diz respeito às famílias em que na sua definição estrutural há ausência da figura paterna e a mãe ou responsável pelo lar assume sozinha o cuidado por toda a família. Essas mulheres podem estar na condição de solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas. Essas famílias se diferem daquelas chefiadas por mulheres uma vez que estas se referem a uma dimensão econômica da estrutura familiar na qual as mulheres seriam responsáveis pela principal fonte de renda (COSTA; MARRA, 2013; SANTANA, 2014).

que as mulheres representam a parcela da sociedade mais exposta ao risco de alta vulnerabilidade social²⁰. Em relatório especial divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2011, sobre o retrato das desigualdades de gênero e raça no Brasil, referente ao período de 1995 a 2015, a proporção de mulheres chefes de família aumentou significativamente, passando de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009 e 40,5% em 2015 (isso significa que em 2015, 28,6 milhões de famílias eram chefiadas por mulheres). Dessas famílias, 26,1% das chefes participavam de famílias formadas por casais e, a maioria, 49,4% constituíam famílias monoparentais femininas²¹ (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011). Em linhas gerais, isso significa também dizer que **há um crescente número de famílias cada vez mais dependentes dos rendimentos auferidos apenas pelas mulheres que, por possuírem menores rendimentos do que os homens e muitas vezes ocuparem postos de trabalho menos prestigiados na sociedade, possivelmente estão mais expostas aos riscos sociais advindos da baixa renda e das precárias condições de vida.** Além disso, em nossa sociedade, as mulheres continuam sendo socialmente responsabilizadas, quase que exclusivamente, pelas tarefas domésticas e cuidados da família, o que resulta, na maioria das vezes, numa dupla jornada de trabalho. Em se tratando de populações expostas a condições miseráveis de vida, essa identificação ganha contornos ainda mais fortes, sobretudo, entre famílias monoparentais, em geral, estruturalmente mais precárias (COSTA; MARRA, 2013; GOHN, 2010; HIRATA, KERGOAT, 2007; PINTO, 2011; SARTI, 2011; SANTANA, 2014; SOUZA, 2013).

Esse cenário, em partes, pode ser explicado pela divisão social do trabalho, que produziu historicamente, sobre uma base ideológica e material, uma distinção valorativa entre homens e mulheres organizada a partir de dois princípios básicos: um princípio de “separação”, que designa a existência de trabalhos de homens e trabalhos

²⁰ O termo vulnerabilidade é aqui empregado “em seu sentido amplo, a categoria ‘vulnerabilidade’ abarca duas condições: a dos ‘vulnerados’, que se identifica à condição de pobreza, quer dizer, que já padecem de uma carência efetiva que implica a impossibilidade presente de sustento e de desenvolvimento, bem como uma debilidade futura, a partir dessa incapacidade; e a dos ‘vulneráveis’, para os quais a deterioração de suas condições de vida não está ainda materializada, mas aparece como uma situação de alta probabilidade em um futuro próximo, a partir das condições de fragilidade que as afeta (PERONA; ROCHI, 2001)

²¹ Esses dados apresentam maiores disparidades quando observados os recortes de raça. Cf. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015

de mulheres na organização da sociedade e outro princípio “hierárquico”, no qual o trabalho do homem teria maior valor do que o trabalho da mulher. Essa distinção seria caracterizada pela “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” desenhando os contornos da divisão sexual do trabalho, expressando uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.599; SOUZA, 2013), na qual

A esfera produtiva é aquela onde há produção com valor monetário agregado: o trabalho assalariado, por exemplo; a esfera reprodutiva, por sua vez, é onde não há valor agregado ao trabalho. As tarefas domésticas e de cuidados são expressões mais características dessa esfera (SOUZA, 2013)

Por essa distinção, as mulheres seguem ganhando menos do que os homens, inclusive quando desempenham as mesmas funções no mercado de trabalho. O trabalho feminino ainda é desvalorizado tanto na esfera produtiva quanto na esfera reprodutiva, onde são responsabilizadas pelos cuidados em relação ao ambiente privado da casa. São as mulheres, majoritariamente, responsáveis pelo trabalho doméstico, cuidados das crianças e acompanhamento escolar dos filhos, não sendo remuneradas por essas atividades e tampouco valorizadas e reconhecidas, uma vez que tais atividades simbolicamente são associadas a um ato de amor, geralmente atribuído às mulheres (HIRATA, 2004; HIRATA, KERGOAT, 2007; SOUZA, 2013). Isso significa que de modo geral as mulheres acumulam compromissos tanto nos espaços públicos de trabalho (esfera produtiva) quanto nos espaços privados e domésticos (esfera reprodutiva), caracterizando a dupla jornada de trabalho como uma realidade da vida da maioria das mulheres. Nesse sentido, apesar das conquistas das mulheres na esfera do trabalho, ensejadas pelos movimentos feministas, sobretudo a partir da década de 1970, tais conquistas ainda não significaram o rompimento com essa divisão sexual do trabalho, que tem sobrecarregado as mulheres, sobretudo aquelas que possuem filhos e pertencem as frações mais desfavorecidas da sociedade.

Quando falamos das sem-teto, as condições de moradia poderão ainda implicar numa maior dificuldade no desempenho das atividades reprodutivas. A localização da casa em relação à escola, ao posto de saúde, aos meios de transporte público, por

exemplo, poderá se constituir como um obstáculo adicional no desenvolvimento de tais atividades, pois quanto mais distantes a casa estiver desses recursos maior será o empenho e o tempo gasto nesses deslocamentos. É importante destacar que **ao falar em moradia extrapola-se aqui o âmbito da estrutura física da casa, pois a moradia está inserida no espaço e vinculada a toda infraestrutura urbana, reproduzindo as desigualdades socioespaciais que o caracterizam**, sobretudo, nos grandes centros urbanos. A percepção de que a moradia não se limita a estrutura física da casa também tem pautado a luta dos movimentos por moradia, especialmente o MTST, uma vez que suas bandeiras agregam reivindicações por uma vida digna com acesso garantido aos direitos sociais básicos ao conjunto da população, especialmente nas periferias, por meio da presença de equipamentos públicos de saúde, educação e lazer, transporte de qualidade, saneamento e segurança, pois “o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente – o sem-teto – também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infraestrutura básica em seu bairro” (MTST, Cartilha de princípios, p.4).

As mulheres que habitam as periferias dos centros urbanos, nessa direção, estão expostas a condições de vida ainda mais duras e a maiores dificuldades em sua reprodução social. Assim, a forte presença feminina nos movimentos de moradia pode indicar um esforço de preservação familiar que têm na casa um bem de primeira necessidade, pois **se o trabalho doméstico é atribuído às mulheres e as condições de moradia interferem diretamente nesse trabalho, quando a moradia está ameaçada são as mulheres que, mais provavelmente, sentem mais ameaçada todas as possibilidade de reprodução social de sua família** (SOUZA, 2013).

Esses fatos demonstram a importância do conjunto de políticas sociais de âmbito federal e local que buscam o fortalecimento social das mulheres. Exemplo disso são os programas de transferência de renda como o Bolsa Família, preferencialmente voltados às mulheres²² e os programas de habitação popular como

²² Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que

o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal ou de atendimento habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São Paulo que indicam as mulheres como beneficiárias diretas dos contratos de financiamento dos imóveis, ainda que elas sejam casadas ou vivam em relações estáveis com seus companheiros homens (BRASIL, 2009; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2004)²³. Entretanto, vale dizer que os avanços das políticas sociais, experimentados na última década, foram insuficientes para equacionar os problemas da desigualdade no Brasil, visto que não atingiram sua raiz.

1.3. Processos de socialização e configurações do *habitus*: o engajamento como dimensão educativa

Os processos de socialização podem ser entendidos como o desenvolvimento de uma determinada representação do mundo constituída por meio das múltiplas interações que os indivíduos estabelecem entre si e o meio social no qual estão integrados. No curso de tais processos, sob influência do meio social, são transmitidos e internalizados valores, formas de ação, categorias de percepção e de pensamento que, sobretudo de forma inconsciente, constituem um sistema de referências objetivas e simbólicas que orienta a participação dos indivíduos na vida social ao mesmo tempo em que permite o desenvolvimento de uma identificação pessoal e do sentimento de pertença aos diferentes grupos sociais. Tais processos ocorrem gradualmente ao longo de toda trajetória social dos indivíduos e são capazes de ensejar transformações, de menor ou maior grau, nas representações que esses desenvolvem sobre si próprios, sobre o mundo social, bem como do lugar que ocupam nesse

amamentam. Fonte: Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acesso em set/2014.

²³ Segundo a Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009, Art. 35, os contratos e registros efetivados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher (Cf. BRASIL, 2009).

mundo, pois esses processos sobrevivem de uma relação constante de interdependência entre a realidade objetiva (mundo social) e a realidade subjetiva (existência individual). Desse modo, não podem ser vistos como um processo vertical e contínuo de interiorização de normas e valores herdados das gerações precedentes, como um programa destinado a ser executado, no qual os indivíduos seriam um resultado acabado. Os indivíduos são dotados de múltiplas capacidades de adaptar-se a novas situações ao mesmo tempo em que constroem, mediados por essas mesmas situações, novos sentidos para as experiências individuais e coletivas, podendo enriquecer seus recursos cognitivos ou modificar certos efeitos da socialização anterior a que estiveram expostos (BERGER; BERGER, 1975, 1983; ELIAS, 1994; MELUCCI, 1994, 1997; BERGER; LUCKMANN, 2004; DUBAR, 2005; COFFEY, 2010; ABRANTES, 2011; PERCHERON, 1993; LAHIRE, 2001; TOMIZAKI, 2010).

Todos os indivíduos nascem numa dada estrutura social objetiva dotada de um sentido que foi construído historicamente e socialmente nas interações que esses estabelecem entre si e o mundo social do qual fazem parte. Isso quer dizer que as representações do mundo dependem do lugar social que cada indivíduo ou grupo ocupa na sociedade mediada pelo acesso que dispõem aos bens materiais e simbólicos, bem como dos conhecimentos que são distribuídos e compartilhados no meio social do qual pertencem. As formas de construção de uma dada representação do mundo são implicadas nos modos de transmissão e interiorização dessa mesma representação e por consequência dos valores que orientam as condutas que cada indivíduo, ao longo de toda sua trajetória social, poderá adotar frente às mais diversas situações (BOURDIEU, 2002, 2011a; DUBAR, 2005, 2012; ELIAS, 1994).

Ao longo de suas trajetórias, os indivíduos socializados podem reforçar, modificar ou recriar seus sentidos nas interações que estabelecem com novos setores da sociedade através dos processos de socialização subsequentes, a partir da aquisição de outros conhecimentos relativos aos “novos mundos” com as quais esses indivíduos têm contato, geralmente, mediados pelas instituições. Implicam, muitas vezes, na adoção de funções específicas e na aquisição de vocabulários e posturas também específicas que correspondem às diferentes instâncias sociais com as quais os indivíduos interagem. Esses processos têm a capacidade de estruturar as (outras) interpretações do mundo, as categorias de percepção e as formas de conduta que

serão acionadas ou construídas na interação. É nessa perspectiva que **acreditamos que as mulheres engajadas no MTST poderão encontrar oportunidade de vivenciar outras experiências de interação, inclusive, com o poder político e, muitas vezes, agir no interior do próprio espaço do poder constituído para lutar pelos seus interesses e direitos** (ainda que não tivessem se socializado anteriormente para isso), **adaptando-se a certas condições objetivas e construindo outros sentidos para as experiências individuais e coletivas** (BERGER; BERGER, 1983; MELUCCI, 1994, 1997).

As interações mediadas pelos processos de socialização não ocorrem como um *continuum* livre de experiências individuais e coletivas de tensões e conflitos. Tais processos podem exigir condicionamentos sociais, inclusive, conflitantes, pois as lógicas de socialização anteriores nem sempre encontram correspondência nas lógicas de socialização subsequentes (DUBAR, 2005, 2012; BERGER; LUCKMANN, 2004). O mesmo poderá ocorrer em relação à socialização profissional (DUBAR, 2005, 2012) socialização religiosa (BERGER; LUCKMANN, 2004) ou socialização política (PERCHERON, 1994) que, muitas vezes, ensejam normas, condutas e atitudes que são identificáveis ao grupo do qual os indivíduos participam e que nem sempre são correspondentes às normas, condutas e atitudes individuais antecedentes. Nesse processo, os efeitos das socializações precedentes podem ser parcialmente retomados nas socializações subsequentes, mas são passíveis de modificação. Essa perspectiva nos parece pertinente quando pensamos que por meio da participação num movimento social, ou pela experiência de processos específicos de socialização no interior de um movimento social que luta por moradia, como em nosso caso, **um grupo de mulheres via o engajamento numa causa coletiva pode encontrar a oportunidade de construir outras representações do mundo capazes de tensionar a realidade social da qual fazem parte, promovendo variadas transformações nos modos como elas concebem a si, o mundo e seu lugar nele**, especialmente em uma sociedade que busca circunscrever a participação das mulheres ao âmbito doméstico (SARTI, 2011; ZALUAR, 1985), perspectiva contrária àquilo que busca o MTST nessa esfera e que pode ser sintetizado por algumas de suas máximas: "lugar de mulher é onde ela quiser!", "quando uma mulher avança, ninguém pode retroceder!", "mulher sem medo na luta!". Acreditamos, pois, que tais processos não ocorrem sem conflitos, uma vez que dizem respeito ao contato de

lógicas socializadoras, geralmente, distintas: processos de socialização política pautados em valores anticapitalistas (o que propõe o MTST), que possivelmente estão distanciados das internalizações que essas mulheres realizaram ao longo de suas vidas.

A socialização política, como uma das dimensões dos processos socializadores mais amplos e inerente à dimensão educativa da experiência militante, trata-se da transmissão e aquisição de códigos simbólicos, informações, comportamentos, normas, sentimentos e preferências políticas, que incide nos modos como os indivíduos desenvolvem uma determinada representação do mundo, especialmente do mundo político. Trata-se, pois, de um processo específico de socialização no qual as representações individuais, resultantes das diversas experiências no mundo social, e os valores do grupo político do qual participam esses indivíduos convergem para o desenvolvimento de uma dada representação do mundo político, que permite, aos indivíduos, assumir categorias de percepção e condutas identificáveis com um determinado coletivo (BARGEL, 2009; CAETANO, 2013; DUBAR, 2005; PERCHERON, 199; TOMIZAKI, CARVALHO-SILVA, SILVA, 2017).

Nessa perspectiva, é preciso dizer que os efeitos dos processos de socialização que redundam nas ações dos indivíduos não acontecem ao acaso, pois estas ações são também orientadas pelo *habitus*, que pode ser entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e de ações, possibilitando o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas (BOURDIEU, 2002, 2011a).

Tratando do grupo social ao qual se refere esta pesquisa (mulheres sem-teto), o fenômeno do engajamento é por si só instigante²⁴, pois nos referimos a um grupo

²⁴ Observações empíricas realizadas junto aos movimentos sem-teto, em especial ao MTST em São Paulo, evidenciaram que expressiva parcela dos militantes que vive a experiência do engajamento político nesse movimento demonstra possuir propriedades sociais que poderiam, num primeiro momento, serem consideradas desfavoráveis à participação e ação política dado a precariedade das condições de vida desses militantes: baixos índices de escolaridade; condições de moradia impróprias; instabilidade econômica; nomadismo urbano (provocado pela especulação imobiliária) e baixo capital cultural, [...] o número de sem-teto em nosso país é assustadoramente alto, são cerca de 22 milhões de pessoas que não têm casa, encontrando-se em situação de moradia de favor, barracos totalmente precários ou pagando aluguel que – pela baixa renda familiar – inviabiliza a sobrevivência. Além disso

que apresenta uma improvável relação entre a posse de determinados capitais e a competência política (CANÊDO, 2002, 2013; OLIVEIRA, 2010; PERCHERON, 1994; SEIDL, 2009; TOMIZAKI, 2007). Entretanto, como sugerem os dados da pesquisa, os grupos e indivíduos, independentemente de suas classes sociais, são dotados de múltiplas capacidades e formas de interagir com o político e, muitas vezes, agem no interior do próprio espaço do poder constituído ou em diálogo com ele, comumente, para lutar pelos seus interesses e direitos, adaptando-se a certas condições objetivas e construindo novos sentidos para as experiências individuais e coletivas (BERGER; BERGER, 1983; MELUCCI, 1994, 1997).

O engajamento em defesa de causas coletivas, bem como os processos de socialização requeridos por ele, depende da conjunção de uma série de fatores (sociais, políticos, culturais, educacionais, simbólicos) que emergem em diferentes intensidades no contato de indivíduos e de grupos, impulsionados por determinadas conjunturas históricas específicas. Reconhecemos, portanto, que **o engajamento não depende apenas de uma escolha pessoal ou é resultado exclusivo de um processo de socialização precedente, ele poderá ser mobilizado por circunstâncias sociais, econômicas e políticas particulares** – desemprego, enfermidade pessoal ou familiar, perda da moradia – e poderá resultar na experiência de processos específicos de socialização capazes, pelos seus condicionamentos, de transformar (inclusive mediante conflitos) as categorias de percepção e ação dos indivíduos. Sendo assim, poderíamos dizer que o fenômeno do engajamento político é multifacetado e, portanto, sua análise exige a compreensão dos múltiplos aspectos envolvidos nessa complexa experiência (PUDAL, 2009).

Os processos específicos de socialização inerentes à militância poderão, então, provocar a reconfiguração do *habitus* dos indivíduos engajados, uma vez que este fornece os princípios de associação e de individuação. O primeiro refere-se aos compartilhamentos entre e sobre aqueles que foram submetidos a condições sociais similares – pertencimento a uma classe ou grupo. Já os princípios de individuação apontam para o fato de que cada pessoa internaliza essa combinação de esquemas e disposições de forma particular. Nessa perspectiva, o *habitus* é simultaneamente

existem mais ou menos 53 milhões de pessoas que vivem sem condições básicas de serviço público e infraestrutura em sua moradia (BOULOS, 2014, p. 50).

estruturado (por propriedades sociais sobrevividas) e estruturante (de ações e representações presentes), confluindo para as práticas e as escolhas dos indivíduos (BOURDIEU, 1983, 1990, 2000a, 2000b, 2001, 2002).

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2011, p. 90).

Dessa forma, o engajamento é resultante de uma articulação entre os processos de socialização anteriores, constitutivos do *habitus*, e as novas vivências proporcionadas pela participação na vida política, que pode revelar tensões e conduzir, por meio de processos específicos de socialização inerentes ao movimento, à redefinição de códigos e a formação de novas representações acerca da existência individual ou coletiva, bem como a outros estilos de vida, reconfigurando o *habitus* (PETERS, 2009). Acreditamos, pois, que os movimentos sociais que lutam por moradia (em nosso caso o MTST) podem oferecer, por meio dos processos de socialização política que engendram, os princípios geradores de transformação na representação que os indivíduos desenvolvem de si e do mundo, orientando, a partir dessa mudança de representação, suas escolhas e condutas com vistas a transformações na estrutura social e pessoal.

1.4. Uma introdução ao perfil do MTST e sua dimensão educativa

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), desde sua constituição em meados dos anos de 1990, tem se configurado como um dos mais proeminentes movimentos populares do país. No momento do desenvolvimento da pesquisa era responsável pela coordenação de diversas ocupações de terrenos em áreas urbanas

das periferias e, segundo dados de seus organizadores, somente em São Paulo, contava com mais de 40 mil famílias associadas a essas ocupações e que participavam de núcleos, reuniões, assembleias, manifestações públicas e cursos de formação organizados pelo próprio movimento. Em linhas gerais, suas formas de atuação buscam expor os modos e os mecanismos de dominação e exclusão a partir de diferentes processos que envolvem a politização das pessoas que vivem nas periferias. Nesse sentido, o MTST se reconhece como um movimento que organiza, territorialmente, trabalhadores e trabalhadoras nas periferias dos centros urbanos onde vivem e que, para além da luta por moradia, busca transformações sociais, visando a constituição do que denominam como “poder popular”, ou seja, “a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores” por meio do combate à “máquina de produção de miséria nos centros urbanos”, formando, para isso, militantes e acumulando forças no sentido de construir uma nova sociedade pautada em valores socialistas (MTST, 2013; BOULOS, 2014; CHAVES, 2000; GOULART, 2011; LORENA, 2012; LIMA, 2004).

Desde sua gênese, reconhecidamente associada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como veremos adiante, o MTST se reconhece como um movimento territorial que buscou organizar o que chamavam de “excluídos da cidade” – antigos trabalhadores rurais alocados em postos precários de trabalho, que adensavam as periferias dos centros urbanos. Sua atuação com foco nas periferias, como também revelam os dados da pesquisa, contribui para a caracterização majoritária do aspecto social das pessoas que participam e militam em suas ações, que sugere a existência de trajetórias sociais marcadas por duras experiências associadas à situação de pobreza, tais como: baixa escolaridade; trabalho não qualificado e pouco remunerado; desemprego; condições precárias de moradia em áreas irregulares, de risco ou em aglomerados multifamiliares; famílias monoparentais numerosas, sobretudo femininas e alijadas dos direitos sociais e de cidadania básicos; escassez de serviços e equipamentos públicos. Dito de outro modo, o perfil das pessoas que participam do MTST congrega as propriedades sociais comuns ao conjunto das populações pobres que vive nas periferias dos grandes centros urbanos (BOULOS, 2014; KOWARICK, 2009; SARTI, 2011; TELLES, 2006; 2010). Entretanto, é preciso reconhecer desde já que, como na periferia, apesar das homologias constituídas pela condição de classe de seus moradores, do ponto de

vista microssocial, o MTST não diz respeito a um grupo homogêneo, uma vez que é possível identificar, entre aqueles e aquelas que o constituem, indivíduos: com diferentes níveis de escolaridade (da experiência do analfabetismo até a formação universitária, apesar de a maioria possuir baixa escolaridade); em distintos arranjos familiares (incluindo famílias nucleares e que exercem controle da natalidade); distribuídos em diversas condições de trabalho (da vivência do desemprego até o empreendedorismo no comércio, apesar da maioria se inserir no mercado de trabalho de maneira informal); adeptos e seguidores de múltiplas doutrinas religiosas (ainda que com predominância de pessoas evangélicas) e com diferente identificação política/ partidária, características que puderam ser verificadas no âmbito do desenvolvimento da pesquisa.

A heterogeneidade microssocial que caracteriza o território periférico se reflete, com maior nitidez, na composição social do MTST, admitindo, sobretudo, que as pessoas que dele participam sejam reunidas na categoria mais ampla de sem-teto²⁵ apesar de viverem essa condição de maneira distinta. Por outro lado, as representações e as propriedades sociais desse grupo nos permitem identificá-lo e associá-lo, do ponto de vista macrossocial, como constitutivos daquilo que pode ser chamado de “ralé brasileira”, ou seja, “uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social” (SOUZA, 2009, p.25), ou ainda:

(...) uma classe de abandonados e desclassificados sem qualquer chance de participação na competição social em qualquer esfera da vida. (...) toda uma classe que não consegue, pelo abandono social e político, incorporar conhecimento útil para participar no mercado econômico competitivo, (...) explorada como mão de obra barata – reduzida a dispêndio muscular pela ausência da incorporação de conhecimento valorizado pelo mercado competitivo – nas funções de empregada, faxineira, babá, zelador, prostituta, motoboy, porteiro, e todo tipo de trabalho, perigoso, sujo ou pesado, de modo a poupar tempo das classes média e alta para estudo e trabalho de funções prestigiosas e rentáveis (SOUZA, 2011, p. 38).

²⁵ Em linhas gerais, o termo sem teto designa, para o MTST, todo aquele indivíduo, grupo ou família que não possui requisitos mínimos de acesso aos programas de crédito imobiliário, inclusive públicos, ou de aquisição de imóveis e que, por essa razão, sequer se configuram como demanda de mercado e das políticas habitacionais, sendo relegados às condições impróprias de moradia e habitabilidade e vivendo a experiência do nomadismo urbano provocado pela especulação imobiliária. Nesse sentido, os sem teto existem antes mesmo de sua organização política.

Tratando-se de um grupo que pode ser caracterizado como a “ralé brasileira” seria de se pressupor, pelos seus atributos sociais, certa incapacidade desses indivíduos de se relacionarem ativamente com a política, sobretudo por meio do engajamento em movimentos coletivos ou políticos, uma vez que estudos revelam que as correlações entre as disposições individuais e o engajamento nesses movimentos variam em função da posse de um conjunto de capitais (sociais, culturais e simbólicos), experiências acumuladas, heranças políticas e conjunturas históricas numa relação de probabilidade entre a posse desses capitais e a competência política (CANÊDO, 2002, 2013; CALDART, 1997, 2000; CHAVES, 2000; OLIVEIRA, 2008; SEIDL, 2009; TOMIZAKI, 2007).

Contudo, é importante reconhecer que a experiência da organização coletiva, tanto no Brasil, como em outros países, também já foi protagonizada por indivíduos que não dispunham de tais capitais: do movimento operário até as ligas camponesas, por exemplo. No mesmo sentido, o MTST, não sem grandes esforços e dificuldades, tem buscado reunir parcelas da ralé brasileira (sob a designação de sem-teto), em direção ao engajamento político desses indivíduos com vistas à profundas transformações sociais no sentido de “criar poder popular”. Tal feito se materializa, grosso modo, no expressivo número de participantes envolvidos em diferentes tipos de manifestações públicas, ocupações de terrenos e de prédios públicos e em bloqueios de rodovias e avenidas, demonstrando que, **mediadas por movimentos organizados, a ralé brasileira possui significativa capacidade de mobilização e de suscitar mudanças sociais por meio do tensionamento político**. Contudo, é preciso igualmente reconhecer que, assim como certa heterogeneidade social caracteriza as periferias e por consequência os participantes do MTST, o nível e a intensidade do engajamento também se apresentam de modo heterogêneo e, por vezes, contraditório, desenhando um leque variado de práticas, atitudes e comportamentos militantes.

De fato é possível encontrar no interior do movimento indivíduos que demonstram possuir menor interesse político ou competência política, seja pela carência de capitais específicos ou pela adoção de uma percepção negativa sobre o sistema político, sobretudo partidário, projetando, desse modo, os limites e as possibilidades de envolvimento com ele. Entretanto, por tratar-se de um grupo

constitutivo de um movimento de caráter eminentemente político, que empreende de modo orquestrado os processos de formação política das pessoas que dele participam no sentido de lhes oferecer subsídios necessários para que possam se reconhecer como aliados dos direitos sociais e de cidadania e, nessa direção, para que possam também lutar por esses mesmos direitos, o envolvimento com a política e o sistema político torna-se inevitável já que o movimento busca a constituição de um dado “comportamento político” de seus militantes que pode ser entendido como o “conjunto de ações dos indivíduos em resposta a uma determinada situação política” que inclui a adoção de certas condutas e opiniões políticas (SCHIMIDT, 2000, p.49-50).

A implicação das pessoas que militam com a esfera política, sobremaneira mediada pelo próprio MTST, ainda que em diferentes níveis e intensidades, sem dúvida, configura-se como elemento central da existência social de um movimento que precisa mobilizar as massas e, com isso, pressionar o poder público para que suas demandas sejam efetivamente reconhecidas como um importante problema social. Nesse sentido, o MTST busca se configurar como espaço agregador, formativo e diretivo das trabalhadoras e trabalhadores da periferia na construção de percepções sobre os problemas sociais e políticos, bem como na constituição de “atitudes políticas”, ou seja, “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo geral, a qualquer acontecimento no ambiente” (SCHIMIDT, 2000, p.45). Todavia, não se pretende afirmar que seus participantes estejam totalmente passivos às formas e aos modos de condução da prática e ação militante e nem que as suas opiniões e formas de agir deixem de apresentar contradições em relação aquilo que o movimento proclama. É possível identificar, inclusive, indivíduos capazes de se disporem contrários a certos condicionamentos existentes no interior do próprio movimento, fazendo emergir suas contradições que também lhes são características e constitutivas. Apesar da coerência expressa no discurso público de seus dirigentes, **o MTST não está isolado das contradições existentes na sociedade, ele é um movimento no qual o acirramento das contradições da sociedade emerge com grande força.**

Assim, no contexto da luta de mulheres por moradia no MTST, reconhecemos a **existência de uma dimensão educativa multifacetada e inerente à militância que se expressa, sobretudo, pela oportunidade de acesso a determinados**

conhecimentos capazes de influir, em menor ou maior grau, nas categorias de percepção dos indivíduos sobre a realidade social da qual participam, caracterizada pela experiência da pobreza e resultado de um sistema político que reproduz enormes desigualdades. Nesse cenário, a luta coletiva insurge como única alternativa de enfrentamento dessas desigualdades, exigindo das pessoas que militam a aprendizagem de formas de reivindicação por seus direitos e, como dissemos, pressupõe uma conversão, um “segundo nascimento na luta”, uma “reconciliação que não é isenta de contradição” (PUDAL, 2009, p. 133). Ao se engajarem num movimento organizado e ao mesmo tempo contraditório, que pretende com suas ações a politização da classe trabalhadora, ou seja, que essa população compreenda a “política como causa e solução para os problemas de ordem social” os indivíduos são induzidos a interiorizar formas de agir e pensar em consonância com os princípios do movimento (TOMIZAKI, CARVALHO-SILVA, SILVA, 2017, p. 938).

A experiência do engajamento militante, “entendido como toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI; SIMÉANT, 2001, p. 201), pode proporcionar a constituição de outros sentidos à existência individual e coletiva a partir do contato dos indivíduos com diferentes processos de formação, sobretudo do ponto de vista político, induzidos pelo ativismo junto aos movimentos organizados, bem como por suas pautas, propostas e reivindicações (FILLIEULE, 2003). Para além do conjunto das atividades que são orquestradas por esses movimentos para formação política de seus militantes, a politização é um processo que implica diferentes níveis de compreensão da política como responsável pela existência de problemas sociais ao mesmo tempo em que se configura como a principal alternativa de resposta para resolver esses tais problemas (TOMIZAKI, CARVALHO-SILVA, SILVA, 2017) que no contexto do engajamento se desenvolve por meio de múltiplas relações, pois a militância consiste em

um processo extremamente complexo, no qual se combinam diferentes histórias: a história das origens sociais e das socializações específicas daqueles que militam; do sistema escolar e de seu lugar na sociedade; dos próprios recursos físicos, intelectuais e psicológicos desses sujeitos; também dos contextos de investimentos militantes; e, finalmente, a história dos riscos e das etapas de uma carreira militante (PUDAL, 2009, p. 133).

No caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto as interações e os processos de formação são constituídos das mais variadas formas, não se limitando exclusivamente à participação em reuniões dos grupos. Os princípios da formação política, como asseguram as lideranças do movimento, perpassam o conjunto de todas as ações que caracterizam os seus modos de organização, desde a assinatura da lista de presença (instrumento de controle da participação nos diversos eventos promovidos pelo movimento) até a construção de um “barraco” para moradia em uma ocupação de terreno, passando pelos momentos específicos de formação, participação nas marchas e manifestações, elaboração e distribuição de folhetos informativos, confecção de faixas e cartazes, participação nas assembleias e nos debates promovidos pelo movimento, constituindo e caracterizando o engajamento das pessoas que nele militam. Entretanto, como dissemos, apesar dos esforços de organização e de formação política daqueles e daquelas que participam dessas atividades e formas de ação, **não podemos afirmar que o MTST possua um projeto educativo claro e consistente**, como demonstraremos ao longo desse trabalho.

O conjunto das ações e atividades, grosso modo, visa assegurar o reconhecimento social daqueles que fazem parte do movimento como agentes e atores da sociedade, bem como de suas reivindicações convertidas em problemas sociais e políticos, que precisam ser enfrentados pela sociedade e pelo poder público ainda que seja em forma de repressão (MIAGUSKO, 2012; TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012). Nesse sentido, o engajamento em causas coletivas pode ser ainda considerado uma das dimensões da tessitura social capaz de tensionar e desestabilizar a ordem social vigente com vistas a sua transformação (CALTELS, 2006; MELUCCI, 1994, 1997; GOHN, 2010, 2011, 2012).

A perspectiva do tensionamento da ordem social por meio da atuação de grupos organizados alinha-se, sobretudo, à emergência dos “novos movimentos sociais”, especialmente antiglobalização, que impulsionam ações coletivas com vistas a responder aos avanços do neoliberalismo, bem como adensar as lutas identitárias e das ações cidadãs estimuladas pelas novas políticas sociais públicas (GOHN, 2008; 2010; 2011). Sobretudo a partir dos anos de 1990, foi possível traçar uma distinção entre, de um lado, os “movimentos sociais tradicionais”, identificados entre aqueles que se constituíram a partir do mundo do trabalho e guiados pela construção de uma

identidade de classe, basicamente protagonizados pelos movimentos operários e sindicais, representados por trabalhadores pobres e assalariados e, de outro, os chamados “novos movimentos sociais”, ou seja, aqueles que reuniam tanto segmentos das classes médias quanto indivíduos que se encontram à margem do mercado de trabalho e da sociedade, orientados, sobremaneira, por outras formas de identificação social, como nos casos do movimento negro, gay, ambientalista, feminista, pacifista, de imigrantes, de indígenas, de trabalhadores sem-teto e sem-terra, que buscam reconhecimento e visibilidade social por meio de múltiplas e variadas formas de articulação e organização, muitas vezes, constituindo espaços políticos não institucionais a partir dos quais procuram alterar valores da sociedade de modo a interferir nas políticas estatais²⁶. Vale dizer que, apesar da variedade e das mudanças dos paradigmas de ação que podem caracterizar os movimentos sociais, tantos no que se refere aos “tradicionais” quanto aos “novos”, um movimento social

[...] é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que ao se organizam em articuladores e articulações formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2008, p. 14).

Sendo o conjunto dos movimentos sociais apreensíveis por meio das diferentes articulações dos grupos organizados em ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam maneiras distintas de participação dos indivíduos na sociedade, suas ações podem também ser caracterizadas num amplo espectro que podem variar entre pressões indiretas (como uma “simples” denúncia) até a pressões mais diretas como mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc. (GOHN, 2008).

²⁶ Uma outra característica desses movimentos diz respeito ao fato de que suas pautas subsistem a despeito, inclusive, da efemeridade da participação de seus membros, que podem entrar e/ou sair livremente dos grupos articulados. Essas características, sobretudo a partir do final do século XX, proporcionaram a possibilidade de uma significativa ampliação das abordagens teóricas sobre os movimentos sociais (GOHN, 2010b; 2011).

Das múltiplas facetas do fenômeno do engajamento em causas coletivas e das práticas de militância nos movimentos sociais, nesta pesquisa **a ênfase recai sobre a dimensão educativa inerente às práticas militantes**, que de acordo com Gohn (2011), se expressa tanto no contato dos movimentos com as instituições educacionais quanto no caráter educativo de suas ações no interior do próprio movimento. Para a autora, os movimentos sociais “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” que se dão à luz das múltiplas articulações que se estabelecem na prática cotidiana, sob as conjunturas políticas, econômicas e socioculturais que caracterizam o país quando tais articulações acontecem. São elas fundamentais para se “compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo” (GOHN, 2011, p. 333-334). Como destaca a autora, apesar do reconhecimento da importância da dimensão educativa na organização dos movimentos sociais, ainda são raros os estudos que se debruçam sobre essa dimensão, sobretudo no campo da educação.

Esta pesquisa pretende, então, contribuir para esse debate, voltando-se para a compreensão, de um lado, dos processos de socialização que podem favorecer a constituição de disposições para o engajamento e, de outro, da dinâmica educativa gerada nos próprios movimentos de luta por moradia, entre as mulheres do MTST, que se socializam por meio do ativismo político, o que poderá redundar em mudanças na forma como elas concebem a si, o mundo e como orientam suas ações, condutas e escolhas a partir da construção de outras percepções do mundo, especialmente, do mundo social. Assim, tomaremos por dimensão educativa as interações, as práticas e as ações que ocorrem no interior do movimento e que, implícita ou explicitamente, buscam ampliar os conhecimentos acerca dos campos social, político, econômico e cultural, por meio da transmissão e aquisição de um conjunto de gestos, atitudes, relações, tarefas e métodos coordenados capazes de provocar mudanças nas categorias de percepção dos indivíduos. No mesmo sentido, entendemos que tal dimensão educativa trata-se de um mecanismo político-ideológico da ação dos indivíduos que interfere nos modos de viver, sentir, pensar e agir a fim de manter a ordem estabelecida ou superá-la (MARPEAU, 2002).

As mudanças nas categorias de percepções dos indivíduos sobre si próprios e sobre a realidade da qual fazem parte constituem-se como um dos desafios

fundamentais do MTST para a formação de militantes. Trata-se de construir o reconhecimento social da existência das pessoas sem-teto como resultado da acumulação de capital e da especulação imobiliária, o que passa pela compreensão das desigualdades que caracterizam nossa sociedade. Nesse sentido, os indivíduos engajados precisam se perceber, para além de sua atuação no movimento, como integrantes de um grupo social caracterizado por uma dada condição objetiva que permite identificá-los como trabalhadoras e trabalhadores sem-teto ao mesmo tempo em que a sociedade, sobretudo a política, precisa reconhecer a sua existência como um problema social a ser enfrentado. No curso desse duplo reconhecimento, como resultado também dos diferentes processos de socialização vividos no interior do movimento e em relação a ele, é possível verificar o empenho de ações capazes de contribuir para a construção de uma dada representação do mundo coerente com os objetivos e princípios do movimento e que é partilhada entre os seus integrantes (ainda que nem todos se apropriem dela de forma consciente), oferecendo aos indivíduos oportunidade de produzir outros sentidos sobre si mesmos (por exemplo, ao se reconhecerem como sem-teto) e sobre a realidade social da qual fazem parte (por exemplo, a existência de sem-teto como resultado das desigualdades). Tais processos podem, assim, redundar em ações que, de fato, conduzem a transformações, de maior ou menor importância, na organização do espaço social, mais objetivamente no acesso a determinados bens materiais e simbólicos, e nos modos de agir e pensar de seus integrantes.

Assim, para demonstrar os possíveis efeitos dos processos de socialização e ressocialização vivenciados por mulheres sem-teto no âmbito do MTST sobre suas percepções a respeito de si mesmas, do mundo e do seu lugar nele, o presente trabalho foi dividido em quatro capítulos. No capítulo 1, intitulado “luta por moradia como lógica de atuação social: as desigualdades da questão habitacional”, apresentamos um panorama da pobreza no Brasil como responsável pela reprodução das desigualdades sociais que impedem os indivíduos de acessarem os direitos básicos e fundamentais, especialmente à moradia digna. Nesse contexto, abordamos a trajetória político-social dos movimentos de luta por moradia, principalmente do MTST, com ênfase nas suas formas de mobilização e formação de militantes. O capítulo 2, “existir é um ato político: a ocupação como resistência e aprendizagem”, apresenta uma análise de como se deu o encontro dos indivíduos com o MTST, o que

chamamos de primeira fase do engajamento, e de quais as motivações e retribuições iniciais que puderam delinear o processo de adesão à luta por moradia. No capítulo 3, “a permanência na luta, suas retribuições e a reestruturação dos modos de vida”, tratamos especificamente de uma segunda fase no processo de engajamento, na qual o desempenho de funções ligadas às formas de organização adotadas pelo MTST se destacada como uma dimensão importante para que essas mulheres permaneçam na luta coletiva, conduzindo-as à formação de uma identidade militante à reestruturação dos seus modos de vida. No último capítulo, “a continuidade do engajamento e a conservação de práticas militantes” analisamos as possibilidades de continuidade do engajamento após a conquista da moradia, nos perguntando por que algumas mulheres continuam no MTST depois de ter realizado o projeto da casa própria?

2. CAPÍTULO 1 – LUTA POR MORADIA COMO LÓGICA DE ATUAÇÃO SOCIAL: AS DESIGUALDADES DA QUESTÃO HABITACIONAL

O presente capítulo tem como objetivo central apresentar um panorama da pobreza no Brasil que se apresenta como uma barreira intransponível para o acesso aos direitos fundamentais, entre eles o direito à moradia digna. Na sequência, discutiremos também as relações entre a trajetória político-social dos movimentos de luta por moradia e os avanços das políticas habitacionais no conjunto dos processos de urbanização e de reprodução das desigualdades, especialmente, no que tange a população pobre e o acirramento do déficit habitacional no Brasil. Nesse contexto, trataremos a especificidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por meio da abordagem de sua gênese histórica e das suas formas de mobilização, que têm nos modos de sua organização um eixo central de adesão e formação de militantes, sobretudo, nas ocupações de terrenos nas periferias urbanas.

2.1. Pobreza e desigualdade

A literatura sobre a pobreza, e conseqüentemente sobre os pobres, sugere a existência polissêmica de acepções que visam caracterizá-la, sobretudo do ponto de vista socioeconômico, comumente, por meio de parâmetros comparativos de riqueza ou de renda em termos de desigualdades, que enfocam as diferenças entre grupos distintos a partir do estabelecimento de um ponto em que os pobres possam ser separados dos não pobres. Usualmente, esse ponto é constitutivo da métrica que define a chamada linha de pobreza²⁷, ou seja, **o nível de renda com o qual indivíduos ou famílias não teriam condições de obter os mínimos recursos**

²⁷ A forma mais simples e mais usada de classificar e dividir os pobres e não pobres costuma ser o estabelecimento de uma linha de pobreza. A principal variável para a construção desse limite normalmente é a renda *per capita* de uma família comparada com o custo de satisfação das necessidades básicas. A referência é o preço de uma cesta básica de alimentos. Um dos índices mais conhecidos é a linha estabelecida pelo Banco Mundial, segundo a qual são pobres os que vivem com menos de 1,00 dólar por dia (IPEA, 2007).

necessários para viver. Desse modo, a pobreza vem sendo definida de diversas maneiras: como falta de recursos financeiros para o consumo de bens considerados essenciais; como incapacidade de se atingir certos padrões econômicos de vida e de consumo tidos como aceitáveis ou dignos; como resultado das desigualdades na distribuição da riqueza que caracterizam uma dada sociedade; como impossibilidade de participação na vida econômica; como privação ou carência material de grupos ou indivíduos. Em suma, **o que se diz sobre a pobreza está, em grande parte, assentado sobre o pressuposto da falta (uma carência material face à insuficiência de renda) estabelecido a partir da ênfase que recai sobre uma perspectiva econômica da organização da sociedade** capaz, inclusive, de mensurar tais deficiências em termos de múltiplos indicadores de pobreza e desigualdades: desemprego; renda; saúde; habitação; educação; alimentação etc (VALLADARES, 1991; 2000; SARTI, 2005; PLATT, 2006).

Essa tendência em se estabelecer os limites da pobreza em termos comparativos de renda e distribuição da riqueza, por meio de uma perspectiva meramente econômica desse fenômeno o torna passível de ser mensurado em termos de volume e distribuição num dado contexto a partir da distância geral entre ricos e pobres, na maioria das vezes, sem questionar, de fato, as razões de sua reprodução como um fenômeno persistente, complexo e multifacetado. Contudo, mesmo os dados produzidos sobre a pobreza nessa perspectiva por si só são bastante alarmantes. Reconhecendo que viver a experiência da pobreza no Brasil, por exemplo, pode ser muito diferente de se viver essa mesma experiência no contexto de países como a Dinamarca ou o Congo, o Banco Mundial passou a adotar em 2017 uma nova métrica para se estabelecer linhas de pobreza mais ajustadas à renda média de cada país. Se antes o corte para a linha da pobreza estava traçado globalmente a partir de um parâmetro de consumo diário inferior a US\$1,90 por pessoa, atualmente, outros dois novos recortes foram adotados: US\$ 3,20 e US\$ 5,50. O limite da linha da pobreza para o Congo permaneceu sob o US\$ 1,90 de consumo diário e lá 77% da população sobrevive nessa condição. No Brasil, que teve sua métrica ajustada para US\$ 5,50, **cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 mensais** (IBGE, 2017).

Apesar de esses números serem importantes para fomentar políticas de erradicação da pobreza **é impossível conceber os pobres como grupos homogêneos dado que a experiência da pobreza é vivida de modos distintos em diferentes contextos**, sejam eles nas comparações globais e regionais ou por recortes que consideram as posições sociais dos indivíduos e grupos em relação ao gênero, raça e idade. Evidentemente, a experiência da pobreza e de suas desigualdades resultantes está vinculada às características mais gerais da organização das sociedades, inclusive, em termos da garantia de outros direitos fundamentais como acesso à educação e saúde pública, trabalho, alimentação, igualdade de gênero e racial. **O significado da experiência da pobreza não está circunscrito apenas no destino social dos indivíduos, ele reflete um modelo das estruturas sociais no qual as “coerções inevitáveis”** (as situações de pobreza, por exemplo) **restringem as possibilidades do que uma pessoa é capaz de fazer enquanto indivíduo** (ELIAS, 1994).

Em setembro de 2017, a Oxfam Brasil publicou um extenso relatório intitulado “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, no qual apresenta análises a partir de dados históricos e atuais sobre diversas dimensões das desigualdades entre pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens que marcam a organização da sociedade brasileira. Segundo o relatório, que evoca a necessidade de se falar sobre as enormes desigualdades do país:

No Brasil, apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês (OXFAM, 2017, p.6)

Entre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é o que mais concentra renda entre o 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe, atrás somente da Colômbia e de Honduras, configurando-se como o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Considerando os valores de 2015, ano da última Pnad, seis em cada 10 pessoas têm uma renda domiciliar per capita média de até R\$ 792,00 por

mês. De fato, **80% da população brasileira – 165 milhões de brasileiras e brasileiros – vivem com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais**. Por outro lado, uma parcela pequena da população tem rendimentos relativamente altos. Os 10% mais ricos do Brasil têm rendimentos domiciliares per capita de, em média, R\$ 4.510,00, e o 1% mais rico do País recebe mais de R\$ 40.000,00 por mês. Segundo estudo sobre mobilidade social elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), **uma família brasileira pode levar até nove gerações para deixar a faixa dos 10% mais pobres e chegar à de renda média do país**.

Tais disparidades em termos de renda são ainda mais brutais quando levado em conta as **desigualdades entre brancos e negros** e entre **homens e mulheres**, por exemplo. Considerando todas as rendas, brancos ganhavam, em média, o dobro do que ganhavam negros, em 2015: R\$ 1.589,00 em comparação com R\$ 898,00 por mês. Em vinte anos, os rendimentos dos negros passaram de 45% do valor dos rendimentos dos brancos para apenas 57%. Se mantido o ritmo de inclusão de negros observado nesse período, a equiparação da renda média com a dos brancos ocorrerá somente em 2089. A renda média do homem brasileiro era de R\$ 1.508,00 em 2015, enquanto a das mulheres era de R\$ 938,00. Mantida a tendência dos últimos 20 anos, as mulheres terão equiparação salarial em relação aos homens somente em 2047. Esses dados nos sugerem que **a questão da vivência da situação de pobreza não se limita apenas à concentração e à injusta distribuição de riqueza no nosso país, alcançando patamares de diferenciação social que revelam o acirramento das desigualdades entre grupos considerados minoritários ainda que pertencente a uma mesma camada social**.

Ao pensarmos em termos de justiça social, pobreza e desigualdade, por vezes, tornam-se ainda duas faces de uma mesma moeda, ou seja, **os indivíduos pertencentes às camadas que expressam os menores rendimentos (os mais pobres) são também aqueles que possuem maiores probabilidades de ficar doentes, de ter as oportunidades educacionais limitadas, de viver em territórios com menor infraestrutura e habitar residências de pior qualidade**, por exemplo, numa perspectiva que enfatiza os aspectos relacionais da pobreza e seus resultados concretos sobre as impossibilidades de participação dos indivíduos no acesso aos

direitos fundamentais e à determinados padrões e expectativas de vida (VALLADARES, 1991; 2000; SARTI, 2005; PLATT, 2006).

Um exemplo bastante concreto e atual sobre as relações entre pobreza e desigualdade e o destino social dos indivíduos pode ser verificado num estudo realizado pela Rede Nossa São Paulo, divulgado em 2017, intitulado Mapa da Desigualdade, que a partir de uma série de indicadores relativos à qualidade de vida dos moradores da cidade de São Paulo, entre outras coisas, estabelece comparações entre diferentes bairros em temas como habitação, vagas em creches, mortalidade infantil, equipamentos esportivos e número de centros culturais. O estudo apontou que um morador do bairro dos Jardins, região nobre de São Paulo, chega a viver, em média, 23 anos a mais do que quem reside no distrito do Jardim Ângela, na periferia da Zona Sul da capital paulista: enquanto o morador dos Jardins vive, em média, 79 anos, o morador do Jardim Ângela vive 56 anos, ou seja, 20 anos a menos que a própria expectativa de vida do brasileiro que é de 76 anos, segundo dados do IBGE (2016). Em termos de renda, um indivíduo que mora no Jardins ganha quase o dobro (R\$ 3.777,08) de quem mora no distrito da Zona Sul (R\$ 1.889,36). No mesmo sentido, na Cidade Tiradentes, bairro de periferia da Zona Leste de São Paulo, a idade média ao morrer é de 54 anos, 25 a menos do que no distrito de Pinheiros, área nobre da cidade, onde ela é de 79 anos. Trata-se de dados que sugerem que as desigualdades se manifestam de diversas formas e que a experiência da pobreza é multifacetada, resultando num preço muito alto para a base da pirâmide social no Brasil (OXFAM, 2017). Em suma, **quando falamos da experiência da pobreza não nos referimos apenas à posse ou ausência de capital econômico, mas sim de uma situação social que, dada sua brutalidade, implica na própria expectativa de anos de vida dos indivíduos.**

Os dados sobre a pobreza, como vimos, nos oferecem um quadro mais geral e objetivo da situação econômica em que se encontra uma parcela significativa da população brasileira. Contudo, eles são incapazes de traduzir outras dimensões simbólicas que afetam essa população que é excluída pela classe social, mas também pela sua raça, pelo seu gênero, por seu registro linguístico, seus hábitos e suas produções culturais. Uma perspectiva puramente econômica que tende a reduzir a pobreza a uma carência material não é suficiente como único critério de definição do

pobre, que precisa ser inserido na luta de classes e nas estruturas de dominação, inclusive **aproximando a própria pobreza material a ideia de ausência de direitos**. A representação negativa sobre os pobres, inclusive de que eles seriam incapazes de se pensarem como classe, muitas vezes, os distanciam de serem reconhecidos como “sujeitos legítimos” e objeto central do acesso aos direitos fundamentais, ou seja, o direito do pobre vai desaparecendo e a ação social sobre ele se converte na necessidade de “suprimir os danos e perigos que o pobre significa para o bem comum” (SIMMEL, 1998, p. 30).

A análise do discurso sobre os pobres e a representação da pobreza no contexto das mudanças na sociedade brasileira desde a virada do século XX, como fez Valladares (1991), demonstra a **existência de uma estreita relação entre os significados atribuídos à pobreza e os processos de urbanização e transformação no mercado de trabalho, que por vezes associaram os pobres à imagem do fracasso individual, ao risco social, ao crime e à vadiagem**. Tais significados mantiveram-se mais alinhados aos possíveis efeitos da situação de pobreza (como fome, delinquência, enfermidades) do que às suas causas (fatores de desigualdades na distribuição de riquezas).

Embora a situação de pobreza vivenciada por parcela da população tenha sido uma característica da sociedade brasileira desde os períodos de Brasil Colônia (1530 – 1822) e Império (1822 – 1889), foi com os avanços do sistema capitalista e com os processos de urbanização vivenciados mais fortemente a partir da República Velha (1889 – 1930) que os discursos sobre a pobreza configuraram-se em uma preocupação de cunho intervencionista do Estado no bojo da expansão de projetos de modernização e de saneamento do país, iniciados, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro (DURHAM, 1984; 1988; SARTI, 2005 VALLADARES, 1991; 2000 ZALUAR, 1985).

A associação entre as precárias situações em que viviam as pessoas na cidade e o crescimento de epidemias como de peste bubônica, febre amarela e varíola fomentou um conjunto de ações sanitárias que visavam a população pobre e os locais onde ela vivia. A interpretação da pobreza como um sinônimo de risco à saúde pública não só abriu o caminho para se propor um conjunto de intervenções e controle do Estado, como também justificou a destruição de cortiços e casebres (desalojando os pobres do centro e empurrando-os para a periferia ou para os morros, onde

proliferaram as favelas); a invasão de casas com a apreensão e destruição de tudo que era considerado prejudicial à saúde pública e a imposição da vacinação obrigatória. Tal política higienista, iniciada na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, disseminada para outras capitais, provocou uma série de protestos e a revolta da população, que teve sua explosão em novembro de 1904, ficando conhecida como a Revolta da Vacina. As massas dos cortiços e das favelas, enfrentaram tropas, fizeram barricadas, queimaram bondes, invadiram delegacias e postos policiais e essa atuação da população contribuiu para se fomentar o discurso dominante que associava o pobre como um risco a ordem social. Assim, os cortiços passaram a ser considerados o berço dos criminosos, vagabundos e desordeiros, como espaço de contágio de doenças, vícios, vagabundagem e seus moradores denominados de “classes perigosas” em oposição aos trabalhadores da fábrica e operários. Nesse contexto, o pobre era visto como aquele que não se transformava em trabalhador, que estava fora do mercado do trabalho formal e que recusava o assalariamento, constituindo-se aos olhos da elite como um “resíduo da sociedade de bem”, propensa a vadiagem e a ociosidade (VALLADARES, 1991; 2000).

Apenas nos anos de 1950 e 1960, impulsionados pelo interesse das Ciências Sociais em compreender a situação da pobreza no Brasil, o discurso sobre a pobreza ganha um porta-voz, o cientista social, que contribui para a mudança de foco sobre a pobreza ao buscar problematizá-la enquanto uma questão social mais ampla, relativizando-a como resultado de uma deliberação estritamente individual. A pobreza passou a ser vista como consequência da organização econômica da sociedade e os pobres não mais se enquadram num conjunto de fracassados, ociosos ou vadios, passando a ser compreendidos e identificados como massa de excluídos do sistema econômico (DURHAM, 1984; 1988; SARTI, 2005 VALLADARES, 1991; 2000; ZALUAR, 1985). O termo “população de baixa renda” passa, então, a ser utilizado como sinônimo para os pobres e a pobreza interpretada como um fenômeno decorrente da insuficiência de renda, tendo o salário mínimo como parâmetro de diferenciação dos grupos no interior da população pobre, ou seja, uma distinção entre aqueles situados acima ou abaixo da linha da pobreza e entre aqueles com ou sem renda regular. Ainda nesse período, a adoção de uma série de políticas públicas para a população de baixa renda, que se concentrava, sobretudo, nas periferias e favelas, fomentou a criação de programas na área de habitação com a construção de conjuntos habitacionais que

visava às famílias moradoras desses territórios. O surgimento dos conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades destinados à população de baixa renda contribuiu para a criação de um novo “recorte” da pobreza, que diferenciava as famílias mais pobres por tipo e local de habitação. Os discursos sobre os pobres criaram uma distinção entre os chamados “moradores da periferia”, que moram longe dos grandes centros, em loteamentos irregulares ou conjuntos habitacionais, mas que estavam pretensamente em busca dos direitos de cidadania em detrimento do “favelado”, reconhecido como marginalizado e propenso à delinquência (KOWARICK, 2009; TELLES, 2010; VALLADARES, 1991; 2000).

Nas décadas de 1970 e 1980 se verificou uma tendência de generalização e sedimentação da pobreza. Nesse período, os diversos significados atribuídos à pobreza continuam alimentando um conjunto de discursos sobre os pobres, contudo, as profundas transformações na estrutura econômica, social e urbana do Brasil, que alcançou a posição de 8ª maior economia do mundo, exigiram a adoção de novas noções mais gerais da pobreza. O constante processo de urbanização e uma economia industrial crescente fomentaram um discurso sobre a pobreza que inaugurou mais uma visão dualista em relação ao pobre a partir de sua situação no mercado de trabalho, ou seja, aqueles com emprego formal ou informal (todo aquele que desempenha alguma função é tido como trabalhador) e aqueles sem posição no mundo do trabalho, o “vadio” (VALLADARES, 1991; 2000). Nesse contexto, vale dizer que a identificação dos pobres a partir de seu lugar na produção capitalista, como fez as Ciências Sociais nos anos de 1980, contribuiu para que os pobres fossem “erigidos em categoria sociológica como os trabalhadores”, reforçando a “percepção dos pobres como sujeitos políticos” e “como agentes de transformação social, a partir da noção de classe” (SARTI, 2005, p.37). Contudo, as teorias sociais sobre os pobres como trabalhadores urbanos apresentavam uma tendência de vê-los ainda em aspecto negativo em oposição a uma classe organizada (ZALUAR, 1985). Os pobres como sujeitos políticos organizados, nas Ciências Sociais, tiveram sua ênfase nos movimentos sociais, ao deslocar sua atuação das fábricas para os locais de moradia (DURHAM, 1984; 1988).

Como vimos anteriormente, em sua maioria, as pessoas que participam dos movimentos de luta por moradia, como no caso do MTST, podem ser apreendidas

como “uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social”, denominada de “ralé brasileira” (SOUZA, 2009, p.25) e que neste trabalho designaremos simplesmente como pobres e que perfazem a composição social do MTST, onde são identificados como sem-teto. No contexto da luta por moradia, sem-teto são todas as pessoas afetadas pelo déficit habitacional que em decorrência do desemprego, dos baixos salários, do trabalho informal, da superexploração de sua mão de obra e que vivem em condições indignas de habitação. Nesse conjunto, as pessoas sem-teto não estão reduzidas aos grupos em situação de rua, que representam uma parcela menor dos sem-teto no país, mas abrange cerca de 6 milhões de famílias, ou seja, cerca de 22 milhões de pessoas que não têm casa, que estão morando de favor, em barracos completamente precários, em áreas de risco ou pagando aluguel que, pela baixa renda familiar, inviabiliza a própria sobrevivência.

Os dados produzidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese) por meio de pesquisa intitulada “Teto e trabalho: perfil e características de trabalho e moradia das famílias da ocupação Povo Sem Medo, em São Bernardo do Campo”, publicados em 2017, e da qual tive a oportunidade de participar como voluntário, traça o perfil socioeconômico, trajetória profissional e histórico de moradia das pessoas que estão acampadas naquela local, reivindicando seu direito à habitação e nos dão uma dimensão da relação entre a pobreza e a exclusão dos indivíduos no acesso aos direitos fundamentais, em especial a negação do acesso à moradia digna. De acordo com os dados da pesquisa, a maior parte dos moradores da ocupação, 12 mil famílias (cerca de 33 mil pessoas) são trabalhadores de baixa renda que exercem mais frequentemente as atividades de diarista, ajudante geral, auxiliar de limpeza, garçom, motorista, auxiliar administrativo, operador de telemarketing e pedreiro. A renda média das pessoas ocupantes é R\$ 1.137,00 (pouco mais de um salário mínimo). Os dados ainda revelam que a maioria dos indivíduos que participam da ocupação são mulheres (53,4%) e negros (59,8%) e que, apesar do número de desempregados (41,8%) e famílias sem renda, apenas 30,7% recebem o benefício do Bolsa Família. Sobre as razões da participação na ocupação, 59,4% afirmam que foram para lá porque não conseguem mais pagar aluguel e outros 22% porque moravam de favor. Das famílias ocupantes, 77,3% estava comprometendo mais de 30% da renda apenas com aluguel, que nos últimos nove anos subiu quase

100 pontos no índice Fipe Zap Imóveis enquanto os salários não tiveram a mesma valorização. Além disso, 67,9% nunca conseguiram acessar programas habitacionais e veem na ocupação um instrumento para pressionar o Estado.

Esses dados poderiam ser característicos de qualquer cidade brasileira, pois configura um retrato da situação de pobreza e exclusão em que se encontra a maior parte da população do país. Situação que tende a se agravar com a redução e o congelamento de gastos públicos em praticamente todos os programas sociais, incluindo o próprio Minha Casa Minha Vida, com os resultados das reformas trabalhistas²⁸ e previdenciária²⁹ que afetam de modo brutal a maioria das pessoas trabalhadoras, sinalizando um futuro sombrio diante da instabilidade da situação de emprego e de renda o que, visivelmente, se reflete na situação de instabilidade das condições de moradia. Nesse sentido, sem investimento nas políticas sociais, incluindo as de habitação, ainda que as pessoas tenham trabalho formal, elas continuarão a vivenciar a situação de pobreza.

É preciso reafirmar que os investimentos em políticas sociais, como enfrentamento das situações de pobreza, não devem prescindir de reconhecer uma

²⁸ A reforma trabalhista, proposta e aprovada pelo governo de Michel Temer (MDB), em 2017, estabelece uma série de mudanças nos direitos trabalhistas que, grosso modo, implicam em maior instabilidade nas relações de trabalho com significativas perdas de direitos antes garantidos. Dentre as mudanças estão: a possibilidade de se poder dividir as férias em até três períodos; a redução do intervalo destinado ao descanso durante a jornada diária que pode ser reduzido de 1h para até 30 minutos; trabalhadores poderão ser contratados sem hora fixa e ter salário variável, inclusive, podendo-se trabalhar até 12 horas seguidas; as gestantes poderão trabalhar em locais que apresentam certo nível de periculosidade mínimo ou médio; as lactantes só poderão deixar de trabalhar em lugar com iminente periculosidade se apresentarem atestado médico que comprove a necessidade; o trabalhador poderá arcar com os custos do processo ações judiciais trabalhistas que perder; o pagamento dos impostos sindicais anuais não serão obrigatórios (enfraquecendo a sustentabilidade dos sindicatos); institui a modalidade de trabalho intermitente, permitindo que o empregador contrate empregados temporários devido a demanda sazonal, remunerando-os apenas pelo tempo de serviço prestado; prevê a contratação do autônomo que poderá trabalhar em uma determinada empresa, com ou sem exclusividade ou de forma contínua ou não (esse profissional não terá direitos como férias, 13º salário e FGTS), entre outras mudanças, que geram instabilidade da situação de emprego e renda e das condições de reprodução social.

²⁹ A reforma da previdência proposta e apresentada pelo governo de Michel Temer (MDB) aguarda votação na Câmara dos Deputados e prevê a ampliação da idade mínima da aposentadoria (62 anos para mulheres e 65 para homens) e do tempo mínimo de contribuição, que irá determinar a porcentagem do valor do benefício a ser recebido pelo trabalhador aposentado (funcionará gradativamente a partir de 15 anos de contribuição para uma aposentadoria parcial de 60% até 40 anos de contribuição para o recebimento da aposentadoria integral)

dimensão de gênero, uma vez que, como dissemos anteriormente, as mulheres correspondem a um dos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, apesar das conquistas que realizaram em termos de igualdade de gênero. Nos setores mais empobrecidos da população, as mulheres passam a acumular sozinhas funções de provedora e de responsável exclusiva pela esfera da reprodução, o que se anuncia no crescimento de famílias chefiadas por mulheres e de monoparentais femininas, que expressam um perfil extremamente prejudicado diante do alto grau de discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho, no qual recebem rendimentos menores, muitas vezes, por desempenharem atividades menos qualificadas e prestigiadas.

Como vimos, a pobreza e a exclusão se mostram com traços mais fortes nas relações entre a precarização e instabilidade do trabalho e a negação do direito ao acesso à moradia, que atingem de forma brutal a população pobre, especialmente as mulheres desse grupo, que se inserem numa luta coletiva pelo direito à moradia digna, na qual encontram a possibilidade, em maior ou menor grau, de alterarem suas categorias de percepção sobre as desigualdades por meio do contato com os processos de politização que caracterizam a militância nos movimentos sociais, como no caso do MTST.

2.2. Dos movimentos de luta por moradia ao MTST

No Brasil, os movimentos de luta por moradia, não por acaso, tiveram nos centros urbanos um *locus* privilegiado do desenvolvimento de suas variadas formas de mobilizações e ações coletivas, assim como de adesão de novos militantes. A maior parte da população brasileira, cerca de 80%, vive atualmente em centros urbanos. Uma parcela significativa desse percentual, maiormente habitantes das metrópoles e grandes cidades, povoam as regiões tidas como periféricas, nas quais, geralmente, se concentram a população mais distanciada do acesso aos direitos fundamentais, visto que os processos de industrialização e urbanização, que caracterizam a história recente de nosso país, não foram capazes de equacionar as

enormes desigualdades socioeconômicas. Contrariamente, o desenvolvimento dos grandes centros urbanos fomentou a ampliação dessas desigualdades, muitas vezes, impedindo ou dificultando as interações entre diferentes grupos sociais, restringindo a mobilidade urbana e o acesso ao mercado de trabalho, bem como promovendo uma distribuição injusta de recursos e de possibilidades de acesso aos direitos básicos às suas populações. As metrópoles e grandes cidades, desse modo, abrigam “a parcela mais significativa das atividades hegemônicas de produção e controle, com os salários mais altos e, ao mesmo tempo, as mais diversas escalas de renda, incluindo os salários mais baixos de uma nação” (SILVEIRA, 2009, p. 65).

O crescente processo de industrialização e de urbanização que se experimentou no país nos últimos 60 anos e que impulsionou, entre outras coisas, os ciclos migratórios (do campo para a cidade³⁰ e das cidades para as metrópoles), somado ao expressivo crescimento da população³¹, colaboraram para o adensamento dos aglomerados populacionais das metrópoles e grandes cidades e para novas formas de distribuição e ocupação do espaço urbano em franca expansão, reproduzindo intensas desigualdades sociais e territoriais nesse processo. Em 1970, de acordo com dados do Censo/IBGE, a população urbana (56% dos brasileiros) já havia superado a rural no Brasil. Três anos depois, as Regiões Metropolitanas foram institucionalizadas em território nacional e passaram a concentrar mais da metade de toda a população urbana (BRITO, PINHO, 2012; RUFINO, 2016). No bojo de tais transformações, os padrões espaciais de distribuição da pobreza caminharam em direção da constituição das chamadas periferias urbanas, grosso modo, constituídas predominantemente sobre loteamentos irregulares, formados por casas de autoconstrução e caracterizados pela falta de infraestrutura, pelas longas distâncias

³⁰ Dadas as condições precárias de vida no campo e as dificuldades de acesso aos meios de produção, um imenso contingente de trabalhadores rurais foi atraído para as cidades mais industrializadas, sobretudo no Sudeste brasileiro, pela perspectiva de inserção no crescente mercado de trabalho. Contudo, essa população foi exposta às intensas desigualdades sociais em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, como as áreas consideradas periféricas.

³¹ Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), passou de pouco menos de 52 milhões de habitantes em 1950 para pouco mais de 200 milhões em 2014, (um aumento de aproximadamente 384%). Segundo dados do IBGE, a população habitante na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), entre 1950 e 2010, cresceu 757%, saltando de 2,6 milhões de habitantes em 1950 para 19,7 milhões em 2010.

em relação ao centro estruturado e valorizado³² das metrópoles e grandes cidades e pela ausência de aparelhos do poder público (CALDEIRA, 2000; FELTRAN, 2008; FRÚGOLI JR., 2000; SAULE JR., 2007; SPOSITO, 1993; TELLES, 2006, 2010; MARICATO, 2000; 2001).

Essas características, embora apropriadas, acabaram por fomentar uma forte tendência em se criar uma oposição entre um “centro rico” e uma “periferia pobre”, muitas vezes, distinguindo esses espaços como socialmente homogêneos. No entanto, é fundamental reconhecer que na realidade trata-se de espaços muito mais heterogêneos do que geralmente sugere a literatura sobre o tema (TORRES et al, 2003). De fato, se pensarmos na metrópole paulistana, as periferias concentram a maior parte da população pobre, mas não podemos desconsiderar nesses territórios a existência de “enclaves fortificados” habitados pelas classes médias³³, bem como não podemos fechar os olhos para a disseminação da pobreza por toda a cidade, com a expansão do número de favelas³⁴ em pequenas porções de terra nos espaços entre pontes, viadutos e margens de rios, além do grande número de cortiços³⁵ localizados em sua maioria nas áreas centrais. Estes últimos, constituídos em um verdadeiro mercado de exploração da pobreza, são muitas vezes invisibilizados, porque, em geral, trata-se de edificações que foram utilizadas como moradias unifamiliares, mas

³² São Paulo desenvolveu-se de acordo com o modelo europeu que valoriza o centro, onde as principais atividades econômicas e as residências das elites estavam concentradas. Quando a cidade se expandiu, os pobres foram mandados para longe, mas a elite permaneceu no centro. Apesar da importância de o centro ter sido um princípio organizador da cidade desde suas origens como uma vila colonial, o espaço urbano de São Paulo é composto de várias camadas de experimentos. Alguns desses elementos deixaram uma forte marca no espaço urbano, pois foram capazes de ditar sua reestruturação (CALDEIRA, 2000, p. 338).

³³ O surgimento de vários novos empreendimentos urbanos fechados na periferia da zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo, tradicionalmente ocupada pelos pobres, nesse caso, desfaz a oposição “centro rico” e “periferia pobre” com o surgimento de um aumento significativo da heterogeneidade social na região (Caldeira, 2000; TORRES et al, 2003).

³⁴ Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de São Paulo, em 2016, o município registrou 386.806 domicílios distribuídos entre as 1.698 favelas localizadas na cidade. Dados completos sobre a distribuição de favelas no município de São Paulo, disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_distribuicao_das_favelas_2016_516.html>.

³⁵ Segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, obtidos por meio do IBGE/Censo de 2010, no município de São Paulo foram registrados 42.924 cortiços, sendo 5.543 localizados no Centro da cidade. Dados completos sobre a distribuição de domicílios por tipologias residenciais, disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_2010_455.html>.

que atualmente abrigam dezenas de famílias (KOHARA, 2009). Os padrões espaciais de distribuição da pobreza, além de sua localização geográfica, conservam fortes relações também com outros processos que caracterizam a estrutura social brasileira como: as sensíveis mudanças no mercado de trabalho, que ensejaram a pauperização da classe trabalhadora com salários insuficientes para acessarem moradias adequadas; o crescente monopólio do mercado imobiliário sobre o solo urbano, que passou a exercer grande poder de controle sobre as melhores localizações na cidade, promovendo a especulação imobiliária e a adoção de mecanismos de gentrificação; bem como as políticas estatais, que geram maiores benefícios de urbanização em determinadas partes da cidade habitadas pelos mais ricos (ROLNIK, 1997, 2017; TORRES et al, 2003).

Embora seja possível reconhecer a disseminação da pobreza por quase todos os territórios das metrópoles e grandes cidades (centrais e periféricos, ainda que com forte concentração nesses últimos), a proximidade no espaço físico entre grupos sociais distintos não é suficiente para que os mais pobres (dominados) possam se apropriar dos possíveis benefícios urbanos do território em que habitam, uma vez que para se ter acesso a eles é também necessário dispor da posse prévia de determinados capitais econômicos, culturais e simbólicos. Aqueles que não os possuem são mantidos à distância, física ou simbolicamente, dos bens socialmente raros e compartilhados entre os mais ricos (dominantes). Para estes, a apropriação de lugares raros e desejados na cidade lhes dota de maior parcela de poder, permitindo dominar o conjunto do território, enquanto que os mais pobres são localizados em lugares de aviltamento social, reforçando as posições de dominador e de dominado na composição social do território (mesmo que compartilhem o mesmo espaço geográfico). Seria possível dizer que o exercício do poder social das elites econômicas e sociais sobre o espaço urbano se materializa, além da ocupação física do território, por sua capacidade de impor suas normas sociais, seu modelo cultural e seu estilo de vida por meio do exercício constante de uma violência simbólica capaz de desmanchar a ilusão de que “a proximidade espacial de agentes muito distantes no espaço social pode, por si mesma, ter um efeito de aproximação social” (BOURDIEU, 2012, p.165).

Nesse sentido, apesar de reconhecer a distribuição da pobreza por quase todo o espaço urbano, este trabalho volta sua atenção especialmente para a cidade de São Paulo e Região Metropolitana³⁶ com foco nas **periferias, entendidas aqui não apenas como um espaço geográfico que se distancia do espaço central das cidades, mas também como espaço social de segregação no qual se aglomeram populações excluídas pela classe social, pela raça, por seu registro linguístico e seus hábitos e produções culturais, pois morar nas periferias não significa apenas estar distante do centro, uma vez que há dimensões tanto objetivas quanto simbólicas que conferem representações sobre seus moradores e sobre suas condições e estilos de vida, bem como sobre a constituição de certa identidade social, elementos capazes de delinear com mais nitidez os contornos das hierarquias do mundo social, pois:**

O espaço físico da cidade materializa as hierarquias do mundo social e a sua utilização responde à condição social dos seus habitantes: na "periferia" estão não apenas os bairros pobres, mas os bairros dos pobres. Os moradores da periferia criam uma identidade que só faz sentido por contraste, compartilhando esse espaço geográfico e social como seu local de moradia, em oposição ao centro. Morar num bairro da periferia cria um recorte que delimita uma identidade social, revelando uma lógica de segmentação que ultrapassa os limites da localidade e desenha os contornos do espaço físico da cidade de acordo com a localização social de seus habitantes (SARTI, 2011, p. 130).

A atenção dada neste trabalho às periferias de São Paulo deve-se a alguns fatores já esboçados na introdução e que são aqui reforçados. Por se tratar de um estudo sobre a dimensão educativa da luta de mulheres pobres³⁷ por moradia no

³⁶ A Região Metropolitana de São Paulo é constituída por 39 municípios, sendo eles: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista, de acordo com a configuração territorial de 01 de agosto de 2012.

³⁷ Ao tratarmos de mulheres pobres não buscamos nessa categorização uma dimensão identitária, pois reconhecemos que o predicado pobre se refere a não ter condições mínimas de vida e que ninguém reivindica o direito de ser pobre e de ser tratado como tal, ao passo que ser ou tornar-se mulher engloba um aspecto das lutas identitárias, de reivindicação do direito de ser mulher e de construir uma cidadania própria.

âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de São Paulo, vale dizer que esse movimento, dentro de seus princípios, atua quase que exclusivamente junto às populações das regiões tidas como periféricas³⁸, pois se reconhece como um movimento territorial “que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos” (MTST, Cartilha de princípios, p.2). Além disso, embora seja flagrante o crescimento da atuação de movimentos de luta por moradia nas regiões centrais da cidade, especialmente na forma de ocupações de edifícios abandonados, a gênese da disputa pela moradia em São Paulo tem forte relação com as reivindicações dos habitantes das periferias distantes do centro estruturado, mais intensamente a partir dos anos de 1970, quando tiveram origem as bases da maioria dos movimentos de moradia que hoje conhecemos.

Na periferia, onde grande parte dos problemas sociais se concentra materializadas em significativas parcelas da população distanciadas do acesso aos direitos básicos, também se forjam modos de participação dessa população e de reivindicações coletivas pela presença do Estado, sobretudo, na forma de políticas sociais e de acesso aos direitos elementares da população (CALDEIRA, 2000; FELTRAN, 2008; FRÚGOLI JR., 2000; KOWARICK, 2000; SPOSITO, 1984, 1993; TELLES, 2006, 2010). Durante as décadas de 1970 e 1980, diversas mobilizações sociais passam a ocorrer, especialmente nos grandes centros urbanos do país, impulsionadas tanto pela insatisfação da população em relação à precariedade dos serviços públicos que chegavam (ou não) às periferias, como dos processos de mobilização social, organizados naquele momento, sobretudo pelos sindicatos, partidos de esquerda e por alas progressistas da Igreja Católica (FELTRAN, 2008; GOHN, 2010; KOWARICK, 2000, 2007; SPOSITO, 1984, 1993). Nesse cenário, que compreende parte da história da luta popular por moradia, são formadas as condições subjetivas e objetivas para o desenvolvimento dos diversos movimentos que continuam, nos dias atuais, lutando por esse direito fundamental, que abarca também uma necessária reforma urbana no sentido de diminuir as desigualdades

³⁸ Atualmente, o MTST mantém diversos núcleos de formação de militantes espalhados pelas periferias da cidade de São Paulo, especialmente, na zona sul e zona leste, bem como em alguns municípios da Região Metropolitana como: Carapicuíba, Cotia, Embu, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e Taboão da Serra.

socioespaciais e fomentar a democratização da gestão das cidades e a garantia de condições dignas de vida ao conjunto da população.

A partir da década de 1980, essas lutas passam a ter um caráter ainda mais organizado, sendo criadas várias associações de moradores, federações e coordenações de movimentos que buscam unir as reivindicações e lutas que se apresentavam de forma fragmentada pelas periferias das metrópoles e grandes cidades. Nesse processo, constitui-se uma ampla rede pela reforma urbana organizada em torno do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FERREIRA, 2012). A articulação entre os movimentos e suas causas contribuiu para ampliação dos serviços públicos na periferia e para maior capilaridade social das políticas públicas e sociais (FELTRAN, 2008; GOHN, 1991, 2010). O problema habitacional, nessa perspectiva, passa também a ser reconhecido como um problema que não está isolado de questões sociais, econômicas e políticas mais amplas (MARICATO, 2000; 2001; ROLNIK, 1997). Nesse sentido, a militância dos movimentos de luta por moradia parecem ter claro que a desigualdade no acesso à habitação está diretamente relacionada às condições de exploração do trabalho (ou de pauperização da classe trabalhadora, em alguns casos), à acumulação do capital, à especulação imobiliária enfim, ao modo de produção capitalista, assumindo, dessa forma, uma compreensão mais profunda desses fenômenos, o que influi sobre os modos como organizam as mobilizações e as ações coletivas (KOWARICK, 1979, 2000).

No final dos anos de 1980, a partir de uma demanda material concreta da população pobre pela moradia, os movimentos voltados a esse segmento de reivindicações promovem uma expressiva ampliação de suas atuações em direção à luta pelo acesso à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à cidade, constituindo-se numa ação emancipatória dessa população como sujeito de direitos, acrescida da própria luta pela redemocratização do país. O processo de redemocratização e as eleições do poder democrático municipal tornaram possível que esses movimentos passassem a atuar também como parceiros do poder público, sobretudo municipal, para o direcionamento das políticas públicas a partir da atuação em esferas participativas como conselhos, conferências e parcerias formais para a execução de projetos territoriais destinados às populações mais empobrecidas. Nesse processo, os movimentos de moradia introduzem sua participação na produção do espaço nas

cidades, interferindo nos rumos e desenhos das políticas habitacionais. Na década de 1990, tais movimentos construíram uma proposta de iniciativa de lei para a criação de um Fundo Nacional de Habitação Popular, visando à implementação de uma política nacional de habitação de interesse social (FERREIRA, 2012; MIAGUSKO, 2012; COELHO, 1996). Além da aproximação desses movimentos com o poder público, no mesmo período, a ocupação torna-se a forma privilegiada de ação coletiva dos grupos organizados (BENOIT, 2000; BOULOS, 2010; GOULART, 2011; MIAGUSKO, 2012; POLLI; GUSSO, 2013).

As ocupações marcam uma nova tática reivindicativa³⁹ e exigem o emprego de grande disposição, formulação de estratégias e esforços dos militantes, que são impulsionados a construírem coletivamente uma organização dos tempos e espaços que ultrapassa a demarcação de lotes e a construção de alojamentos residenciais nos acampamentos, alcançando momentos de formação política, preparação dos discursos e formas de negociação com o poder público (de líderes e de famílias) dentro de um quadro de estratégias coletivamente orquestradas, como sugere a observação de um pesquisador do momento inicial de ocupação:

As primeiras horas são de organização, demarcação dos lotes e distribuição das tarefas, compreendendo desde a organização das famílias, definição dos grupos, cozinha comunitária, formação política, disciplina, até as negociações com o Poder Público, a relação com a imprensa e garantia de infraestrutura (MIAGUSKO, 2012, p. 35).

As ocupações criam um fato político que obriga o Estado a enfrentar, ainda que seja na forma de repressão aos militantes, as reivindicações de grupos e famílias que evidenciam as opressões e lacunas nas políticas destinadas aos mais pobres, demonstrando ainda, pontos de inflexão nas políticas sociais brasileiras⁴⁰. Todavia, apesar da centralidade das ocupações, vale ressaltar que os movimentos de moradia não as empregam como única estratégia de luta por conquista de direitos, utilizam-se também de vários outros repertórios de ação, como participação em manifestações,

³⁹ Cf. BENOIT, 2000; BOULOS, 2012; GOULART, 2011; MIAGUSKO, 2012; MTST, 2005, 2010, 2013; POLLI; GUSSO, 2013.

⁴⁰ No final da década de 1990, os movimentos de luta por moradia ampliaram o objeto das ocupações (para além dos terrenos localizados nas periferias), incluindo os imóveis vazios ou subutilizados nos centros das cidades (BENOIT, 2000; POLLI; GUSSO, 2013).

conferências e audiências, promovem aulas públicas, fazem parcerias com organizações não governamentais e organismos internacionais, organizam palestras, publicam textos, buscam articulação com a universidade e com intelectuais para formação de lideranças e apoio em suas ações, por exemplo. Trata-se de estratégias que exigem grande adesão dos participantes e, por consequência, um intenso processo de socialização capaz de redundar em práticas militantes cada vez mais complexas, pois se pressupõe formas de enfrentamento às repressões e constantes negociações com o poder público (disposições que precisam ser constituídas no processo formativo e interativo no movimento, uma vez que seus integrantes, geralmente, pertencem a grupos sociais em que tais disposições, provavelmente, não foram previamente constituídas). Além disso, abarcam os ganhos e as perdas na relação com o sistema político o que depende de uma análise conjuntural que é, na maioria das vezes, compartilhada entre as famílias participantes dos movimentos em assembleias e ocasiões formativas (BENOIT, 2000; BOULOS, 2012; GOHN, 2010; GOULART, 2011; MTST, 2005, 2010, 2013). Portanto, no curso da trajetória social e política dos próprios movimentos de luta por moradia e nas suas relações de interdependência com a organização política e social do país, esses movimentos necessitam engendrar processos educativos e de socialização política como estratégia de suas múltiplas formas de mobilização e de formação de militantes, visto que conquistaram expressiva notoriedade e maior capilaridade de suas ações, inclusive, com a ampliação dos canais institucionais de participação social, como veremos mais adiante.

Por meio da leitura dos documentos oficiais elaborados por diferentes movimentos que lutam por moradia e das observações realizadas durante o trabalho de campo junto ao MTST, podemos dizer que buscam expor as formas e os mecanismos de dominação e exclusão a partir da assunção de um processo de socialização que não se limita somente às formas de ocupações ou aos coordenadores dos movimentos, mas que pretende alcançar todos os seus militantes, tendo em vista a constituição de certa representação do mundo político, bem como o desenvolvimento da consciência sobre as desigualdades (e suas formas de reprodução) e da necessidade de superá-las por meio de ações coletivas. Nessa perspectiva, cabe salientar que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), objeto desta pesquisa, busca se destacar dentre os demais, radicalizando o

movimento dos “sem” e se reivindicando como um movimento de trabalhadores urbanos que “não se propõe a ser um movimento de moradia” (BOULOS, 2014, p.89), pois para além da moradia que é centro de sua atuação, luta por transformações sociais mais amplas, visando a constituição do que denominam como “poder popular”, ou seja, a realização efetiva do princípio de que “só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores”, devendo, ainda, “combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade pautada em valores anticapitalistas” (MTST, 2013). Nesse sentido, o MTST, sobretudo por meio de sua carta de princípios, constrói um ideal de participação e mobilização no qual busca se diferenciar de outros movimentos que lutam por moradia, especialmente, daqueles que se desenvolveram a partir dos anos de 1980, e que possuem estreitas relações com outras esferas políticas, inclusive partidárias. Entretanto, não podemos fechar os olhos para o fato de que a trajetória político-social desses outros movimentos, bem como os avanços nas políticas habitacionais resultantes das pressões populares, teve um importante papel na conformação do MTST como hoje o conhecemos.

2.3. Desigualdades na questão habitacional

A atuação dos movimentos de luta por moradia e por reforma urbana e os avanços nas políticas federais de Habitação de Interesse Social não ocorrem sem fortes embates entre os movimentos sociais e os governos de âmbito municipal, estadual e federal. Entretanto, é preciso reconhecer que os resultados de tais embates contribuem para a construção de um cenário favorável ao desenvolvimento, expansão e incremento da dimensão política alcançada pelo MTST na atualidade. O período de seu nascimento, no final dos anos de 1990, como veremos mais adiante, coincide com o período dos primeiros avanços nas políticas habitacionais do país, que tiveram, a partir de 2003, um forte incremento de ações no sentido de promover expressivas possibilidades de ampliação dos canais institucionais de participação social dos

movimentos por moradia. Além disso, vale ressaltar que no Brasil, graças ao perfil das políticas habitacionais adotadas, esses movimentos tornam-se a principal porta de entrada para o financiamento imobiliário das camadas mais pobres da população, ou seja, daqueles que pelos baixos rendimentos financeiros não conseguem se tornar agentes do mercado capazes de contrair um empréstimo bancário (base de todo o sistema do financiamento habitacional do país). Desse modo, sem desqualificar a capacidade de mobilização do MTST, que parece bastante expressiva, como percorremos ao longo deste trabalho, precisamos reconhecer que existem relações de interdependência entre parte da trajetória social e política do movimento e os avanços das políticas habitacionais, que, inclusive, encontram-se ameaçadas pelo atual governo federal.

No período de 1985 a 1994, somado ao processo de redemocratização do país, a atuação dos movimentos de moradia colaboram para o desenho de sensíveis avanços, ainda que bastante tímidos, nas políticas habitacionais de âmbito federal, com destaque para a inclusão do Capítulo da Política Urbana na Constituição Federal (1988) e para a criação do projeto de lei sobre o Fundo Nacional de Moradia Popular (1991), que contribuem com as bases legais das reivindicações e do fortalecimento dos movimentos de moradia. Foram incrementados no curso desse processo, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), outros dois importantes passos nas políticas habitacionais: a introdução do direito à moradia como um direito social (art. 6 da Constituição Federal), em 2000, e a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001. Contudo, é no governo Lula (2003 – 2010), que as políticas habitacionais de âmbito federal apresentam os maiores avanços, apesar de serem reconhecidas pelos movimentos de luta por moradia e por pesquisadores da temática como bastante controversas. Se de um lado, tais políticas atendiam parte das reivindicações e expectativas dos movimentos, por outro, seu delineamento apresentava uma clara tendência em fomentar ações em favor do capital imobiliário em apoio a produção imobiliária destinada à população com faixas salariais fora do mercado de financiamentos (FERREIRA, 2012; BURNETT, 2009). No mesmo período, podemos destacar a criação do Ministério das Cidades (2003) e dos Conselhos das Cidades (2004); a aprovação da Política Nacional de Habitação (2004); a criação do Programa de Crédito Solidário (2004); a aprovação da lei do Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2005); o fomento à Campanha Nacional dos Planos

Diretores Participativos (2005); a inclusão do acesso de entidades sem fins lucrativos aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2007); a aprovação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de urbanização dos assentamentos precários (2007); a elaboração do Plano Nacional de Habitação (2008); o Programa Minha Casa Minha Vida (2009) e o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (2009). Tais ações e políticas, além de favorecer o mercado imobiliário numa tentativa do governo federal em atender uma demanda do empresariado da construção civil, bem como em ampliar as taxas de emprego no país, controversamente, contribuiu para o atendimento das demandas de habitação popular e para a ampliação dos canais institucionais de participação social dos movimentos de luta por moradia, ampliando suas possibilidades de atuação. No mesmo sentido, expandiu as probabilidades de provisão habitacional das associações, grupos populares e movimentos constituídos em torno da questão da moradia, especialmente, por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, que foi criado com o objetivo de atender às demandas habitacionais de famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades sem fins lucrativos. O governo Dilma (2011 – 2016) dá continuidade às ações iniciadas nos governos anteriores com o lançamento da segunda fase do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (2011) e aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012), porém, os avanços nas políticas habitacionais sofrem sensível arrefecimento com a adoção das medidas de austeridade impostas pelo governo federal, inclusive, com a suspensão da terceira fase do Programa (FERREIRA, 2012; BURNETT, 2009).

Até 2016, o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, era dirigido à famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00 (em 2017, esse valor foi reajustado passando a ser de R\$ 1.800,00, como vimos aqui, esse recorte de renda deixa de fora da possibilidade de acesso ao programa social 80% da população brasileira, justamente a mesma que configura o déficit habitacional). Para participar do Programa, a entidade precisava estar previamente habilitada pelo Ministério das Cidades e a proposta deveria ser selecionada, após a análise e aprovação dos projetos pela Caixa Econômica Federal. A entidade participante, ainda, deveria se

dispor a fazer a gestão (direta ou indireta) dos empreendimentos (AMORE, SHIMBO, RUFINO, 2015).

As relações de interdependência entre a trajetória social e política do MTST e os avanços das políticas habitacionais podem encontrar uma de suas evidências no resultado da parceria do movimento com as ações do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. Fruto dessa parceria, em 2013, teve início a primeira fase de construção de 1080 unidades habitacionais estimadas como a primeira grande conquista habitacional do MTST em São Paulo, dando origem ao Conjunto Habitacional João Cândido (que como vimos na introdução, foi *lócus* de parte do trabalho de campo da pesquisa). Batizado em homenagem ao marinheiro negro líder da Revolta da Chibata (1910), o condomínio é resultado das reivindicações protagonizadas pelas ocupações Chico Mendes, iniciada em 2005, e João Cândido, iniciada em 2007 (ambas no município de Taboão da Serra, onde também se localiza o condomínio e a atual sede do MTST). Presentemente, constitui-se em um condomínio de prédios de apartamentos, num total de 192 unidades habitacionais, localizado no bairro Jardim Salete, à margem da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), no município de Taboão da Serra, Região Metropolitana de São Paulo e serve de vitrine para as possibilidades de conquista das lutas coletivas orquestradas pelo movimento. O início da segunda fase do empreendimento, previsto para 2015, dependia da liberação de recursos da terceira fase do PMCMV-E, que foram temporariamente suspensos em atendimento à política de ajuste econômico e fiscal do governo federal. Esse atraso na liberação dos recursos foi considerado pelo MTST um rompimento do acordo por parte do governo o que gerou uma série de manifestações públicas em setembro de 2015, inclusive a ocupação de sete prédios do Ministério da Fazenda em São Paulo, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, Boa Vista, Belo Horizonte e Natal. Como resultado da pressão exercida pelas mobilizações, o governo federal emitiu nota afirmando os compromissos para a continuidade da terceira fase do Programa. Em 2016, as obras para construção dos demais blocos do empreendimento tiveram início, marcando uma nova conquista da pressão exercida pelo movimento o que, de fato, contribui para a legitimidade de suas ações junto as pessoas que militam no MTST e contribui para a conformação de o acesso aos direitos fundamentais da população pobre se dá por meio da luta coletiva.

O conjunto de ações e políticas habitacionais, bem como a atuação dos movimentos de luta por moradia ainda não foram capazes de equacionar a questão habitacional no país. Ao que tudo indica, temos um longo caminho a percorrer, visto que, em 2014, se registrou um déficit de 6.068.061 de moradias no Brasil. Isso significa dizer que cerca de 6 milhões de famílias encontram-se sem moradia adequada. Além disso, apesar dos avanços das políticas e da pressão exercida pelos movimentos, no conjunto do país, entre os anos de 2013 e 2014, o déficit habitacional não recuou, registrando um acréscimo de 3,6%. Tal ampliação do déficit foi sentido em quase todas as Regiões do país, exceto a Região Norte, que apresentou uma diminuição do déficit em 3,3%. Só na cidade de São Paulo, no mesmo período, o déficit habitacional teve aumento de 5,5%, dito de outro modo, em 2014, 1.327.408 famílias encontravam-se em situação de moradia inadequada, como revelam os dados da tabela 2.1. abaixo:

Tabela 2.3.1 – Déficit habitacional por situação do domicílio e déficit habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados

	2013			2014		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Norte	652.998	508.147	144.851	632.067	498.787	133.280
Nordeste	1.844.141	1.275.263	568.878	1.900.646	1.389.189	511.457
Sudeste	2.246.364	2.192.692	53.672	2.425.679	2.376.198	49.481
São Paulo	1.254.089	1.240.381	13.708	1.327.408	1.308.685	18.723
RMSP	629.891	628.827	1.064	625.759	623.680	2.079
Sul	628.104	581.579	46.525	645.189	608.807	36.382
Centro-Oeste	474.433	453.158	21.275	464.480	442.270	22.210
Brasil	5.846.040	5.010.839	835.201	6.068.061	5.315.251	752.810

Fontes: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (Pnad). Rio de Janeiro: IBGE, v.33, 2013; v.34, 2014. Série: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte: 2016. Elaboração própria.

O cálculo do déficit habitacional tem sido um importante indicador da gravidade do problema da moradia em nosso país. Ele concentra duas dimensões desse problema: (i) a *deficiência do estoque de moradias*, ou seja, a necessidade de construção de novas unidades habitacionais, incluindo aquelas sem condições de serem habitadas e insalubres⁴¹; e (ii) a *inadequação de domicílios*, ou seja, aquelas moradias que representam graves problemas na qualidade de vida dos habitantes. Vale dizer que a inadequação dos domicílios não indica, necessariamente, o imperativo de construção de novas moradias, pois inclui os domicílios carentes de infraestrutura⁴², que precisam de adequações para que possam ser dignamente habitados. Em linhas gerais, o déficit habitacional tem sinalizado que no Brasil a maior parte da população sem moradia é também a mais pobre, justamente aquela que não conforma demanda habitacional, nem para o mercado, nem para o próprio poder público. Nesse sentido, estamos falando das famílias mais vulneráveis de nossa sociedade que muitas vezes não conseguem sequer acessar o direito à moradia por meio dos programas habitacionais públicos. O déficit habitacional demonstra essa maior concentração de demanda entre a população com faixa de renda média familiar mensal de até três salários mínimos (tabela 1.2), que representa cerca de 83% do total do déficit.

⁴¹ A deficiência do estoque de moradias corresponde as unidades habitacionais de coabitação familiar forçada; casa de cômodo; cortiços; ônus excessivo com aluguel urbano (mais de 30% da renda familiar com aluguel); habitações alugadas com grande densidade populacional; domicílios rústicos (sem paredes de alvenaria); domicílios improvisados: embaixo de pontes, carcaças de carros; barracas e ocupações (Fundação João Pinheiro, 2016).

⁴² A inadequação de domicílios corresponde às habitações próprias com grande densidade populacional; inadequação fundiária (quando a família é dona da casa, mas não do terreno); aglomerados subnormais (favelas); cobertura inadequada (telhado de zinco, madeira aproveitada); inexistência de unidade sanitária domiciliar: domicílio que não dispõe de banheiro exclusivo (Fundação João Pinheiro, 2016).

Tabela 2.3.2 Distribuição percentual do déficit habitacional urbano por faixa de renda média familiar mensal (Salários mínimos) - Faixas de Renda do Programa Minha Casa Minha Vida

	2013				2014			
	Até 3	Mais de 3 a 6	Mais de 6 a 10	Mais de 10	Até 3	Mais de 3 a 6	Mais de 6 a 10	Mais de 10
Norte	79,6	14,2	4,1	2,1	79,5	14,9	3,4	2,2
Nordeste	89,9	6,9	2,0	1,1	88,2	8,5	2,0	1,2
Sudeste	82,3	13,5	2,9	1,2	83,7	13,3	2,9	1,0
São Paulo	80,3	15,3	3,0	1,4	80,8	15,1	3,3	0,8
RMSP	78,0	16,4	4,2	1,4	80,2	15,4	3,8	0,7
Sul	76,8	17,1	4,4	1,7	78,2	15,4	4,1	2,3
Centro-Oeste	83,5	10,1	3,9	2,5	83,9	10,3	3,5	2,4
Brasil	83,4	12,0	3,1	1,5	83,9	11,8	2,9	1,4

Fontes: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (Pnad). Rio de Janeiro: IBGE, v.33, 2013; v.34, 2014. Série: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte: 2016. Elaboração própria.

Outro dado que chama bastante atenção acerca do problema habitacional no Brasil refere-se ao fato de que o número de domicílios vagos no país é superior ao déficit de moradias (tabela 1.3), ou seja, existem mais moradias em condições de serem habitadas vazias do que famílias precisando de moradia. Em 2014 o Brasil possui 5,701 milhões de imóveis vagos em áreas urbanas (79% do total de domicílios vagos) contra um déficit habitacional de 5,315 milhões, somente nas áreas urbanas o número de imóveis em condições de serem ocupados supera o total de demanda por moradia em mais 380 mil. Esses dados, que demonstram as enormes desigualdades na distribuição da moradia no Brasil, apontam para a enorme acumulação de capital imobiliário no país, possivelmente destinado à reserva de mercado e à especulação imobiliária.

Tabela 2.3.3 Déficit habitacional urbano por situação do domicílio por domicílios
– vagos em condição de serem ocupados

	2013		2014	
	Déficit habitacional urbano	Domicílios vagos (estoque de mercado)	Déficit habitacional urbano	Domicílios vagos (estoque de mercado)
Norte	508.147	354.219	498.787	351.522
Nordeste	1.275.263	1.542.344	1.389.189	1.596.889
Sudeste	2.192.692	2.559.801	2.376.198	2.525.780
São Paulo	1.240.381	1.339.997	1.308.685	1.158.542
RMSP	628.827	605.422	623.680	523.876
Sul	581.579	786.909	608.807	886.546
Centro-Oeste	453.158	453.486	442.270	480.068
Brasil	5.010.839	5.696.759	5.315.251	5.701.608

Fontes: Dados básicos: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (Pnad). Rio de Janeiro: IBGE, v.33, 2013; v.34, 2014. Série: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte: 2016. Elaboração própria.

Diante desse cenário, é notória a importância política e social da manutenção, da ampliação e do fortalecimento das distintas maneiras de participação dos indivíduos na sociedade, seja por meio de pressões indiretas ou diretas, nas formas de mobilizações, marchas, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações com o poder público etc no sentido de enfrentarmos as desigualdades e construirmos uma sociedade mais justa.

2.4. Deslocamentos da luta pela terra

Como vem também destacando parte da cobertura midiática, é inegável o reconhecimento de que o MTST tem se configurado como um dos movimentos populares mais proeminentes no país (*Carta Capital*, 9/6/2014: “O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto cresce diante da especulação imobiliária e comanda os protestos mais relevantes do País”). Sua notória aparição pública, cada vez mais frequente, é resultado da mobilização de milhares de militantes organizados em áreas urbanas de diferentes regiões do país, que tomam as ruas para reivindicar direitos e denunciar opressões. Nos últimos anos, o país tem sido testemunha dos crescentes atos públicos organizados por seus dirigentes, sobretudo, na forma de volumosas marchas, ocupações de terrenos ociosos e bloqueios de estradas e rodovias⁴³, que caracterizam uma fração de seu modelo de ação.

Para efeitos de ilustração, só na cidade de São Paulo, foram realizados, no período de janeiro a setembro de 2014, 15 grandes atos públicos que tomaram as ruas da cidade⁴⁴, sobretudo, na região central, reunindo, em cada ato, de 2 a 10 mil participantes, segundo estimativas do movimento e também da Polícia Militar. Além disso, em 2015, segundo dados do próprio movimento, existiam 20 ocupações organizadas nas periferias da Capital e Região Metropolitana, totalizando 25 mil famílias constituídas nessa modalidade de reivindicação, que lutam não só pelo direito à moradia, mas por condições de vida mais dignas com a ampliação de acesso aos

⁴³ Segundo o MTST, “parar rodovias e grandes avenidas sempre foi uma forma de chamar atenção para as reivindicações dos trabalhadores. Mas para nós é algo ainda mais importante. Ao bloquearmos uma via importante estamos gerando um imenso prejuízo aos capitalistas. Eles precisam deslocar as mercadorias da fábrica para os mercados ou portos (no caso de exportação). Quando enfrentam nosso bloqueio, as mercadorias atrasam, o que lhes traz prejuízos. Isso no caso de um bloqueio. Agora, imaginem todas as principais vias paradas! E paradas não por horas, mas por dias! Conseguiríamos impor uma grande derrota ao capital e avançar na transformação que queremos. Este é um grande objetivo do MTST” (MTST, Cartilha de princípios, p.5).

⁴⁴ Os atos públicos organizados pelo MTST no período de janeiro a setembro de 2014, aqui considerados, além da luta pelo direito à moradia versaram sobre pressões para votação do Plano Diretor de São Paulo, melhoria dos serviços de telefonia, crise hídrica do estado, a não criminalização dos movimentos populares e apoio a setores em greve como metroviários e funcionários das universidades públicas estaduais. Segundo dados da agenda de atos públicos publicada da *timeline* do MTST na internet, os grandes atos ocorreram: 18 de janeiro; 26 de março; 20 e 29 de abril; 20 e 22 de maio; 4, 14 e 19 de junho, 18 e 29 de julho; 20 de agosto; 6, 23 e 30 de setembro.

direitos básicos e sociais. Contudo, apesar do MTST ter uma grande expressão nos grandes centros urbanos, sobretudo, em São Paulo, a sua gênese histórica não se limita às reivindicações originárias das desigualdades produzidas somente nesses centros.

Como vimos anteriormente, a proeminência do MTST na luta por moradia coincide com os avanços das políticas habitacionais urbanas resultantes da atuação dos movimentos de moradia que se desenvolviam nos centros urbanos desde a década de 1970. Diferentemente desses movimentos territoriais urbanos, a história do MTST está amplamente relacionada à história de lutas dos trabalhadores rurais e urbanos, que experimentam nos avanços do capitalismo o agravamento das precárias condições de existência no campo e na cidade. Entretanto, a gênese de sua história é assinalada por certa ambiguidade que marca as experiências, as expectativas e o perfil de seus militantes. Os trabalhos de Sonia Lima (2004) e Débora Goulart (2011), a partir dos depoimentos de “novos” e “antigos” militantes e da análise de documentos oficiais do MTST, buscam resgatar essa gênese e sinalizam tais ambiguidades nas vertentes dos relatos de seus entrevistados. Apesar disso, concordam que o “embrião” do MTST tem origem na luta no campo e foi gestado no interior do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ou em relação a ele. Vale antecipar que no caso dos relatos de experiência dos militantes que configuram o quadro de entrevistas do conjunto deste trabalho, essas relações aparecem de modo bastante difuso, convergindo quase que exclusivamente para a existência apenas de uma simpatia entre os dois movimentos, ou seja, o MST aparece tão somente como mais um dos movimentos parceiros. Contudo, vale dizer que por meio da “Cartilha do Militante” o MTST também já reconheceu⁴⁵ essa relação ao explicitar que

O MST, movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se

⁴⁵ Apesar do reconhecimento da existência de estreitas relações entre o MTST e o MST no passado, como evidenciado em alguns documentos oficiais do movimento, na “cartilha de princípios” do MTST, documento de 2013, que substitui a cartilha do militante de 2005, não há menção sobre essas relações. Em partes, isso se deve ao fato de que ao longo dos últimos anos as linhas de ação do MTST assumiu um perfil mais autônomo, alinhado ao contexto das reivindicações sobre os usos do solo urbano e às políticas habitacionais.

organizarem para lutar também por melhores condições de vida (Cartilha do Militante, nº1, MTST, 2005).

Reconhecendo a existência de diferentes vertentes sobre a constituição do MTST, nosso objetivo, portanto, não é analisar sua gênese histórica, mas sim de distinguir que essa história emerge claramente de um esforço de organização e de ampliação das lutas dos trabalhadores do campo na cidade.

Uma dessas vertentes aponta que durante os anos de 1993 e 1994 quando o MST organizava os processos de preparação da ocupação de terras no Estado de São Paulo identificou-se certa peculiaridade na característica dos militantes desse estado em relação a outras localidades do país. Em geral, apesar de sua origem comum como trabalhadores do campo, esses militantes apresentavam um perfil menos campesino, pois se tratavam de famílias que moravam em cidades com grau elevado de urbanização e que estavam inseridas nos modos de produção urbanos, muitas vezes, trabalhando em outros setores dissociados do campo, “eram famílias que queriam continuar lutando, mas que não queriam voltar para o campo” (LIMA, 2004, p.139). Contudo, para a organização do MST, essa mudança de perfil enseja a possibilidade de fortalecimento da luta pela reforma agrária com a participação do que chamavam de “excluídos da cidade”, ou seja, antigos trabalhadores rurais alocados em postos precários de trabalho, que adensam as periferias dos centros urbanos. Tal possibilidade de fortalecimento da luta indicava a necessidade de alterações na estrutura de organização do MST com a criação de coletivos voltados para o enfrentamento dos desafios da questão urbana que afetam os “excluídos da cidade”, com os quais seriam constituídas as bases que dariam origem ao MTST.

A “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, ocorrida em 1997, que partiu de três pontos distintos do país (São Paulo – SP, Governador Valadares – MG e Cuiabá – MT) com destino a Brasília – DF, em outra vertente, é considerada o fator impulsionador do surgimento do MTST. A caminhada de dois meses da Marcha Nacional, que protestava contra a exclusão social e lembrava o massacre de Eldorado dos Carajás⁴⁶ ocorrido em 1996, tinha também como objetivos

⁴⁶ O Massacre de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, levou à morte 19 sem-terra no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, em decorrência da ação da polícia do estado do Pará. O

dar maior visibilidade e legitimidade ao MST, estimular a simpatia popular à causa da reforma agrária e estimular o retorno de famílias da cidade para o campo. Contudo, durante a Marcha evidenciou-se a drástica redução da população rural e a necessidade de criação de focos de organização do MST dentro das cidades, onde se encontravam muitos trabalhadores do campo (CHAVEZ, 2000; LIMA, 2004; GOULART, 2011).

Os conflitos que marcaram o Pontal do Paranapanema também surgem como uma provável gênese da história do MTST, quando se buscou uma alternativa diante da necessidade de redefinir a linha de ação do MST naquela região, frente à mudança de orientação política do governo do estado no enfrentamento do conflito fundiário. Como bem resume Oliveira (2010)

As razões para todo este interesse do MST nas lutas urbanas são entendidas de diferentes maneiras, de acordo com as distintas lideranças. Uns dizem que diante da mudança do perfil da população camponesa, do aumento do êxodo rural e da concentração da vida nas cidades uma alternativa para o fortalecimento da luta do campo pudesse ser realizada com a participação dos marginalizados da cidade. Outros afirmam que a luta pela reforma agrária e a reforma urbana deveriam ser travadas juntamente, daí a necessidade da criação de um movimento na cidade que pudesse fortalecer a luta. Ainda tem os que dizem que a proposta de criação do Trabalhadores Sem-Teto foi uma alternativa diante da necessidade de redefinir a linha de ação do MST, na região do Pontal de Paranapanema, no estado de São Paulo, frente à mudança de orientação política do governo do estado no enfrentamento do conflito fundiário” (OLIVEIRA, 2010, p.28).

Apesar das ambiguidades da gênese histórica do MTST, a organização do movimento, como hoje o conhecemos, teria um marcador mais evidente, tendo se iniciado em Campinas-SP, em agosto de 1996, quando foram estabelecidos vínculos com os participantes de três ocupações urbanas em curso na cidade, organizadas por outros movimentos populares de luta por moradia, mas que ainda estavam desarticuladas entre si. A reunião dessas três ocupações, constituindo um total de aproximadamente três mil famílias, articuladas então pelo MTST, foi um marco político

confronto ocorreu quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras.

que contribuiu para a consolidação das ocupações como principal estratégia de reivindicação do MTST e para sua projeção. Embora a experiência de forte repressão policial a esse tipo de manifestação tenha marcado a trajetória inicial do movimento, no ano seguinte, na cidade do Rio de Janeiro⁴⁷, o MTST organizou duas novas ocupações que também foram desmanteladas (LIMA, 2004; GOULART, 2011). Todavia, os objetivos do MTST foram ficando mais claros e se guiando pelos princípios da luta pela reforma urbana, por um modelo de cidade mais justa e por moradia digna ao conjunto da população (BOULOS, 2014; CHAVES, 2000; GOULART, 2011; LORENA, 2012).

Embora o MTST tenha se radicado como um movimento territorial urbano que vem construindo sua identidade social de modo relativamente autônomo em relação à sua gênese é possível notar dentre seus modos mais expressivos de atuação características próximas às fórmulas de organização dos Sem Terra, já consolidadas pelo MST. Sem querer estabelecer comparações imprecisas, nem esgotar os exemplos dessas características, podemos dizer que tanto em um movimento quanto em outro a ocupação (seja de um latifúndio ou de um terreno urbano) constitui-se como eixo central de mobilização e formação de seus militantes. Além disso, em ambos os casos, as ocupações combinam formatos organizativos diversos por meio de setores e núcleos (muitos deles com nomes e funções parecidas: núcleo de infraestrutura, de formação, de comunicação, de disciplina, cozinha coletiva, por exemplos), que buscam o reconhecimento social de seus militantes como Sem Terra (no caso do MST) e Sem Teto (no caso do MTST) no sentido da construção de uma identidade social.

Na perspectiva da ocupação como eixo central de mobilização, o MTST é hoje responsável por diversos acampamentos em áreas urbanas espalhadas pelo país e

⁴⁷ Em dezembro de 1997, organizou-se na cidade do Rio de Janeiro a primeira ocupação. A forte repressão do governo Marcelo Alencar levou ao desmantelamento dessa ocupação. Como não houve dispersão dos participantes, o movimento realizou, a seguir, outra ocupação. Esta ocupação também foi alvo de despejo, resultando, contudo, num acampamento de 350 famílias. Um ano depois, foi realizada outra ocupação em Campo Grande, que reuniu 1.500 famílias. Esta última ocupação acabou se transformando em um acampamento, denominado Che Guevara. Este acampamento, também, foi desmantelado. Os participantes que restaram organizaram um acampamento na Avenida Brasil, que durou 15 dias, quando, então, as famílias voltaram a ocupar a mesma área anterior. O MTST, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, chegou a ter 2.001 famílias assentadas em três regiões: 1.600, em Sepetiba; 360, em Nova Iguaçu e 41, em Bangu.

conta com 40 mil famílias que vivem em algum tipo de ocupação⁴⁸, além de milhares de famílias que participam de núcleos, que se encontram em reuniões, assembleias, cursos de formação, manifestações públicas e mobilizações para o empreendimento de novas ocupações.

Em nossa pesquisa, nos voltamos especialmente para os processos de socialização constituídos em torno das ocupações, pois estas também se estabelecem como o eixo central de organização do MTST, realizando um recorte temático sobre as mulheres que, numericamente, se destacam no interior do movimento e corroboram a afirmação de que “nos movimentos pela moradia observa-se a presença maciça de mulheres, especialmente entre os sem-teto” (GOHN, 2010, p. 51). Em outras palavras, buscamos entender a dimensão educativa dos processos de socialização que redundam em disposições para a militância de mulheres engajadas no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, analisando, em partes, as práticas educativas desenvolvidas no interior do MTST e como essas práticas possibilitam a essas mulheres alterarem sua compreensão do mundo e do seu lugar nele.

2.5. A organização do MTST: uma lógica de atuação social

Nesse momento, apresentaremos em linhas gerais a estrutura organizacional do MTST, sem aprofundar nas pormenorizações de seu funcionamento ou ainda sobre as atribuições e dinâmica de trabalho das militantes em cada uma delas. Suas singularidades serão tratadas, ao longo do desenvolvimento deste trabalho pelos relatos das entrevistadas que estiveram ou estão envolvidas nas mais diversas instâncias e setores de atuação propiciadas pelo movimento. Vale antecipar que todo participante do MTST, ao longo de sua trajetória no movimento, está obrigatoriamente

⁴⁸ Para exemplificar o volume de famílias que podem viver em uma única ocupação, utilizamos três exemplos que configuraram as páginas dos jornais nos últimos meses como Vila Nova Palestina (com 8.000 famílias em São Paulo), Favela da Telerj (com 5.000 famílias no Rio) e Copa do Povo (com 4.000 famílias).

envolvido com mais de uma esfera de atuação, já que trata-se de um dos princípios de formação de militantes do movimento envolvê-los em múltiplas atividades e grupos.

O MTST possui uma organização que combina, de forma articulada, instâncias políticas, administrativas, jurídicas e operacionais, que atuam vertical e horizontalmente, em seu interior e em relação às articulações exteriores, orientando o funcionamento das diferentes frentes de ação coordenadas pelo movimento. A partir dessa organização são guiadas todas as atuações do movimento, desde as manifestações públicas até as negociações e acordos políticos com o poder público, são distribuídas, entre as militantes, as múltiplas tarefas que constituem o conjunto dos processos formativos e são pautadas e articuladas as frentes de luta. Trata-se de uma organização bastante complexa que corresponde a complexidade de suas lutas, que vão além da questão habitacional, pois a moradia é compreendida em sentido amplo e está intimamente ligada às questões econômicas e políticas gerais, bem como infraestrutura urbana, saneamento básico, transporte público, acesso aos equipamentos e serviços públicos de saúde e educação, para citar alguns exemplos, que constituem suas frentes de atuação.

Basicamente, existem três categorias de coletivos nos quais se sustentam a estrutura organizacional do movimento: os *coletivos políticos*, os *coletivos organizativos/ setoriais* e os *coletivos territoriais*. Todos trabalham concomitantemente questões políticas que perpassam todas as instâncias de atuação, das mais amplas como a conjuntura política e partidária até aquelas ligadas ao cotidiano dos acampamentos como infraestrutura e convivência dos acampados. Trata-se de uma organização sistêmica, que reconhece em cada setor seu papel político como uma dimensão fundamental de atuação. Para tanto, no interior de cada um dos coletivos são distribuídos e articulados diferentes setores com o desempenho de funções específicas e objetivas, que os caracterizam, envolvendo o maior número possível de militantes em diversos níveis de engajamento. Nos coletivos políticos estão alocadas a *coordenação nacional* e as *coordenações estaduais* (essas duas são instâncias deliberativas de decisão representadas pelas lideranças políticas do movimento). Os coletivos organizativos/ setoriais têm a função de tomar decisões e executar tarefas em relação às diversas questões necessárias para a construção do movimento. Nos coletivos territoriais estão alocadas as *coordenações regionais* e a *coordenação de*

acampamento (essa última sendo responsável, entre tantas coisas, pela articulação entre os coletivos políticos e os coletivos setoriais, que estão mais próximos das bases do movimento). Os coletivos setoriais são distribuídos em oito núcleos e vinculam-se diretamente à coordenação regional e à coordenação de acampamento, são eles: *infraestrutura, organização, autodefesa, autossustentação, negociação, formação política, comunicação e simbolismo e trabalho comunitário*. A coordenação de acampamento é responsável pelas assembleias e pela organização desses oito núcleos em cada acampamento, distribuídos em duas categorias: *acampamento em território* e *acampamento nucleado*.

Foto: Alojamentos de lona do “Grupo 4” construídos no acampamento Paulo Freire, município de Embu das Artes, outubro de 2015. Foto do autor.

Foto: Detalhe do acampamento Paulo Freire no bairro, município de Embu das Artes, outubro de 2015. Foto autor.

Os *acampamentos em território* referem-se às ocupações de terreno que estão em andamento no território, ou seja, fixadas nos terrenos ocupados pelos sem-teto onde constroem seus barracos até que seus integrantes tenham atendidas parte das reivindicações habitacionais, seja a destinação de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁴⁹ para a construção de Habitação de Interesse Social (HIS)⁵⁰ ou a

⁴⁹ Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) é um instrumento de planejamento urbano e habitacional do município, que visa garantir que a política habitacional consiga terrenos para a produção de novas Habitações de Interesse Social (HIS), por meio da regularização fundiária, de loteamentos irregulares e da urbanização de favelas, constituindo novos conjuntos habitacionais populares destinados à população da cidade que vive em assentamentos precários e informais. Existem 4 categorias de ZEIS: (i) ZEIS 1 são demarcadas em áreas com assentamentos precários e informais que podem ser consolidados e regularizados do ponto de vista fundiário; (ii) ZEIS 2 são demarcadas em terrenos desocupados, não utilizados ou subutilizados, que devem servir para a produção de Habitação de Interesse Social (HIS); (iii) ZEIS 3 se localizam nas áreas centrais da cidade, visam recuperar áreas urbanas deterioradas e aproveitar terrenos e edificações não utilizadas ou subutilizadas para a construção de novos empreendimentos com HIS e (iv) ZEIS 4 são demarcadas em terrenos não utilizados ou subutilizados, destinados à produção de novas HIS às famílias a serem realocadas que vivem em áreas de risco ou de preservação ambiental. Ver: SÃO PAULO. Lei n. 16.050, de 31 de julho de 2014 que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

⁵⁰ Habitação de Interesse Social (HIS) corresponde habitação destinada a família com renda igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos

garantia de recebimento de um auxílio aluguel⁵¹ para os sem-teto enquanto aguardam na "fila" para serem contemplados com os benefícios dos programas de habitação popular, por exemplo. Após o período de ocupação no território, na medida em que suas reivindicações são atendidas, os acampados passam a integrar os chamados *acampamentos nucleados*, ou seja, deixam o território, mas continuam articulados e engajados sob a coordenação do acampamento de origem e de seus núcleos. Em outras palavras, os militantes de um território ocupado, ao longo dos processos de negociações entre o MTST e o poder público, ao terem conquistadas parte de suas reivindicações, deixam seus barracos e passam a fazer parte de um grupo (acampamento nucleado), que além das responsabilidades anteriormente assumidas no acampamento em território, fomentam e contribuem para constituição e consolidação de novas ocupações de terreno. Todo acampamento nucleado foi antes um acampamento em território e simboliza um importante avanço na luta pela moradia, pois a desocupação de um terreno acontece, na maioria das vezes, mediante conquistas dos militantes e do movimento. Caso um terreno seja desocupado por força judicial (reintegração de posse) sem as garantias de direitos dos sem-teto, os militantes pertencentes a esse acampamento realizam uma nova ocupação num outro terreno. Ainda que o terreno ocupado não seja convertido em uma área de interesse social, a sua ocupação é uma estratégia de levar à mesa de negociações com o poder público as reivindicações habitacionais daquela população. Lembramos que a ocupação é a forma primordial de reivindicação de direitos dos trabalhadores do movimento.

Atualmente, na Região Metropolitana de São Paulo, o MTST conta com sete acampamentos em território e treze acampamentos nucleados⁵². Cada acampamento

⁵¹ O auxílio aluguel destina-se ao atendimento de famílias afetadas por obras públicas, por determinação judicial ou localizadas em áreas de risco iminente. O valor do auxílio é definido pelo Conselho Municipal de Habitação.

⁵² São sete acampamentos em território: *Palestina* e *Maria Bonita*, no Jardim Ângela – periferia da zona sul (ZS) da Capital; *Paulo Freire*, no município de Embu das Artes, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); *Dandara* e *Numa Pompílio*, em Itaquera – periferia da zona leste (ZL); *Oziel Silva*, no município de São Bernardo do Campo – RMSP e *Vila Nova Esperança*, no Campo Limpo – periferia da ZS da Capital. São treze acampamentos nucleados: *Silvério de Jesus*, no município de Taboão da Serra RMSP; *Che Guevara*, *Dona Deda* e *Capadócia*, em Campo Limpo – periferia da ZS da Capital; *Copa do Povo*, em Itaquera (ZL); *Portal do Povo* e *Chico Mendes I*, no Jardim Colombo – periferia da (ZS); *Chico Mendes II*, no Valo Velho – periferia (ZS); *Faixa de Gaza*, em Paraisópolis – periferia da (ZS); *Pinheirinho I*, no município de Embu das Artes – RMSP; *Pinheiro II*, no município de Santo André – RMSP; *Marighella*, no município de Carapicuíba – RMSP e *Corisco*, na Freguesia do Ó – periferia da

é formado por no mínimo mil famílias, que constitui a menor meta para consolidação de uma ocupação.

Acampamentos MTST

Mapa dos acampamentos em territórios e dos acampamentos nucleados do MTST em dezembro de 2015. *Fonte: Google Maps, mapa elaborado pelo autor, jan. de 2016.*

Nesse momento, interessa mais o papel desempenhado pelas coordenações de acampamento e seus setores internos, pois são elas que estão em contato mais direto e constante com os ocupados, sendo responsáveis por sua formação política e pelo que o movimento chama de processo de "construção do acampado". Além disso, devem buscar a garantia de continuidade do engajamento dos militantes vinculados aos acampamentos nucleados, ou seja, daqueles que já passaram por esse processo de formação. Tais coordenações, baseadas nesses setores, organizam toda a dinâmica de funcionamento do acampamento, buscam garantir seu pleno funcionamento e segurança, bem como coordenam as formações, controlam a frequência dos militantes às atividades e distribuem tarefas de acordo com as

necessidades do movimento, desde a organização e participação nas manifestações públicas até a consolidação de novos acampamentos.

De modo geral, os coordenadores de acampamentos e de núcleos são regularmente reunidas no Casarão (sede do MTST no Município de Taboão da Serra), quando trazem as demandas dos acampados para discussão coletiva e participam dos processos de formação política. São responsáveis, ainda, por disseminar os conteúdos e as metodologias trabalhadas nesses encontros junto às famílias vinculadas a cada uma das ocupações. Em outras palavras, os coordenadores recolhem as mais diversas demandas dos acampamentos, constituindo a pauta da reunião de coordenação regional onde são orientadas como proceder e participam de uma formação com temática específica para que essa seja replicada nas formações que ocorrem nos acampamentos.

O ingresso de uma pessoa ao MTST se dá, inicialmente, pelo preenchimento de um cadastro no movimento, em um dos acampamentos em território. Entretanto, esse cadastro somente poderá ser efetivado depois que o interessado em participar do grupo já tenha construído seu barraco e se inserido em um dos núcleos do acampamento. O movimento estima que hoje existam 25 mil famílias cadastradas nos acampamentos em São Paulo e aproximadamente 70 mil no Brasil. Essa estimativa leva em consideração os participantes assíduos, pois a lista de cadastramento inicial é bastante maior, uma vez que a rotatividade de participantes no movimento é elevada. Muitos interessados na luta, após as primeiras assembleias, não dão continuidade ao seu processo de engajamento no movimento, pois, segundo a coordenação, elas o procuram acreditando que irão ganhar um lote no terreno ocupado (onde fizeram a inscrição) e ao descobrirem que a ocupação é apenas umas das estratégias de luta do movimento e de que aquele terreno não será necessariamente conquistado pelas famílias acabam desistindo da luta. Não raras vezes, os inscritos que desistiram voltam a procurar o movimento quando têm notícia de que as reivindicações do grupo foram em parte atendidas, porém já será tarde para continuar naquele grupo.

É, portanto, a partir do cadastro e da participação assídua nas assembleias que a pessoa estará formalmente vinculada a um acampamento em território ou, mais incomum, inserida num grupo que irá efetuar em breve uma nova ocupação de

terreno, caso o período de seu cadastramento coincida com a agenda de ocupações⁵³. Em ambas as situações, ela deverá frequentar, pessoalmente ou por representação familiar, as assembleias que, na maioria das vezes, acontecem nos acampamentos em território (com participação dos acampados nucleados), assinando a lista de presença ao início e ao término de uma das assembleias, que acontecem diariamente em três horários: manhã, tarde e noite. A lista de presença exerce uma dupla função objetiva: (i) é uma ferramenta que busca garantir que o futuro militante participe integralmente das assembleias, conhecendo o funcionamento do movimento, suas pautas e criando um sentimento de pertença ao grupo de modo que seja reconhecido como um "acampado" e (ii) é um instrumento de pontuação, que organiza a ordem de prioridades dos acampados ao acesso aos programas de habitação popular, ou seja, aquele que tiver maior número de pontos adquiridos com sua participação nas diferentes atividades organizadas pelo movimento, em tese, estará mais próximo da conquista da casa própria.

⁵³ O MTST estabelece uma meta ideal de quatro ocupações de terreno ao ano. Esta meta pode variar segundo o número de engajados para constituição de um acampamento (a partir de mil famílias) e segundo a existência de terrenos nas condições que os tornam aptos à ocupação: ociosidade, abandono, improdutividade ou irregularidade do terreno.

Foto: Assembleia na ocupação Paulo Freire no município de Embu das Artes, outubro de 2015. Foto do autor

Outro passo inicial que consolida o acampado no movimento é o trabalho de demarcação de uma área no terreno e da construção de um barraco confeccionado de lona e bambu num dos setores do acampamento. Os cuidados com a manutenção dos barracos constituem-se como obrigação dos acampados que devem zelar por sua limpeza, evitando acúmulo de lixo e água, trata-se de uma tarefa que deve ser realizada todos os dias, quando se organizam as “trilhas” pelo acampamento. Todos os barracos são sinalizados com um número vinculado ao seu responsável, caso seja identificada alguma irregularidade com o barraco, ele será notificado e na ausência de atitudes que revertam tal irregularidade poderá ser desvinculado do acampamento.

Os acampamentos em território são divididos em setores por grupos denominados “gê um” (G1), “gê dois” (G2), “gê três” (G3), etc, e cada setor possui um coordenador (inicialmente um militante mais antigo ou um acampado nucleado). Esses setores auxiliam na organização dos acampados inclusive durante as manifestações públicas, pois as marchas são organizadas por acampamento e setores de acampamentos, por “gês”. No centro de cada setor é construída uma

cozinha coletiva, um banheiro (também coletivo) e um espaço de convivência onde ocorrem diferentes atividades como reuniões, encontros e atividades recreativas. Desse modo, um novato, ao entrar no movimento estará vinculado a um grupo (G1, G2, G3, etc) e a um coletivo setorial (infraestrutura, autodefesa, etc.), que juntos irão definir suas atribuições dentro do movimento. Durante as assembleias, com ampla participação dos acampados (aqueles em território e nucleados), respeitando um processo de votação, são distribuídas as diferentes tarefas que atendam às necessidades do acampamento e de cada setor dentro dele. Durante as assembleias cada um entende e se apropria do que irá fazer e de seu lugar no interior do acampamento. Trata-se, pois, do primeiro processo formal de formação política do MTST qual o militante terá contato. Nas primeiras assembleias informa-se sobre a conjuntura política nacional e as razões de existência do movimento, e sobre a sua história recente, discute-se o regimento interno (Quadro 2.5.1) e a carta de princípios (resumida no Quadro 2.5.2) e são estabelecidos os combinados gerais entre os acampados, num processo gradual que pretende envolvê-lo nas diferentes atividades de cada setor e de cada núcleo, compreendendo seus significados e sua importância para o acampamento e para o movimento como um todo.

Foto: Acampamento Paulo Freire, Embu das Artes, São Paulo, Grupo 2 e sinalização da cozinha coletiva, outubro de 2015. Foto do autor.

Foto: Acampamento Paulo Freire, Embu das Artes, São Paulo, Grupo 5, detalhe dos barracos de lona, outubro de 2015. Foto do autor

Foto: Acampamento Paulo Freire, Embu das Artes, São Paulo, detalhe da horta, outubro de 2015. Foto do autor

<p>Quadro 2.5.1. Regimento interno do MTST</p>
<p>1. No MTST não é permitida cobrança financeira obrigatória da base social. Outras fontes de financiamento que não aceitamos: apoio financeiro com contrapartidas que firam nossos princípios, financiamento de grandes empresas e organizações da direita.</p> <p>2. No MTST todos os recursos devem ter prestação de contas coletiva. A prestação de contas deve ocorrer no máximo bimestralmente nos coletivos dos estados e em todas as reuniões da Coordenação Nacional. Os coletivos devem definir um responsável pela tarefa e, no caso da prestação nacional, o responsável deve ser um membro da Coordenação Nacional.</p> <p>3. No MTST nenhum militante pode sair candidato a cargos no Executivo ou Legislativo. Caso algum militante decida candidatar-se deverá se afastar do Movimento, independentemente do partido escolhido.</p> <p>4. No MTST não são aceitas condutas contrárias aos nossos princípios, tais como: divisionismo, discriminação (racismo, LGBTfobia, machismo, intolerância religiosa, xenofobia), agressão física, condutas individualistas que desrespeitam o coletivo e descumprimento das definições coletivas. Estas condutas devem ser coibidas não apenas nos espaços do Movimento e na realização de tarefas.</p> <p>5. No MTST o critério principal para conquista de moradia é a participação nas lutas e assembleias. O controle da participação deve ser feito por listas de presença e devemos construir um Cadastro Nacional, visando a organização dos dados e uniformização dos critérios.</p> <p>6. No MTST buscamos aliança com outras organizações a partir de critérios: acordo político programático; acordo tático; respeito à nossa autonomia e às nossas formas de ação. Não temos nem teremos relações com organizações de direita e com organizações que atuem para dividir, cooptar ou instrumentalizar o MTST.</p> <p>7. As reuniões de coordenações devem ter uma regularidade mínima. No caso das coordenações estaduais, no mínimo uma por mês. No caso da Coordenação Nacional, no mínimo uma a cada quatro meses.</p>
<p>Fonte: Regimento Interno do MTST, junho de 2015. Disponível em: http://www.mtst.org/quem-somos/regimento-interno-do-mtst/</p>

Outro passo refere-se à vinculação a um dos núcleos internos do acampamento em território. O acampado, por afinidade, poderá se candidatar a um ou mais setores e núcleos em que deseja atuar, devendo ser eleito em votação aberta pelo grupo. Essa escolha pode mudar ao longo de sua trajetória no acampamento, tanto por vontade do acampado, desde que sejam seguidos os princípios do regimento, quanto por determinação da coordenação, quando essa reconhece determinadas habilidades, ou inabilidades, no acampado. Em linhas gerais, poderá inicialmente desempenhar as seguintes tarefas nos núcleos de:

- a) *Infraestrutura*: incumbido das necessidades básicas, como captação de água, energia elétrica, abertura de ruas, construção dos barracos, remoção e armazenamento do lixo, aplanamento do terreno, etc. Basicamente, todos os acampados, de um modo ou de outro, participam desse núcleo, inclusive, porque todos devem construir seus próprios barracos e zelar por sua manutenção;
- b) *Autossustentação*: a partir da arrecadação de doações, garante alimentação aos acampados e o funcionamento da cozinha. É responsável, ainda, em desenvolver iniciativas de financiamento e organização dos recursos e prestação de contas (essas duas atividades assumidas, geralmente, por militantes mais experientes);
- c) *Organização*: responsável pelo funcionamento do coletivo e da coletividade, buscando manter contato com os moradores e estabelecimentos do entorno da área ocupada e garantir a comunicação entre os diferentes grupos internos, comissões, acampados e militantes;
- d) *Autodefesa*: busca manter o clima de cordialidade entre os acampados, evitando os possíveis conflitos e agressões, mantendo a ordem e a coletividade. É responsável pela segurança dos acampamentos e do movimento;

A partir do envolvimento e da qualidade do desempenho obtida na realização das múltiplas tarefas que correspondem às atividades de cada um desses núcleos, o acampado poderá, a depender, ainda, de seu grau de engajamento e de suas habilidades individuais, fazer parte dos núcleos de:

- e) *Trabalho comunitário*: que busca estabelecer articulações no território e conquistar novos futuros militantes, bem como, estabelecer diálogo com os equipamentos públicos educacionais e de saúde do entorno, por exemplo. Exige um significativo grau de compreensão do trabalho político do movimento;

- f) *Comunicação e simbolismo*: responsável pelo diálogo com a mídia e toda comunicação interna do acampamento, entre ele e as demais instâncias do movimento, bem como por documentar e registrar todo o histórico diário das ocupações. É responsável também pelo fortalecimento das “identidades simbólicas” do acampamento, por meio da promoção de atividades ritualísticas, de resgate e preservação de memória. O envolvimento na comunicação exige elevada compreensão do trabalho político do movimento e capacidade comunicativa, pois grosso modo, fala-se pelo movimento;
- g) *Negociação*: responsável pelas negociações com o poder público e por estabelecer com as instâncias políticas da comunidade a sustentação dos acordos que são feitos com o movimento. Exige, além de uma compreensão consistente do trabalho político do movimento, certo domínio do ordenamento jurídico que pauta as possibilidades de negociação;
- h) *Formação política*, incumbida de toda a parte educacional, inclusive da preparação dos discursos dos militantes e acampados.

Todas essas comissões são constituídas por representantes eleitos⁵⁴ pelo conjunto dos militantes e possuem um enorme desafio de manter articulação com os coletivos políticos do movimento, o funcionamento da ocupação em um clima de respeito e solidariedade, buscando a constituição de um grupo coeso, apesar das diferenças individuais. Essa tarefa é bastante difícil, pois são colocadas num mesmo terreno mais de mil famílias que, geralmente, não possuem entre si nenhum vínculo anterior. Apesar de todos os esforços dos coordenadores e acampados em manter o pleno funcionamento e segurança do acampamento, essa falta de vínculo anterior, muitas vezes, contribui com a presença de oportunistas, identificados nos acampamentos como “ratos de mocó”. São indivíduos que se passam por

⁵⁴ Para cada setor existe no mínimo um representante eleito com a possibilidade de ampliação do número de representantes. A renovação dos representantes ocorre anualmente por eleição. O cumprimento das tarefas de cada representante é submetida à avaliação coletiva de tempos em tempos (de ano em ano ou de quatro em quatro meses a depender do coletivo), podendo modificar o militante responsável. Segundo o MTST, essa estratégia visa garantir a avaliação constante e a possibilidade de rotatividade dos militantes nos coletivos, núcleos e setores.

interessados na luta do movimento, inclusive assumindo funções nos acampamentos, mas que incidem em furtar as acampadas.

O envolvimento dos novos militantes à toda essa organização se dá no cotidiano ou, como dizem os coordenadores, "se aprende fazendo". Contudo, é importante ressaltar que para cada novo acampamento no território os coordenadores do movimento, em conjunto com os acampados nucleados (já mais experientes), organizam o que chamam de "brigada de abertura", que durante os primeiros 15 dias de ocupação auxiliam na organização, constituição do novo acampamento em território e orientação aos novos acampados. Até que o novo acampamento passe a se autossustentar, os nucleados assumem tais responsabilidades como parte de sua militância. Segundo informações das lideranças do movimento, são necessários de três a quatro meses para que um acampamento em território esteja efetivamente consolidado e passe a funcionar mais próximo do ideal proposto.

Foto: Acampamento Paulo Freire, Embu das Artes, São Paulo, militantes esperam horário da assembleia, outubro de 2015. Foto do autor.

Quadro 2.5.2: Os princípios de organização do MTST

Princípio	Descrição
Unidade na ação e liberdade na discussão	Os militantes devem ter o direito de se posicionar e debater suas propostas nos coletivos em que fazem parte. Mas, uma vez definida a posição coletiva (por consenso ou voto) têm que atuar de acordo com ela.
Decisão coletiva e responsabilidade individual	As decisões no MTST são tomadas coletivamente: os militantes de cada coletivo devem participar da definição das linhas, posições políticas e dos planejamentos e avaliações. Mas, divididas as tarefas, o companheiro que assumi-la tem a responsabilidade de realiza-la e prestar contas ao coletivo.
Só decide quem atua	Todo militante do MTST tem que participar de algum coletivo e assumir alguma tarefa. Só há espaço no movimento para aquele que estiver comprometido com a execução das decisões tomadas, isto é, com alguma tarefa de construção.
Disciplina militante e valores socialistas	O militante do MTST precisa ser coerente em sua conduta com a proposta do movimento. Deve ser exemplo para o conjunto. Isso significa também não reproduzir as ideologias que combatemos: opressões, discriminações (a mulheres, negros, homossexuais) e valores individualistas.
Transparência nas relações	É fundamental no MTST que as posições e diferenças sejam tratadas de forma clara e transparente. Assim também deve ser nossa relação com a base social do movimento. Entendemos que a transparência, ao lado do respeito às diferenças, é a melhor maneira de evitar divisionismos tão frequentes na esquerda
Construção de poder popular	Este princípio se expressa em duas questões fundamentais: autonomia e formação política. A autonomia significa que as decisões do MTST são tomadas pelo MTST, sem interferência de qualquer outra organização ou Estado. A formação política – como princípio – significa a proposta de formar continuamente militantes na base do movimento para assumirem responsabilidades políticas e participarem das decisões. Ou seja, o MTST deve ser conduzido pelos trabalhadores e deve haver um esforço organizativo para preparar cada vez mais trabalhadores para dirigirem a organização.

Fonte: MTST, Cartilha de princípios, p.7

É importante ressaltar que toda a organização do MTST é fruto de um processo histórico em movimento repleto de possibilidades que conduziram suas escolhas e formas de ação. Essa organização está em constante mudança e aprimoramento. O núcleo de trabalho comunitário, por exemplo, que faz as articulações no território no

sentido de manter a "política da boa vizinhança" e de estabelecer parcerias com os equipamentos públicos do entorno dos acampamentos, enquanto núcleo específico, é uma demanda recente do movimento que busca responder à perspectiva de ampliar a simpatia dos diferentes setores da sociedade pelos acampados, pelo movimento e por suas bandeiras de luta, inclusive realizando parcerias com outros grupos, associações, como com a frente de comunidades "Periferia Ativa" e a União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UneAfro), por exemplo. Os núcleos de formação e de comunicação, atualmente, vêm passando por um processo de reformulação de modo que as atividades educativas que compõem os dois núcleos possam se unir, dando origem a um núcleo específico de educação, especialmente voltados para as crianças e adolescentes, mas ainda inexistente no movimento. Os trabalhos de Sonia Lima (2004) e Débora Goulart (2011) apresentam diferentes estruturas de organização do MTST, que correspondem ao momento em que elas desenvolviam suas pesquisas. Além disso, apesar de ser um movimento nacional, o MTST reconhece que há diferentes formas de organização que contemplam seus modos de atuação nos diferentes estados: "é claro que o conjunto dessas formas de organização é parte de um processo de construção. Nem todos os estados conseguiram desenvolvê-las, os ritmos são diferenciados" (MTST, Cartilha de princípios, p. 10). Esse fato, somado ao esforço de apresentar aqui a atual organicidade do movimento em São Paulo, evidenciam como ele tem se demonstrado dinâmico num processo contínuo de construção, característica, que segundo Gohn (2011), constitui os modos de funcionamento dos movimentos sociais que devem estar articulados às conjunturas políticas, econômicas e socioculturais que caracterizam o país em cada período.

Observando a estrutura de organização do MTST, podemos dizer que ela é responsável por reger os mecanismos de atuação das militantes, circunscrevendo-as a um modelo comum de ação que se materializa, sobretudo, na experiência do acampamento em território. Essa experiência tem sinalizado, por meio das entrevistas, uma contribuição para o direcionamento de um tipo particular de trajetória militante das mulheres participantes da pesquisa, pois de acordo com os princípios do movimento,

a ocupação tem um sentido muito maior do que a luta por moradia: é uma forma de formarmos novos militantes para a luta, de construir

referência nos bairros da periferia e de mostrar para os trabalhadores – com união e organização – temos poder de enfrentar esse sistema [capitalista] (MTST, Cartilha de princípios, p.11).

Como já dissemos, o MTST reconhece nas ocupações sua principal forma de ação e ferramenta de formação de novos militantes, pois segundo sua cartilha de princípios,

As ocupações são o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenadores de acampamentos, eleitos pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST (MTST, Cartilha de princípios, p.11).

No contexto de toda a complexidade que envolve a organização interna do MTST e de suas relações de interdependência político-social, notadamente, com a questão habitacional no Brasil, como vimos até aqui, é preciso dizer que a compreensão mais alargada dessas relações fica mais proeminente entre seus líderes e membros dos setores e coletivos políticos do movimento. Dada a complexidade dessas relações, a efetividade de seu compartilhamento e compreensão depende da posse de uma série de capitais (políticos, escolares, sociais), muitas vezes, já adquiridos previamente por seus líderes, antes mesmo do ingresso no movimento, ou ainda, por meio de uma significativa trajetória de militância pregressa. Desse modo, os coletivos políticos são, maiormente, constituídos por militantes mais experientes e mais escolarizados, inclusive, com trajetórias de militância anteriores em outros segmentos de participação e organizações da sociedade civil como movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos (dissidentes). O acesso dos indivíduos aos coletivos políticos, ao que tudo indica, parece depender de um elevado grau de investimento numa carreira militante. No âmbito deste trabalho, que reconhece tal especificidade, bem como a importância desses coletivos na garantia da capilaridade de ações, de participação em setores governamentais e de sua própria existência como organização no interior do campo político, a pesquisa volta sua atenção, especialmente, às mulheres que constituem as bases do MTST e que, anteriormente ao seu ingresso no movimento, tiveram sua participação social circunscrita ao âmbito doméstico e não dispunham de um conjunto de capitais (sociais, culturais e

simbólicos), experiências acumuladas e heranças políticas que pudessem explicar *a priori* seu engajamento, visto que se reconhece uma relação de probabilidade entre a posse desses capitais, a competência política e a disposição para o engajamento (CANÊDO, 2002, 2013; OLIVEIRA, 2010; PERCHERON, 1994; SEIDL, 2009; TOMIZAKI, 2007). Estamos, pois, tratando de trajetórias pouco prováveis ao engajamento, entretanto, reconhecendo que determinadas propriedades sociais como menor escolaridade ou baixa renda não se constituem em barreiras intransponíveis à mobilização. Se assim fosse, nenhuma revolução teria sido feita em nossa sociedade. Acreditamos, pois, que diante de precárias condições de existência também se abrem perspectivas de rupturas, pois a luta individual cotidiana no enfrentamento dessas condições parece ser também uma predisposição a luta política. É precisamente nesse contexto que nos interessamos pelos grupos sociais que constituem a base do MTST, explorando a dimensão educativa inerente aos processos de engajamento militante, mais especificamente, dos modos como mulheres sem-teto se socializam por meio do ativismo político.

3. CAPÍTULO 2 – EXISTIR É UM ATO POLÍTICO: A OCUPAÇÃO COMO RESISTÊNCIA E APRENDIZAGEM

Tendo em vista analisar a dimensão educativa do engajamento de mulheres na luta por moradia por meio das trajetórias de um grupo de 15 mulheres militantes do MTST em São Paulo, foi possível perceber que a militância desse grupo passa por momentos específicos que implicam, por sua vez, diferentes etapas de formação/aprendizado e (re)socialização. Como os dados da pesquisa sugerem, tais momentos podem ser relacionados a três etapas:

1. **O encontro dos indivíduos com o MTST**, que, invariavelmente, envolve razões objetivas voltadas para o acesso ao direito à moradia digna, ainda que possamos identificar nesse encontro outras motivações que podem conduzir os indivíduos ao engajamento;
2. **A permanência na luta coletiva**, que assinala o desempenho de funções adotadas nos processos de socialização mediados pelas ações coletivas, bem como a satisfação de razões subjetivas que contribuem para que os indivíduos permaneçam engajados;
3. **Consolidação do engajamento**, que diz respeito à conservação de práticas de militantes entre aqueles indivíduos que obtiveram acesso ao direito à moradia por meio da luta coletiva no movimento.

Nessa perspectiva, buscamos nos alinhar com o pressuposto de que diferentes processos educativos e de socialização, formais e informais, são capazes de promover possibilidades concretas de mudanças objetivas e subjetivas dos e nos indivíduos acerca dos sentidos que atribuem a si, ao mundo e seu lugar nele, bem como aos modos de ação. Essa é precisamente a dimensão educativa mais ampla que buscamos apreender. Em certa medida, nos voltamos para os condicionamentos capazes de produzir clivagens nos *habitus* dos indivíduos e que puderam conformar uma identidade coletiva dessas mulheres no contexto do MTST, bem como para as possibilidades e limites desses processos, que podem, em maior ou menor grau, proporcionar a realização de adaptações nos modos de vida em direção de uma permanência mais duradoura no engajamento, o que pode ser apreendido pela observação das diferentes etapas do processo de engajamento.

Assim, este capítulo tem por objetivos analisar a etapa do **encontro dos indivíduos com o MTST e apreender as motivações e retribuições iniciais que podem delinear o processo de adesão à luta por moradia**. Por motivações iniciais entendemos as razões que levaram as mulheres a dar os passos necessários ao encontro com o MTST, fundamentalmente no contexto das ocupações de terreno. Nesse sentido, tais motivações podem se apresentar em espectro variado desde o descontentamento com uma determinada situação até pelas pré-disposições individuais para a militância e têm, geralmente, um mediador responsável pela aproximação dos indivíduos com os grupos organizados (ANJOS, 2008; MORENO; ALMEIDA, 2009; MASCLET, 2006; SILVA; RUSKOWSKI, 2016). Desde já é preciso lembrar que a principal razão objetiva de encontro com o MTST, tanto do conjunto de mulheres entrevistadas quanto da maioria dos participantes do movimento, se assenta na expectativa de melhoria das condições de vida por meio da conquista da casa própria, dito de outro modo, buscam resolver uma variedade de problemas resultantes da precariedade das condições de moradia. Contudo, tais condições também se apresentam de modo diverso e podem determinar o nível de urgências em relação a elas, inclusive, conduzindo alguns indivíduos a morarem num barraco de lona na ocupação. Paradoxalmente, nesses casos, se submetem a viver sob uma situação extremamente difícil, num abrigo improvisado com lona e bambu, sem qualquer estrutura que pudesse identificá-lo com uma casa ainda que muito precária. Assim, uma das motivações pode se expressar na necessidade imediata de ter um lugar para ficar protegido de riscos eminentes, onde a ocupação surge como única alternativa de acolhimento diante de uma situação de total desamparo.

No tocante às retribuições iniciais estamos nos referindo ao conjunto de recompensas materiais e simbólicas, imediatas e antecipadas que os indivíduos são capazes de atribuir à sua participação num grupo organizado e que perfazem as raízes motivacionais, cognitivas e afetivas que podem favorecer o engajamento ou reforçá-lo (ANJOS, 2008; GAXIE, 2005; CALDART, 2000; MASCLET, 2006; MORENO; ALMEIDA, 2009; LEITE; DIMENSTEIN, 2010; SAWICKI; SIMÉANT, 2011; NAUJORKS; SILVA, 2016; SILVA; RUSKOWSKI, 2016). Dentre essas retribuições podemos destacar o acesso a diferentes informações e conhecimentos, a ampliação de capital social e dos laços de solidariedade e afeto, a satisfação pessoal em ajudar ao próximo ao mesmo tempo em que se possa também ser ajudado, o sentimento de pertencer a um grupo e ser

reconhecido perante ele, a chance de suprir uma necessidade urgente, enfim, as possíveis gratificações pessoais relativas à integração em um grupo. Assim, este capítulo, mais exatamente, busca analisar como se dá esse encontro mediado por uma das principais táticas e estratégias⁵⁵ de ação política do movimento, a ocupação, e como ele pode ensejar uma participação mais duradoura numa ação coletiva, entendendo que o engajamento "designa precisamente um papel assumido na duração" (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 201). Além disso, buscamos introduzir alguns aspectos iniciais do processo de formação de militantes diretamente relacionados à dinâmica das ocupações de terreno.

Como vimos no capítulo anterior, o engajamento no MTST depende da vinculação dos indivíduos a uma ocupação de terreno e da participação desses nas atividades que são mediadas por ela. Assim, o presente capítulo está dividido em duas partes que designam precisamente o engajamento dos indivíduos com o MTST por meio das ocupações: (i) o encontro com MTST no momento da concretização de uma nova ocupação e (ii) o encontro por meio de uma ocupação já consolidada. Nesse sentido, lançaremos mão de uma perspectiva de inspiração etnográfica⁵⁶ com base na observação de quatro acampamentos do MTST⁵⁷ e nos relatos de duas mulheres,

⁵⁵ Podemos considerar que as ocupações possuem, simultaneamente, uma dimensão estratégica e tática quando entendemos a primeira "como um plano mais vasto e complexo, que se apoia num conjunto de princípios de caráter geral e de propósitos diretamente operativos, intimamente ligados entre si", ou seja, como a técnica empregada para alcançar um objetivo ou como a programação de longo prazo do uso de instrumentos políticos e a segunda como uma aplicação direta e variável dos instrumentos individuais em serviço da estratégia (assim a tática não pode deixar de estar subordinada à estratégia, pois representa exatamente o meio de aplicação da estratégia) (BEAUFRE, 1998, p. 431-432). Nesse sentido, as ocupações desempenham uma dupla função: por um lado, trata-se de uma estratégia de recrutamento e formação de novos militantes e, por outro, de uma tática de luta política empreendida por esses mesmos militantes no enfrentamento de problemas sociais mais amplos em direção de uma sociedade mais igualitária.

⁵⁶ É importante ressaltar que reconhecemos a especificidade e a importância do trabalho e da escrita etnográfica, que serviram para este trabalho apenas como inspiração. Não tivemos, portanto, a pretensão audaz de produzir aqui etnografias. No mesmo sentido, também é importante destacar, entre os antropólogos que nos inspiraram, os trabalhos de GEERTZ, 2001; LÉVI-STRAUSS 1955 e LOPES, 1978. Este último nos inspirou, sobretudo, com o trabalho etnográfico sobre as usinas de açúcar em Pernambuco (LOPES, 1978).

⁵⁷ Ocupação Paulo Freire, localizada na periferia do município de Embu das Artes, consolidada a cerca de um ano; Ocupação João Cândido II, no município de Itapeverica da Serra, divisa com a periferia da zona sul de São Paulo, no momento de sua concretização; Ocupação Povo sem medo, no extremo Sul de São Paulo, no bairro do Capão Redondo, em fase inicial de consolidação (duas semanas) e Ocupação Dandara, localizada na periferia da zona Leste de São Paulo, no bairro de São Matheus, em fase de consolidação há cerca de um mês.

que evidenciam diferentes particularidades das razões que as fizeram se engajar no movimento.

Na primeira trajetória discutiremos a experiência de ocupação de terreno de uma mulher recém engajada, Marilda⁵⁸, que na ocasião da entrevista participava há cinco meses das ações do movimento, cujo relato guardava muitas similaridades com os demais depoimentos e foi escolhido em função da depoente estar vivenciando essa primeira etapa do engajamento e de ter participado do momento de concretização de uma nova ocupação. A segunda trajetória, de Lurdes, apresenta dados para discutir o processo de consolidação no interior de uma ocupação, nesse caso, para se desvencilhar de sucessivas violências sofridas no ambiente familiar e concretizar a possibilidade de um “segundo nascimento” por meio das redes de amparo que construiu em relação ao MTST.

A oportunidade de se ver na paisagem urbana uma ocupação de terreno formada por centenas de barracos de lona preta, característica visual do principal artifício de atuação e mobilização do MTST, pode causar estranhamento no “observador acidental”, possibilitando o despertar de sentimentos que vão do desprezo à solidariedade, passando pela indignação ou indiferença, desinteresse ou curiosidade. Por que razões um número tão grande de famílias encontra-se “amontoadas” em precários barracos de lona num terreno sem qualquer estrutura urbana aparente? Para o observador em campo, seja ele o pesquisador ou mesmo um morador das proximidades do acampamento, o estranhamento inicial poderá gradativamente se transformar em descoberta mais ou menos próxima da definição que o próprio MTST busca dar as ocupações: trata-se de uma forma de mobilização coletiva constituída por famílias de trabalhadoras e trabalhadores sem-teto organizadas pelo direito à moradia e por uma cidade mais justa⁵⁹. É justamente essa

⁵⁸ Todos os nomes das depoentes são fictícios para preservar sua identidade. A tabela com os nomes de todas as depoentes encontra-se na introdução deste trabalho.

⁵⁹ Vale lembrar que apesar do MTST se reconhecer como um movimento de luta por moradia, suas ações buscam extrapolar os problemas objetivamente habitacionais, sem esquecê-los. A observação das assembleias, reuniões, debates e manifestações revelam preocupação em debater e problematizar, por meio de seus militantes e das parcerias com outros grupos e organizações, temas como a desigualdade de gênero e raça, educação pública de qualidade, acesso ao ensino superior, direitos dos trabalhadores, seguridade social, saúde, entre outros, destacando que tais desigualdades são resultado da acumulação de capital e da manutenção dos privilégios das elites brasileiras.

a imagem que o MTST busca construir em relação às suas ocupações tanto entre as pessoas acampadas, por meio das assembleias que ocorrem diariamente no terreno, quanto por meio do trabalho informativo que realiza junto aos moradores vizinhos das ocupações.

Foto: Ocupação do MTST, Povo Sem Medo, em São Bernardo, no ABC paulista.

Autor: **Evelson de Freitas**/Folhapress. Setembro de 2017.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/09/30/mtst-vai-resistir-a-reintegracao-de-posse-no-abc.htm?cmpid=copiaecola>

A entrada e imersão no campo de pesquisa possibilitou a aproximação dos relatos sobre as motivações que induziram e continuaram mobilizando esses sem-teto em suas formas de ação, seja na constituição de um acampamento ou nas demais manifestações públicas, o que nos conduziu a outros “achados” que lançaram luz sobre os processos de adesão, bem como sobre as razões para permanecer no movimento e o que buscam com suas ações, revelando traços de uma complexa e diversa teia de sentidos atribuídos não só em relação à luta por moradia, mas à própria vida de cada um, produzidos coletiva e individualmente nos contextos que marcam as experiências comuns nas trajetórias de engajamento dos sem-teto.

Foto: Ocupação do MTST, Povo Sem Medo, em São Bernardo, no ABC paulista.

Autor: **Ricardo Stuckert**/ Sul21. Setembro de 2017

Fonte: <https://www.sul21.com.br/movimentos/2017/09/ocupacao-do-mtst-em-sao-bernardo-do-campo-e-alvo-de-ataque-tiros/>

3.1. O encontro com o MTST: a primeira etapa de uma trajetória militante

A história de vida de Marilda, tanto em relação à sua trajetória anterior à entrada no movimento, quanto à sua experiência na ocupação, pode ser considerada emblemática de tantas outras que são assinaladas por percursos e trajetórias relativamente comuns entre uma parcela significativa dos sem-teto organizados no MTST. Como vimos anteriormente, as propriedades sociais que caracterizam esse grupo indicam a vivência de condições precárias de vida, sensivelmente afetadas pelas dificuldades de acesso aos bens materiais e simbólicos, sobretudo, em relação à escolarização e às mudanças ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais diversificadas, influenciando os ciclos migratórios do campo para a cidade e o crescimento do número de trabalhadores desempregados, temporários e terceirizados nos grandes centros urbanos.

Marilda nasceu em 1965, no distrito rural de Laranjeiras, município de Lavras, Sul do estado de Minas Gerais. Filha de pais trabalhadores rurais, que nunca frequentaram a escola, nasceu em uma família com muitos irmãos e irmãs, sete ao total, que experimentaram as duras condições de vida e de trabalho no campo. Com exceção dos pais, todos os membros da família migraram, alimentando o sonho de uma vida melhor na “cidade grande”, expectativa comum da maioria dos migrantes brasileiros, sobretudo nordestinos, que a partir da década de 1950, principalmente, adensam as periferias dos grandes centros urbanos (DURHAM, 1973; FONTES, 2008; MACEDO, 2010).

A experiência do trabalho rural entre diferentes gerações familiares, a dificuldade de acesso à educação escolar, resultando em um quadro de baixa escolaridade ou analfabetismo entre os membros da família e a vivência da migração do campo para a cidade são algumas das propriedades comuns das trajetórias que encontramos entre as pessoas sem-teto, assim como a conservação de valores familiares que estimam o trabalho, bem como os certificados escolares como percursos possíveis (e desejáveis) de melhoria das condições de vida. Essa ordem moral familiar apareceu em todos os depoimentos recolhidos ao longo da pesquisa, corroborando com a premissa de as famílias de meios populares possuem em suas práticas de socialização um forte componente moral mais geral, embora não direcionado diretamente para a escola:

“[...] essas famílias são dotadas de uma moral educativa, de uma educação governada por uma moral da prudência, do cuidado e, talvez, sobretudo da perseverança [...]; a escola não é o todo dessa moral, é apenas uma dimensão. Toda essa educação, feita de tensão permanente, não visa de modo algum produzir alunos brilhantes, ela é inteiramente e de modo atormentado voltada por uma obsessão ética: fazer (e ter feito) em terra de imigração crianças dignas desse nome, “crianças que dão orgulho”; crianças “não perdidas” [...] que eram “agora homens”; que eles “não tinham dado vergonha”, tudo simplesmente porque não tinham se envolvido com a polícia, com a justiça ou com a droga” (LAACHER, 1990, p. 35).

Tabela 3.1.1 – Escolaridade, profissão e UF de nascimento dos pais das depoentes

NOME FICTÍCIO DA DEPOENTE	UF DE NASC. DO PAI DA DEPOENTE	ESCOLARIDADE DO PAI	PROFISSÃO DO PAI	UF DE NASC. DA MÃE DA DEPOENTE	ESCOLARIDADE DA MÃE	PROFISSÃO DA MÃE
Rosa	BA	Desconhecida	Pedreiro/vidraceiro	MG	Analfabeta	Diarista
Carla	BA	Desconhecida	Desconhecida	BA	Analfabeta	Agricultora (empregada)
Neiva	ES	1a. Série do EF	Agricultor (empregado)	ES	Analfabeta	Agricultora (empregada)
Sandra	SP	Desconhecida	Desconhecida	BA	Analfabeta	Doméstica
Inês	PB	Desconhecida	Agricultor (proprietário)	PB	Analfabeta	Agricultora (proprietária)
Irina	PB	Analfabeto	Agricultor (proprietário)	PB	Analfabeta	Agricultora (proprietária)
Adriana	RJ	Analfabeto	não sabe informar	RJ	Analfabeta	Doméstica
Antônia	AL	Analfabeto	Agricultor (proprietário)	AL	Analfabeta	Agricultora (proprietária)
Ângela	SP	1a. Série do EF	Motorista	BA	1a. Série do EF	Cabeleireira
Rita	BA	Analfabeto	Pedreiro/comerciante	BA	Analfabeta	Costureira
Lurdes	BA	Analfabeto	Agricultor (empregado)	BA	Analfabeta	Agricultora (empregada)
Bete	SP	não sabe informar	Pedreiro	BA	não sabe informar	Dona de casa
Camila	BA	5a. Série do EF	Ferreiro	BA	2a. Série do EF	Doméstica
Marilda	MG	Alfabetizado sem frequentar a escola	Agricultor (empregado)	MG	Alfabetizado sem frequentar a escola	Agricultora (empregada)
Helen	BA	Alfabetizado sem frequentar a escola	Agricultor (empregado)	BA	Alfabetizado sem frequentar a escola	Agricultora (empregada)

No caso de Marilda, a moral familiar se expressa, sobretudo, na educação recebida de seus pais. Sua mãe, “muito católica” determinava que os filhos “rezassem o terço” diariamente e que nunca se esquecessem de agradecer “às graças de Deus”,

exigindo também que sempre respeitassem “os mais velhos”. Mesmo com os filhos adultos, determinadas práticas familiares eram mantidas rigidamente, indicando, nesse caso, a aderência dos aprendizados religiosos como um fator de fortalecimento da comunicação e de vínculos familiares (BECKER; MAESTRI; BOBATO, 2015)

Minha mãe é muito católica de família. Então, eu era católica por tradição. Rezava o terço, puxava ladainha. Eu novinha, a minha mãe me punha pra tirar o terço. Eu não gostava de tirar terço, mas todo mundo gostava que eu tirasse o terço. Um dia eu falei: ‘mãe, eu não vou tirar terço’. Eu já tinha 17 anos. E minha mãe falou: ‘você vai tirar o terço!’. A minha mãe foi me dando uns beliscão assim pra mim tirar o terço. Aí eu ajoelhei, eu olhei pra cara de um, pra cara de outro assim, foi uma forma de eu me manifestar, aí eu comecei a rir.

Apesar de a mãe exercer um forte controle em relação às práticas religiosas familiares, a figura paterna, segundo os relatos de Marilda, foi mais forte nas cobranças em relação aos comportamentos mais gerais dos filhos. Reconhecendo sua condição de trabalhador “sem profissão” e almejando a conquista de diplomas para seus filhos de modo que estes não reproduzissem sua trajetória escolar, o pai de Marilda enfatizava a valorização do trabalho e de certas condutas morais:

Meu pai fazia reuniões em casa [momentos geralmente após o jantar em que a família se reunia para conversar]. Quando eu fiz 14 anos já podia participar da reunião. Na primeira vez que fui pra reunião meu pai falou, lembro direitinho: ‘– *sou lavrador, eu fumo, eu bebo, eu sou negro, mas os fazendeiros me respeitam. [...] Eu quero cada filho meu com um diploma e uma profissão*’. Ele queria advogado, ele queria médico, ele queria estilista, ele não sabia falar, então ele falava costureira, enfermeira, professora⁶⁰. Então ele chamava a gente pra essa conversa e falava: ‘você nunca vão ter vício, só se você quiserem ter, mas não quero filho meu é usuário de maconha’. Naquela época só rolava maconha. Aquela coisa toda que tinha os hippies, que vira e mexe aparecia lá na cidade, com aqueles cabelão, vendendo brinco. Ele sabia que era maconheiro. Coitados, às vezes nem usava, né? Aí: ‘você não vão ser ninguém maconheiro. E você

⁶⁰ Ainda que sem fazer este tipo de análise, Marilda nos contou que quando jovens os filhos dos fazendeiros deixaram a fazenda para irem à Universidade o que, provavelmente, pode ter contribuído para o desejo do pai em ter seus oito filhos com diploma e alocados em diferentes profissões. Outro elemento que provoca curiosidade no relato de Marilda se refere ao fato de que em sua reprodução da fala do pai há uma distinção hierárquica de gênero atribuída às profissões em relação ao prestígio social: médico e advogado (acepção masculina); professora e enfermeira (acepção feminina).

nunca vai tirar nada de ninguém! Nunca vai tocar num fio de cabelo que é do outro, numa unha de ninguém!' Então nós crescemos com isso, entendeu? Então esse negócio da ocupação eu pensava que era como se quisesse pegar o que é dos outros. A terra não é do dono? Eu pensava. Aí se eu entrava ali e montava um barroco sem a sua permissão do dono automaticamente eu tava querendo o que era dele. Era a lógica, num é? Se você olhar por esse lado é! Você tá tomando uma coisa que não é seu! Então com certeza, toda a minha família que eu conheço pensava assim desse negócio de ocupação e eu também. O jeito nosso de lidar, de trabalhar, acho que foi assim em casa que a gente aprendeu. Eu num tenho caso nenhum na família assim que eu lembre que ocupou ou que entrou. Talvez seja por isso, por causa da criação. Só que hoje eu quero ocupar tudo! O movimento me levou até a uma causa pessoal.

Embora o pai desejasse que todos os seus filhos se formassem, apenas dois deles (entre oito) tiveram acesso ao ensino superior: um deles cursou Direito (o filho mais velho, primeiro a migrar que, atualmente, trabalha como vendedor, pois “não conseguiu” se classificar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil e portanto não está habilitado para advogar⁶¹) e outro filho, segundo mais velho, que na ocasião da entrevista cursava Arquitetura numa instituição particular na periferia da zona sul de São Paulo. Os demais possuem educação básica completa, que alcançaram por meio da Educação de Jovens e Adultos, quando já moravam em São Paulo, com exceção de Marilda, que frequentou até a quinta série do ensino fundamental, pois, segundo ela, nunca gostou da escola: “preferia ler e estudar por conta própria”. De modo geral, as famílias pobres sabem que estudar é importante e querem que os filhos estudem e para isso, muitas vezes, se esforçam para “não deixar faltar nada dentro de casa” para que seus filhos tenham algum sucesso na escola e consigam superar sua própria condição social, contrariando a hipótese de que as famílias pobres não valorizam a escola. Nesse aspecto é preciso reconhecer que não há demissão dos pais com relação à escola e sim uma forte demanda em relação a ela. Nesse domínio, estamos na ordem do sofrimento, da impotência e não da demissão. Contudo, os esforços empreendidos para o alongamento da escolarização dos filhos tornaram-se insuficientes, pois no dia a dia são compartilhadas entre pais e filhos experiências de

⁶¹ Apesar da entrevista não ter apreendido as razões dessa situação é possível inferir que, dadas as precariedades dos cursos de formação em Direito, sobretudo nas instituições particulares, onde estudou o irmão de Marilda, a dificuldade de aprovação no exame da OAB tenha sido um obstáculo na concretização do investimento na carreira. Segundo dados da própria OAB, em média, apenas 15% dos candidatos conseguem aprovação na primeira fase do exame.

vida que na maioria das vezes não são favoráveis às exigências escolares visto que os incentivos não vêm acompanhados de exemplos concretos que os legitimem. Assim, os conselhos em favor dos estudos, muitas vezes, não encontram um terreno fértil onde possam florescer (CHARLOT, 1997; SOUZA; 2009).

Sendo a mais jovem, Marilda foi a última dos filhos do casal a deixar sua cidade natal o que ocorreu, em 1984, quando tinha 19 anos de idade e trocou o trabalho na roça de café para cuidar de um sobrinho recém-nascido, filho de seu irmão mais velho. Morar em São Paulo também aproximou Marilda da possibilidade de realizar um sonho: “queria ser famosa como artista”. Ela é artesã e se autodenomina artista plástica⁶². Queria mudar-se para Embu das Artes, “celeiro de grandes artistas” que Marilda lembrava por nome, citando um a um, como por exemplo, “Mestre Assis” e “Solano Trindade”, nomes que ela ouvia falar pela televisão.

Morando com seu irmão na periferia de São Paulo, num bairro vizinho ao município de Embu das Artes, Marilda diz ter tentado durante 15 anos se tornar expositora da feira de artes de Embu, atribuindo seu insucesso, nesse período, ao fato de ser mulher e negra: “eles nem avaliavam minha arte, me recebiam de pé, falavam que meu trabalho era primário”. Enquanto não se tornava expositora, o que se concretizou apenas no ano de 2015, Marilda trabalhou como doméstica, cozinheira, operadora de caixa de supermercado e, por fim, cabeleireira, profissão que exerce atualmente em um salão de beleza improvisado na casa em que mora de aluguel e onde também vende suas peças de artesanato como algumas pinturas e objetos de decoração. A trajetória profissional de Marilda se assemelha da maioria das depoentes, sendo bastante comum nas famílias de migrantes das periferias dos centros urbanos, que em sua aspiração ao trabalho formal, sobretudo na indústria, encontravam meios de subsistência na própria vizinhança (SADER, 1988).

As avaliações de que ser mulher e negra pudessem ser explicativas das dificuldades em ser aceita como expositora na feira, ao que tudo indica, se deve a

⁶² As habilidades artísticas de Marilda puderam encontrar espaço de manifestação e reconhecimento no contexto de seu engajamento, uma vez que ela passou a coordenar, informalmente, atividades de pintura com as crianças do acampamento do qual faz parte o que corrobora com outra possível retribuição do engajamento, que segundo Gaxie (1978) volta-se para uma das estratégias de retribuição de grupos organizados que apoiam a integração de satisfação pessoais como forma de fortalecer as redes de relações do grupo.

uma dada percepção das desigualdades, que realizada por contrastes, Marilda elaborou na sua trajetória como mulher, negra, migrante, moradora da periferia e nas suas relações profissionais no mercado informal de trabalho em áreas nobres da cidade, inclusive, no empenho de conseguir permissão para expor seus trabalhos na feira de artes. Na experiência de seus sofrimentos íntimos, Marilda esboça certa compreensão sobre o que é sofrer preconceitos de classe, raça e gênero numa sociedade em que tais propriedades configuram-se como marcadores de distinção e exclusão:

Eu chegava lá pra mostrar o meu trabalho [na feira de Embu] e quem tava lá não era brasileiro. Sempre que tava ali era italiano, era português, os gringo por causa de negócio de cultura. Porque rico é separado de pobre, né? Porque pobre vivi em periferia e rico em centro. Porque que os melhores cursos são pros ricos e não pros pobres. Porque mulheres não se destacam e são menos remuneradas do que homem e mulher negra sofre mais dificuldade do que a mulher branca. Eu trabalhei de operadora de caixa de supermercado que é muito judiado, viu? Acho que é uma das piores profissões pra mulher. É muito estressante, desgastante e é barato! É um trabalho que a remuneração é muito baixa! A gente que passa ali, num Carrefour, Pão de Açúcar, Extra pensa: 'nossa, essas operadoras devem ganhar bem'. Que nada! É tudo judiado demais. Se recebe dinheiro falso, se der quebra de caixa você tem que pagar. Por isso que está sempre em rodízio. É a pior profissão que eu acho que eu peguei. Aí fui trabalhar de doméstica, trabalhar de cozinheira. Fiquei seis anos na casa dessa família dona da revista Casa e Cia, você deve conhecer. Então você trabalha demais, se dedica demais e você só tem o salário mesmo. Aí eu falei, eu vou ganhar dinheiro, vou me matricular na escola de cabeleireiro. Fiz o curso nas férias. Tive um professor excelente, me ensinou tudo, produção de noivas, madrinhas, penteado, conhecer fibra capilar, corte, as doenças que o cabelo pode sofrer. Aí cheguei na patroa e falei: 'Eu vou sair! Eu vou fazer cabelo!' Aí me dediquei no meu salão, montei tudo com aquele pouco dinheiro que eu ganhei, porque a gente não ganha nada, em seis anos não ganhei nada, ganhei só o aviso! Olha pra você ver que coisa, né? Como que o Brasil é!

Trabalhando em casa, em seu salão improvisado, Marilda conheceu seu único esposo, com que foi casada durante um ano e teve uma filha, nascida em 2002. Contudo, logo se separou do marido, pois: "o casamento não foi muito bom. Acho que foi aquele corre-corre. Porque homem gosta de vida calma, tranquila, chegar do trabalho, mulher ali, comida pronta e minha vida é assim nas pedaladas. Ele não

gostou da situação”. Marilda referia-se ao fato de que passava a maior parte do tempo no desempenho de atividades da esfera produtiva no salão sem poder atender aos anseios do marido em relação às atividades reprodutivas do lar. Nesse aspecto, os estereótipos de gênero se demonstram fortemente presentes no núcleo familiar a partir da visão sexista e patriarcal do marido, que avaliava que Marilda não cumpria suas “obrigações de mulher”. Infelizmente, tais estereótipos ainda envolvem a prática dos papéis parentais no panorama familiar, gerando preconceitos, desigualdades, dominações e opressões nas relações entre homens e mulheres (BOTTON, 2015).

Com uma filha pequena e sem qualquer outro apoio financeiro, as condições de vida e de trabalho, naquele contexto, tornaram-se inviáveis, demonstrando a fragilidade das condições de existência e reprodução das famílias mais pobres, sobretudo, quando monoparental feminina. Esse fator de monoparentalidade entre mulheres constitui um grau a mais de vulnerabilidade social e a chefia do lar se constitui basicamente pela necessidade iminente de sobrevivência, impossibilitando qualquer investimento no futuro (CARLOTO, 2005; COSTA; MARRA, 2013; SARTI, 2011). Nesse sentido a vulnerabilidade pode se manifestar fundamentalmente em duas condições: uma que diz respeito ao padecimento de uma carência efetiva que implica a impossibilidade presente de sustento e de desenvolvimento e, outra, que se manifesta numa grande probabilidade futura de deterioração das condições presentes de vida justamente pela vivência de situações de fragilidade (PERONA; ROCCHI, 2001).

Sem perspectivas, Marilda precisou fechar o salão e sem renda, foi obrigada a buscar apoio dos pais na sua cidade natal, naquele mesmo ano de 2002. Durante um ano trabalhou na lavoura como apanhadora de café “pra ganhar dinheiro” e voltar para São Paulo. Durante o ano em que passou na casa dos pais, Marilda pode de fato fazer economias suficientes para que reabrisse seu salão de cabeleireira, pois além de ter um familiar que pudesse cuidar de sua filha enquanto ela trabalhava, ela foi desonerada de ajudar financeiramente em casa. Seus pais supriam as necessidades alimentares e de moradia. Em 2003, alugou uma casa em Embu das Artes, reabriu seu salão de beleza, especializando-se em cabelo afro. Cuidava de sua filha no próprio salão enquanto trabalhava.

Como adulta Marilda sempre pagou aluguel, mas para ela “quem não tem um teto pra morar não está tranquilo”. Apesar de ter uma irmã, que desde 2004 estava engajada no MTST, nunca se interessou pelo movimento, inclusive fazendo duras críticas a sua irmã e aos militantes de modo geral: “sempre via as passeatas. Elas me atrapalhavam demais. Essa gente chata no meu caminho”. Essa percepção inicial negativa quanto aos militantes do MTST foi comum na maior parte dos depoimentos o que sugere fundamentalmente duas coisas: a motivação de ingresso no movimento, a priori, dificilmente se dá por uma identificação pessoal com o grupo, o que pode ser uma razão explicativa para o engajamento em determinados movimentos (LEITE; DIMENSTEIN, 2010; CALDART, 2000; MASCLET, 2006; MORENO; ALMEIDA, 2009; ANJOS, 2008) e o engajamento no MTST muitas vezes depende da superação de um preconceito inicial contra seus membros o que pode ser resultado e resultante de mudanças nas categorias de percepção dos indivíduos ocorridas no encontro com o movimento.

Os primeiros contatos de Marilda no MTST se deram, inicialmente, motivados pela curiosidade em saber o que a irmã e o cunhado faziam todos os dias na ocupação em que eram membros. Ambos participavam do núcleo de autossustentação do acampamento e recolhiam doações de alimentos, roupas e brinquedos para os acampados, além de participarem de assembleias e manifestações. Essas práticas inerentes ao processo de engajamento conferiam ao casal uma alteração de seus modos de vidas adaptados às ações do movimento perceptível aos olhos Marilda:

Ela [a irmã] não tinha tempo pra nada. Eu ligava pra ela:

– Eliane, vai fazer cabelo hoje?

– *não posso, porque tenho passeata.*

– Que passeata, Eliane? O que você vai fazer na Paulista? Eliane, vamos resolver isso?

– *Eu não posso, porque tenho reunião, eu tenho hora marcada, eu tenho que ir no casarão.*

– Mas que tanto você vai nesse casarão, Eliane?

É o que eu faço hoje, entendeu?

Marilda chegou a pedir ao cunhado que a levasse para a ocupação, pois queria conhecer o local “mas ele dizia: *você não vai gostar, não é seu meio, tem gente que bebe, que não trabalha, você não vai gostar.* Eu sempre fui moralista, né?

Não gosto de bebida, de quem não trabalha, mas a vida dá voltas, né?”. É curioso notar que a despeito do recrutamento de novos militantes ser uma das atribuições dos militantes mais antigos, o cunhado de Marilda busca impedi-la de conhecer as ocupações. De um lado, esse fato sugere que apesar dos condicionamentos impostos pelo MTST em relação aquilo que se espera de seus militantes tais condicionamentos não são plenamente interiorizados ao ponto que as escolhas individuais sejam suprimidas em face das possíveis determinações coletivas. Tanto o cunhado como a irmã de Marilda, em relação a esta, abdicam de exercer uma função considerada primordial para o movimento. De outro lado, a negativa em levar Marilda para conhecer as ocupações são protagonizadas por um homem, o cunhado, sem que a mulher expressasse qualquer contrariedade em relação a esta decisão, como revelaram os depoimentos de Marilda. Esse fato, ao que tudo indica, sugere a manifestação de práticas familiares orientadas pelo machismo e sexismo e que também são possíveis de ser encontradas no movimento. Ainda que no contexto das ocupações, em menor escala, se busque a experiência de uma sociedade mais igualitária, inclusive entre homens e mulheres, não é possível desconstruir por completo as desigualdades de gênero que marcam nossa sociedade. Não estamos falando de um lugar que não existem as mais variadas contradições, pelo contrário, as ocupações são o lugar do acirramento das contradições da sociedade e também por essa razão um lugar de potencialidade da dimensão educativa do engajamento, uma vez a perspectiva de transformação da sociedade almejada pelo MTST passa necessariamente pelas transformações que seus militantes possam operar em seus modos de vida.

Em janeiro de 2015 a irmã recebeu as chaves de seu apartamento no Conjunto Habitacional João Cândido e Marilda foi visitá-la, expressando surpresa ao ver que o imóvel não correspondia às suas percepções sobre as habitações populares e que são relativamente comuns quando se pensa na qualidade arquitetônica e construtiva desse tipo de habitação: “era real. É bonito. Com elevador. Não é caixa de fósforo. É grande. Tem sacada gostosinha. Realmente o movimento acontece, pena que demora muito”. Contudo, diante da constatação que os esforços individuais eram insuficientes para conquistar a casa própria Marilda decidiu fazer parte do MTST.

Minha irmã está na luta da moradia já tem nove anos. Eu falei pra ela que eu não sei se teria essa paciência e ela me falou: ‘– *mas tem trinta anos que a gente está aqui em São Paulo sem ter moradia*’. É verdade! Eu já fiz de tudo. Daí eu falei: ‘– *quando tiver uma ocupação você me fala!*’ Aí no dia 14 [de junho de 2015] ela me ligou: ‘– *amanhã vai ter festa [ocupação]!*’ Eu falei: ‘– *Nossa, é pra ontem! Eu vou! Eu que não tenho medo de nada mesmo*’. Aí fiz uma bolsa, coloquei cobertor, fiz mochila de lanche, garrafa de café e fui. Eu não via a hora de acontecer a ocupação. Eu queria ver como que era. E não chegava nunca a hora. A gente estava esperando dar meia noite. Todo mundo quieto. Aquilo pra mim estava um evento. O ônibus dava volta, dava volta, dava volta e chegamos. Aí todo mundo descendo, os caminhões com os feixes de bambu. Um portão assim estreitinho e todo mundo entrando [no terreno] com seu kit de bambu e lona. Pra mim, estava muito bom e divertido. É algo extraordinário que nunca tinha acontecido [comigo]. Todo mundo entrando naquele meio de mato, a minha irmã com medo de bicho. Aí foi aquela coisa toda e eu falei: ‘– *E agora? O quê que acontece agora?*’ Aí todo mundo quieto madrugada adentro, uns ajudando a montar os barraquinhos pra gente dormir. Aí na madrugada a Nara [uma das coordenadoras do MTST] fez uma assembleia. O que me incentivou foi aquela assembleia. Precisa de ver que mulher forte. Que palavra que ela deu. Acho que era umas quatro horas da manhã e ela fez essa assembleia. Aquela fala dela... não sei se é eu que vi como especial pra mim, porque não era um homem que estava falando. Achei que era um homem, porque pra levar três ônibus e ocupar um terreno... Aí veio aquela voz daquela mulher na escuridão da noite. A mulher trazendo aquela força, que ela fala assim: ‘– *Hoje, apesar...*’ Porque a polícia jogou bomba assim que nós entramos e a gente em vez de fugir ficou parado normal. Aí ela falava: ‘– *apesar da recepção que nós tivemos por parte da polícia militar...*’ foi mais ou menos assim a palavra dela: ‘– *... a gente mostrou, vocês mostraram, nós mostramos a nossa força*’.)

O relato de Marilda sobre sua primeira participação numa ocupação de terreno organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em junho de 2015, no município de Embu das Artes, RMSP, é ilustrativo de experiências relativamente similares no que tange o processo de engajamento na luta por moradia, especialmente, dos modos de ingresso de “novos” militantes no MTST. Bem como de suas percepções e das práticas mobilizadas no momento inicial da constituição de uma ocupação de terreno, indicando certas vivências comuns nos processos de engajamento na luta por moradia, que vamos encontrar não somente na ocasião da entrada no movimento por meio da ocupação, mas durante boa parte da experiência de formação e construção dos aprendizados que envolvem a militância.

Primeiramente, fica evidente que **a motivação para o ingresso no movimento, geralmente, se dá pela constatação de que, apesar dos esforços individuais, o acesso à casa própria ou ao crédito imobiliário está restrito apenas a algumas parcelas da população que dispõem de recursos financeiros suficientes para auferir e comprovar os ganhos mínimos que constituem a possibilidade de contrair uma dívida bancária** o que depende, na maioria absoluta das vezes, estar formalmente empregado e ser capaz de comprovar certa estabilidade no trabalho, atributos muito distantes da realidade social em que vivem os sem-teto. Essa percepção da realidade, ainda que manifesta em diferentes intensidades, contribui para que os sem-teto permaneçam sob o espectro da impossibilidade de acesso ao direito à moradia, vivendo com inquilinos ou em condições precárias de habitação (“tem trinta anos que a gente está aqui em São Paulo sem ter moradia. Eu já fiz de tudo”). A experiência de se “fazer de tudo” se refere aos diversos esforços empreendidos pelos trabalhadores pobres que buscam sanar seus problemas de moradia, sobretudo no sentido de “se livrar do aluguel”, movidos por certa esperança, muitas vezes ingênua, de adquirir um crédito imobiliário por meio dos condicionamentos impostos pelo mercado financeiro, que são por sua natureza bastante excludentes⁶³. Evidentemente, a busca em sair do aluguel carrega em si a sorte de se experimentar uma série de constrangimentos que (re)afirmam a condição de pobreza ou as incapacidades dos indivíduos de serem reconhecidos como portadores de direitos, ainda que os mesmos busquem acessar os programas governamentais de habitação popular:

eu já fui no Minha Casa Minha Vida, já fiz todos os projetos. Tem que ter a declaração do imposto de renda e sempre o governo tem alguma coisa pra piorar, que você não consegue. Não é essa facilidade que você vê aí, só quem já sentou pra fazer um projeto ali com o corretor

⁶³ A título de exemplificação, o financiamento imobiliário, quase que exclusivamente operado pelo sistema bancário público ou privado, impõe uma série de critérios de comprovação de renda, que impossibilita o acesso ao crédito à maior parte da população brasileira. Um imóvel no valor de R\$240.000,00, dentro da linha de crédito popular, ou seja, vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida, exige que a família proponente tenha como comprovar uma renda mínima de R\$2.000,00. Além disso, exigem, na maioria das vezes, o pagamento de uma entrada de no mínimo 20% do valor total do imóvel pretendido (o que varia com a faixa de renda apresentada e idade do proponente). Assim, para aquisição de um crédito imobiliário no valor de R\$240.000,00, o proponente deve dar uma entrada de R\$147.000,00, recebendo um subsídio do Programa de R\$16.000,00, com estimativa de prestações no valor de R\$590,00, num financiamento de 300 meses. O valor da entrada torna praticamente impossível o acesso dos mais pobres ao próprio Programa público de habitação. (simulação realizada no site da Caixa Econômica Federal em 03/05/2017).

é que sabe. Aparentemente não parece que é super fácil? Então, você vai dar sete mil de entrada, dez mil de entrada e vai pagar as prestações. É tudo palhaçada. Muito difícil! O trabalhador sofre, porque é um dinheiro que ele vai deixar de pôr o pão na mesa. Porque pra nós trabalhador, que sai de manhã [para trabalhar], tem que juntar aquele montante pra pagar aluguel e quem paga aluguel não pode falar que está bem. Casa de aluguel, por melhor que seja, nunca é bom porque é aluguel. A gente tem que correr atrás do que é da gente. O jeito é a ocupação, é o movimento mesmo.

Para a população pobre, excluída da condição de agentes do mercado, os desafios impostos no acesso à moradia se constituem como uma barreira praticamente intransponível, com a qual o êxito dificilmente se poderá alcançar individualmente. Para esses indivíduos, depois de se “fazer de tudo”, a única alternativa que parece emergir num horizonte de (im)possibilidades é vivenciar a experiência do engajamento na luta por moradia. Porém, há nessa experiência inicial uma constatação, muitas vezes dolorosa, de que na ausência de opções “o jeito é a ocupação, é o movimento mesmo”, ainda que se tenha que lançar mão da “paciência” diante de uma situação social que expressa uma necessidade imediata e fundamental a sobrevivência, objetivamente, no que tange às condições de moradia (“minha irmã está na luta da moradia já tem nove anos. Eu falei pra ela que eu não sei se teria essa paciência”). Além da inevitável “paciência” que precisa ser cultivada nesse tipo de militância, uma vez que o acesso à casa própria por meio de programas de habitação de interesse social ainda é muito limitado e moroso (HIRATA, OLIVEIRA, 2012), a participação nas atividades que constituem o processo de engajamento no MTST exige muitos esforços e significativa dedicação dos militantes que devem participar, pessoalmente ou por representação de um familiar, das assembleias que ocorrem todos os dias nos acampamentos. Esse tipo de participação impõe desafios adicionais na luta por moradia e, segundo os coordenadores do movimento, trata-se do principal obstáculo no processo de adesão de novos militantes. Trata-se de uma necessidade de empreender mudanças nos modos de vida para que se possa continuar junto ao movimento.

Vale dizer que Marilda tinha na irmã uma informante privilegiada sobre as práticas orquestradas pelo MTST, compartilhando o conhecimento de que a luta pela moradia exigiria não apenas paciência (nove anos), mas grandes esforços de participação nos diversos eventos que caracterizavam a militância naquele

movimento. Ainda que Marilda, hipoteticamente, não tivesse na irmã essa possibilidade de conseguir informações, o seu contato inicial com o MTST deixaria claro, tanto por meio das assembleias quanto pelos testemunhos dos militantes mais experientes, que a conquista da casa própria dependeria de um forte esforço materializado, sobretudo, na participação diária das atividades e ações organizadas pelo movimento, que poderia ser sintetizada pela máxima “a luta é pra valer!”.

Para além da clara motivação inicial que leva ao processo de engajamento na luta por moradia (a conquista da casa própria como forma de salvaguardar a própria existência e dos familiares, especialmente, dos filhos), outro elemento que nos ajuda a compreender as particularidades desse processo diz respeito ao fato de que a entrada em uma ocupação, e por consequência no MTST, depende do trabalho de base, sobretudo, realizado pelos militantes mais experientes, ou seja, pela vontade política daqueles que em sua prática militante dedicam tempo e recursos para alimentar a esperança na luta coletiva como forma de enfrentar as dificuldades e construir outro mundo possível e assim conquistar prováveis indivíduos motivados em se engajarem nas ações do movimento. Nesse sentido a confiança e a afetividade das mediações tendem a ser eficazes em termo de produções de novos engajamentos (SILVA; RUSKOWISK; 2016).

Vale ressaltar que o simples fato dos indivíduos compartilharem o mesmo objetivo (nesse caso, a conquista da casa própria) não é por si só suficiente para promover o engajamento, nem para recrutar novos militantes (MORENO; ALMEIDA, 2009). A existência do grupo se dá pela vontade manifesta dos indivíduos em fazer parte dele (o que exige dado grau de convencimento por parte dos militantes mais experientes) e pela capacidade que o próprio grupo demonstra em poder responder aos anseios da classe a que se dirige o que exige certa demonstração de legitimidade. Assim, a institucionalização da luta depende das habilidades de articulação e das múltiplas ações dos indivíduos engajados no interior próprio do movimento no sentido de assegurar as motivações e as retribuições que permitem o ingresso e a permanência na militância, pois “o simples fato de vários indivíduos compartilharem o mesmo objetivo não é suficiente para levá-los a dar os passos necessários para institucionalizar a luta por esse objetivo” (MORENO; ALMEIDA, 2009, p.61). Essa dinâmica parece estar clara nos modos de formação do militante como preconiza o

MTST também em sua cartilha de princípios, um dos indícios disso está na nomenclatura atribuída ao processo de recrutamento de novos militantes, que é chamado pelos sem-teto de “trabalho científico”. Previamente, chama atenção o nome dado ao processo (trabalho científico), que simbolicamente denota sua importância no conjunto de ações tomadas à cabo pelos militantes visto que constitui-se, grosso modo, da entrega de panfletos e esclarecimentos verbais que visam expor os problemas estruturais da questão da moradia aos habitantes das periferias urbanas, sobretudo, do entorno dos acampamentos, bem como lançar luz sobre a importância da luta coletiva no enfrentamento de problemas relativamente comuns à classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, esse trabalho permite aos militantes reconhecer os anseios e a realidade daqueles a quem se dirigem. Dito de outro modo, o trabalho científico contribui para o reconhecimento social do movimento e de seus militantes concomitante a oportunidade, que esses mesmos militantes têm, de aprofundar os conhecimentos sobre a realidade social da qual fazem parte e que buscam transformar. Contudo, por ora, vale destacar que a entrada no MTST, que se dá por meio da participação direta em uma ocupação de terreno, é comumente mediada pelo trabalho de um militante experiente e pressupõe a construção de laços de afeto e de confiança entre o “recrutador engajado” e o possível interessado na luta. Essa interação entre “novos” e “antigos” militantes possibilita a ampliação dos laços de solidariedade, afeto e confiança e fazem parte do referencial comunitário, no qual a identificação com o grupo, suas condições de existência, seus modos de agir e pensar sejam inspiradores ao mesmo tempo em que permitem atribuir sentidos ao próprio engajamento (ANJOS; 2008; MELUCCI, 2001; CALDART, 2000; MORENO ALMEIDA, 2009; GAXIE, 1977; 2005; SAWICKI; SIMÉANT, 2011; SILVA; RUSKOWISK, 2016; NAUJORKS; SILVA).

A constituição desses laços, o “trabalho científico” e o contato entre “antigos”, “novos” e “prováveis novos” militantes são, portanto, fundamentais no processo de iniciação e de permanência no engajamento, podendo contribuir para aprendizagens que vão desde o contato com vocabulários específicos até a aquisição de competências para se fazer análises conjunturais, passando pela aprendizagem de técnicas de participação, organização de reuniões e debates, redação de textos etc. Evidentemente, a pesquisa tem demonstrado isso, que essas aprendizagens ocorrem gradativamente e dependem, em certa medida, das disposições que são acionadas

ou requeridas no processo de engajamento. Contudo, não se deve menosprezar as oportunidades educativas que se encontram no contato dos indivíduos entre si no contexto do acampamento estejam eles já efetivamente engajados no movimento ou nos processos iniciais que marcam o encontro com o MTST. No caso de Marilda, como denotam seus depoimentos, as primeiras percepções sobre os comportamentos militantes, por exemplo, tiveram início antes mesmo de seu ingresso no MTST e foram parcialmente adquiridas no contato com a irmã. É bastante comum entre os militantes encontrarmos grupos de parentes e amigos que se constituíram como referências iniciais anteriores à entrada no movimento, reforçando **a importância dos laços de afeto e confiança**.

Um dos elementos fundamentais no processo de engajamento, demonstrado tanto no relato de Marilda quanto de tantos outros militantes, refere-se a **empatia promovida ao longo do processo de consolidação do acampamento consagrado durante a assembleia como uma vitória da luta coletiva**, que pode ser sintetizada pelo discurso de uma das coordenadoras do MTST que foi lembrado por Marilda: “a gente mostrou, vocês mostraram, nós mostramos a nossa força”. O momento inicial de uma ocupação carrega consigo uma enorme carga emotiva, que pode se manifestar concretamente no ato de ocupar em si (“é algo extraordinário que nunca tinha acontecido [comigo]”), nos próprios discursos que são proferidos ao longo das assembleias (“o que me incentivou foi aquela assembleia”), nos processos de identificação pessoal dos indivíduos uns com os outros (“não sei se é eu que vi como especial pra mim, porque não era um homem que estava falando”), bem como na demonstração da capacidade de resistência do grupo (“porque a polícia jogou bomba assim que nós entramos e a gente em vez de fugir ficou parado normal”).

3.2. Hoje é dia de festa: o nascimento de uma ocupação

No dia oito de abril de 2016, segundo informações concedidas por coordenadores do MTST, cerca de mil pessoas de diferentes partes da Capital e da

Região Metropolitana de São Paulo estavam organizadas para participarem de uma grande “festa” na luta por moradia que se estenderia madrugada adentro. Contudo, não seria uma festa como tradicionalmente o nome alude. Constituía-se numa das táticas da luta por moradia, fazendo emergir na paisagem urbana um outro acampamento do MTST. Dito de outro modo, a festa diz respeito ao conjunto de ações que buscam consagrar um terreno ocioso em uma ocupação de trabalhadoras e trabalhadores que lutam pelo direito fundamental à moradia digna.

A designação da palavra festa para caracterizar a constituição de uma nova ocupação está obviamente afastada dos fins recreativos que esse substantivo sugere, uma vez que o momento inicial da ocupação do terreno pressupõe a vivência de situações concretas de riscos e tensões que podem gerar medo e insegurança nos indivíduos envolvidos nesse tipo de ação, inclusive resultando num possível confronto direto entre os grupos mobilizados e as forças de repressão do Estado (o que pode ser sintetizado no depoimento de Marilda: “porque a polícia jogou bomba assim que nós entramos [no terreno]”). Assim, como entendem e vivenciam os participantes e militantes do MTST, festa significa, simultaneamente, luta e conquista, pois uma ocupação de terreno, antes mesmo da tomada de decisão em fazê-la, não ocorre sem prévio trabalho e grandes esforços dos envolvidos (um dos aspectos da luta cotidiana dos sem-teto), resultando na consolidação de um acampamento como forma de pressão popular (uma das primeiras conquistas dos sem-teto no sentido de exigir uma resposta do poder público às demandas habitacionais dos trabalhadores).

A preparação de uma “festa” envolve o trabalho de diferentes indivíduos e grupos que compõem, sobretudo, a coordenação geral do MTST. Com apoio do setor jurídico do movimento, é realizada a identificação de áreas urbanas ociosas, geralmente destinadas à especulação imobiliária, que deixam de satisfazer a determinação constitucional de que toda propriedade deve cumprir uma função social⁶⁴ e, no mesmo sentido, de terrenos vazios que se encontram em situação jurídica irregular, acumulando dívidas tributárias. Desse modo, os terrenos ocupados pelo MTST eram anteriormente caracterizados por ociosidade, abandono, improdutividade ou ilegalidades o que, para o movimento e seus membros

⁶⁴ Cf. Constituição Federal, 1988, art 5 e 170

participantes, justificaria as ocupações com vistas a denunciar tais irregularidades e torná-los, por pressão popular e força da lei, áreas de interesse social.

A despeito de todo trabalho realizado por militantes mais experientes no sentido de organizar uma festa, os possíveis futuros integrantes das ações do MTST, sobretudo aqueles que têm na festa sua porta de entrada para a dinâmica interna de mobilização do movimento, participam desse tipo de ação desconhecendo grande parte dos detalhes que a caracterizam, desde a localização do terreno até as formas de organização do acampamento. O sigilo mantido pelos organizadores do movimento até que seja efetivada a ocupação visa garantir o sucesso da ação, evitando que qualquer vazamento de informações possa contribuir para antecipação da ação das forças de repressão do Estado, muitas vezes tomadas de forma violenta com o uso de bombas de efeito moral, no sentido de impedir ação dos militantes. Os participantes da festa são orientados por meio de conhecidos e/ ou pessoas de referência a se dirigem a um dos pontos da cidade nos quais os ônibus estão aguardando para levá-los ao terreno no qual se configurará a nova ocupação. Isso por si só é bastante instigante, pois os indivíduos se submetem a participarem de uma ação mesmo sem ter conhecimentos prévios de seus detalhes. Em partes, isso revela traços de uma possível relação de confiança existente entre os membros mais antigos do movimento e os candidatos a militância, bem como da legitimidade que é atribuída ao movimento.

No meu caso, como se eu fosse mais um sem teto, na tarde de 7 de abril de 2016 recebi uma mensagem pelo celular com o seguinte conteúdo: “festa amanhã, 22h, no condomínio, levar prato, copo, cobertor e lanche”. A mensagem era direta e sem referência a qualquer remetente. Evidentemente, apenas quem esperava por ela poderia entender seu significado. Assim era informado o dia e local do encontro para a festa, sem possibilidade de requerer maiores esclarecimentos ou de desculpar-se pela eventual impossibilidade de participar dessa ação. Somente em razão da minha aproximação com o movimento e com alguns de seus militantes, no âmbito da pesquisa, não me restava dúvidas sobre o que se tratava aquele “convite”. Entusiasmado com a possibilidade de participar daquela experiência, preparei uma mochila seguindo as recomendações recebidas sumariamente na mensagem ainda que não entendesse muito bem a utilidade de alguns itens. O local indicado referia-se ao condomínio no qual realizei grande parte do trabalho de pesquisa. Cheguei

pontualmente no horário recomendado. Cerca de 200 pessoas se reuniam e aguardavam pelo início de uma assembleia na entrada do condomínio (um exemplo material e concreto do resultado de nove anos de luta e um símbolo de desejo daqueles que estavam ali dispostos a iniciar ou dar continuidade a uma trajetória de lutas, como também desejo de Marilda: “era real, bonito, com elevador. Não é caixa de fósforo. Tem sacada gostosinha. Realmente o movimento acontece”). Algumas pessoas conversavam entre si em pequenos grupos ou em pares, demonstrando certa familiaridade uns com os outros, o que produzia ares amigáveis ao encontro. Havia outras que pareciam estar mais isoladas, quietas num canto, talvez buscando entender melhor aquela situação. Eu conversava com alguns moradores do condomínio, já conhecidos meus, sobre assuntos cotidianos. Fazia uma noite fria de céu limpo e estrelado, prenunciando a utilidade do cobertor. No final da rua era possível avistar ao menos três velhos ônibus fretados que manobravam, além de um movimento intenso de carros, motos e pessoas, o que era bastante incomum para aquela rua. Visivelmente essa movimentação entusiasmada indicava a preparação da festa. Impossível não se sentir parte e estranho aquilo tudo. Às 23h, duas mulheres com alguns papéis e telefones celulares nas mãos começam a gritar: “companheirada, vai começar a assembleia”, sinalizando um ponto exato do estacionamento do condomínio para que todos se dirigissem. O volume alto da conversa dos participantes é silenciado quando as duas mulheres gritam: “– MTST!” e todos respondem: “– a luta é pra valer!”; uníssono que se repete ao menos três vezes, marcando a unidade daquele grupo e reafirmando os laços de pertencimento a ele. A atenção de todas e todos já voltava-se para as duas mulheres que davam orientações básicas sobre a ação daquela noite. Informaram que outros grupos estavam organizados em diferentes pontos da cidade e que todos chegariam juntos ao terreno. Enfatizavam que cada um deveria seguir as orientações dos coordenadores ou coordenadoras que estariam nos ônibus, devendo ser rápidos no desembarque e na entrada no terreno. Falavam da importância daquela ação e incentivaram o grupo, afirmando que todos estavam juntos na luta por seus direitos. Recomendava aos militantes mais antigos que guardassem suas bandeiras e buscavam alinhar o discurso de todos os presentes, dizendo que “se a polícia parar a gente no caminho, a gente está fazendo uma romaria para Aparecida. Todo mundo entendeu? A gente está indo em romaria para Aparecida!”.

De fato, a romaria parecia ser um justificativa verossímil para a organização e o deslocamento de trabalhadoras e trabalhadores pobres pelas rodovias de acesso e saída da cidade. Felizmente, não foi preciso usar esse subterfúgio ao longo da viagem, assim também não foi possível verificar sua efetividade e grau de convencimento diante de uma possível abordagem da polícia rodoviária. De todo modo, o compartilhamento de um “pretexto” de caráter plausível parecia gerar um sentimento de confiabilidade e segurança muito importante para aqueles que participavam da ação. Inicialmente, era capaz de criar uma unidade de identificação temporária daquele grupo como romeiros, afastando-o das representações sociais que podem vincular as ações dos militantes sem-teto à atitudes criminosas. Além disso, a construção de um discurso que poderia ser facilmente compartilhado entre os sem-teto constituía-se num acordo de corresponsabilidade de todos com o sucesso ou fracasso da ação. Nesse sentido, o próprio alinhamento dos discursos carrega consigo a possibilidade de se construir condutas individuais associadas às condutas do militante, ou ao *modus operandi* que caracterizam a militância naquele movimento, ou seja, cria uma possibilidade de percepção de mundo na própria ação numa série de **aprendizagens implícitas e explícitas**: de que um discurso coerente e compartilhado pode ser convincente, a ideia de que todos estão juntos na mesma situação e colaboram mutuamente; a ideia de compartilhar responsabilidade do sucesso (ou do fracasso) da ação com o coletivo.

Ainda antes da entrada nos ônibus, as duas mulheres informaram que as dúvidas seriam esclarecidas na assembleia que ocorreria no terreno e solicitaram que os presentes se dirigissem aos ônibus estacionados na rua. Rapidamente todos seguiram as recomendações e entraram nos ônibus, que ficaram lotados com pessoas sentadas e em pé. No ônibus em que eu estava a coordenação era realizada por uma moradora do condomínio com quem eu já tive contato no âmbito da pesquisa anteriormente e por sua filha adolescente. Por celular ela se comunicava com outros coordenadores aguardando o momento de iniciar o percurso. No ônibus mais alguns informes e a reafirmação de que era importante que todos entrassem rapidamente no terreno. O ônibus deixou o condomínio e iniciou seu percurso por um pequeno trecho na rodovia até que seguiu por vias secundárias. Em alguns momentos era possível identificar aqueles carros e motos que levavam os materiais de infraestrutura que seriam utilizados no acampamento como lona, bambu, enxada, pá.

A viagem de ônibus transcorreu com tranquilidade e marcada por ares de excitação e curiosidade dos passageiros, que especulavam sobre o nosso possível destino: “acho que estamos indo para Itapecerica”; “aqui é caminho do Campo Limpo”; “será que vai ser no Embu, essa avenida dá lá no Embu”. No trajeto do ônibus traços de uma paisagem urbana se alteravam com locais de característica mais rurais dando também o tom dos comentários e especulações dos passageiros: “olha que matagal, será que aqui?”, “aqui é muito escuro, eu tenho medo de cobra”, “aqui está ficando melhor”, “aqui tem comércio, tem ônibus, será que é aqui?”, “se for aqui como vou fazer pra trabalhar? Não tem condução”, “tomara que seja aqui, tem posto de saúde, escola”, “aqui está melhorzinho”, “aqui não tem asfalto, imagina em dia de chuva”. Falas como essas reafirmaram o desconhecimento dos passageiros quanto ao local exato da ocupação ao mesmo tempo que revelavam desconhecimento sobre a própria estratégia política da ocupação, uma vez que os terrenos ocupados pelo MTST não são, necessariamente, os mesmos terrenos convertidos em áreas de interesse social e destinados à construção de habitação popular. Além disso, as apreciações dos passageiros indicavam o acionamento de dadas categorias de percepção sobre as condições de vida associadas à estrutura urbana: presença de equipamentos públicos e de serviços, características do comércio local, acesso ao transporte público, iluminação pública, asfalto, revelando a importância da composição espacial vinculada aos modos de vida na cidade e às necessidades de moradia.

O diálogo entre duas senhoras que estavam sentadas à minha frente chamou especial atenção em dado momento. Ambas eram evangélicas e não se conheciam previamente. Contudo, diziam-se bastante confiantes naquela ação, pois foi “Deus que preparou”. A decisão em fazer parte da ocupação não foi tomada antes que as duas tivessem buscado “a palavra de Deus” por meio da pregação religiosa na igreja: “eu orei e pedi a palavra de Deus e Deus falou comigo que minha casa estava preparada. Aleluia, irmã”.

Por volta da meia noite o ônibus parou numa localidade caracterizada de um lado por casas de autoconstrução e de outro por um imenso terreno. A coordenadora do ônibus solicitou que todos descessem rapidamente com seus pertences, seguindo as recomendações dos coordenadores que aguardavam do lado de fora. Rapidamente todos entraram no terreno. Estava bastante escuro e alguns militantes

com lanternas indicavam o caminho a ser percorrido. No terreno já era possível observar uma intensa movimentação de pessoas de um lado para outro abrindo caminho no mato, carregando bambus e lonas. Ao descer era possível ver que a vizinhança curiosa sai para ver o que está acontecendo. A preocupação da entrada rápida no terreno e a imediata construção de alguns barracos dão o ritmo do movimento de pessoas no terreno, enquanto diversas fogueiras são acesas para iluminar e aquecer o local. O som de fazer os buracos na terra para fincar as estruturas dos barracos é o som mais proeminente de uma ocupação que nasce na paisagem urbana. Com alguns barracos já erguidos as pessoas passam a se reunir em volta da fogueira o que permite que seus rostos e histórias passem a ser compartilhados. Em 40 minutos surgiu uma cidade de lona preta.

Foto: Sem Tetos próximos à fogueira em ocupação do MTST em São Paulo. Autor Mídia NINJA.
Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/midianinja/albums>

Apesar das explicações de que a ocupação é uma forma de luta e que possivelmente o terreno ocupado não seria exatamente o local de construção de novas moradias, algumas famílias demarcam lotes para construir a casa. Fazem uma certa organização urbana, pois além dos lotes pensam onde seriam as ruas.

Depositam na localidade a esperança de firmar residência e já vislumbram aquele espaço como um bairro. A primeira assembleia surge para dar os primeiros sentidos que se deve atribuir àquela “cidade de lona”, resgatando parte do histórico de conquistas do movimento e fomentando a perspectiva de uma luta que se inicia:

Há nove anos, em 2007, aqui foi a ocupação João Cândido. Na noite da ocupação tinha mais ou menos o mesmo tanto de pessoas que tem aqui hoje. Depois de cinco dias, tinha mais de cinco mil famílias. Essa ocupação, há nove anos, fez muita luta. Caminhou daqui até Palácio do Governo, fechou Rodovia e tem gente aqui que participou [dessas manifestações] e não vai me deixar mentir. A gente fez tudo isso e hoje, muitos dos lutadores que montaram barraquinho de lona, como vocês estão montando hoje, estão em seus apartamentos conquistados com a luta [*aplausos*]. O acampamento João Cândido virou Condomínio João Cândido, onde alguns que estão aqui ajudando moram. Eles lutaram e conquistaram o seu [apartamento] e hoje estão aqui solidários, ajudando outros a conseguirem [seu apartamento] também. Por isso, eu queria começar essa nossa reunião, pedindo uma salva de palmas para todos que vieram aqui hoje [*aplausos*]. Como hoje aqui nós temos muita gente nova, que está entrando no movimento pela primeira vez e a gente espera que ainda venha mais gente para fortalecer essa luta, nós precisamos esclarecer algumas coisas como orientação para quem está aqui nessa nova ocupação. Primeiro, o MTST, que organiza essa ocupação, não vem de hoje. Já está há quase 20 anos lutando por moradia e é hoje o maior movimento de luta por moradia do país, está em 11 estados do Brasil. Já fez muita luta, já teve muita conquista e nessa caminhada toda aprendeu algumas coisas, que são hoje os nossos princípios e que vamos explicar pra vocês. Nas ocupações do MTST, inclusive esta que é a mais nova, não se cobra dinheiro. Aqui não vai se vender um lote. Aqui não vai se vender um barraco. A gente entrou nessa terra pra conquistar e lutar por algo que é nosso, que é um direito nosso de moradia. Então é importante que tenham claro que aqui não tem espaço pra isso [cobrar, compra ou vender]. Aqui nós não vamos fazer lotes. A orientação é que cada um faça o seu barraco, simplesmente. Barraquinho simples de lona e pedaço de pau. Nós queremos encher esse terreno de barracos. No primeiro momento, esses barracos vão ser de plástico, de lona, porque nós não temos ainda a garantia cem por cento da nossa permanência aqui. Nessa noite nós estamos iniciando uma luta. Então, a nossa ocupação vai se estabelecendo aos poucos. Por que que a gente não trabalha com lotes? Porque o objetivo nosso aqui nessa ocupação não é fazer mais uma favela em São Paulo, com todo o respeito que a gente tem pelas pessoas que por não terem outra alternativa de moradia foram fazer a sua luta e moram em favelas. Mas quem vem aqui não quer sair de uma condição ruim de moradia para ir para uma pior. Quer ir para uma

melhor. A gente vai lutar aqui por moradia digna. Então os barracos vão ser provisórios e a nossa ocupação vai se organizar a partir de amanhã para trazer mais gente. O tamanho desse terreno é incrível, tem mais de um milhão de metros quadrados e é um dos maiores terrenos vazios de São Paulo, embora fique na divisão de Itapeverica da Serra. Esse terreno vai comportar milhares de famílias e é importante que venham. Se vocês conhecem pessoas que também estão no aluguel sem poder mais pagar, que também estão morando de favor na casa de alguém, que estão precisando... chamem essas pessoas para que venham para cá também. Quanto mais gente a gente tiver, mais chance a gente tem de ficar aqui. Mais chance a gente tem de consolidar o acampamento e daqui sair uma vitória, como a que aconteceu há nove anos atrás. Por isso é importante a gente se organizar dessa maneira, com os barracos enchendo o terreno. Muita gente já fica ansiosa e já perguntou sobre cadastro e tudo mais. No primeiro momento nós temos que nos preocupar em fazer os barracos. Depois que fizer os barracos, a partir dos próximos dias, nós vamos começar a numerar esses barracos, que é como se fosse o endereço que cada um vai ter aqui na ocupação. E só após essa numeração é que vamos começar a organizar os cadastros, pra gente saber, de fato, quem está nessa ocupação. Porque senão, a gente faz um cadastro hoje, alguém vem, assina, vai embora e vai lá estar cadastrado. Por isso, nossa organização vai ser por etapas. Vai chegar o momento do cadastro, mas nesse momento a gente tem que consolidar a nossa ocupação primeiro. Esse é nosso desafio. No caso dos companheiros que vieram como apoio das [outras] ocupações, como a gente já combinou, amanhã cedo vai fazer uma assembleia logo que clarear e vamos anotar todos que vieram da ocupação Chico Mendes, da ocupação João Cândido, da Ocupação Silvério de Jesus, Che Guevara, Novo Pinheirinho, Paulo Freire... Aqui tem gente que amanhã cedo vai precisar trabalhar. Os companheiros que forem trabalhar, tudo bem. Aqueles que puderem ficar, será muito importante porque aqui estamos com muita gente. Passou uma viatura [da polícia] lá na frente e não parou. Passou três vezes e não parou porque estava com medo. Às vezes é assim, o povo vê uma viatura e acha que a viatura vem pra cima, mas às vezes [ela] sai correndo. A viatura quando vê o povo organizado fica com medo. Agora, se amanhã cedo, chega uma ou duas viaturas aqui e a gente tá só com meia dúzia [de pessoas] aqui dentro, aí pode dar problema. A forma que a gente tem de resistir é ter gente aqui dentro. Vai chegar mais gente. Amanhã cedo já vai uma equipe do movimento para divulgar com panfleto, com [carro] de som na comunidade aqui perto da ocupação, porque a gente sabe que muita gente aqui perto está no aluguel sem poder pagar. Tem muita gente que está necessitando e a gente quer que [essas pessoas] venham para luta. Mas enquanto essa turma não chega é importante que todos que puderem ficar aqui o máximo de tempo possível fique, pois é muito importante para que nossa ocupação se consolide e seja vitoriosa. O último recado para passar aqui hoje: muita

gente não conseguiu o kit, porque tinha pouca lona e bambu, a ideia é que amanhã cedo, principalmente para aqueles que estão vindo montar acampamento, que estão vindo para fazer a sua luta aqui, tentarem correr atrás de material para que possam montar mais e mais barracos. É a consolidação dos barracos que garante que a nossa ocupação permaneça. Esse era o recado que queríamos passar para vocês nesse primeiro momento de ocupação. Vão falar aqui mais alguns companheiros, que vão explicar como as coisas funcionam. Eu gostaria de saber se os companheiros ou companheiras que estão aqui nessa assembleia tem alguma dúvida a respeito do que foi colocado [*ninguém se manifesta*]. Eu vou chamar aqui e peço que os companheiros prestem muita atenção no Dr. Felipe, que é um dos advogados do MTST. Ele está aqui conosco nessa noite e que vai explicar um pouquinho a situação jurídica, porque às vezes o pessoal fica com medo, acha que a polícia vai vir descendo a borracha na gente... Então, é importante que o doutor fale um pouquinho aqui com vocês [*antes da fala do advogado todos começam a cantar o coro: Criar, criar, poder popular*].

Após a primeira assembleia “novos” e “antigos” militantes conversam, esclarecendo dúvidas, orientando os próximos passos, contando histórias de lutas e conquistas. Essas conversas no momento de consolidação de uma nova ocupação ocorrem no entorno das dezenas de fogueiras que são acesas no terreno ocupado e continuam logo em que é servido o café na cozinha coletiva do acampamento.

3.3. Lurdes: “minha família é o MTST e os barracos”

Quando pensamos nas principais motivações que podem levar ao engajamento no MTST, como vimos até aqui, somos conduzidos a nos referir aos efeitos do déficit habitacional, que somados às precariedades das condições de vida e trabalho, levam os indivíduos mais pobres a experienciarem brutais situações de moradia, que se expressam, mais objetivamente, nas impossibilidades de pagamento do aluguel, na experiência de habitação multifamiliar e na insalubridade habitacional. Contudo, tais motivações podem ainda apresentar múltiplas variáveis, inclusive, aquelas decorrentes de sucessivos constrangimentos que as situações de moradia podem gerar como, por exemplo, os preconceitos sociais e estigmas que recaem sobre as

peessoas moradoras de favelas e cortiços, bem como das experiências de violência no lar que afetam sobretudo às mulheres.

Como os dados da pesquisa demonstraram o encontro dos indivíduos com o MTST podem se dar de variadas formas: por meio da participação no momento inicial da ocupação (como no caso de Marilda); pela aproximação estimulada por intermédio do recrutamento de militantes (o trabalho científico) nas novas ocupações; pelo incentivo de familiares e vizinhos, pela necessidade premente de abrigo; pela possibilidade de satisfação da carência de apoios institucionais. O caso que abordaremos agora, Lurdes, trata-se de um encontro com o movimento mediante uma ocupação de terreno já consolidada, intermediada por incentivos de militantes mais experientes e diante de uma situação de total desamparo, que encontrou numa ocupação uma possibilidade de mudança.

A entrevista com Lurdes demorou pouco mais de trinta minutos. Muito contida nas palavras, ela apresenta sensível dificuldade em organizar sua trajetória por meio de seus relatos, que se apresentavam por vezes desconexos. Em sua fala é possível verificar uma série de imprecisões, sobretudo, de categoria temporal. Lurdes tem dificuldades em expressar a ordem dos fatos, mas busca organizar sua trajetória à medida que a conta, ajustando os eventos por lembranças que atravessavam nossa conversa. Contudo, seus relatos nos permitem falar sobre uma especificidade do encontro como o MTST: na ausência de uma rede de apoio, descobrir um lugar de proteção diante das violências que sofria em casa. Por essa razão, também, grande parte de seus relatos voltaram-se para essas sucessivas experiências de violências que sofreu junto ao seu marido: “fui morar em um lugar muito distante da minha família, e aí foi onde eu aprendi a sofrer, comecei a ser espancada”. Segundo ela, a violência doméstica era tão intensa que seus filhos chegaram a fugir de casa, em 2008, e acabaram se envolvendo com drogas. Parte de sua luta esteve voltada para recuperá-los e trazê-los de volta ao lar. Sem sucesso, encontrou no movimento o apoio que precisava para sair de casa.

Lourdes nasceu em 1979, no município de Jacobina, Bahia, onde morou até seus 22 anos de idade, quando, em 2001, deixando pais e oito irmãos na cidade natal, veio com os filhos para São Paulo. Essa mudança se deu por exigência do marido, com quem havia se casado aos 15 anos de idade e com quem teve três filhos,

nascidos respectivamente nos anos de 1995, 1996 e 1997. Todos os indivíduos do núcleo familiar viveram a experiência do trabalho na lavoura e nunca frequentaram a escola. Lourdes começou a trabalhar aos 12 anos de idade. Segundo ela, apenas seu pai e seu marido “sabiam ler, escrever e contar”. Na ocasião da migração forçada, pois Lourdes afirma que não queria se separar de seus pais e irmãos, a família veio morar numa residência multifamiliar nos fundos da casa de um de seus cunhados localizada na periferia do município de Taboão da Serra. Tratava-se de uma casa de autoconstrução em área irregular, característica comum das periferias dos grandes centros urbanos, na qual viviam a família de dois irmãos de seu marido. Segundo Lurdes, a migração ocorreu motivada pela possibilidade de trabalho na construção civil oferecida por um de seus cunhados ao marido.

Em São Paulo, a família vivia de poucos recursos financeiros provenientes de bicos que seu marido fazia como ajudante na construção civil e da ajuda de seus familiares. Lourdes, assim como suas duas cunhadas, dedicava-se exclusivamente aos cuidados dos filhos e do lar. Vivia quase numa situação de confinamento, pois o esposo não a autorizava a sair sozinha e nem se distanciar da vizinhança. Além da violência direta que esse fato expressa, numa situação de migração na qual o migrante vai compondo uma nova rede de relacionamentos no local de destino de modo a aumentar gradativamente sua sensação de segurança e a promover seu enraizamento, os obstáculos surgidos nas interações sociais podem significar o agravamento da situação de vulnerabilidade dos indivíduos, como no caso de Lurdes (MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010). Sua rede de relações se limitava aos familiares e aos vizinhos mais próximos.

A vivência de uma situação de moradia multifamiliar desencadeava uma série de pequenos conflitos cotidianos, sobretudo no que se referia ao comportamento das crianças, já que as brigas entre elas geravam divergências entre as mulheres da casa. Contudo, essa configuração familiar também permitiu que Lurdes, com auxílio das cunhadas, pudesse receber as orientações e apoio necessário para matricular seus filhos na escola o que ela avalia como uma vantagem de sua migração: “eu pude colocar eles [os filhos] na escola, agora eles puderam estudar”. No momento da entrevista, ela não sabia dizer qual a escolaridade de seus filhos. Entretanto, esse desconhecimento era resultado de sua própria incapacidade de entender o sistema

escolar e de participar na educação dos filhos, Lurdes nunca frequentou a escola, segundo ela, em 2014, só aprendeu a ler num acampamento do MTST, na cidade de Embu das Artes, onde estava morando na ocasião, mas especificamente na ocupação Novo Pinheirinho em Embu das Artes.

O encontro de Lurdes com o MTST foi intermediado por um casal de vizinhos próximos à sua antiga casa multifamiliar que, segundo ela, já participava das atividades do movimento há alguns anos. Esse casal se constituía como único vínculo externo de Lurdes ao núcleo familiar no qual ela expressava grande confiança e afeto. Era ele que a abrigava quando seu marido a espancava e a colocava para fora de casa. Consternados com a situação de desamparo e violência vivenciada por Lurdes, por diversas vezes seus vizinhos a aconselharam a buscar apoio no MTST, revelando com isso certo grau de confiança que depositavam no movimento como uma alternativa, senão a única, de proteção diante da falta de outras opções que pudessem estar presentes ou serem reconhecidas no território diante essas situações. Ainda que não tenhamos mobilizado dados para afirmar isto de forma contundente, ao que tudo indica, a capilaridade dos programas de assistência e proteção social não tem abrangido o conjunto mais vulnerável da população, justamente aquele com maiores necessidades, fragilidades e vitimização, como no caso de Lurdes (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015). Segundo Sposati (2013) “as atenções de proteção social, os dispositivos e regras que a regem, sua gestão e processos de trabalho são submetidos a múltiplas racionalidades geradoras de formas truncadas, parciais, desarticuladas de respostas às desproteções sociais” (p.654), o que operaria como barreiras no alcance das políticas e ações de proteção aos indivíduos em situação de risco social, ou seja, aos que mais demandam a presença do Estado.

O grau de vulnerabilidade a que Lurdes estava exposta, o que nos leva a crer na existência de sentimentos de fragilidade, impotência e insegurança, dificultava suas condições de tomada de decisão em deixar sua casa e submeter-se às incertezas de recorrer a pessoas estranhas num movimento que também lhe era estranho. Lurdes inclusive achava que seus próprios vizinhos que a apoiavam estavam iludidos frente sua participação no MTST: “vocês tão sendo enganados, ninguém ajuda ninguém de graça”. Contudo, a insistência do casal fez com que Lurdes aceitasse conhecer a ocupação, em 2009. Segundo ela, sua primeira entrada numa

ocupação do MTST não ocorreu sem estranhamento inicial. A organização do acampamento caracterizada visualmente pela presença de um grande número de barracos de lona não agradou a Lurdes, talvez suas expectativas tivessem sido frustradas: “eu não gostei do que vi, aquele monte de barraquinho amontoados”. De fato, a compreensão do significado da ocupação como uma tática de luta coletiva bem como das relações que são produzidas naquele espaço não podem ser apreendidas de forma imediata. Somente a experiência da luta pode, gradativamente, ser capaz de oferecer a oportunidade de se produzir sentidos sobre ela. Nessa experiência é que se formam as condições necessárias capazes de interferir nas raízes cognitivas e afetivas que levam os indivíduos a constituição simbólica do movimento (CARDAT, 2000; LEITE; DIMESTEIN, 2010).

Inicialmente, acompanhar o casal nas assembleias da ocupação transformou-se em uma atividade recreativa para Lurdes, pois, segundo ela, era a única oportunidade que tinha de sair de casa e estar com outras pessoas uma vez que essa prática havia sido autorizada pelo marido que a impedia de andar sozinha. A possibilidade da criação de relações de lazer e amizade pode se manifestar como uma retribuição ao engajamento num grupo organizado uma vez que permite a satisfação de um contentamento pessoal, que extrapola as finalidades oficiais das ações coletivas, mas que são fundamentais para dar sentido e valor ao próprio engajamento (GAXIE, 2005; MORENO; ALMEIDA, 2009). Lurdes gradativamente viu seus laços de amizade e afeto ampliados na ocupação. Ela passou a receber especial atenção de uma das coordenadoras do acampamento, Rita, que foi sua principal conselheira e apoiadora, a quem Lurdes se refere como “madrinha” e que apresentaremos mais detidamente no próximo capítulo.

Os conselhos recebidos e a ampliação dos laços de solidariedade contribuíram para que Lurdes se sentisse acolhida naquele espaço. Aos poucos foi assumindo funções colaborativas na cozinha do acampamento o que lhe conferiu certo reconhecimento do grupo ao mesmo tempo em que se sentia satisfeita em poder ajudar. Segundo ela, passou a querer estar diariamente na ocupação, pois lá se “sentia gente”. Na ocupação Lurdes não era desvalorizada pela sua condição social:

Comecei ir lá na ocupação toda vez que dava. Lá eu ajudava na cozinha, ajudava na hora da comida, porque tinha bastante gente pra

comer. Assim eu fui me envolvendo mais nas coisas do movimento. Teve uma manifestação e a madrinha me chamou. Eu tinha vontade de conhecer muitos lugares e foi através do movimento que eu acabei conhecendo os lugares diferentes. Eu fui ficando no movimento. No movimento eu fui aprendendo a lidar com as pessoas, fui deixando de ser ignorante, porque eu era muito ignorante de tudo. Eu fui ficando e de um dia pro outro eu já tava fazendo meu barraco e fui crescendo no movimento.

A frequência mais assídua de Lurdes na ocupação foi violentamente criticada pelo marido, que não concordava com sua participação no movimento, dizia ele: "você vai lá atrás de homem". Cansada da violência do marido, viu no acampamento uma possibilidade concreta de libertação daquela situação. Foi morar no barraco que havia construído com as próprias mãos: "larguei meu marido, troquei ele pelo movimento". Lurdes diz que encontrou no MTST o apoio que nunca teve antes. Morando na ocupação ela assumiu a função de coordenadora do núcleo de autodefesa de um dos grupos, justamente o núcleo responsável, entre outras coisas, a proteger o acampamento de possíveis infiltrados e de buscar soluções para os conflitos internos. Lurdes afirma que "hoje minha família é o MTST e os barracos".

Com pouco menos de um ano morando na ocupação Lurdes foi contemplada com a bolsa aluguel, como parte das reivindicações atendidas do movimento. Alugou uma pequena casa próxima ao acampamento e passou a ajudar mais ativamente na organização de novas ocupações. Sua nova condição de moradia permitiu que ela abrigasse um dos seus irmãos que, em 2014, veio para São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho e que voltasse a viver com seus filhos. O irmão de Lurdes passou a acompanhá-la em suas atividades nas ocupações e engajando-se também MTST.

Como vimos até aqui, além das motivações iniciais que conduziram essas mulheres ao engajamento no MTST, as referências pessoais de indivíduos que as introduziram no movimento foram fundamentais para que fossem promovidas mudanças em suas representações iniciais sobre o grupo e o próprio movimento. O contato mais profundo dessas mulheres com o MTST, por sua vez, se deu no contexto das ocupações, no qual a experiência de compartilhar práticas coletivas configurou-se como um dos elementos capazes de estreitar os laços entre essas mulheres e outros militantes. Dividir a alimentação na cozinha coletiva, partilhar dúvidas e

angústias, colaborar nas atividades do acampamento parecem ter sido experimentos definidores para que essas mulheres encontrassem em outras experiências de vida correspondência para seus anseios ou novas perspectivas de futuro.

4. CAPÍTULO 3 – A PERMANÊNCIA NA LUTA, SUAS RETRIBUIÇÕES E A REESTRUTURAÇÃO DOS MODOS DE VIDA

Como dito anteriormente, o processo de engajamento das mulheres no MTST comporta três fases fundamentais: (i) o encontro delas com o MTST; (ii) a permanência na luta coletiva e (iii) a consolidação do engajamento após a conquista da casa própria. Na primeira fase, como vimos no capítulo anterior, a percepção de que seria impossível resolver de modo individual os problemas resultantes das precariedades de condições de moradia, constituiu-se como uma das principais razões dessas mulheres se engajarem na luta pela moradia. Contudo, o encontro delas com o MTST, para além da problemática da moradia, anunciava outras possíveis motivações e retribuições da militância vinculadas aos processos de socialização vivenciados no contexto das ocupações. **Este capítulo irá tratar especificamente da segunda fase, na qual o desempenho de funções ligadas às formas de organização adotadas pelo MTST se destacada como uma dimensão importante para que essas mulheres permaneçam na luta coletiva, conduzindo-as à formação de uma identidade militante à reestruturação dos seus modos de vida.** Os estudos sobre o engajamento sugerem que a adesão à luta coletiva envolve fundamentalmente a identificação dos indivíduos com as causas e objetivos de um determinado grupo organizado e que a duração do engajamento pode depender de dois fatores principais: (i) das relações sociais, disposições e carreiras pessoais acumuladas ao longo da trajetória dos indivíduos e (ii) das recompensas que os indivíduos são capazes de atribuir aos processos de participação. Ambos os fatores, que não são excludentes entre si, envolvem uma perspectiva relacional do engajamento, na qual as interações entre indivíduos nos contextos da ação coletiva são fundamentais para que a participação se sustente ao longo do tempo (NAUJORKS; SILVA, 2016; SAWICKI; SIMÉANT, 2011; SILVA; RUSKOWSKI, 2016).

No tocante ao primeiro fator, **a permanência na luta coletiva pode estar mais associada às disposições individuais que tenderiam gerar a propensão e a duração do engajamento em função da posse de um conjunto de capitais** (sociais, econômicos, políticos, culturais e simbólicos), experiências acumuladas e heranças políticas (CANÊDO, 2002, 2013; CALDART, 1997, 2000; CHAVES, 2000; GAXIE,

2005; NAUJORKS; SILVA, 2016; OLIVEIRA, 2008; SEIDL, 2009; SILVA; RUSKOWSKI, 2016; TOMIZAKI, 2007).

Quanto ao segundo fator, **os estudos sobre o engajamento sugerem que essa permanência depende de uma série de recompensas que os indivíduos engajados são capazes de atribuírem à militância.** Tais recompensas, que podem ser pensadas em termos de retribuições materiais ou simbólicas, podem se expressar no acesso a diferentes informações e conhecimentos adquiridos; na satisfação pessoal em poder ajudar ao outro ao mesmo tempo em que se possa também ser ajudado; no reconhecimento social da comunidade da qual se faz parte; na visibilidade que se pode alcançar perante a sociedade por meio da relevância que o próprio movimento político alcança na sociedade; bem como no acesso a alguns direitos básicos que se encontravam negligenciados aos indivíduos antes de seu engajamento e que foram conquistados graças à luta do grupo qual participam. Dito de outro modo, nesse aspecto, o engajamento e sua continuidade dependem das condições, mecanismos e processos que permitem aos indivíduos atribuir sentidos à sua participação a partir da percepção de ganhos obtidos nesse processo (ANJOS, 2008; CALDART, 2000, GAXIE, 2005; LEITE; DIMENSTEIN, 2010; GOHN, 2008; MASCLET, 2006; MORENO; ALMEIDA, 2009; NAUJORKS; SILVA, 2016; PUDAL, 2009).

Para que os indivíduos possam perceber as recompensas do engajamento precisam se apropriar dos comportamentos e das atitudes que são comumente esperadas dos militantes no decurso do desempenho de funções em relação ao grupo do qual fazem parte. Em suma, os indivíduos precisam se tornar capazes de atribuir ao seu engajamento as mudanças ocorridas em suas formas de agir e pensar. É a partir da respectiva participação no grupo que os indivíduos encontram as condições necessárias para construir, gradativamente, as categorias de percepção que irão dar sentido à luta coletiva, inclusive, à sua própria condição social. Nesse processo, **o contato com um referencial de valores comunitários é capaz de oferecer uma visão de mundo coerente e estruturada permite conciliar os diferentes significados e retribuições que poderão ser atribuídas ao engajamento e à ação militante.** (ANJOS, 2008; BANCK, 1990; LEITE; DIMENTEIN, 2010; SAWICKI; SIMÉANT, 2008).

Num leque de diferentes possibilidades, como sugerem os dados da pesquisa, as ocupações de terreno fornecem aos indivíduos a chance de contato com um densa rede de sociabilidades, que oferecem aos indivíduos a oportunidade de compreender de modo mais crítico os problemas sociais e políticos, bem como a constituir “atitudes políticas”, ou seja, “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo geral, a qualquer acontecimento no ambiente” (SCHIMIDT, 2000, p.45).

Considerando, de um lado, a perspectiva das disposições que podem induzir à permanência no engajamento e, de outro, as retribuições capazes de promover o alongamento da participação, abordaremos neste capítulo, duas trajetórias distintas que nos permitem compreender os fatores que podem levar os indivíduos a uma ação duradoura na luta coletiva pelo direito à moradia digna. A escolha da primeira trajetória se deu em função da depoente (Helen) já ter vivenciado anteriormente a experiência do engajamento sindical e de ter encontrado no MTST uma oportunidade de atuação que atendesse suas expectativas de participação política, ao mesmo tempo em que pudesse lutar coletivamente no enfrentamento dos problemas advindos de sua própria situação de moradia. Vale dizer que a vivência de experiências anteriores de engajamento é incomum entre as depoentes da pesquisa, há apenas mais um caso, entretanto, é possível encontrar no MTST, em menor número, indivíduos oriundos de outros coletivos políticos que se identificam com as causas e objetivos do movimento. A segunda trajetória foi escolhida porque a depoente (Rita), que nunca participou antecipadamente de ações coletivas, encontrou no MTST a possibilidade de reestruturar seus modos de vida na constituição de uma identidade militante, que não está apenas circunscrita às ações do movimento, mas que promoveu alterações de conduta também na esfera cotidiana e domiciliar fora da ocupação, em grande medida, apoiada pelas retribuições a que teve acesso no interior do movimento. Sua trajetória guarda bastante semelhança com as das demais depoentes e é emblemática dos efeitos que resultaram da experiência em papéis de liderança no âmbito das ocupações.

3.1. Helen: “é agora! Agora eu entro mesmo”

Helen nasceu em 1966, na cidade de Ilhéus, Bahia, onde viveu até completar sete anos de idade aos cuidados de seus avós paternos, que trabalhavam como agricultores numa fazenda de cacau onde também moravam⁶⁵. A razão pela qual Helen passou parte de sua infância aos cuidados dos avós se deve ao fato de que sua mãe, grávida aos 17 anos de idade, pretendia, com a anuência do esposo, interromper sua gestação, pois considerava não ter condições de cuidar de uma criança. Tal decisão apenas não foi levada adiante, pois os avós de Helen comprometeram-se a cuidar da menina como se ela fosse filha deles. Depois de quatro meses de nascida, Helen passou a morar com os avós e seus pais migraram para São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho. Nos sete anos em que viveu em Ilhéus ela recebia anualmente a visita de seu pai. Contudo, apenas foi conhecer pessoalmente sua mãe aos sete anos de idade.

Helen lembra com bastante ternura do período da infância em que viveu com os avós, das brincadeiras ao ar livre na fazenda, das idas semanais às feiras na cidade onde seus tios negociavam produtos agrícolas, das leituras em família da literatura de cordel, das "ladainhas de São José e de Nossa Senhora da Aparecida" comandadas por sua avó. Ao que tudo indica, tais vivências foram responsáveis pelas disposições à leitura e à escrita que Helen ainda preserva e que foram intensificadas no decurso de seu engajamento no MTST. Ela afirma que foi nesse período da infância na fazenda que tomou gosto pela literatura e pelo trabalho com o manejo da terra, além do gosto pela vivência comunitária. No entanto, durante a entrevista, recusou-se a abordar o tempo em que viveu com sua mãe em São Paulo. Apenas falou que foi rejeitada pela mãe e que apanhava muito dela. Helen revelou que preferia ter passado a vida inteira com sua família em Ilhéus, mas que seu pai, a pedido das irmãs dele, foi buscá-la, em 1972, quando os problemas de saúde da avó se agravaram em decorrência da diabetes. Chorou ao lembrar que havia recebido uma carta que sua avó escreveu,

⁶⁵ A entrevista ocorreu numa quente tarde de domingo na sede do MTST no município de Taboão da Serra. Ela escolheu um lugar sombreado próximo a um enorme jatobá. Nossa conversa alongou-se amigavelmente por cerca de duas horas. Eu já estava trabalhando com Helen junto às crianças no projeto de extensão há três meses. Nos conhecíamos relativamente bem, ainda sim sua narrativa foi reveladora a medida que ela contava fragmentos de sua vida que eu jamais poderia imaginar.

dizendo ter piorado de saúde. Em 1975 a avó faleceu devido às complicações atribuídas à doença.

Diferentemente de outras trajetórias que compõem os relatos das depoentes da pesquisa, a família de Helen teve relativo acesso à escola. Seus pais e avós, apesar de não terem concluído o ensino fundamental, foram escolarizados⁶⁶. Segundo ela, a escola se configurava como um importante valor e os estudos eram incentivados no núcleo familiar o que, possivelmente, favoreceu a experiência de uma escolarização regular durante toda a educação básica, concluída em 1983. Helen estudou apenas em escolas públicas, sobretudo aquelas localizadas em áreas menos vulneráveis da cidade. Embora morasse no Capão Redondo, bairro periférico caracterizado pela alta vulnerabilidade social, estudava em uma área nobre, no bairro do Brooklin. Tal preferência de ser matriculada em outra localidade distante de casa se devia à crença do pai de que escolas de bairros tidos como "melhores" pudessem oferecer alguma vantagem em termos de qualidade e oportunidade de aprendizagens. Essa opção guarda relação com os esforços de famílias de alunos de escolas públicas da periferia da cidade de São Paulo, que buscam matricular os filhos no que consideram ser os melhores estabelecimentos públicos de ensino, em alguns casos, evidenciando um investimento educativo mais amplo que objetiva preparar os filhos para uma vida fora do território em que moram e oportunizar o conhecimento de outras realidades (BATISTA; CARVALHO-SILVA, 2013; CARVALHO-SILVA, BATISTA, ALVES, 2014, p.136). No decurso do ensino fundamental, o pai levava e buscava a filha de carro todos os dias na escola. Já durante o ensino médio, quando Helen também tinha mais de autonomia de mover-se pela cidade, o pai a levava de carro até uma parada de ônibus na Marginal Pinheiros onde, então, ela dava continuidade ao trajeto por meio do transporte público. Essa prática só foi possível porque o pai era comerciante autônomo, tinha um pequeno armazém que ficava na frente da casa em que moravam, e tal condição de trabalho e subsistência também permitia que ele pudesse investir tempo nos trajetos em relação à escola enquanto outros familiares zelavam pelo negócio.

⁶⁶ Helen contou que na fazenda em que moravam havia uma "escolinha" multisseriada na qual grande parte dos funcionários foram alfabetizados e onde estudavam seus filhos.

As relações conflituosas com a mãe igualmente marcaram a trajetória de Helen em relação às perspectivas de prosseguimento nos estudos em nível superior. A mãe requeria que a filha fizesse curso superior de Secretariado Executivo, pois avaliava esta carreira como promissora em termos de ganhos futuros em contraposição às escolhas pessoais de Helen, que se direcionavam para os cursos de Letras ou Filosofia como duas possibilidades. As tensões familiares sobre a escolha da carreira no ensino superior se intensificaram e foram o mote para que Helen, sem abrir mão de seus projetos, já aos 19 anos de idade, saísse de casa para morar com um grupo de amigas que conheceu durante o ensino médio e que compartilhavam um pequeno apartamento alugado no bairro de Moema, área nobre da cidade. Na época, em 1985, Helen teve êxito no ingresso no curso de Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), o que indica uma trajetória escolar de sucesso, uma vez que as barreiras do vestibular são significativas, sobretudo para pessoas daquele grupo social. No mesmo ano, ela passou a conciliar os estudos com o trabalho de lojista no shopping Morumbi, recém-inaugurado, local onde também conheceu seu primeiro marido com quem foi casada 11 anos e teve três filhos: uma menina e dois meninos, nascidos respectivamente nos anos de 1987, 1988 e 1989. Em seu primeiro ano de casada engravidou e foi então morar como o marido nos fundos do terreno da sogra no município de Taboão da Serra, onde construíram uma pequena casa.

A nova condição de moradia e o fato de ter que cuidar quase que exclusivamente sozinha da filha, pois não recebia apoio do marido nesse sentido e sua sogra já passava a reclamar de ter que ajudá-la no cuidado da criança, levaram Helen a interromper sua trajetória universitária. A distância da moradia em relação a USP, as dificuldades financeiras provenientes dos baixos salários e a necessidade de cuidados despendidos com a criança resultaram na frustração de não poder dar continuidade aos estudos com o trancamento do curso de Filosofia ainda no segundo ano: “tudo ficou mais complicado”. Cinco anos depois do trancamento, já com três filhos e sem perspectivas de dar continuidade ao curso iniciado, em 1992, ela fez a transferência do curso de Filosofia da USP para Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo como aluna bolsista. Entretanto, apesar de todos os esforços, tanto as dificuldades financeiras familiares quanto a sobrecarga de uma vida cotidiana que buscava conciliar trabalho, filhos e estudos, novamente frustraram os projetos de Helen, que naquele contexto, foi obrigada a abandonar de

vez a perspectiva de conclusão do ensino superior sem ter conseguido sequer completar sequer um ano de estudos na nova instituição.

Os dados mais abrangentes sobre os motivos que levam à evasão no ensino superior pouco levam em conta a maternidade como uma das razões explicativas deste fenômeno. As informações ainda aparecem de forma fragmentada, considerando apenas casos mais específicos de algumas instituições de ensino superior⁶⁷. Segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em 2011, as mulheres eram maioria entre o corpo discente (57,5%) nas instituições federais e também eram responsáveis pelo maior número de trancamentos de matrícula (68%) em decorrência da licença maternidade. A dificuldade de acesso à assistência para as estudantes que se tornam mães, se expressa fundamentalmente na falta de creches universitárias, um dos grandes gargalos das políticas de permanência estudantil que afetam as mulheres. Não obstante, são as mulheres as responsáveis pelo expediente doméstico, cuidados das crianças e acompanhamento escolar dos filhos, não sendo remuneradas por essas atividades e tampouco valorizadas, o que significa dizer que elas acumulam responsabilidades tanto no mercado de trabalho quanto no lar por meio da dupla jornada, que as impossibilita de investir em outros projetos, como os próprios estudos⁶⁸ (HIRATA, 2004).

No período em que estive na PUC, no ano de 1993, Helen aproximou-se de coletivos estudantis ligados à Conspiração Socialista⁶⁹. Neste mesmo ano, por meio da rede de amigos que constituiu na universidade, ela começou a trabalhar como

⁶⁷ Segundo estudo sobre evasão escolar divulgado pelo Ministério da Educação, em 2016, ao se verificar os motivos que levavam jovens de 15 a 29 anos a decidir abandonar os estudos, entre as jovens, 18,1% indicaram a gravidez como o principal motivo. Já entre os jovens da mesma faixa etária, somente 1,3% declararam que interromperam os estudos pela mesma razão.

⁶⁸ Em 2016, cerca de 51% da população adulta (66,3 milhões de pessoas de 25 anos ou mais de idade) tinham concluído apenas o ensino fundamental. Desse grupo, 52,3% eram homens e mais da metade declararam não estar estudando por conta do trabalho. Entre as mulheres, 30,5% não estudavam por conta de trabalho, 26,1% por causa de afazeres domésticos ou do cuidado de pessoas e 14,9% por não terem interesse.

⁶⁹ A Conspiração Socialista é uma Corrente Sindical que milita no interior do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem-SP) e no Sindicato dos Professores e Professoras de Guarulhos (Sinpro-Guarulhos).

professora estudante na rede estadual de ensino de São Paulo, função que exerceu por sete anos (1993-2000) até que o cargo fosse extinto. Durante sua experiência como professora se aproximou do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e de alas do Partido dos Trabalhadores (PT), engajando-se nas pautas educacionais, especialmente, em relação às condições de trabalho dos docentes. A possibilidade de militância associada ao próprio exercício profissional, como no caso dela, corrobora o fato de que o engajamento político, "mais do que significar 'ruptura' ou 'distanciamento' das atividades profissionais, constitui sempre uma forma de 'realização profissional', de 'comprometimento' e de não distanciamento da 'realidade'" (OLIVEIRA, 2008, p.169). No entanto, a extinção do cargo que exercia e o desemprego provocou o afastamento das atividades de militância no sindicato e dos próprios militantes com quem ela se relacionava. Passou a trabalhar de forma descontinuada e pontual com o desenvolvimento de projetos culturais em organizações não-governamentais e coletivos na periferia de São Paulo, como, por exemplo, o Sarau do Binho⁷⁰.

Em 2000, vivendo de trabalhos pontuais como educadora e enfrentando diversas crises em seu casamento, Helen acabou se separando do marido. As consequências da separação foram brutais, pois ela precisou, juntamente com seus três filhos, que na ocasião tinham 11, 12 e 13 anos, deixar o imóvel em que morava, uma vez que tratava-se da propriedade de seus sogros e ela "não tinha direito nenhum na casa". Aspirando voltar a morar e se estabelecer em São Paulo, chegou a alugar uma pequena casa na periferia da zona sul da cidade, mas depois de um ano se viu na impossibilidade de continuar pagando o aluguel dado o agravamento dos efeitos da especulação imobiliária sobre os valores e reajustes dos aluguéis (ROLNIK, 1997, 2017; TORRES et al, 2003):

Eu de aluguel em aluguel, agora já vai pra nove anos que estou de aluguel. Seis anos morando de lá pra cá, de ano em ano, colocando as coisas em cima de um caminhão, vai para um bairro, vai para outro, tanto que chegou uma hora que falei 'não tenho mais móveis', tenho só o prático: cama, geladeira e fogão e meus livros que estão sempre

⁷⁰ O Sarau do Binho, ocorre há mais de 8 anos em Campo Limpo e outras localidades na periferia da zona sul de São Paulo, reunindo poetas, cantores, músicos, atores e outros artistas populares e pessoas da periferia. É considerado um marco no calendário cultural da cidade de São Paulo.

ali. Porque não dava, estava em um apartamento no Embu e ficou muito alto o valor, não tinha como eu pagar

Ajustando suas condições financeiras às possibilidades de moradia, Helen foi morar na periferia de Embu das Artes, onde conheceu uma mulher, Flora, com quem manteve um casamento homoafetivo por 12 anos e que, segundo ela, foi "o grande amor" de sua vida.

Durante o período que ambas viveram juntas, Helen recebeu significativo apoio para cuidar dos filhos e investir em sua carreira como educadora cultural. Fez cursos de contação de histórias e arte-educação. Continuava suas atividades como arte educadora com crianças que frequentavam instituições culturais na cidade em que morava. As atividades artísticas faziam parte da família. Seu segundo filho aprendeu a tocar baixo e era integrante de uma banda de jovens do bairro. Apesar de ter vivido um relacionamento que avalia como o melhor de sua vida, em 2012, acabou se separando de Flora. Segundo Helen, sua companheira passou a expressar constantes cenas de ciúmes, motivando uma separação amigável, que resultou na manutenção de uma relação de proximidade entre ambas. Helen revelou que, em 2015, sua ex-companheira foi estuprada e acabou engravidando, o que a fez chorar enquanto fazia seu relato sobre as circunstâncias do caso. Teceu, então, uma reflexão das situações de violência que as mulheres estão submetidas em nossa sociedade e lembrou que, mesmo sendo uma mulher dotada de certos conhecimentos sobre seus direitos, vivenciou experiências brutais de violência doméstica.

Em 2012, ano em que ingressou para o MTST, Helen reencontrou uma "antiga paixão de adolescência" em uma ocupação e acabou mantendo um relacionamento amoroso com este homem que havia conhecido há 27 anos. No decurso do namoro, foi vítima de sucessivas violências em forma de ofensas e xingamentos propagados por seu namorado. No entanto, manteve essa relação por cerca de 18 meses, pois tinha esperanças de que aqueles comportamentos pudessem mudar. Em meio a uma discussão que parecia mais uma daquelas que havia se tornado corriqueira, o namorado quebrou o maxilar e os dentes de Helen com um soco. Foi somente nesse momento que ela decidiu nunca mais vê-lo.

O encontro de Helen com o MTST, em 2012, se deu por duas motivações fundamentais: pela possibilidade de acesso ao direito à moradia, como na maioria

absoluta dos casos, e pela predisposição à militância, que desenvolveu, sobretudo, na sua experiência no sindicato:

Eu entrei no MTST por uma necessidade clara: moradia. Eu me sinto muito honesta nesse sentido. Não foi por oportunismo. Foi por moradia. Não havia nenhum projeto partidário que desse conta disso. Eu acredito que eu cheguei aqui [no MTST] de uma forma mais essencial, como todos chegaram, pagando aluguel e extremamente preocupada. [...] o MTST não tem partido, mas não é antipartidário. Ele não tem essa dinâmica processual que todo partido tem, que te engessa num certo momento. No partido você se vê dentro de um quadradinho, de uma gavetinha. Eu não queria entrar nessa gaveta. Então no movimento não tem isso, é maravilhoso. O movimento atende demandas amplas, você sente que tem essa maleabilidade, essa flexibilidade de você ser realmente quem é, sem exigir de você. O movimento, de certa forma, tem essa capacidade de se alargar nas comunidades, nas universidades, no asfalto, nas demandas internas, respeitando quem é você, a forma como você é. Você vai fazer aquilo que você gosta de fazer, porque aquilo que você gosta de fazer você vai fazer bem feito, vai fazer com amor.

Helen, ao que tudo indica, buscou de maneira antecipada, conciliar diferentes significados para uma ação militante: a possibilidade de lutar coletivamente no enfrentamento dos problemas advindos de sua situação de moradia por meio do engajamento em um grupo que ela avaliava como capaz de traduzir politicamente suas expectativas de atuação. Inicialmente, percebia no MTST a **perspectiva favorável de impor uma marca pessoal** ("essa maleabilidade, essa flexibilidade de você ser realmente quem é") **mediante a possibilidade de exercer uma ação dedicada, que constituem uma das retribuições de ordem simbólica das lutas coletivas e que são fatores de permanência no engajamento militante** (ANJOS, 2008; GAXIE, 1977; MORENO; ALMEIDA, 2009). Contudo, vale salientar que apesar dessa antecipação que Helen faz sobre as possíveis retribuições resultantes de sua adesão ao MTST, de maneira geral, tendem a ser descobertas pelos indivíduos na própria ação, sem que tenham sido previamente estabelecidas como um resultado esperado (FILLIEULE, 2010; SILVA; RUSKOWSKI, 2016).

O MTST não era um movimento estranho para Helen. Ela expressava certos conhecimentos e simpatia por ele, mesmo antes de seu engajamento, percepções que construiu em sua experiência anterior de participação em grupos organizados na faculdade e no sindicato. Essas experiências acumuladas e heranças políticas

perfazem seus repertórios de participação política e constituem-se em capitais favoráveis ao engajamento (CANÊDO, 2002, 2013; CALDART, 1997, 2000; CHAVES, 2000; OLIVEIRA, 2008; SEIDL, 2009; TOMIZAKI, 2007). O contato mais próximo dela com o movimento e seu ingresso num acampamento se deram na ocasião do advento de uma nova ocupação, que ocorreu próximo a sua residência no município de Embu das Artes, e que se configurou como um disparador, uma oportunidade de engajar-se numa luta coletiva. Contudo, como revelam os relatos de Helen, seu engajamento não foi uma obra do acaso e nem pode ser explicado simplesmente pela sua pulsão. Expressa, minimamente, **uma oportunidade que ela encontrou de converter uma identificação pessoal com as causas e os objetivos de um determinado movimento** (NAUJORKS; SILVA, 2016; SILVA; RUSKOWSKI, 2016). Trata-se, pois, de resultados das correlações entre as disposições individuais e as possibilidades de adesão a uma luta coletiva numa relação de probabilidade entre a posse de determinados capitais e a competência política (CANÊDO, 2002, 2013; SEIDL, 2009; TOMIZAKI, 2007):

Numa bela noite linda de uma sexta-feira, eu me lembro, acho que foi dia 7 de Março de 2012, quando houve uma movimentação em um terreno que é próximo da minha casa, eu olhei e falei: é o MTST! Já conhecia dos bancos da universidade, mas sabe aquela coisa de você conhecer a parte teórica? Cheguei visitar umas ocupações, inclusive a Chico Mendes, mas quando estava ali, na minha cara, na rua que eu morava pagando aluguel, falei: 'é agora, agora eu entro, entro mesmo'. Pagando aluguel as coisas estão complicadas, é um movimento muito lícito, muito verdadeiro. Sempre acreditei que não é você pagando uma prestaçãozinha que você vai obter alguma coisa. Moradia tem que lutar com vontade e se preciso faço com minhas mãozinhas, a gente vai lá e faz com as mãos a casa. Enfim eu não conhecia todas as questões internas [do movimento], mas os princípios, os mais confiáveis e aí me engajei já na primeira semana. Eles chegaram na noite de sexta e no sábado teve o trabalho científico, o trabalho de laboratório, porque sai nos bairros. Quando chegou na segunda-feira eu estava lá com cinco metros de lona dobrado embaixo do braço, eu e meu filho, o caçula. Assim buscando rostos, só que muita gente e eu assim não conhecia nenhuma referência de liderança, enfim nada, não tinha essa perspectiva e eu me lembro que o primeiro rosto que eu vi foi o da Rose [coordenadora geral do acampamento do Novo Pinheirinho de Embu das Artes], uma pessoa ímpar, muito viva, muito sagaz, muito forte, olhos penetrantes, aí eu: 'moça, moça eu quero me engajar na luta, eu quero fazer um barraco aí' e ela, 'tá vendo aquele moço ali?', acompanha ele, acompanha ele ali que ele dá um jeito,

pode descer lá que você acha um lugar', muito objetiva, muito direta. Fomos fazer nosso primeiro barracinho lá, que é o que a gente chama de simbólico, a cabaninha do pajé, e fiquei a tarde inteira cavando os buracos e levantando ali os bambus, consegui fazer uns quadradinhos, porque é necessário pra demarcação, mas fiquei um pouco ressabiada, falei: 'meu Deus do céu, como é que as coisas vão funcionar? Muita gente, numa tarde eu contabilizei umas cinco mil pessoas, subindo e descendo toda aquela mata, aí o coração palpitou, eu tô dentro de um universo que é muito maior do que meus olhos alcançam e tudo muito voluntarioso, muita pró-atividade e as pessoas se organizando, você não enxerga ninguém ali com reio ou alguém falando: 'faça assim', tudo muito livre, tudo muito tranquilo".

Helen se lembrava exatamente da data em que entrou para o movimento (7 de março de 2012), uma aptidão incomum entre os depoentes da pesquisa, que nos leva a inferir sobre a **importância do engajamento em sua trajetória de vida como um "segundo nascimento"** (PUDAL, 2009). Ao que tudo indica, isso também só foi possível graças às suas percepções sobre o grupo, que foram construídas em termos de confiança e licitude ("os princípios, os mais confiáveis e aí me engajei já na primeira semana"). Essa confiança parece ser resultado do reconhecimento da legitimidade que Helen expressa em relação ao grupo e sua forma de atuação política o que imprime uma possibilidade concreta dela se reconhecer também como uma representante daquele grupo (TOMIZAKI, ROMBALDI, 2009). Contudo, o processo de seu engajamento não se deu de modo automático e imediato, pois **o engajamento militante envolve um "comportamento consistente" que tende a se expressar gradativamente na participação continuada em alguma organização social e/ou política** (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p. 192). Helen faz uma série de avaliações iniciais que foram permitindo que ele ganhasse "mais confiabilidade na luta":

Comecei a pensar um pouquinho se realmente é aquilo que eu queria e fui no segundo dia e fui no terceiro, fui no quarto. Fui estruturando meu barraco, fortaleci ali, fortaleci acolá, passou uns três, quatro dias, chegou um grupo: *'quem quer ser coordenador? Vamos tirar coordenações'* e estava com algumas amigas que eu conhecia aí diziam: *'vai lá Helen, você entende, é legal'*, falei: *'não, não vou me inteirar disso, não vai dar, primeiro porque eu trabalho, segundo reativei aí um curso, terceiro eu não conheço toda organização das coisas politicamente, eu quero entender primeiro, com uma visão mais sociológica. Deixa entender primeiro, quando entender e tiver certinho aí a gente vê'*. Mas assisti toda a questão de como você monta uma coordenação. No outro dia a coordenadora que tinha acabado de se

eleger coordenadora, chegou e falou assim: *‘porque você não quis?’* Falei: *‘eu quero entender primeiro, mas se quiser eu te ajudo aí’* e ela: *‘eu também não tô entendendo muita coisa, só sei que eu vou ter muito trabalho, muita tarefa’*. Pronto, nós vamos se ajudando e assim foi se construindo aquele grupo, que era o ‘Grupo 16 da Mata’ do Novo Pinheirinho de Embu. Todos os dias eu ia dar minha presença de manhã, à tarde e à noite. Ia conversando com um, com outro, aí vai se conhecendo. Um grande barracão no alto que naquela época a gente não sabia muito o que era, mas era a coordenação geral. Naquele barracão sei que tinha muita gente e a cada vez que tinha um grupo ali, quando saía, quando ia embora, sempre tinha uma novidade. Com isso fui ganhando, digamos, mais confiabilidade na luta, porque a cada semana eu enxergava uma organização diferenciada das coisas. Eram pessoas, que sabiam se organizar, tinham uma certa organização das coisas.

Gradativamente, Helen foi se envolvendo nas questões internas do acampamento, sobretudo nas atividades que compreendem os modos de organização da ocupação, neste caso, do Novo Pinheirinho de Embu das Artes. Identificava-se, sobretudo, com as trilhas, que são realizadas por grupos de militantes que percorrem todo o acampamento, observando a estrutura, organização e limpeza dos barracos e que recolhem informações sobre as demandas internas do acampamento e dos acampados. Tais informações contribuem para as tomadas de decisões sobre as urgências presentes no acampamento, desde a verificação da necessidade de roupas e medicamentos até a busca por soluções de conflitos internos, ao mesmo tempo em que permitem eleger os temas que serão colocados em pauta nas assembleias. As trilhas demandam a manutenção de um diálogo constante e são realizadas diariamente nas ocupações.

Minha questão política foi a trilha, organizar a ocupação. A trilha, uma delícia, uma ocupação muito grande, então eram várias fogueiras, uma em cada grupo, várias mulheres e homens fazia uma roda em volta da fogueira. Se tivesse tudo bem na ocupação a gente ia conversar, contar histórias, a gente se sentia parte, pertencendo. Sabe a sensação de que há paz no mundo? Então a trilha era muito confortável pra minha sensibilidade, eu sentia que a minha tarefa estava cumprida.

A trilha constitui-se como um importante recurso de aproximação entre as pessoas que coordenam a ocupação e os acampados, na qual **é possível se estabelecer uma identificação mais profunda com a população do local, suas**

condições de existência e seus problemas o que permite atribuir diferentes significados para ação militante, inclusive, favorecendo a criação e fortalecimentos dos laços entre os militantes. Trata-se de um processo necessário para formação e capacitação das lideranças, que levam a definição mais precisa de papéis na constituição de uma personalidade passível de ser reconhecida pelos próprios membros do grupo. A participação nas trilhas pode se configurar como uma das recompensas da militância uma vez que **implica numa doação de si que confere reconhecimento da comunidade** (os participantes das trilhas são os interlocutores diretos entre os acampados e a coordenação do acampamento), **envolve a possibilidade do militante se satisfazer pessoalmente no ato de ajudar o próximo, criar vínculos afetivos, ter acesso à diferentes informações**, o que pode, em menor ou maior grau, **resultar na constituição e na modificação das disposições que conduziram à participação na luta coletiva** (ANJOS, 2008; FILLIEULE, 2001; MORENO; ALMEIDA, 2009; SAWICKI; SIMÉANT, 2011; SILVA; RUSKOWSKI, 2016).

Como uma acampada em território, dada a proximidade de sua casa ao acampamento (Helen não morava no acampamento) e trabalhando pontualmente como arte-educadora nas escolas do bairro, passou a frequentar as atividades da ocupação nos três períodos, manhã, tarde e noite, o que sugere **a existência de um sentimento de "felicidade militante" resultante de um processo de "reconciliação consigo mesmo"** (PUDAL, 2009, p. 133), ou seja, se sentir "mais gente" (ANJOS, 2008, p. 517). Vale dizer que no processo de constituição do acampamento as atividades acontecem nos três períodos de modo a oportunizar a participação do maior número de acampados possível, entretanto, a organização do movimento exige participação em apenas uma atividade diária. Helen queria envolver-se mais a fundo na ocupação, inclusive propondo a criação de novos espaços:

Essa luta tem um porquê e não é só moradia. Eu comecei a me preocupar mais, tem que ter um espaço para a molecada mais adequado, mais seguro, algo mais sólido. Comecei a pensar o que seria isso, comecei a pesquisar, não tinha documentação [do movimento], não tinha nada. Rose me falou das cirandas, o que eram as cirandas, onde a gente fica com as crianças, conta história, faz alguma atividade, faz eventos, é um lugar que a criança chega e vai direto pra lá. Aí eu comecei a pedir doações para montar uma espécie de ciranda ali dentro, sem saber o que era. Eu me lembrava de uma

ciranda que eu vi, era um barracão, aí consegui uns TNTs [tecido não-tecido] de doação na papelaria, consegui mais madeiras, um companheiro fez uma grande mesa, mas os adultos adoraram o lugar e tomaram conta do lugar e as crianças ficaram para trás.

Helen começou a organizar um grupo de mães dentro da ocupação para que construíssem outro espaço mais adequado de acolhimento e cuidado das crianças. Em grande medida, esse tipo de preocupação estaria consagrada nas representações sociais que associam as mulheres à defesa da vida, aos cuidados da família e das crianças. Helen apresentou suas propostas para as lideranças do acampamento, que “abraçaram a causa” e deram todo o apoio necessário para a construção da ciranda, que se tornou, posteriormente, um espaço relativamente comum em todos os acampamentos, ainda que funcione com lógicas próprias a depender de quem o coordena:

Chegavam muitas crianças, chegavam muitas mães, uma pendurada com uma com outra. Vinham da creche, passava, dava presença, elas queriam ficar ali, mas a criança estava molhada, estava suja, estava com fome. Queria esperar a assembleia, não dava tempo de esperar assembleia, porque não tinha um cantinho ainda para elas [as crianças] ficarem sossegadas. Vamos dar um jeito, eu não sei o que fazer, porque os homens cada dia uma fala que faz, aí eu juntei um grupo de mulheres e nós limpamos um pedaço bem grande [do terreno], colocamos várias madeiras, abrimos umas lonas ali e as mães sentavam ali de tarde, das cinco até às oito da noite para esperar assembleia. As crianças que ficavam ali, a gente sentava para conversar e todo mundo com as mesmas dúvidas. A gente montou a cozinha, vamos pedir doação. Ajudei no bairro a pedir comida pra trazer para cozinha, leite, consegui várias pessoas que se preocupavam com essa coisa de ter leite, de ter fraldas. Não deu vinte dias, eu tinha uma bolota de crianças perto de mim e que vinham de vários grupos. Construí uma horta do lado da cozinha, foi uma delícia, algumas senhoras foram me ajudando, as crianças curtiam pra caramba.

O engajamento de Helen ao MTST foi sendo fortalecido à medida que suas proposições passavam a ser acolhidas pela coordenação do acampamento e pelos próprios acampados. Nesse caso, era possível a fazer a conciliação entre duas demandas, de um lado, o movimento carece de pessoas que possam ajudar, dado que a maioria dos militantes trabalha e não podem se dedicar continuamente às demandas das ocupações e, de outro, o desejo de conversão dos capitais acumulados

por Helen como recursos a serem utilizados em sua prática militante. Isso não significa dizer que não existissem disputas, conflitos e contradições que envolviam o acolhimento dessas propostas⁷¹. Se por um lado a oferta da ciranda era fonte de grande **visibilidade** nas ocupações, o que pode ser entendido como uma recompensa da atuação militante de Helen, por outro ela era praticamente invisível aos olhos da coordenação geral do MTST. Desse modo, tornou-se, simultaneamente, fonte de realizações e de frustrações. Todavia, a possibilidade de converter parte de suas competências profissionais como arte-educadora, bem como seus conhecimentos com o manejo da terra em uma forma de atuação militante no contexto das ocupações possibilitaram que Helen extrapolasse os limites de sua profissão, conferindo a ela uma dimensão política na medida em que se tratava da realização de um compromisso junto a uma luta coletiva mais ampla, da qual ela fazia parte, se sentia responsável e era reconhecida. Essa **satisfação** também pode ser interpretada como um elemento favorável para sua permanência no processo de engajamento.

⁷¹ A ciranda, espaço dedicado à atenção das crianças, apesar de ser reconhecida nos acampamentos como um espaço relevante, inclusive por se tratar de um lugar para deixar as crianças enquanto se participa de outras atividades nas ocupações, parece não possuir a mesma importância para a coordenação geral do MTST. Em torno dela são travadas lutas internas no movimento, revelando tensões e incoerências. Sua inexistência pode indicar uma “falta de cuidado” em relação aos participantes do movimento, sobretudo às mulheres, que são maioria de sua base e que ficam a cargo do cuidado dos filhos sem apoio “formal” do movimento. A ausência da ciranda reproduz parte da organização mais geral da sociedade que deixa as mulheres mais vulneráveis sem alternativas no compartilhamento dos cuidados aos filhos – o acampamento é “outro mundo possível”, mas nem tanto.

Foto: Fachada do espaço da Ciranda na Ocupação Paulo Freire, onde é possível ler: “bem vindo as crianças da ocupação Paulo Freire” e “as crianças jamais serão vencidas”. Foto do autor.

Foto: Trabalho das crianças na Ciranda da Ocupação Paulo Freire. Outubro de 2015. Foto do autor

Foto: Materiais disponíveis para as crianças na Ciranda da Ocupação Paulo Freire. Outubro de 2015. Foto do autor

Vale ressaltar que no contexto das ocupações uma vasto conjunto de habilidades e competências individuais são reconfiguradas em uma dimensão política

à serviço no coletivo. As militantes responsáveis pelas cozinhas dos acampamentos, por exemplo, encontram a possibilidade de **ressignificar o ato de cozinhar em um ato político** de maior importância para a luta coletiva na medida em que as refeições preparadas com alimentos doados e servidas todos os dias nos acampamentos (café da manhã, almoço e jantar) contribuem para a permanência e sustentabilidade da ocupação. A cozinha é parte fundamental da existência dos acampamentos. Enquanto cozinham, atividade realizada exclusivamente por mulheres, elas abordam assuntos relacionados às suas próprias vidas, dos acampados, da política. A dimensão doméstica do ato de cozinhar e cuidar da cozinha, geralmente desvalorizada em nossa sociedade, se converte em dimensão pública de grande valor na qual as mulheres podem, aliás, reconfigurar suas categorias de percepção sobre sua própria vida familiar e privada. A cozinha também é o espaço das interações face a face, da fofoca, das microarticulações, fonte de informação e de alimento, pois nela também é que se obtêm notícias sobre a ocupação e o movimento, é onde, igualmente, se acolhe os novos integrantes da ocupação.

A atuação qualificada e comprometida de Helen às várias atividades que compreendem a estrutura e a organização dos acampamentos do MTST, gradativamente, permitiu que ela chegasse a assumir papéis junto à coordenação geral do movimento. No momento da entrevista, Helen fazia parte do coletivo político, responsável pela articulação entre diversos acampamentos e núcleos e hoje está envolvida na constituição de um núcleo de educação junto à coordenação regional do movimento. Ter alcançado o posto de coordenação, em grande parte, deve-se a própria possibilidade de conversão dos recursos sociais e capitais, como a escolarização, em disposições e interesse pela prática militante. Os postos de coordenação acabam sendo ocupados por aqueles que possuem maior capital cultural e também capital militante. O MTST, um movimento de massas, carece de pessoas com tais disposições para seu quadros permanentes e acaba recrutando os militantes mais experientes para ocuparem esses quadros.

Naquele momento, Helen estava desempregada vivendo da venda de sabonetes medicinais que ela mesma faz. Morava num conjunto habitacional em Embu das Artes há quatro anos com seu filho mais jovem, recebendo auxílio aluguel que conseguiu como resultado de sua atuação no MTST. Sua filha mais velha foi

morar com o pai em Taboão da Serra, concluiu o ensino superior em Administração de Empresas e empregada na área ajuda financeiramente a família. O filho do meio é músico e foi morar com amigos também em um conjunto habitacional em Embu das Artes. Em 2016, Helen deu início a um curso nas áreas temáticas de Artes e Literatura no Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB/USP). Há quatro anos como militante no MTST vê com preocupação os rumos das políticas habitacionais no país: "a gente precisa continuar lutando. Eu vou lutar o resto da minha vida".

O modo calmo e preciso com que Helen apresenta seu relato denotam suas capacidades de fazer uma avaliação crítica sobre sua trajetória de militância, sobretudo, no MTST. É possível perceber que sua militância ocupa lugar central na organização de seu modo. Apesar das dificuldades enfrentadas em decorrência de sua situação de trabalho e de não abandonar seu projeto de alongamento da escolarização, Helen encontra felicidade em sua atuação política, mesmo diante de frustrações que essa própria atuação pode gerar, o que permite que ele continue engajada.

3.2. Rita: “quando vi já tava um ano e meio morando na ocupação”

Durante o processo de ocupação das escolas estaduais de São Paulo, por parte de seus alunos e alunas, que se opuseram à uma proposta de reorganização escolar⁷², em novembro de 2015, fui até o acampamento Paulo Freire no município

⁷² Em 2015 o governo do estado de São Paulo impõe um processo de reorganização escolar com a divisão das escolas por ciclos, algumas unidades teriam apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental (alunos de 6 a 10 anos); outras seriam destinadas ao segundo ciclo do ensino fundamental (receberiam os adolescentes de 11 a 14 anos) e outras seriam exclusivas para o ensino médio (jovens entre 15 e 17 anos). Além da divisão das unidades escolares por ciclos, o projeto previa o fechamento de 94 escolas em todo estado de São Paulo. O projeto não foi debatido com professores, pais, alunos e funcionários das escolas, que o consideraram, por essa razão, autoritário. A reorganização escolar afetaria negativamente o cotidiano de pais, alunos e professores, que iniciaram um processo de ocupação das escolas estaduais com o objetivo de impedir a implementação do projeto. No segundo semestre de 2015, foram ocupadas mais de 180 escolas no estado e a Justiça de São Paulo suspendeu o projeto de reorganização. Após semanas de ocupações de escolas e protestos, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou suspender a reorganização temporariamente e sinalizou o ano de 2016 como o ano de implementação do projeto e de aprofundamento do debate sobre as medidas de

de Embu das Artes para entrevistar a coordenadora geral daquela ocupação. No acampamento havia poucas pessoas presentes. A maioria delas estava engajada em ocupar, juntamente com estudantes, as escolas estaduais localizadas nas proximidades da ocupação. Fui bem recebido no acampamento, como sempre, mas inquirido por três pessoas que faziam a segurança do local sobre as razões de minha presença. Uma delas me reconheceu devido ao trabalho que desenvolvi junto às crianças no dia 12 de outubro, festividade do Dia das Crianças, naquela mesma ocupação e sem ressalvas acabaram indicando onde eu poderia encontrar Rita, a coordenadora acampamento. Ela estava em uma escola ocupada, localizada poucos metros de distância dali. Me dirigi à escola, seguindo as orientações de caminho que recebi e ao chegar, logo na porta, mais um inquérito sobre as razões que me levavam a procurar por Rita⁷³. As explicações sobre o agendamento da entrevista foram suficientes para que eu logo fosse convidado a entrar e ser recebido com um prato de comida que tinham acabado de fazer na cozinha da escola: arroz, feijão, macarrão, frango, salada e refrigerante. De maneira geral, este é um **tipo de acolhimento bastante comum** nas ocupações: um prato de comida e uma boa conversa, já que as cozinhas dos acampamentos são a porta de entrada para as pessoas interessadas em participar nas ocupações, desde alguém potencialmente sem-teto até pesquisadores e jornalistas. Já no interior da escola, fui reconhecido por outros militantes que se misturavam entre adultos, crianças e jovens que ocupavam há 16 horas a escola. Tratava-se das primeiras horas de uma ocupação recente e sua resistência dependia de vários esforços de organização de quem participava daquela mobilização. Bandeiras e cartazes confeccionados por membros do movimento e por estudantes deixavam claro o motivo da ocupação: “não feche nossas escolas”; “sou estudante, não sou ladrão. Não vim pra escola para sair de camburão”; “Geraldo safado, deixa a escola do meu lado”; “não acabou, nossas escolas não irão modificar”. Era um cenário de lutas políticas no qual crianças brincavam livremente, adultos

reorganização. Os protestos foram considerados uma vitória dos estudantes, que os protagonizaram. Vale dizer que as manifestações não ocorreram sem a presença do efetivo da polícia militar, que reprimiram com violência professores, estudante e seus familiares.

⁷³ Em dado momento do período em que as escolas estaduais estavam sendo ocupadas por estudantes a repressão policial foi intensificada, gerando, inclusive, cenas de conflitos entre estudantes e policiais que foram amplamente divulgadas pela mídia, sobretudo, "alternativa". Essa atmosfera de tensão exigia cuidado com a segurança das pessoas que se encontravam ocupando as escolas o que justificava o controle de acesso realizados pelos militantes em relação às pessoas estranhas àquela mobilização.

jogavam dominó e baralho para passar o tempo enquanto uma assembleia estava sendo organizada para orientar sobre os próximos passos a serem dados naquela ocupação. Estavam na escola 28 mulheres, 16 homens e 12 crianças, entre estudantes e militantes do MTST.

Foto: Escola ocupada por estudantes e militantes do MTST. Novembro de 2015. Foto do autor

Foto: Escola ocupada por estudantes e militantes do MTST. Novembro de 2015. Foto do autor

A entrevista com Rita ocorreu no interior da escola ocupada. Tia Rita, como é popularmente conhecida, estava à frente daquela ocupação. Constantemente requerida pelos militantes que estavam na escola, nossa conversa foi por diversas vezes interrompida. Ela dava informes, orientava coordenadores da ocupação que lhe perguntavam desde se poderiam colocar música no pátio da escola até como deveriam convocar moradores da vizinhança. Nesse momento, foi possível atestar **o grau de reconhecimento e legitimidade que Rita foi capaz de alcançar em relação aos demais militantes**, bem como a expressão de uma liderança, que pela força e segurança de seus gestos, possivelmente foi de habilitá-la como liderança da ocupação. Apesar das interferências, a entrevista aconteceu num clima amigável e no calor do movimento de ocupações das escolas estaduais de São Paulo que ganhava força.

Rita nasceu em 1962 na cidade de São Paulo. Ela é filha de baianos, que migraram para cá em busca de oportunidade de trabalho, no final dos anos de 1950, quando se intensificam os ciclos migratórios no país (DURHAM, 1973; FONTES, 2008; MACEDO, 2010). Seu pai era pedreiro e sua mãe costureira. Nunca frequentaram a escola, mas Rita lembra de sua mãe como “uma guerreira, que não sabia ler e escrever, mas tinha uma inteligência fora do comum”. Ao migrarem com o apoio de outros familiares que fizeram esse percurso anteriormente, construíram uma casa para a família num terreno irregular no bairro da Vila Olímpia, zona Sul de São Paulo, hoje uma área nobre na Capital. Tiveram 16 filhos, oito nascidos na Bahia e oito em São Paulo. Viveram nessa casa por cerca de 20 anos, até meados dos anos de 1980, quando a intensificação do processo de especulação imobiliária passou a exercer grande poder de controle sobre as melhores localizações na cidade, promovendo mecanismos de gentrificação na região que obrigaram a família a se mudar (ROLNIK, 1997, 2017; TORRES et al, 2003). Rita lembra que esse processo de mudança foi bastante traumático para sua família, pois não receberam indenização pela casa e foram obrigados a pagar aluguel numa região bastante distante da que moravam, segundo ela: “fomos jogados pro Santo Eduardo [bairro da periferia de Embu das Artes]”.

Apesar das dificuldades financeiras que marcaram a trajetória de uma família extensa e que se agravaram com a perda da casa, conseguiram se estabelecer como

comerciantes numa região limítrofe entre o bairro do Campo Limpo, periferia da zona Sul da cidade e os municípios vizinhos de Itapeverica da Serra e Embu das Artes. Encontravam os meios de subsistência na própria vizinhança, experiência relativamente comum entre as famílias de migrantes que não encontravam oportunidades de trabalho no mercado formal (SADER, 1988).

Casada há 33 anos, Rita conheceu seu esposo no bairro de Santo Eduardo, para onde havia se mudado com a família. Tem quatro filhos e é avó de três crianças. Ela e seu esposo construíram uma casa na mesma região e seguindo os passos de seus pais como comerciantes, abriu uma pequena doceria na frente da própria casa e que leva o sobrenome da família. Essa doceria configura-se como uma das principais fontes de renda da família. Ainda que houvesse construído, juntamente com seu marido, uma pequena casa para a família na periferia de Embu das Artes, que se constitui atualmente em uma habitação multifamiliar, segundo ela entrou para o MTST “para lutar pelos filhos”. Seu ingresso no movimento se deu por influência do marido e do filho mais velho, que casado, com filhos e morando com os pais, viu na luta coletiva pelo direito à moradia sua única alternativa de conquistar uma casa para sua família: “geralmente as mulheres levam o marido. Minha história foi diferente. Meu marido e meu filho que me levaram”⁷⁴.

O processo do ingresso de Rita no MTST não foi motivado, inicialmente, por sua situação pessoal de moradia, como o que aconteceu com os demais depoentes. Entretanto, é preciso dizer que o que permitiu o seu encontro como o MTST foi justamente a mesma razão que leva a maioria absoluta a esse encontro: os problemas resultantes das precariedades das condições de moradia. No caso dela, tais precariedades pareciam afetar mais diretamente um de seus filhos, que estava descontente com a situação de habitação multifamiliar a qual estava submetido, precisamente, porque não ter perspectivas concretas de alugar ou adquirir uma casa para sua família. Nesse sentido, a possibilidade do filho constituir uma habitação unifamiliar também se configurava como uma possibilidade de Rita melhorar suas

⁷⁴ O depoimento de Rita sobre o fato de que as mulheres são maioria no interior do MTST e acabam sendo mediadoras da aproximação dos homens com o movimento reforçam com nossas observações, inclusive por se tratar do depoimento de uma coordenadora de ocupação. Ao mesmo tempo que sinalizam uma categoria de percepção que pode valorizar as mulheres como principais participantes e recrutadoras de potenciais militantes para o movimento.

próprias condições de moradia. Todavia, é preciso antecipar que, preliminarmente, ela não tinha a percepção de que aquela situação habitacional na qual estava inserida também se configura como uma precariedade das condições de moradia, o que só foi percebido desse modo, como veremos, no decurso do seu processo gradual de engajamento no MTST. Dito de outro modo, **o processo de engajamento no MTST permitiu a reconfiguração das categorias de percepção da realidade da qual se fazia parte de forma que determinadas situações passassem a ser percebidos como resultado de problemas sociais mais amplos** (LEITE; DIMENSTEIN, 2010; MORENO; ALMEIDA, 2009; CASTELS, 2006; MELUCCI, 1994, 1997; GOHN, 2010, 2011, 2012; 2014)

Rita não esboçava contrariedade na participação de seu filho e marido nas atividades promovidas pelo MTST na ocupação João Cândido no município de Taboão da Serra cuja frequentavam diariamente. Por vezes, os acompanhava nas passeatas ou nas assembleias da ocupação. Considerava essas atividades como um passeio, não se envolvendo profundamente nas pautas ou discussões do grupo: “eles insistiam e de vez em quando eu ia passear lá, mas aquele pó me incomodava. Não ia entrar naquele mato, né? Muitas cobras, mas ia fazer uma visita lá”, referindo-se às características da ocupação e do terreno. Apesar de não exercer nenhuma atuação nas ocupações, **o contato com aquele universo carregado de componentes simbólicos, gestos, posturas e comportamentos despertava sua simpatia**, como ela expressou, “aquelas pessoas todas lá brigando por um sonho era bonito de se ver”. Possivelmente, a emoção que se despertava no testemunho das atividades das pessoas que militavam naquele contexto se configura como uma das motivações para a entrada na militância. Ainda que inconstante, **sua presença na ocupação permitiu que ela estabelecesse laços de afeto e proximidade com alguns acampados**. Gostava de ouvir suas histórias de vida e, ao que tudo indica, passou a reconfigurar suas categorias de percepção da realidade naquele contexto:

Você tá precisando de conselho e daí começa a aconselhar, porque percebe que a vida das pessoas é mais difícil que a sua. Fui sendo contaminada pelo povo, por suas histórias. Fui me encontrando lá. Fui percebendo que todos tinham que comer antes pra depois os coordenadores comerem. Aprendi o que era sarau, teatro. [...] aquelas crianças pequenas na militância. Eu chorava. Fui me envolvendo naquilo tudo e quando vi já tava um ano e meio morando na ocupação naquela ocupação.

Os laços de afeto parecem ter sido primordiais no processo de engajamento e permanência de Rita no MTST em duas dimensões: na família e na ocupação. Primeiramente, ela aceitava o convite para ir à ocupação menos porque tivesse alguma afeição àquele grupo e mais pelos vínculos afetivos que mantinha com seu filho e marido ("eles insistiam e de vez em quando eu ia passear lá"), talvez, evitasse a desaprovação deles caso recusasse o convite. Posteriormente, ela **amplifica seus vínculos de afeto na ocupação, por meio do alongamento de suas redes interpessoais de modo que se tornou possível atribuir sentidos a sua experiência em conformidade como os modos de agir e pensar dos militantes** ("fui me envolvendo naquilo tudo e quando vi já tava um ano e meio morando na ocupação"). Essa passagem de uma participação desassociada da militância na ocupação para o engajamento, inicialmente, foi amparada por seu filho e marido que agiram como mediadores nesse processo. Esses fatos corroboram para dois aspectos do engajamento: um deles diz respeito **a ação de mediadores que, por meio de relações prévias de confiança, são capazes de inserir os indivíduos na rede relacional da organização** e, outro, de que por meio do **convívio intenso e continuado num grupo organizado os vínculos afetivos e emocionais são tão ou mais significativos que aspectos cognitivos ou ideológicos na determinação do engajamento** (SILVA; RUSKWSKI, 2016).

Vale ressaltar que Rita foi morar na ocupação em decorrência do aumento gradual da intensidade de sua participação no movimento. Como dissemos, ela estava engajada numa luta iniciada pelo filho, mas que foi interiorizada por ela como uma luta que também lhe era própria. Ela **passou a frequentar as assembleias da ocupação diariamente e acabou sendo envolvida nas tarefas internas daquele grupo**. Envolveu-se, inicialmente, com os núcleos de autodefesa (no qual fazia as trilhas pelos acampamentos) e autossutensão (recolhendo doações para as acampadas e trabalhando na cozinha do setor do qual fazia parte). Gradativamente foi envolvendo-se em outros setores, chegando a ajudar na coordenação geral do acampamento, sendo responsável pelo controle da frequência dos participantes. Quando assumiu a coordenação do setor e percebeu que seria uma militante: "eu sabia que ia me tornar militante".

No começo eu passei a frequentar as assembleias, daí comecei a ajudar numa coisa e outra. Por causa da doceria eu conhecia muita

gente e fui conseguindo doação. Eu guardava tudo lá, depois ia carregada de coisas pra ocupação. Fui ajudando a organizar as doações pra cozinha, fui entendendo o que mais precisa e quando fui ver já tava fazendo cadastro, recebendo os sem-teto. Daí fui ficando mais tempo na ocupação. Quando fui ver já tava passando o dia inteiro lá. Ficava até tarde pra ajudar na trilha na noite. Voltava tarde pra casa. Daí dormi uma vez no barracão, depois dormi outra, daí já tava indo pra casa só pra tomar banho. [...] Assumi a coordenação de um grupo, fui entendendo melhor como as coisas funcionavam, comecei a ajudar a Dora [coordenadora da ocupação]. Aí um dia a Dora chegou pra mim e disse que ia pra outra ocupação, que ela ia começar uma ocupação nova e perguntou se eu não queria tocar a ocupação ali. Fiquei uma coisa assim, muito orgulhosa, nem sei me expressar. Daí eu já tava envolvida naquilo tudo, coordenei a assembleia e fui ficando, ficando. Aí quando a gente teve a conquista da vitória lá na ocupação, a gente conquistou o terreno e o terreno foi uma vitória nossa, que o nome do bairro lá vai se chamar Vitória, aí eu já fui tocar outra ocupação. Agora meu negócio no movimento é tocar ocupação.

Como também vimos na trajetória anterior, as ocupações carecem de pessoas que possam ajudar na sua organização e sustentabilidade e todo aquele ou aquela que se predispor a ajudar receberá um conjunto de tarefas para realizar. Rita foi gradativamente passando mais tempo na ocupação e assumindo diversos compromissos que só puderam ser realizados em função do trabalho que tinha como comerciante e pela possibilidade de deixar sua doceria ao encargo de um de seus filhos. Desde o encontro com o MTST até assumir papel de liderança no movimento, **as etapas de seu engajamento não foram previamente planejadas e nem se tratavam do resultado de processos de formação contínuos e deliberados.** A reconfiguração do *habitus* primário em direção a formação de um *habitus* secundário associado às práticas de militância na ocupação, que aconteciam de modo inconsciente, foi conduzida pelos "ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas e que podem determinar as transformações duráveis do *habitus*" (BOURDIEU, 1983, p. 106).

Além das mudanças de comportamento no interior da ocupação (de uma participação pouco comprometida até a liderança de um acampamento) que Rita percebe como decorrentes de sua prática militante, ela **observa alterações de conduta também na esfera cotidiana e domiciliar fora da ocupação.** Ela disse que sempre foi muito tímida, que "tinha medo de falar" e lembra dos processos de formação pelos quais passou no acampamento, dentre eles, as "oficinas de timidez",

que visavam, com apoio de profissionais voluntários da área de comunicações, preparar militantes para falar em público e com a mídia: “eu não falava nada, hoje sou uma maritaca e me meto em tudo”. Além disso, **identifica competências e modalidades de ação no enfrentamento dos problemas, que não haviam sido incorporadas antes de seu ingresso no MTST** e que desenvolveu junto aos anos de atuação no movimento. Essa percepção pode operar como uma das recompensas de seu engajamento, justamente, diante da possibilidade que encontrou de responder e se opor às opressões de diferentes ordens (ANJOS, 2008; LEITE; DIMENSTEIN, 2010; SAWICKI; SIMÉANT, 2011).

Eu era submissa ao trabalho, submissa a casa e submissa, muitas vezes, também ao marido. Submissa muito a todo mundo. Aí é desse movimento que a gente aprende a não ser submissa a ninguém, a nada. Teve uma vez que eu fui no médico, esse hospital nem existe mais, hospital Piratininga, assim, era o hospital da região. As moças trabalhavam muito, faziam mais de mil fichas por dia e os médicos já estavam estourados mesmo, cansados. Uns [pessoas que aguardavam atendimento] reclamavam e iam lá dentro. Daí o enfermeiro foi lá e reclamou de uma paciente que estava de saco cheio de esperar. Daí quando eu entrei ele achou que fui [que reclamei] e dei uma bronca. Meu filho, não sei responder não fui eu. Eu tinha medo de falar. Daí hoje em dia você vai no hospital, quando está demorando, que está ultrapassando [o tempo de espera], você vai lá e você sabe falar. Você luta. Você vê algo de errado com alguém e você consegue falar, brigar. Você sabe brigar onde você for. Se alguém falar besteira, você vai brigar. A gente sabe como se defender. Tudo a gente aprende a se defender. Então, a gente aprende a não ser submissa a nada, a emprego, a casa, a filho, a marido. A gente aprende saber que a gente é dono da gente mesmo e eu digo igual pra minhas companheiras: não seja submissa a ninguém.

O objetivo de Rita de conquistar juntamente com seu filho uma moradia digna para ele foi realizado. Em 2014, como resultado da luta coletiva no movimento, seu filho foi contemplado com um apartamento no Conjunto Habitacional João Cândido. Contudo, Rita permanece na luta dos sem-teto, em partes, porque seu outro filho, recém casado, ingressou para o MTST para também constituir uma habitação unifamiliar. Além disso, Rita **se considera ainda uma sem-teto**, pois interiorizou, segundo as próprias definições do movimento, que os sem-teto não são apenas aqueles que não têm uma moradia, mas todos aqueles que vivem em condições precárias de moradia, seja relacionadas diretamente à casa ou à sua localidade

distante do acesso aos direitos à saúde, à educação, à cultura e ao lazer. Ela **assumiu uma identidade militante que "constitui-se, sobretudo, pelo pertencimento: o sentir-se parte e integrar um determinado coletivo"** (NAUJORKS; SILVA, 2016, p. 144):

Meu filho foi contemplado com a luta dele no Jardim Saleté [no município de Taboão da Serra] e já tem o apartamento dele com a luta. Foi com muita luta. Então na hora que ele pegou a chave eu chorava, porque eu sei que foi muita luta. Foi uma coisa! O movimento existe na vida da gente mesmo. Então, um filho meu não vai ser sem-teto, mas eu continuo, mas meu filho não. Aquela emoção de saber que tudo aquilo valeu a pena, que vai chegar a vez de cada companheira, de cada companheiro.

A permanência do engajamento depende também da possibilidade de construção de uma identidade coletiva, nesse caso, o que podemos chamar de uma identidade militante, que se constitui em relação aos os processos coletivos de pertencimento e das possibilidades da ação coletiva. Essa identidade trata-se também de um fenômeno individual na medida em que pressupõe um autorreconhecimento realizado pelo indivíduo. No mesmo sentido, depende do grau de exposição dos indivíduos a certos recursos (cognitivos e relacionais) que encontram nos processos interativos, ou seja, **depende das oportunidades individuais de participação e pertencimento ao grupo**. Uma vez que os indivíduos encontram uma estrutura interativa num grupo político passam a ser capazes de redefinir suas percepções sobre a sociedade da qual pertencem, inclusive sobre questões políticas, o que tende a reforçar uma identidade militante (MELUCCI, 1994; NAUJORKS; SILVA, 2016; SILVA; RUSKWSKI, 2016).

Rita afirma que não pretende abandonar a luta do movimento, pois como ela diz, "a gente pega a dor do companheiro e vai brigar por ele". Se inicialmente sua militância voltava-se para a conquista de uma casa própria ainda que para seu filho e não para si própria, agora almeja transformações mais profundas na sociedade:

Acredito na igualdade, eu bato no peito e falo: 'eu acredito'. Pode ser que meus filhos, meus netos ainda não vejam isso, mas vão dizer 'a nossa mãe foi uma revolucionária, a nossa vó foi uma revolucionária', então isso que faz a gente lutar cada vez mais, pra que nossos filhos, nossos netos tenham orgulho dos pais, dos avós. Essa igualdade está longe, mas eu acredito. Igualdade de fazer sem preconceito, igualdade

de ter uma escola melhor, uma escola igual ao de um rico. Da periferia ter a liberdade de entrar num shopping sem ser olhado desconfiado, de um negro passar na rua e outro dá um olhar, de um homossexual passar na rua e o outro olhar de rabinho. Isso aí dói muito! A gente vê, hoje mesmo presenciei uma cena dentro do ônibus e aquilo choca, a gente fala: *'oxi, pessoas da periferia, pessoa nossa, receber preconceito dentro da periferia'*. Então a igualdade que eu acredito... você sentar do lado do Presidente da República e ele me respeitar, não com falsidade ou querendo o seu voto, tendo você como companheiro, assim como nós quer a outra pessoa, como companheira é isso que aprendi na militação.

Rita percebe que a falta de respeito ou o preconceito que marcam a organização da nossa sociedade também é refletida dentro dos acampamentos. Para ela, a superação dessas questões depende de um trabalho constante e gradual, que precisa ser realizado com cautela para evitar magoar as pessoas e manter o clima de afetividade na ocupação. Ela encara esse trabalho como uma espécie de formação política, que vai introduzindo os militantes nas formas de agir e pensar do movimento:

A gente que está como coordenador, a gente é rígido, a gente corrige essas coisas [falta de respeito], mas depois vem logo um elogio. Então assim a gente vai corrigindo no dia a dia, ou na assembleia, ou no mutirão, ou em trilha, ou no dia a dia mesmo. A gente vai fazendo isso e acaba formando eles [os acampados], também porque, quando eles vão para uma ocupação, eles já têm mais paciência. Porque se eu falo quando estou lá na assembleia, ele vai sentir vergonha. Eu vejo alguma coisa errado e eu logo falo, mas com jeitinho para não deixar o companheiro chateado. A gente não gosta que ninguém saia magoado, é assim como se fosse uma formação política. É a gente de certa forma tem que plantar aquela sementinha, falar que ali na ocupação é diferente, que o movimento está ali é para ajudar, que o retorno que vai vir vai ser bom pra ele. Então essa sementinha se chama formação política. É preciso um trabalho de formiguinha pra mudar a mentalidade. Aí vem aquele companheiro, 'olha Tia Rita, eu vim falar com você, olha aquilo que você falou eu cheguei, conversei com a minha mulher, não vou fazer mais aquilo, a senhora abriu meus olhos'. Então isso é muito importante e a gente fica assim numa alegria, se sente assim tão importante. Você acaba se sentindo importante para conseguir abrir a mente do companheiro, da companheira. Então isso é maravilhoso na nossa militância, que na nossa organização, as mulheres, todas elas, tem esse poder do convencimento. A gente consegue convencer a cambada. Chego em casa e falo 'hoje fiz minha boa ação', a gente ensina eles como é que tem que ser tratado um acampado, uma acampada, que acampado ele tem que aprender lutar e ele vai lá e ajuda seu acampado.

O papel que Rita assume no processo de formação dos militantes preenche uma lacuna existente no MTST, que carece de processos formativos mais contínuos, sobretudo, em relação aos acampados. A adesão de um projeto de sociedade mais igualitária não é necessariamente garantido, apesar dos princípios do movimento se dirigirem para este sentido.

O modo apaixonado com que Rita fala de sua trajetória no MTST denota a centralidade que a militância alcançou em sua vida, alterando inclusive várias dimensões de suas dimensões para que ela permanecesse junto ao movimento.

Como vimos, a duração do engajamento, ou a permanência da luta coletiva, depende fundamentalmente da oportunidade que os indivíduos encontram, num sistema relacional de socialização, de intensificar ou desenvolver suas disposições para a militância e ao mesmo tempo em que possam se sentir recompensados em sua participação. Em grande parte, essas oportunidades referem-se a uma dimensão educativa multifacetada e inerente à militância que se dá no agrupamento de práticas e ações no contexto das ocupações, que buscam, implícita ou explicitamente, ampliar os conhecimentos de cada indivíduo acerca dos campos social, político, econômico e cultural, por meio da transmissão e aquisição de um conjunto de gestos, atitudes, relações, tarefas e métodos coordenados. Dito de outro modo, as disposições para a militância e suas retribuições emergem das aprendizagens de formas de organização e reivindicação de direitos no contexto das ocupações, onde os indivíduos podem se apropriar de determinados conhecimentos capazes de influir, em menor ou maior grau, nas suas categorias de percepção sobre si mesmos e da realidade social da qual participam. As interações nas ocupações produzem recursos motivacionais, cognitivos, afetivos, materiais e simbólicos que permitem a integração do grupo e favorecem a adoção de uma identidade militante legitimadora. Assim, o engajamento relaciona-se com as disposições socioculturais, com as interações sociais realizadas pelos indivíduos ao longo do tempo e pelos sentidos que atribuem à participação, capazes, inclusive de fazer com que os indivíduos se percebam como integrantes de um grupo social.

As disposições para militância que foram criadas ou intensificadas, quando confrontadas com uma conjuntura social específica, no caso na luta pelo direito ao acesso à moradia, podem ainda redundar em modalidades particulares de sua manutenção mesmo depois da conquista da casa, como veremos no próximo capítulo.

5. CAPÍTULO 4 – A CONTINUIDADE DO ENGAJAMENTO E A CONSERVAÇÃO DE PRÁTICAS MILITANTES

As fases do processo de engajamento das mulheres da pesquisa ao MTST dizem respeito, primeiro às motivações que as permitiram realizar um encontro com o movimento (primeira fase) e que, fundamentalmente, se funda na possibilidade de conquistar do direito à moradia por meio do ingresso em um grupo político organizado. Após esse encontro, as probabilidades de produzirem sentidos sobre sua participação nas ocupações são intensificadas, bem como a percepção das retribuições simbólicas, abrindo a possibilidade para que o engajamento se torne duradouro ou permanente (segunda fase). Por último, a terceira fase diz respeito à continuidade do engajamento após a conquista da moradia, ou seja, da consolidação do engajamento. Nesse sentido, no perguntamos por que algumas mulheres continuam no MTST depois de ter realizado o projeto da casa própria?

Como mostram os dados da pesquisa, a conquista do direito ao acesso à moradia digna por meio da mobilização coletiva exige uma longa duração no engajamento. Entre as quatro depoentes que conquistaram a casa, foram necessários nove anos de participação contínua no movimento. Nesse período, no contexto das ocupações, como acampadas em território ou nucleadas⁷⁵, essas mulheres tiveram a oportunidade de ampliar suas redes de sociabilidade dentro do movimento, além de assumir o compromisso com diferentes tarefas e atividades, não se limitando exclusivamente à participação em reuniões. As ações que configuram a militância no MTST estão conectadas aos modos de organização das ocupações, desde o controle da presença até a construção de um “barraco” (seja como moradia simbólica ou como moradia provisória), envolvendo a participação em momentos específicos de formação, em marchas e manifestações, elaborando e/ ou distribuindo folhetos

⁷⁵ Os acampados em território referem-se aos militantes que estão vinculados aos acampamentos em território, ou seja, fixadas nos terrenos ocupados pelos sem-teto onde constroem seus barracos. Após o período de ocupação no território, na medida em que suas reivindicações são atendidas, os acampados passam a integrar os chamados acampamentos nucleados, ou seja, deixam o território, mas continuam articulados e engajados sob a coordenação do acampamento de origem, quem está nessa condição é designado como acampados nucleados.

informativos, confeccionado faixas e cartazes ou participando nas assembleias e nos debates promovidos diariamente pelo movimento.

Toda essa vivência na luta por moradia permite com diferentes nuances e intensidades a aquisição, interiorização e reconfiguração das disposições para o engajamento e prática militante, na medida em as oportunidades educativas, sobretudo informais nos processos de resocialização internos ao MTST, são ampliadas na e pela militância. A permanência na luta parece ter sido capaz de produzir efeitos sobre as categorias de percepção do mundo dessas mulheres e de favorecer a consolidação de novas redes de solidariedade e princípios de vida comunitária. Nessa perspectiva, a luta coletiva como única alternativa de enfrentamento das desigualdades, permitiu uma conversão, um “segundo nascimento”, uma reconciliação das mulheres da pesquisa consigo mesmas (PUDAL, 2009). Entre elas, a duração da permanência na luta coletiva foi capaz de induzir a formação de uma identidade militante, que em menor ou maior grau, possibilitava a reestruturação de seus modos de vida para permanecerem junto ao movimento (NAUJORKS; SILVA, 2016). Fenômeno que pudemos observar ainda depois da conquista da casa. Contudo, é preciso considerar que o mesmo não acontece com o conjunto das pessoas que viveram situação parecida. O momento da entrega das chaves do apartamento, sem dúvida, foi o coroamento da luta coletiva e precisamos considerar que depois de se conquistar a casa muitos queiram fechar suas portas, ter uma vida privada, um descanso, o que não significa falta de envolvimento ou descompromisso com o movimento. Entretanto, as quatro depoentes que entrevistamos e que conquistaram a casa continuam engajadas. Evidentemente esse engajamento é caracterizado por práticas menos intensas.

Neste capítulo lançaremos mão de duas trajetórias que podem ser emblemáticas das possibilidades de conservação e consolidação de práticas militantes no contexto do MTST. A primeira delas (Carla) foi escolhida em função de sua maior intensidade de participação nas ações do movimento, sobretudo, em relação ao apoio dado na constituição e consolidação de novas ocupações. A segunda, diz respeito a uma mulher (Rosa), que afirma que continuará pelo “resto da vida” junto ao movimento.

5.1. Carla: “Eles são minha família. Não acho justo virar as costas”

A entrevista ocorreu na tarde de um sábado nublado no apartamento da Carla, um lar construído pelo resultado de sua luta ao longo de dez anos de militância no MTST. Um apartamento amplo, com três dormitórios, sala para dois ambientes, cozinha tipo americana e sacada no Conjunto Habitacional João Cândido⁷⁶, a primeira grande conquista habitacional do movimento em São Paulo. Sentados no sofá, durante três agradáveis horas, conversamos como se nos conhecêssemos há tempos. Ao lembrar-se de situações difíceis pelas quais passou quando criança e adolescente, Carla chorou algumas vezes e riu tantas outras ao contar suas experiências junto ao movimento. Um relato claro e temporalmente linear fez emergir fragmentos de uma trajetória marcada por rupturas e “descaminhos”, que aos poucos passou a ser alinhavada pela experiência da coletividade, que conferiram novos sentidos para vida. Vale reconhecer que contar sua trajetória, como fez todas as depoentes da pesquisa, é em si um ato de militância na medida em que essas mulheres tornam público um conjunto de violências privadas. Não é apenas o que elas falam, mas a legitimidade do lugar que falam. Numa sociedade onde as mulheres são vistas como representantes de um lugar deslegitimado de anúncio, tornar públicas suas histórias de vida pode também ser compreendido como um ato político.

Carla nasceu em 1982, na cidade de Nova Canaã, Bahia. Sua mãe, trabalhadora rural analfabeta, criou seus cinco filhos sem ajuda do marido que os abandonou quando Carla ainda era criança, “nunca conheci meu pai”, lamentou. Apesar da mãe nunca ter frequentado a escola, exigia a frequência escolar dos filhos: “quando não ia pra escola a gente tomava um coro”, o que indica a valorização e esforço da mãe para garantir a escolarização dos filhos (BATISTA; CARVALHO-SILVA,

⁷⁶ O Conjunto Habitacional João Cândido, nomeado em homenagem ao marinheiro negro, líder da Revolta da Chibata, em 1910, foi articulado entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento Sem Teto de Taboão da Serra (MST-Taboão). É um resultado das ocupações Chico Mendes, iniciada em 2005, e João Cândido, de 2007. Constitui-se em um condomínio de prédios, num total de 1080 unidades habitacionais, localizado no bairro do Jardim Salete, à margem da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), no município de Taboão da Serra, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

2013; CARVALHO-SILVA, BATISTA, ALVES, 2014). Ainda que não soubesse dar maiores explicações sobre o acontecimento, Carla relatou que a história de sua família foi marcada por uma tragédia: o sequestro de um dos seus irmãos, que foi “roubado” e nunca encontrado novamente pela família, o que resultou no alcoolismo de sua mãe.

Convidados por um tio que morava na periferia da zona sul de São Paulo, aos seis anos de idade, em 1988, sua família para se mudou para “um cômodo e banheiro” nos fundos da casa do tio. Os seus irmãos mais velhos, um rapaz de 18 anos e uma moça de 20, na ocasião, quando chegaram na capital paulista conseguiram empregos em casas, onde passaram a também residir, se afastando da família. Mesmo após a migração, o alcoolismo de sua mãe resultou numa série de conflitos familiares, inclusive com situações que envolviam violência física entre o tio e a mãe. Carla, sua mãe e seu irmão de sete anos foram, então, expulsos da casa em que moravam. Sem destino certo, “invadiram” o vestiário de um campo de futebol abandonado no bairro do Butantã, zona oeste da capital: “me lembro como hoje, minha mãe capinou, arrumou tudo e falou pra gente ‘nós agora vamos morar aqui’”. Viviam nesse local sem energia elétrica, sem água e dependiam da ajuda dos moradores que se solidarizavam com a situação familiar. Sua mãe “lavava roupas pra fora” e por não ter se livrado do alcoolismo perambulava “de bar em bar”.

Certa vez, sua mãe saiu de casa e sem razão aparente não voltou. Depois de três dias, os irmãos com a ajuda do tio descobriram que ela havia sido atropelada no bairro de Pinheiros e veio a falecer. Carla tinha 10 anos na ocasião e viveu a partir de então uma situação de total desamparo. Disse ter, abandonado a escola, pois não havia quem pudesse assinar sua matrícula. Emocionou-se muito ao contar essa história e lembrou que a mãe “era uma pessoa muito linda, muito guerreira. Não tinha nada, mas tinha um bom coração”. Sem a mãe e sem apoio de outros familiares, continuou a morar no vestiário com o irmão até completar 14 anos de idade. Viviam de doações, de restos de alimentos que encontravam na feira e de “bicos” que faziam: seu irmão vendia caldo de cana como empregado informal e ela passava roupas nas casas de alguns vizinhos. Ficou grávida ainda aos 14 anos, pois segundo ela, foi “ficando mais madura e os caras aproveitavam. Não tinha mãe, não tinha pai, daí eles vinham: ‘– deixa eu pegar nos seus peitinhos’”. Essa é uma triste realidade ainda de muitas crianças no País, os números são alarmantes, segundo dados do Ministério da

Saúde de 2018, que consideram como violência sexual os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, 57% das vítimas de abuso que chegaram a efetuar atendimento no SUS, em 2017, são crianças entre 0 e 14 anos, a maioria (74%) são do sexo feminino e entre elas 61% são não brancas.

O pai de seu primeiro filho é desconhecido, pois Carla não sabe, entre os parceiros que teve na ocasião, quem seria o genitor. Após ganhar o bebê foi procurar o tio que lhe deu abrigo durante o período de 30 dias. Depois desse período, ela e a criança passaram a morar na casa de uma “conhecida”, numa favela no Jardim Jaqueline, na zona Sul de São Paulo, onde limpava, cozinhava e cuidava das crianças “em troca de um prato de comida e uma dormida”, já que sua colega não dispunha de condições financeiras para pagar-lhe pelos serviços, numa relação de troca de favores. Após seis meses nessa situação, foi convidada a morar com os patrões de um de seus irmãos mais velhos, sob a condição de que encontrasse um trabalho. Acreditou que essa seria uma excelente oportunidade, mas por não ter acesso a uma creche onde pudesse deixar o filho enquanto trabalhava não conseguiu usufruir de nenhuma chance de emprego. A falta de creches é um dos grandes desafios ainda a serem superados no Brasil, a escassez de sua oferta afeta as chances de sobrevivência de milhões de famílias, sobretudo de mulheres, segundo dados do IBGE, 2017, apenas 1,4 milhão de crianças com menos de quatro anos, equivalente a 16% dessa população, permanecia sob os cuidados oferecidos em creches, 78% das crianças ficavam no domicílio em que residem e 6% em outro domicílio. Dentre a população que cuida das crianças em casa, 62% das famílias afirma ter interesse ou necessidade de colocar os filhos na creche.

Diante da indisponibilidade de creches, Carla procurou o Conselho Tutelar na expectativa de encontrar auxílio, mas acabou tendo o filho enviado para um internato. Por não conseguir cumprir o acordo de arrumar emprego foi expulsa da casa em que morava e voltou a procurar ajuda da amiga que outrora a acolheu. Talvez em referência a mãe, nesse momento, fez questão de lembrar: “eu sofri muito, mas nunca bebi”. Na casa da amiga envolveu-se, sem saber, com um homem casado, engravidou e teve seu segundo filho. Ainda na maternidade foi informada pela assistência social do hospital que não poderia levar a criança para casa, pois não possuiria condições de criá-la. Carla foi encaminhada para uma “casa de passagem” no bairro de

Pinheiros, onde viveu até sua filha completar seis meses, prazo máximo de hospedagem nesse espaço. Ela foi então encaminhada para “um abrigo de freiras” no bairro de Santana, na zona norte e sua filha conduzida para adoção. Como uma das mais velhas do abrigo “era tratada como uma empregada”, movida por sentimento de revolta expressou sua indignação:

Eu sou pobre, mas não vou comer essa lavagem de porco que vocês faz a gente comer. Eu sempre bocuda. ‘Vocês tão pensando o que? Quando chega lá fora quer mostrar que tudo é bonitinho. Vou contar tudo no fórum, que vocês batem em criança. A partir de hoje eu não faço mais nada do que vocês mandam a gente fazer.

As freiras consideraram que Carla “estava descumprindo as regras”, a ameaçaram de expulsão e a castigaram: “a freira disse, ‘então você vai passar o dia inteiro lá fora de pé sem comer nem nada’. Eu passei o dia inteiro e a noite lá. Elas disseram para eu entrar e lavar a louça e eu não voltei”. Ela foi levada para uma audiência no Juizado de Menores e encaminhada para outro abrigo no bairro do Tatuapé, zona leste. No novo endereço, recebia, aos finais de semana, certa quantia em dinheiro para visitar os familiares, contudo, Carla ia para casa de uma amiga, pois “não sentia aquele amor de família”. Em um dos finais de semana, ela saiu do abrigo e nunca mais voltou. Tinha 17 anos na ocasião. Procurou o Juizado de Menores para reaver a guarda de seus filhos. Seria necessária a assinatura de um termo de compromisso de sua irmã mais velha para que o juiz concedesse a guarda das crianças à mãe. Carla fez a solicitação para a irmã que se negou a comparecer ao juizado, pois dizia que não “iria ajudar vagabunda nenhuma”. Os dois primeiros filhos de Carla foram conduzidos para adoção. Pouco tempo depois, conheceu outro homem com quem teve um relacionamento, novamente sem saber que era casado e com família constituída no estado da Bahia. Teve com ele seu terceiro filho, que permaneceu com a mãe. Entretanto, a esposa na Bahia descobriu o caso e Carla foi abandonada pelo namorado, que voltou para a cidade natal.

Em um novo relacionamento teve a esperança de estabelecer uma família. Ajudou o namorado a construir uma casa: “ajudei a construir a casa dele do chão! Carregava areia, cimento, pra quando ele chegar do trabalho tá tudo pronto”. Engravidou de seu quarto filho, porém o pai da criança sugeriu que ela fizesse um aborto: “te dou dez reais pra você comprar um citotec [abortivo]”, disse ele. Ela

recusou-se a abortar e foi morar na casa da amiga que tantas vezes a acolheu “num barraco de madeira no Jardim Jaqueline [...] Sou muito grata a ela, se eu pudesse eu ajudava ela hoje”. Com o nascimento de sua filha, Carla considerou que “já tinha juízo, já tinha me tornado mulher”. Arrumou um trabalho de faxineira e foi morar com a irmã no município de Taboão da Serra (RMSP), com quem tinha conflitos diários. Trabalhava em Itaquera, periferia da zona Leste, saía de casa às três horas da manhã para entrar às sete no emprego. A rotina era muito difícil, mas “eu já tava mais madura, trabalhando, planejando as coisas”. Numa noite furtiva de lazer, engravidou de seu quinto filho, quando, por essa razão, sua irmã a colocou para fora de casa: “foi a primeira vez que agarramos uma na outra de mão, daí ela falou ‘pega suas pestinhas e vai pra rua’. Foi aí que surgiu o MTST na minha vida”.

Carla foi aconselhada por uma vizinha, uma senhora idosa que participava das primeiras assembleias num novo acampamento do MTST, em Taboão da Serra, em 2004: “vamos menina, é bom pra você, você tem filhos, assim vai ser mais melhor pra você entrar”, sugeriu a vizinha, convidando Carla para conhecer o acampamento Chico Mendes. Já na primeira visita, Carla viu no acampamento uma chance de ter um lugar para onde ir. Pegou seus poucos pertences na casa da irmã e lhe disse: “tô saindo da sua casa e não volto nunca mais”,

Cheguei no acampamento com minhas coisas e meus filhos e fiz meu barraco [...]. Dormia no chão com um tapete, depois fiz uma cama com uns paus lá. Minhas filhas lá comigo e eu grávida do Luan [...]. Comecei a conhecer o pessoal do acampamento e entrei pra coordenação do setor [...]. Eles foram minha família pra tudo. Até hoje! Enfrentei com eles sol, chuva, polícia, spray de pimenta. E grávida! Só nunca levei uma borrachada [da polícia], mas joguei pedra e tudo. Eu sou uma mulher muito guerreira! O que eu passei, a minha história pra eu chegar até aqui.

O encontro de Carla com o MTST por meio de uma ocupação de terreno, como em outros casos, antes de ser uma adesão consciente a uma luta coletiva ou resultado de uma avaliação que o movimento se configurava como única chance de acesso à moradia, se deu pela motivação imediata de ter um lugar para ficar, de ser acolhida diante de suas impossibilidades de sobrevivência. Esse encontro foi capaz de proporcionar uma perspectiva de presente. Ao relatar sua história de engajamento como o MTST, Carla muda de postura corporal: se antes falava com certa timidez,

cabeça baixa, muitas vezes chorando ao lembrar-se das dificuldades e “humilhações” pelas quais passou, ao falar de sua experiência no acampamento demonstra alegria, sorri com frequência e lembra-se de momentos felizes. Sugerindo em retrospecto **a experiência da "felicidade militante" resultante de um processo de encontro consigo mesma** (PUDAL, 2009). Ao longo da entrevista, é possível entender as razões de sua alegria: tinha encontrado “uma família” com a qual se sentia confiante e um sentido para sua vida alimentado pela recusa de algo que ouviu na infância: “quando minha mãe morreu todo mundo dizia que meu irmão ia ser vagabundo e eu prostituta”.

No interior do acampamento Carla fez amigos. Muitos ainda são bem próximos e compartilham com ela sonhos e angústias, “no movimento tinha cuidado de mãe e filho. Era coisa pura, de amor mesmo. Se um comia, todo mundo comia, se tomava chuva, todo mundo tomava chuva”. Ela **amplificou seus vínculos de afeto na ocupação, por meio do alongamento de suas redes interpessoais de modo que se tornou possível atribuir sentidos a sua própria experiência e condições de existência** (SILVA; RUSKWSKI, 2016). Com essas pessoas participou de cursos de formação que considera de grande valor para vida: “o movimento ensina muito para quem quer aprender. Me ensinou a lidar com patrão, porque antes o patrão falava e a gente chorava. Tenho até hoje as cartilhas tudo aí guardado”. Carla, identifica competências e modalidades de ação no enfrentamento dos problemas, que não haviam sido incorporadas antes de seu ingresso no MTST e que desenvolveu junto aos anos de atuação no movimento. Essa percepção pode operar como uma das recompensas de seu engajamento, justamente, diante da possibilidade que encontrou de responder e se opor às opressões de diferentes ordens (ANJOS, 2008; LEITE; DIMENSTEIN, 2010; SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Contudo, faz uma importante avaliação de que as aprendizagens adquiridas não acontecem diante uma postura passiva, pois é preciso uma atitude ativa para incorporá-las (“o movimento ensina para quem quer aprender”), no mesmo sentido, sua avaliação sugere a existência de indivíduos que não expressam em seus comportamentos e gestos as aprendizagens adquiridas ainda que participassem das ações do movimento (LEITE; DIMENSTEIN, 2010; NAUJORKS; SILVA, 2016; MELUCCI, 2001; SILVA; RUSKWSKI, 2016).

O processo de formação de Carla como acampada em território durou seis meses. Com as conquistas de parte das reivindicações do movimento, ela foi

priorizada no recebimento do auxílio aluguel: “fui a primeira a alugar uma casa. Aluguei a casa, mas passei [mais] um mês no acampamento”. No acampamento, como disse, não se sentia sozinha (“era minha família”). Mudou-se para nova casa, em Taboão da Serra, sua primeira depois daquela que deixou na Bahia aos seis anos de idade. Não tinha móveis, apenas uma sacola de roupas. As fraldas do filho recém-nascido eram improvisadas: “uma camiseta com um saco de supermercado”. A mamadeira “fubá com açúcar”. Apesar da bolsa aluguel, sem emprego,

não tinha o que comer e os companheiros montavam uma cesta pra mim. Eles me ajudaram muito, muito, muito mesmo. Eles foram minha família em tudo. No movimento minha vida foi ficando bem melhor [...]. A gente não pode mentir, a prefeitura pagou o aluguel, ajudou muito até sair esses apartamentos [...]. Tem hora que eu olho assim e tô no paraíso.

Os diferentes apoios, pessoais e financeiros, que Carla recebeu, além de terem sido uma retribuição objetiva de seu engajamento, foram fundamentais para que ela pudesse mudar os rumos de sua vida. Com endereço fixo e ajuda de companheiras que contribuíam com o cuidado das crianças enquanto trabalhava, conseguiu um emprego com carteira registrada:

Tinha um bom salário, ganhava R\$1200,00 (mil e duzentos reais). Fui comprando minhas coisinhas, os móveis. [...] Faltando um mês pra receber as chaves [daqui] fui despedida. A empresa faliu. Perdi de um lado, mas ganhei de outro. No dia 20 de dezembro de 2014 recebi a chave do meu apartamento! [...] Com o seguro desemprego fui pagando as primeiras prestações. [...] Agora arrumei um trabalho de cozinheira numa casa no Morumbi. Não deixo faltar nada pros meus filhos. Na busca que eu tô, eu não tô pensando o hoje, tô pensando o amanhã. Se eu morrer hoje, morro feliz, porque meus filhos tem onde dormir. Eu sou mãe, me preocupo com meus filhos. As mulheres tem que ser mais guerreiras, mas linha de frente. O homem, não que ele não ajude. Porque a mulher, a situação da gente que é mãe é mais ainda aquela ansiedade, aquele alvoroço de ter as coisas. Porque o homem, às vezes, ele só fala mesmo que é pai, mas não tem aquela atitude da gente que é mãe, de falar assim: 'meu filho não vai dormir na rua, meu filho não vai passar fome, meu filho não vai passar frio'. Então a mulher tem mais força de lutar! É tanto que você vê hoje nos ônibus, a maioria é mulher que vai enfrentar o mundão aí quatro, cinco horas da manhã. É pouco os homem que a gente encontra dentro do ônibus pra trabalhar! Mesmo no movimento, a maioria é mulher no MTST, se você for fazer um balanço geral, vai ser mil mulher contra quinhentos homem!

O relato de Carla revela a importância da moradia nas possibilidades e limites da reprodução social. O endereço fixo contribuiu para que ela pudesse arrumar um emprego formal. Além disso, as emergências do presente cederam espaço para perspectivas de futura ("não tô pensando hoje, tô pensando o amanhã).

Durante os nove anos em que Carla esteve engajada no MTST, antes da conquista de sua casa própria, esteve envolvida em diferentes núcleos. Como acampada nucleada ajudou na constituição de novos acampamentos e foi responsável, já como coordenadora, nos processos de formação:

Me tornei uma boa referência no movimento. Dirigia as reuniões de núcleo. Fazia reunião na Apeoesp⁷⁷ [espaço concedido para reuniões de formação], o Guilherme [Boulos] passava as informações e eu ia lá no bairro passar as informações [...]. Participava das noites durante a greve de fome⁷⁸. A greve de fome foi o que veio fazer o bolsa aluguel. Eu tava lá, na linha de frente. Chegava do serviço e ia direto pras marchas. Nada vem sem luta. Viajei pra Brasília, pra Minas. Participei de congressos.

Carla pode experimentar em seu engajamento o acesso a diferentes informações, a ampliação de seu capital social e, acima de tudo, o reconhecimento da comunidade como uma liderança. Ao mesmo tempo em que percebia esse reconhecimento como uma das retribuições de seu engajamento, não medindo esforços para continuar atuante ("chegava do serviço e ia direto pras marchas"), ela identifica obstáculos concretos de atuação, entre eles, a falta de recursos financeiros, a dificuldade de se conciliar trabalho e militância e o volume de responsabilidades atribuídas a alguns tipos de participação. Assim, Carla lamenta por não ter "ajudado"

⁷⁷ Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

⁷⁸ Em 19 de dezembro de 2005 sete militantes do MTST iniciaram uma greve de fome, em frente ao apartamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Bernardo. A greve constituiu-se num ato político do movimento contra uma liminar da Justiça que determinou o despejo do acampamento "Chico Mendes", em Taboão da Serra, onde estariam acampadas cerca de mil famílias desde o início de outubro de 2005. Os militantes reivindicavam a desapropriação do terreno ocupado pelas famílias para a construção de habitação popular, financiamento habitacional, além de uma reunião com representantes dos governos federal, estadual e municipal. Simultaneamente os militantes fizeram uma ocupação em frente à Prefeitura de Taboão da Serra. As manifestações foram encerradas em 23 de dezembro de 2005, quando a Secretaria Nacional de Habitação anunciou a assinatura de um termo que disponibiliza investimentos do governo federal para atender as demandas do movimento.

o quanto queria, pois:

O movimento não tem estrutura para gente de dinheiro. A gente não pode viver só de fala. Comecei a trabalhar, tinha que dar de comer pros meus filhos. Precisei sair da coordenação. É muita responsabilidade. Às vezes o movimento cobra a presença, mas nem sempre as pessoas têm estrutura [financeira].

Apesar de ter conquistado sua casa, diferente do que aconteceu com a maioria dos militantes de seu grupo, conforme informações das lideranças do movimento, Carla ainda participa de algumas assembleias de coordenação no Casarão, sede do MTST, de marchas e manifestações: “eu fico com vontade de ir pra luta. Eles são minha família. Não acho justo virar as costas”, expressando um **sentimento de dívida com o movimento** que pode ser mais um elemento explicativo da continuidade no engajamento após conquista da casa. Contudo, a interiorização de uma identidade militante faz com que ela se sinta parte e representante de um grupo maior de modo que essa identidade extrapole o contexto de participação no movimento. Uma vez que os indivíduos encontram uma estrutura interativa num grupo político passam a ser capazes de redefinir suas percepções sobre a sociedade da qual pertencem, inclusive sobre questões políticas, o que tende a reforçar uma identidade militante (MELUCCI, 1994; NAUJORKS; SILVA, 2016; SILVA; RUSKWSKI, 2016). Carla ao defender o movimento, seus representantes e a si própria realiza em sua fala um comportamento militante carregado de sentidos e percepções que a inserem num lugar no mundo e que construiu no seu engajamento:

Às vezes arrumo briga dentro do ônibus, porque tem gente quando tem marcha, tem luta do movimento aí fala: ‘esse monte de desocupado, de vagabundos, ficam fechando o trânsito, a gente cansado!’ Aí já cheguei brigar mesmo de falar assim: ‘monte de vagabundo não, porque eu sou uma delas, do meio deles, sou trabalhadora também e tô aqui no meio de vocês, que tá vindo do serviço, mas hoje eu agradeço a esse monte de vagabundo que vocês falam aí, por isso que eu tenho um teto hoje! Porque se eu dependesse do governo ou de qualquer coisa, nem com o salário que a gente ganha, sendo humilhado, a gente não consegue uma casa! E eles num tão aí só por casa, lutam por vocês que tão aqui em pé dentro do ônibus, vocês que tão no posto de saúde procurando uma consulta e não tem e por uma escola melhor pros seus filhos! E vocês nem imaginam, né? que esse benefício não é só pra eles que tá lá, é pra vocês que tão aqui também!’.

Quando questionada sobre o que de mais significativo aprendeu durante sua trajetória no movimento Carla diz: “a honestidade. O mais importante do mundo foi a honestidade”. De posse de sua casa faz planos para o futuro: “quero voltar a estudar, posso voltar um dia. Se consegui tudo isso, por que não vou conseguir estudar? Vida mais amarga que a minha não teve, mas eu consegui adoçar”.

5.2. Rosa: “Eu vou continuar sempre no apoio. Até o fim da minha vida”

Rosa nasceu em São Paulo em 1959. Filha de pai pedreiro, natural da Bahia e mãe diarista, natural de Minas Gerais, tem seis irmãos, nascidos entre os anos de 1955 e 1982, todos em São Paulo, onde passaram a maior parte de suas vidas morando em situação precária, numa ocupação irregular na periferia da zona Sul da cidade. Sua mãe, que nunca frequentou a escola, foi abandonada pelo marido quando os filhos ainda eram pequenos. A configuração de uma família monoparental feminina extensa agravaram a situação de vulnerabilidade em que se encontravam, que se evidenciava, sobretudo, na incapacidade de gerar renda suficiente para ter acesso aos recursos básicos como: educação, saúde, alimentação e moradia. As duras condições de vida da família exigiram que Rosa ajudasse no cuidado diário de seus irmãos, implicando, inclusive, na necessidade de que ela abandonasse a escola antes de concluir sexta série do ensino fundamental.

Meus irmãos tudo estudou. Eu tive que cuidar deles para ajudar minha mãe e não podia estudar. Eu olhava eles pra minha mãe trabalhar e eles estudarem. Eu não tinha tempo de ir para escola. Eu chorava que queria ir pra escola. [...] Meu pai largou da minha mãe e nós passou muita necessidade. Muita luta. Não passava fome, mas necessidade. Era um bocado [de comida] certinho para cada um comer. Eu contando quanto eu tinha que dar para cada um dos irmãos. Eu nunca esqueço disso. Não passava fome. Minha mãe era muito batalhadeira, trabalhou muito. Hoje em dia fico triste de ver ela assim doente⁷⁹.

⁷⁹ A mãe de Rosa tem 80 anos de idade e sofre de mal de Alzheimer. Atualmente reveza com os irmão

Em famílias vulneráveis, principalmente as monoparentais femininas, como demonstram também os dados da pesquisa, a pobreza pesa em suas condições de sobrevivência e capacidade de reprodução social. Vale dizer que esses arranjos familiares tem se configurado como fenômeno crescente na contemporaneidade da sociedade brasileira. Segundo dados do IBGE (2016) entre os anos de 1995 e 2015, a proporção de mulheres chefes de família aumentou significativamente, passando de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009 e 40,5% em 2015. Dessas, a maioria (49,4%) constituía famílias monoparentais femininas. Vale dizer que, apesar do grande aumento de famílias monoparentais femininas em nosso país, não foram criadas políticas sociais específicas para este segmento da população o que sugere que ainda estamos muito distantes de superar determinadas desigualdades, sobretudo que afetam mais brutalmente às mulheres. Os poucos avanços alcançados fazem referência aos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, que mesmo não sendo específico para a família monoparental feminina, tem na mulher seu público prioritário para receber e administrar o benefício familiar (SANTANA, 2014; GOMES; PEREIRA, 2005; COSTA; MARRA, 2013).

As experiências da condição de pobreza parecem contribuir para que Rosa tenha uma dada lembrança da infância marcada por grandes perdas, seja o abandono da figura paterna, a necessidade de abdicar dos estudos ou a própria perda do sentimento de ter tido infância: “pra falar a verdade, eu não tive infância”, lamentou. Tais lembranças, nesse sentido, revelam as marcas das duras condições de vida ao mesmo tempo em que, em retrospecto, falam de uma trajetória de aprendizagem de sobrevivência: se assinaladas por dificuldades de um lado, por outro, servem de inspiração à luta, sobretudo, em relação à determinação das mulheres em cuidar dos filhos, ainda que sem o apoio de outros familiares, pois segundo Rosa, “aprendi com minha mãe a lutar pela vida”. Vale dizer que a luta cotidiana dessas mulheres pela sobrevivência se contrapõe a uma possível percepção de passividade entre elas. Todas as depoentes manifestaram uma percepção de si como guerreiras desde sempre, todas travaram uma constante luta individual pela sobrevivência o que sugere certa predisposição, inclusive, para continuarem lutando por meio do engajamento

coletivo.

Para além das dificuldades financeiras e da frustração de não poder estudar, Rosa, assim como outras depoentes, atribui importante valor à educação familiar, na maioria das vezes avaliada como rígida, mas fonte de aprendizagem de princípios voltados para a honestidade e o trabalho honesto como um modo de vida a ser preservado. Essa camada da sociedade constituída pelos pobres honestos é justamente aquela que se sujeita ao trabalho intenso, quase escravo, muito pouco remunerado, já que é prisioneira da necessidade imediata de sobrevivência e dedica todos seus esforços para viver o presente o que nega qualquer perspectiva de futuro, mas que ao mesmo tempo busca dar conta do processo de transmissão dos princípios necessários a uma conduta moral que seja reconhecida (SOUZA, 2009; SARTI, 2011). Rosa demonstra interiorizar esses princípios e atribui sua atual perseverança ao exemplo de educação familiar que testemunhou em casa, essencialmente voltado para o trabalho:

Minha mãe ensinou nós muito bonito. Nunca ficar na casa dos outros. Nunca mexer nas coisas dos outros. Esse negócio eu tenho comigo até hoje. Não ficar nas portas da casa dos outros de conversinha. Se escutar uma coisa largar lá. Foi uma coisa muito bonita que ela me ensinou, pra nós tudo. Se nós chegava em casa e ‘mãe sabe o que fulano falou?’ ela batia na gente. Minha mãe era desse jeito. Bonito, né? Ensinou nós ser assim: se você vê uma coisa lá, larga lá. Não pôr a mão no que é dos outros, nem ficar na porta dos outros. Isso aí foi legal. Os irmãos são tudo assim, de cada um cuidar de sua vidinha, de trabalhar. Tudo trabalhador. Tudo que a gente tem a gente mesmo que compra. Corre e vai atrás. Correr sempre atrás daquilo que você precisa e nunca cruzar o braço. Ir a luta para você conseguir. Tudo que você vai a luta você consegue. Minha mãe ensinou pra nós.

Os conselhos ou exemplos recebidos na infância, a proteção dispensada pelos familiares em relação aos “perigos da rua”, local onde se tem contato “com o que não presta”, e o apreço pelo trabalho e a honestidade, parecem se configurar como fortes aprendizagens na vida de Rosa (BATISTA; CARVALHO-SILVA, 2013; CARVALHO-SILVA; BATISTA; ALVES, 2014; LAACHER, 1990; SARTI, 2011). Contudo, a frustração de não ter podido estudar e os consequentes obstáculos enfrentados por ela em função de sua baixa escolaridade, seja frente às dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou às atividades cotidianas de sua prática religiosa, parecem ter contribuído para sua alta

valorização aos estudos escolares:

Ensinei trabalhar para conseguir o que você quer. Primeiramente estudar, que eu acho que isso quer dizer muito. Porque eu bati minha cabeça lá atrás porque não pude estudar. A mulher que tiver um filho, ou um homem, tem que tacar na escola, estudar, estudar, para ir pra frente. Se você não tiver um bom estudo nesse mundo você não consegue muita coisa não.

Apesar de sua valorização aos estudos escolares, Rosa não foi capaz de concretizar um projeto de longa escolarização para os filhos. Seu filho mais velho, um rapaz de 38 anos de idade, fruto de seu primeiro casamento, é pintor e estudou somente até a quarta série do ensino fundamental, segundo ela:

Ele não gosta de estudar. Não puxou nós, a minha família. Todo mundo gosta de estudar em casa. Falo para todo mundo: 'vai estudar, vai fazer alguma coisa na vida, gente'. Vejo tanta gente de braço cruzado, tanta gente aqui nesses prédios que é assim, que não trabalha, não faz nada. Não sei como é que eles aguentam.

A mesma trajetória escolar, entretanto, não se repetiu com sua filha mais jovem, fruto de seu segundo relacionamento, uma moça de 29 anos, casada e mãe de uma menina de 7 anos, que concluiu o ensino médio e planeja o ingresso num curso superior. Parte da dificuldade em garantir o sucesso escolar de ambos os filhos é explicada pelas duras condições de vida a que a família esteve submetida. Rosa, logo após o nascimento do rapaz, se separou e passou a cuidar sozinha da criança. No mesmo período, em 1986, descobriu ser portadora de uma grave doença, sendo aposentada por invalidez. Embora tivesse problemas de saúde e uma aposentadoria por invalidez, devido às precárias condições de vida, ela nunca pode deixar de trabalhar. Trabalhou em linha de montagem, foi prensista, diarista e cuidadora de idosos e enfermos “na casa das madames”, sem gozar das garantias trabalhistas. Soma-se a isso o fato de que seu segundo marido, com quem teve sua filha, veio a falecer de tuberculose quando a menina ainda era criança, reproduzindo a situação de monoparentalidade feminina e suas consequência no agravamento da situação de vulnerabilidade:

Cuidava sozinha dos filhos. Pagava aluguel num quarto e cozinha. Uma luta minha vida foi. Passei muita necessidade, não me esqueço disso. Ainda bem que tenho só dois filhos na vida. Não fui tão burra

assim. Não foi escadinha. Tá vendo como minha cabeça é diferente? Tive um filho e daí já comecei a pensar que foi difícil.

É curioso notar que Rosa atribui o controle da natalidade que realizou como um ato de inteligência ("minha cabeça é diferente"), inclusive, buscando se diferenciar de outras mulheres do seu grupo social. Contudo, no Brasil as pesquisas sobre o controle da natalidade apontam que entre as mulheres de classes altas e médias esse controle se deve ao maior planejamento familiar e acesso a informações e métodos contraceptivos, enquanto entre as mulheres mais pobres, quando há controle da natalidade ele é resultante, de um lado, da necessidade de concreta de sobrevivência e, de outro, das políticas de saúde que exercem maior pressão sobre a fecundidade dos mais pobres. Nesses casos, o controle da natalidade não se refere a uma escolha, mas a uma imposição (GUERTECHIN, 1987).

Viúva de seu segundo marido, Rosa chegou a ter um terceiro relacionamento amoroso, que foi bastante breve. Moraram juntos por cerca de um ano na casa dela. O início dessa relação parecia promissor nas chances de se construir uma vida mais digna, sobretudo porque seu esposo passou a oferecer um apoio financeiro. Entretanto, a ingestão de bebidas alcoólicas promovia mudanças no comportamento dele ao ponto de manifestar atitudes violentas, que eram para Rosa inadmissíveis e motivaram a separação. Ao contrário de algumas depoentes, ela nunca chegou a ser agredida fisicamente, embora já tivesse sofrido ameaças concretas:

Deu certo, deu. Não deu, eu caio fora. Sou daquele tipo de mulher que é tudo ou nada. Eu não sou de ficar batendo na mesma tecla. Era um bom marido, não me deixava faltar nada, só que bebia e eu não gosto de pessoas assim. Se pusesse a mão em mim, era cabo de panela, o que viesse. Uma vez me pegou no braço. Taquei uma garrafa nele. Eu sou brava. Apanhar não! Cara que mãe beijou vagabundo nenhum põe a mão. Não sou essas mulher que apanha. As minhas irmãs é tudo igual a eu. Decidida, trabalhadeira. Só tem a Vânia que tem um marido que bebe. Não sei se ama o marido dela. Não sei o que é. Ele bebe e só xinga ela com palavrões. Misericórdia, eu não suporto ver essas coisas.

Desde 2000, continuamente, Rosa frequenta os cultos da igreja evangélica Assembleia de Deus, na qual desempenha, atualmente, a função de "obreira", ou seja, cumpre diferentes atividades desde realizar abertura de um culto até limpar a igreja, conforme lhe é solicitado pelos pastores, passando pela realização de visitas a

membros da igreja e pregação do evangelho para pessoas “que necessitam ouvir a palavra”. Foi na igreja também que Rosa reconfigurou parte dos sentidos atribuídos à escolarização, sobretudo no que diz respeito às capacidades leitoras e de comunicação. Seu trabalho mais recente como obreira na igreja exigia dela a leitura e interpretação de trechos da Bíblia, que eram compartilhados publicamente entre os fiéis:

É que eu sou obreira na igreja, aí na hora de ler os versículos, os capítulos, você tem que parar na vírgula, na pontuação. Então, nós tem que ter estudo pra conversar com as pessoas. Voltei a estudar. Meu sonho é ter o diploma.

Quanto o desejo de alongamento da escolarização, é curioso notar que Rosa o justifica mais em função do posto de liderança que ela assumiu recentemente na igreja do que de sua trajetória no MTST, no qual também assumiu funções de liderança. Esse fato sugere que determinadas atividades vinculadas à participação no movimento, ainda que em postos de liderança, demandam menos a posse de capitais escolares dos indivíduos do que certas atividades religiosas. Há dois anos, período que coincide com a conquista de sua moradia, Rosa ingressou num curso supletivo, sugerindo que a possibilidade de se ter uma casa pode ser capaz de ampliar as perspectivas de futuro e de investimentos, inclusive, na escolarização.

A religião exerce considerável influência sobre os modos de percepção que Rosa tem do mundo, de si e de sua trajetória. Em sua narrativa são comuns os agradecimentos a Deus, lembrado como o responsável por lhe dar forças para enfrentar os desafios. Embora a “obra de Deus” dê sentido às suas experiências, Rosa busca “separar” sua prática religiosa das demais práticas: “até hoje eu fico no meio de bandido, maloqueiro, crente, vagabundo, qualquer um. Eu sei separar religião, movimento, amizade e família. É tudo assim separadinho”. A igreja frequentada por Rosa não faz oposição a prática de militância comum ao MTST⁸⁰. Inclusive, durante

⁸⁰ Neiva, amiga de Ana, convertida há 10 anos, reconhece algumas contradições existentes nas igrejas evangélicas, sobretudo em relação as possibilidades de conciliação com a militância em movimentos de moradia, como revela seu depoimento: “você chega aqui e vai na igreja católica, começa a frequentar e depois você vê que não é aquilo que você queria e passa pra igreja evangélica. Você vai pela tua fé, entendeu? Aí eu pus isso na minha cabeça e fixei numa igreja, que é tudo minha família. Meu filho tá aí nessa igreja. Ele é pastor. Hoje ele queria conseguir uma casa pra ele, porque ele continua pagando aluguel. Aí eu quis conseguir uma pra ele, mas ele não quis, que ele é pastor e o pastor dos pastores, o chefe, o líder deles não aceitava isso. É que não pode pegar terra dos outros, entendeu? Aí ele me explicou: ‘a senhora vai me desculpar, mas eu tive uma conversa com o pastor e

os cultos, ela dava seu testemunho público, informado suas conquistas junto ao movimento o que pode indicar que suas atividades religiosas não parecem ter sido um empecilho na luta por moradia e que sua identidade militante podia ser reconhecida inclusive na igreja. Vale dizer que no MTST encontramos um número significativo de evangélicos⁸¹, que frequenta um amplo leque de igrejas, das mais conservadoras às mais progressistas. Nesse sentido, podemos presumir que os indivíduos engajados, como Rosa, muitas são levados a adaptar e acomodar suas práticas religiosas em função de seu engajamento no movimento ao mesmo tempo que acomodam sua participação no movimento às práticas religiosas.

Antes de conhecer o MTST, Rosa chegou a participar de um movimento de moradia em 1990. Esteve mobilizada pela necessidade de melhoria das condições de vida por meio da conquista da casa própria: “o objetivo é moradia, porque ninguém ganhando um salário vai ficar pagando aluguel o resto da vida”. Iniciou sua participação em um movimento denominado “povo em ação”, que atuava na região do Capão Redondo em que morava, periferia da zona de sul de São Paulo e estava associado ao pentecostalismo, guiando suas ações pelo princípio de que “Deus age através da união do povo”. Conheceu esse movimento por convite de uma vizinha, mas não deu continuidade à sua participação, segundo ela “era jovem, não pensava”.

O encontro de Rosa com o MTST se deu em 2004 por intermédio de uma amiga que havia lhe dito que:

Estavam invadindo um terreno tudo pra nós. Eu pensei que ia ser um terreno para mim, sozinha. Eu peguei um pedaço. Não era assim não. Peguei um cordão, marquei um quadradão, ‘aqui vai ser minha casa, da minha família’. Não era assim. Era pra fazer a casa de cabana, nunca esqueço, assim do índio. Aí falei, nossa, vai ser muito pequena. Coloquei uma cama de madeira, nunca esqueço. Me ajudaram, nós

o líder falou que não era certo a gente pegar terra dos outros.’ Pra mim o MST não toma a terra, é o que a gente tem direito. Todos nós tem direito de conseguir o melhor pra gente. Conseguir a moradia. Eu não acho errado. Na minha igreja é o contrário. A minha igreja dá conselho pros irmãos participar, porque tem muito irmão participando aqui [do MTST], que eu arrumei para eles. Lá não se opõe não, só não pode perder o que tem dentro da gente pra Deus. Tem que cumprir os horários das reuniões necessárias pra Deus. O pastor falou que não é contra isso, porque que os irmãos tem que conseguir a moradia deles. É isso. Inclusive o pastor do meu filho, na época, ele conseguiu um terreno lá para sobrinha dele, só que depois ele parou porque os outros pastor não deixou”.

⁸¹ Esse fato corrobora com os dados que apontam o Brasil como país com maior número de evangélicos no mundo, sobretudo nas camadas mais pobres da população (MARIANO, 2004, 2009; BOHN, 2004).

morava lá, eu ficava na minha casa e lá. Fui coordenadora assim que entrei, fui uma das primeiras. Fui marcar presença, conversar com o povo, essas coisas todas, fazer chamada. Fiquei oito anos de coordenadora de núcleo. Eu vou continuar sempre no apoio. Até o fim da minha vida.

Rosa afirma que com sua participação no MTST foi aprendendo como as coisas funcionavam no movimento e passou a entender que

Estar acampada não significa estar só no barraco, no acampamento. Quando você está acampada é porque você está na luta, você está brigando junto, você não está ali só por você, você está ali por uma coisa maior, você faz parte de uma coisa maior que está todo mundo lutando junto. Enquanto tiver uma ocupação, eu sou acampada, mesmo tendo minha casa, graças a Deus, mas eu sou acampada porque tem um monte de gente que está na luta e ainda não conquistou sua casa. Eu vou nos terrenos até hoje. Sou uma das primeiras, porque tem que ajudar quem ainda não conquistou.

O relato de Rosa sugere que ao longo dos nove anos em que ela esteve engajada no MTST por meio da participação nas ocupações, foi possível interiorizar uma identidade militante que confere um sentimento de pertença ao coletivo (NAUJORKS; SILVA, 2016), que mesmo conquistando a casa não lhe exime do compromisso de continuar lutando pela causa do grupo ao qual ainda se sente parte (“eu tô sempre no apoio. Até o fim da minha vida”). Desse modo, ela ainda conserva práticas militantes no contexto do movimento. Além do apoio que oferece na consolidação de novas ocupações, Rosa segue participando de alguns atos e manifestações promovidas pelo MTST.

Quando tem assim um ato grande, uma manifestação eu vou pra ajudar. Não vou assim em todas, porque não dá, mas vou ajudar as acampadas. Sabe, fui lá na ocupação da presidência na Paulista. Estava lá pra brigar. Quem vê pensa que vou aguentar brigar. Mas tava lá de coração, pelo movimento, pela nossa gente que está lutando pra ter uma casa, pro seu filho, pro seu neto, pra ter uma coisa assim na vida.

De maneira geral, os relatos demonstram que a continuidade do engajamento e a preservação de práticas militantes depois da conquista da casa dependem das possibilidades que os indivíduos tiveram de construir uma identidade coletiva que fosse capaz de dar sentidos às suas ações no contexto das causas do movimento.

Uma vez que os indivíduos reconhecem e têm reconhecida essa identidade, na forma de uma identidade militante legitimadora num dado grupo político, passam a compartilhar categorias de percepção sobre a sociedade da qual pertencem e a redefinir seus modos de vida, o que tende a reforçar uma identidade militante, que é reproduzida por atividades contínuas de identificação com os modos de agir e pensar do grupo em direção a uma determinada perspectiva de destino (MELUCCI, 1994; NAUJORKS; SILVA, 2016; SILVA; RUSKWSKI, 2016). A sensação de se ter vivido um “segundo nascimento”, de encontrar uma nova família e passar a ter outros sentidos para sua vida, parecem explicativas de uma continuidade do engajamento que extrapola as conquistas individuais, como a casa (GAXIE, 1978; PENNETIER; PUDAL, 1996; BOURDIEU, 1977; YON, 2005; TOMIZAKI, 2009; SUÁREZ, 2004).

Os relatos em seu conjunto sugerem ao menos um aspecto a se destacar e que poderá contribuir para a aquisição de determinadas predisposições constitutivas da identidade militante: os sentidos da ajuda, o compromisso e cooperação com o outro, que são vivenciados como componente mobilizador e organizador das ações dos indivíduos e grupos e que atua de modo interdependente aos processos educativos e de socialização que pressupõem o engajamento nos moldes como é orquestrado pelo MTST, principalmente no contexto das ocupações. A ajuda como um princípio basilar de atuação, se articula em mão dupla: no dever de ajudar o companheiro, o acampado para o qual se convergem os condicionamentos impostos à prática militante no MTST ao mesmo tempo em que se constrói a sensação de segurança de que também se receberá ajuda, ou seja, uma fórmula de reciprocidade mútua de ajudar e ser ajudado, reforçando os laços de solidariedade e afeto. A operacionalização dessa ajuda de dupla orientação parece ser um dos componentes basais da constituição de noção de “todos na luta”. A ajuda de todos, ou seja, o envolvimento de todos nos princípios e nas ações orquestradas pelo MTST, surge como pressuposto que é compartilhado (explícita e tacitamente) no sentido de produzir um nós coletivo na direção da ideia de que “somente os trabalhadores podem resolver seus problemas por meio da constituição do poder popular”. Contudo, esse ideal ou princípio partilhado e interiorizado por meio, de processos educativos informais e de socialização não é unívoco e nem possui os mesmos sentidos para os diferentes indivíduos, característica que aponta para certo grau de flexibilidade no

interior do movimento que não é expressão de uma obediência absoluta dos indivíduos.

Existem nuances que podem revelar o grau de interiorização no contexto do engajamento, bem como das adaptações requeridas aos sentidos de ajuda, se de um lado, é obrigação, de outro, é também afeto; se de um lado é compromisso, de outro é responsabilidade. As nuances nos sentidos atribuídos a ideia e a prática de ajudar parecem apontar, ao mesmo tempo, para o exercício do cuidado (de si, do outro, do espaço, da luta e do próprio movimento). Então, o dever de ajudar mistura-se, também, com a necessidade de cuidado amplo, acolhimento e essa combinação tende a alargar as possibilidades de se estabelecer laços mais fortes dos indivíduos entre si e com o movimento, ao mesmo tempo em que vão dando sentido à vida e por consequência à luta (também porque luta é vida e vida é luta). Essas mulheres sempre lutaram e reconhecem isso. Travam uma luta que é contínua, mas que ganha outros contornos no contexto do engajamento. A luta sempre existiu como modo de resistência frente às enormes desigualdades, uma luta que teve início antes mesmo do nascimento, a luta que se herdou das gerações passadas, a luta para a manutenção de sua própria existência e das gerações futuras. Uma luta que precisa de continuidade, pois os desafios ainda são imensos.

A ajuda também significa um cuidado que se materializa no zelo (por exemplo, em relação ao acampamento); no bom trato aos companheiros; na atenção especial necessária a alguém (“percebi que os problemas dela eram mais graves que os meus”); numa preocupação (“tem que garantir que todo mundo coma”), no cumprimento de uma incumbência (fazer a trilha), na responsabilidade (assumir o papel de), na cautela (“como falar disso com o companheiro”), na retribuição por ter sido ajudado/ acolhido. Algumas vezes esse é o cuidado que se esperava ter recebido da família (“o movimento é a família que não tive”) e, outras vezes, é o desdobramento do cuidado familiar (“o movimento é como uma família para mim”).

Esse ajudar/cuidar internalizado na vida dessas mulheres pode ser uma das pré-disposições que já possuíam antes do engajamento, mas que é reconfigurada no encontro com “a luta”. O movimento agrega a possibilidade de conversão, convergência e potencialização dessas pré-disposições em disposições para militância. Por exemplo, no “dever de ajudar” é possível encontrar correspondências

com aprendizados obtidas na infância (em alguns casos) na qual a ideia da “ajuda” já estava contemplada, muitas vezes de forma negativa, como uma supressão do eu individual em favor de um nós coletivo: cuidar dos irmãos mais jovens para que os pais pudessem trabalhar, expresso no sacrifício de abandonar as possibilidades de estudar convertido em “ter que ajudar os familiares” ou de ter que trabalhar para “ajudar em casa”. **A ajuda aparece como uma categoria nativa. Talvez a palavra mais repetida em todas as entrevistas e conversas informais. Num primeiro momento, no encontro como o MTST, a ajuda aparece como uma necessidade de sobrevivência individual e familiar dada as precárias condições de vida: receber ajuda era única alternativa. Na permanência do engajamento, a ajuda aparece no sentido de participação, pertencimento, necessidade de uma sobrevivência coletiva, do grupo.**

As práticas do ajudar/cuidar pré-existentes, no contexto do engajamento, invertem os sentidos negativos da supressão do eu individual em favor de um nós coletivo na medida em que tais práticas vão sendo politizadas no processo de socialização, menos por um discurso explícito e mais por ações que são constantemente repetidas. Vão sendo politizadas justamente porque o nós coletivo (que é protagonizado nesse contexto) passa a produzir sentidos que dão forças ao eu individual. Nesse aspecto, a vivência do/no acampamento é, além de muito significativa para todos as depoentes, um marcador das possibilidades de um “antes” e um “depois” em face ao engajamento, um segundo nascimento. É um dos elementos primordiais das aprendizagens e das ações militantes, bem como dos processos de politização que são fortalecidos, inclusive, pelo exercício da afetividade nesse contexto. Contudo, a conversão desse “nós coletivo” é porosa, fragmentada, lenta e gradual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos das 15 mulheres que compõem os sujeitos desta pesquisa, numa perspectiva microssocial, revelam certa heterogeneidade de origem e trajetórias sociais entre as militantes que constituem o MTST. Nesse grupo foi possível encontrar desde indivíduos que nunca frequentaram a escola até aqueles que tiveram acesso ao ensino superior, apesar da baixa escolaridade e da escolarização irregular e extemporânea se configurarem como propriedades comuns nas trajetórias. Desse modo, o papel da educação formal nos pareceu pouco significativo no desenvolvimento do engajamento, assim como as predisposições familiares. No mesmo sentido, existem mulheres com breve histórico de atuação em grupos coletivos (apenas dois casos), mas a maioria nunca cogitou qualquer tipo de participação política em causas coletivas. Assim, ao que tudo indica, as predisposições ao engajamento foram construídas em relação ao MTST. Contudo, não se pode desprezar o fato de que a própria trajetória dessas mulheres se contrapõe a um passado de passividade, pois todas foram guerreiras desde sempre. Mesmo aquelas que foram submetidas às mais diversas situações de violências reagiram de algum modo. Assim, todas têm em suas trajetórias uma história de luta individual que parece ser uma predisposição política que encontra nos processos de socialização formais e informais das ocupações a possibilidade de se reconfigurarem em disposições para o engajamento.

Uma das principais condições de existência que aproxima esse grupo de mulheres entre si, além das precárias situações de vida, volta-se para o fato de que todas se viam impossibilitadas de acessar o direito à moradia digna, o que se apresentou como a principal motivação para o ingresso no MTST. A maioria delas constitui famílias monoparentais femininas, sendo as únicas responsáveis pelos cuidados e sustento dos filhos. Essa condição parece também ter contribuído para adesão ao movimento, uma vez que afirmam que a luta por moradia, em grande parte, se destina a garantia de um futuro melhor para seus filhos. Vale dizer que as representações iniciais dessas mulheres sobre os militantes e o próprio movimento do qual hoje fazem parte, com exceção de uma delas, constituíam imagens negativas sobre os sem teto. De modo geral, admitem que antes de conhecerem o MTST

julgavam seus membros como um grupo de "baderneiros", "vagabundos", "desocupados", "enganados", reproduzindo uma dada representação social que busca associar os militantes a quem "pouco trabalha", a quem "goza de muito tempo livre" ou a quem, em suas manifestações "atrapalham" a circulação pela cidade. Parte dessa representação, como afirmam as depoentes, foi construída por influência da mídia televisiva. Contudo, essa imagem negativa não foi suficiente para afastar essas mulheres por completo da possibilidade de engajamento na luta coletiva por moradia, provavelmente porque a necessidade de fixar um lar e de enfrentar as dificuldades econômicas agravadas pelo dispêndio de recursos financeiros para pagamento do aluguel tenham peso superior aos preconceitos que pudessem ter sido previamente construídos e que foram ressignificados no contexto do próprio engajamento.

Para esse conjunto de mulheres a vivência no âmbito das ocupações de terreno, na maior parte do tempo, se configurou como uma experiência positiva, sobretudo, no que se refere a oportunidade de ampliação de laços de solidariedade e cuidado mútuo. Essa experiência também foi responsável pelas mudanças de percepções dessas mulheres sobre os sem teto e as suas formas de atuação, inclusive, forjando a construção de uma identidade coletiva. Todas afirmam terem passado por sensível transformação em seus modos de agir e pensar. Além disso, a luta pela moradia passou a ser desdobrada em outros sentidos além da conquista da casa própria, uma vez que essas mulheres passaram a compreender que esta luta não está dissociada da luta por outros direitos fundamentais como saúde, educação, trabalho, transporte, lazer e cultura, ou seja, pelo direito à cidade e uma vida digna.

O contato mais profundo dessas mulheres com o MTST se deu por meio da participação contínua nas ocupações de terreno e foi fundamental para o processo de adesão à luta coletiva na medida em que propiciou o estreitamento de laços afetivos e de solidariedade como uma retribuição do engajamento. Além disso, os conteúdos das assembleias e, sobretudo, as lideranças das ocupações parecem ter despertado sentimentos muitos positivos nesse grupo de mulheres. As narrativas demonstraram que os modos de agir, de pensar e de organizar o acampamento, configuravam-se também como modos de resistência às diversas opressões, sinalizando as possibilidades de conquista de direitos por meio da luta coletiva.

A vivência nas ocupações, em todos os casos, apareceu associada a um sentimento de “amor”, expressão que encontramos em todos os depoimentos em relação ao MTST. O sentimento de “amor” manifesto por essas mulheres está também vinculado à ideia de que o coletivo do qual fazem parte é constituído por laços sociais que se assemelham aos laços familiares, sobretudo em relação à pertença e ao cuidado: “é porque ali [na ocupação] sentia que eu tava num meio de uma família, que eles eram a minha família” (depoimento de Carla). Nesse sentido, a linguagem doméstica que enfatiza o amor é levada por essas mulheres como uma interpretação do movimento e falar de carinho e cuidado no contexto do engajamento não diminui a força de sua militância, ao contrário, falam com maior legitimidade desses afetos e isso pode ser visto ainda como uma atitude política.

É nesse processo de interação e acolhida que se revelam, durante as narrativas, as aprendizagens significativas que marcam o engajamento dessas mulheres. De maneira geral, elas afirmam que se tornaram mais autônomas e comunicativas, que deixaram de ser submissas ao trabalho ou ao marido e que aprenderam a lutar por seus direitos. Essas aprendizagens influenciaram as maneiras pelas quais elas passaram a representar o mundo, orientando seus modos de agir e pensar. Em maior ou menor grau, elas passaram a organizar suas vidas a partir da experiência do engajamento para permanecerem junto ao movimento. Em alguns casos, passaram inclusive a reconfigurar seu lugar de mulher no lar, se reconhecendo como indivíduo e coletivo portador de direitos e a ampliar as expectativas no futuro. Nesse sentido, podemos falar de uma reconstrução dessas mulheres que tiveram suas vidas despedaçadas pela pobreza e que encontraram no processo de engajamento a oportunidade de empreender, ainda que simbolicamente, uma transição para um futuro melhor, justamente por meio da aquisição de outros capitais (sociais, culturais, simbólicos) que as ajudam a planejar a vida. Vale dizer que aquisição e transmissão desses capitais não é resultado de escolhas racionais do movimento ou mesmo dessas mulheres. Nesse sentido, as aprendizagens no contexto do MTST se dão menos por discussões dirigidas, leituras, cursos de formação, que induzem uma identidade coletiva, e mais pela vivência prática da ação que é repetida cotidianamente nas ocupações, ou seja, os modos de agir e pensar ganham sentido na própria ação coletiva e, por vezes, são marcados por contradições.

A análise da dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no MTST, por meio da trajetória de 15 mulheres, nos permitiu compreender que o processo de engajamento desse grupo passa por momentos específicos que implicam, por sua vez, diferentes etapas de formação/aprendizado e (re)socialização. No curso dessas etapas, diferentes processos educativos e de socialização, formais e informais, foram capazes de promover mudanças objetivas e subjetivas nos sentidos que essas mulheres atribuem a si mesmas, ao mundo e ao seu lugar nele, orientando seus modos de ação, inclusive, no âmbito doméstico.

No contexto dos condicionamentos exigidos pela experiência do engajamento nas ocupações de terreno, as mudanças nas categorias de percepção dessas mulheres indicam a existência de uma clivagem do *habitus* no sentido de conformar uma identidade coletiva no âmbito do MTST, bem como de proporcionar a realização de adaptações nos modos de vida em direção de uma permanência mais duradoura no engajamento. Assim, a vivência do/no acampamento se configura como um marcador das possibilidades de se viver um “antes” e um “depois” em face ao engajamento, ou seja, de um segundo nascimento como um “nós coletivo”. Contudo, a conversão nesse “nós coletivo” é porosa, fragmentada, lenta, gradual e, às vezes, contraditória. Dada as circunstâncias da vida dessas mulheres e seus parcos capitais econômicos, culturais, escolares e sociais trata-se de uma politização que guarda um certo nível de fragilidade. Contudo, é inegável que a percepção que elas têm do mundo e de si mesmas foi capaz de mudar radicalmente.

7. BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, Pedro. Para uma teoria da socialização. **Socialização**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 21. p. 121-139, 2011.

ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 8, p. 237-263, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000200009&lng=en&nrm=iso>

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; CRUZ, Maria Beatriz (orgs.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 31, p. 509-534, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200021&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 set. 2016

BARGEL, Lucie. Socialisation politique. **Dictionnaire des mouvements sociaux**, Presses de Sciences Po, p. 510-517, 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. **Família, escola, território vulnerável**. São Paulo: CENPEC, 2013.

BEAUFRE, A. Estratégia e política. In: Bobbio, Norberto, 1909- **Dicionário de política** | Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BECKER, Ana Paula Sesti; MAESTRI, Tânia Paza; BOBATO, Sueli Terezinha. Impacto da religiosidade na relação entre pais e filhos adolescentes. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p. 84-98, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 09 set. 2018.

BENOIT, Hector. A luta popular pela moradia: entrevista com Luis Gonzaga da Silva. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 10, out. 2000.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. La pluralizzazione dei mondi della vita. In: SCIOCCA, Loredana. **Identità**: percorsi di analisi in sociologia. Torino. Rosenberg e Sèller, p. 169-184, 1983.

_____. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCI, Marialice M.; SOUZA MARTINS, José (orgs.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. São Paulo/Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p. 200-214, 1975.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A Sociedade como realidade subjetiva. In: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ: 2004.

BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Proposiciones**, n. 29, marzo 1999.

_____. **Los relatos de vida**: perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**, nº10, p.141-163, 1981.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, p. 288-338, 2004.

BOTTON, Andressa et al . Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando famílias**, Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 43-56, dez. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 09 set. 2018.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecchi, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000a.

_____. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: _____. **Escritos em educação**. 2 ed. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 145-183

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Escritos em educação**. 2 ed. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000b.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Lei Nº 11.977**, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasil: Casa Civil, 2009.

BRITO, F. A. e PINHO, B. A. T. D. . **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Texto para discussão, 464. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2012. Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>> Acesso em 03 jun. 2017

BURNETT, F. L. . **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos Planos Diretores Participativos**. São Paulo: FANEMA/Annablume, 2011

CAETANO, Pedro Jorge da Costa. **Indivíduo e reconhecimento: processos de socialização política na incerteza dos itinerários escolares**. 2013. Tese (doutorado) – Universidade nova de Lisboa, Faculdade de ciências sociais e humanas, 2013.

CALDART, Roseli. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escolar é mais do que escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Proposições**, v. 13, n. 3 (39), p. 169-198, set./dez. 2002.

_____. Herdeiros, militantes, cientistas políticos: socialização e politização dos grupos dirigentes no Brasil (1964-2010). In: CANÊDO, Leticia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR. Afrânio. **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2013.

CARDOSO, Ruth (Org.) **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

CARLOTO, Cassia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Textos & Contextos: Revista Virtual Textos & Contextos**. Nº 4, ano IV, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>>. acesso em set. 2018

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. BATISTA, Antônio Augusto Gomes. ALVES, Luciana. A escola e a família de territórios metropolitanos de alta vulnerabilidade social: práticas educativas de mães protagonistas. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, jan./mar., 2014.

CHARLOT, Bernard. Pour le savoir, contre la stratégie. in: DUBET, F. (org.). **École, famille: le malentendu**. Paris: Éditions Textuel, 1997

CHAVES, Christiane de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da política, 2000.

COORDINI, Odaci Luiz. Escolarização, militância e posições políticas. ANPOCS, s/d. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4365&Itemid=317> Acesso em: 04/out./2016

COELHO, Franklin D. **História urbana e movimentos sociais**: o movimento de reforma urbana (1950-1990). 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Niterói, 1996

COFFEY, Amanda. Socialização. In: SCOTT, John (org.). **Sociologia**: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CORADINI, Odaci Luiz. ENGAJAMENTO ASSOCIATIVO-SINDICAL E RECRUTAMENTO DE ELITES POLÍTICAS: TENDÊNCIAS RECENTES NO BRASIL. **Revista de sociologia e política**. Curitiba. N. 28 (jun. 2007), p. 181-203. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79708>> Acesso em: 07 set. 2016

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista brasileira de psicodrama**, São Paulo , v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 09 set. 2018.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. **Pensando famílias**, Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 132-147, dez. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em set. 2018.

CRUZ, José Adelson da. Movimentos Sociais e práticas educativas. In: **Inter-Ação**: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, n. 29 (2), jul./dez., 2004.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos Pesquisa**, São Paulo , v. 42, n. 146, p. 351-367, ago., 2012

_____. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, L. (org.) **As lutas sociais e a cidade** - São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNR!SD/CEDEC. 1988, p.169-204.

_____. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo 1988.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 17-18, p.9-79, 2001.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Campinas, SP: tese de doutorado. 2008.

FERREIRA, Daniela Maria. Educação, militantismo católico e filosofia no Brasil. **ProPosições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 113-127, Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000200008&lng=en&nrm=iso>

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil**: do acesso à moradia ao direito à cidade. Texto apresentado no 2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”, realizado em Buenos Aires, de 01 a 04 de agosto de 2012, junto ao Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído da International Sociological Association (ISA). Disponível em <http://www.observatoriodasmetroles.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf> Acesso em 3 jun 2017

FILLIEULE, O. . Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, fév.-avr, 2001

_____. **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2003

_____. Devenirs militants. **Sciences Humaines**: les mouvements sociaux, Auxerre, n. 144, dez. 2003.

FRUGOLI Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/ Edusp, 2000.

GAXIE, Daniel. **Le cens caché**: inégalités culturelles et ségrégation politique. Paris: Le Seuil, 1978

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Revue suisse de science politique**, 11 (1), p. 157-188, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300003>.

_____. **Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia**. 1a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011.

_____. Pluralidade da representação na América Latina. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 73-90, Apr. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000100005&lng=en&nrm=iso>

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GUERTECHIN TL. O controle da natalidade: uma questão demográfica e/ou um problema político. In: GUERTECHIN TL, organizador. **Controle da natalidade x Planejamento familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé; 1987

GOULART, Debora Cristina. **O anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem-teto** MTST. 2011. 276f. Tese (Doutorado): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão "voluntária"? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8), 2004

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011

KOHARA, Luiz Tokuzi. **Relação entre as condições de moradia e o desempenho escolar**: estudo com crianças residentes em cortiços. São Paulo: FAUUSP, 2009 (tese de doutorado).

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

_____. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**, n.70, São Paulo, 2007,

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAACHER, Smaïn. L'école et ses miracles: notes sur les déterminants sociaux des trajectoires scolaires des enfants de familles immigrées. **Politix**, Paris, n. 12, p. 25-37, 1990.

LAHIRE, B. **O homem plural**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise social**, v. 23, n 148, p. 871-883, 1998.

LEITE, Eleilson. A periferia toma conta. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 30 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2827>>. Acesso em: 17 out. 2014.

LEITE, Jäder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 269-278, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822010000200007&lng=en&nrm=iso>.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**, 2004. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LORENA, Elton Rafael. **Luta de classes na cidade neoliberal: uma análise sobre o movimento dos trabalhadores sem teto (MTST)** Dissertação de mestrado. 2012. 250f. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, 2012.

SIMMEL, G. **Les pauvres**. Paris: Presses Universitaires de France, [1907] 1998.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; GALLO, Priscila Marciori Dal. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista brasileira de estudos da população**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010

MARIANO, R. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, H. (Org.) **Debates pertinentes para entender a sociedade contemporânea**. Vol. 1. [Dados eletrônicos]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Estudos Avançados**. 18 (52), São Paulo, p. 121-138, 2009.

_____. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte, Ano 43, Número 119, p. 11-36, Jan/Abr 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, Oct. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 Jun 2017.

MASCLET, Olivier. Bairros sem voz. **Tempo Social**, v. 18, n. 1. p. 61-80. Jun. 2006. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100004&lng=en&nrm=iso>

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento - entrevista a Leonardo Vritzer e Timo Lyra. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 40. São Paulo: CEBRAP, p.152-166, 1994.

MELUCCI, Alberto. Sociedade complexa, identidade e ação coletiva. Entrevista a Dalila Pedrini e Adrian Scribano. In: **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais na contemporaneidade**. São Paulo: PUC. Serviço Social, n.2, abr., p.11-63, 1997.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Alameda, 2012.

MORENO, Rosangela Carrilo; ALMEIDA, Ana Maria F.. "Isso é política, meu!" socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 59-76, Aug. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000200005&lng=en&nrm=iso>

MTST. **Cartilha do militante**, n.1. São Paulo: 2005. Disponível em: <<http://mtst.info/sites/mtst.info/files/CartilhadomilitanteMTST.pdf>>

MTST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Cartilha de princípios: organização e linha política**. 2013. Disponível em: <http://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha/10?e=9413747/4976282>

MTST. **Quem somos**. 2010a. Disponível em: <http://mtst.info/quem_somos>

NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p.136-152, jan.-mar. 2016

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.8, n.2, p.9-42, 2000.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)**. 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100011&lng=en&nrm=iso>.

PENNETIER, C.; PUDAL, B. Écrire son autobiographie (les autobiographies communiste d'institutions - 1931-1939). **Genèse**, n. 1, p. 53-75, v. 23, 1996

PERCHERON, A. Histoire d'une recherche. **Revue Française de Science Politique**. Paris, v. 44, n 1, p. 100-126, 1994.

_____. **La socialization politique**. Paris: Armand Colin, 1993

PERONA, Néida B.; ROCCHI, Graciela I.. Vulnerabilidad y exclusión social. Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. **Kairós**. Año 5, n. 8, set. 2001.

perspectiva intergeracional. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol.31, n. 111, abr/jun, 2010.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) 2013. **Brasil e síntese de indicadores**. Brasília: Ipea, 2013.

PETERS, Gabriel. Configurações e reconfigurações na teoria do *habitus*: um percurso. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, (realizado no Rio de Janeiro-RJ, de 28 a 31 de julho de 2009), 2009.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al . Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 105, p. 167-179, Mar. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>.

POLLI, Simone Aparecida. GUSSO, Ramon José. Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011). In: **Anais: encontros nacionais da anpur**, v 15, 2013.

PUDAL, Bernard. Da militância ao estudo do militância: a trajetória de um politólogo. (Entrevista para Kimi Tomizaki). **Pro-Posições**, v. 20, n.2, p. 129-138, 2009.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel/Fapesp, 1997.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Cadernos Metropole**, São Paulo , v. 18, n. 35, p. 217-236, abr. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000100217&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 03 jun. 2017

SADER, Eder. PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (Org.) **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,[1986] 2004.

SANTANA, Felisberto. Família monoparental feminina: fenômeno da contemporaneidade?. **Polêmica**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 1225-1236, maio 2014. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>>. Acesso em: set. 2018.

SÃO PAULO. Lei n 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a política de desenvolvimento urbano e o plano diretor estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2011.

SAULE JR, Nelson. **Direito urbanístico**: vias jurídicas das políticas urbanas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007.

SAWICKI, Frédéric. SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011.

SCHMIDT, J.P. **Juventude e política nos anos 1990**: um estudo de socialização política. 2000. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Proposições**. Campinas, v.20, n.2 (59), p. 21-39, maio/ago. 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, ago. 2002.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 187-226.

SILVEIRA, María Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009

SOUZA, Amanda Paulista. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Revista Humanidades em diálogo**, v 5, p. 93-113, dez. 2003.

SOUZA, J. A parte de baixo da sociedade brasileira. **Revista Interesse Nacional**, vol, 14, p. 33-41, 2011.

SOUZA, J. et al. **A “ralé” brasileira**. Quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, J. et al. Os batalhadores. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SPOSATI, Aldaiza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013

SPOSITO, Marília. **A ilusão fecunda**: a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1993.

_____. **O povo vai à escola**: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. São Paulo: Loyola, 1984.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opin. Publica**, Campinas , v. 18, n. 2, p. 399-426, Nov. 2012 .

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 16 June 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert . **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. Sao Paulo: Associacao Editorial Humanitas, 2006.

_____. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.3, p.29-62, 1994.

TOMIZAKI, K; CARVALHO-SILVA, H. H; SILVA, M. G. V. Socialização política e politização entre famílias do movimentos dos trabalhadores sem-teto. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, nº. 137, p. 935-954, out-dez. 2016.

TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma

TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC**: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores. Campinas: Centro de Memória da Unicamp/ Arte Escrita Editora/ FAPESP, 2007.

TOMIZAKI, Kimi Tomizaki; ROMBALDI, Maurício. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. **Pró-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 93-112, maio/ago. 2009

TORRES, Haroldo da Gama et al . Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 17, n. 47, p. 97-128, Abr. 2003 . disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 Jun 2017.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLADARES, Lícia .A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 44, 5-34, set., 2000

_____. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI; Renato R.(Org).**Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo,IUPERJ,1991.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.3, p.63-84, 1994.

YON, K. **Modes de sociabilité et entretien de l'habitus militant**. Militier en bandes à l'AJS-OCI dans les années 1970. *Politix*, v. 70, p. 137-167, 2005

ZALUAR, Alba. , **A máquina e a revolta**. São Paulo, Brasiliense, 1985